



SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol 06, No. 13 | Mai./Ago./2018

Dossiê:

O sistema de pós-graduação brasileiro
e a expansão da área de sociologia

The Brazilian graduate system and the
growth of the area of Sociology

Org. Soraya Maria Vargas Côrtes

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2017-2019)

Presidente

Carlos Benedito Martins, UNB

1º Vice Presidente

Jacob Carlo Lima, UFSCAR

2º Vice Presidente

Edna Maria Ramos de Castro, UFPR

Secretário Geral

Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro

Antônio da Silveira Brasil Junior, Unicamp

1º Secretário

Helena Maria Bomeny Garchet, UFRJ

2º Secretário

Hermílio Pereira dos Santos Filho, PUCRS

Diretores

Paulo Roberto Arruda de Menezes, USP

Michel Nicolau Neto, Unicamp

Alex Niche Teixeira, UFRGS

Gabriel Moura Peters, UFPE

Anete Brito Leal Ivo, UFBA

Conselho Fiscal

Claudio Santiago Dias Junior, UFMG

Andrea Borges Leão, UFCE

Maria Aparecida da Cruz Bridi, UFPR

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial

Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasília

Editores

Rogério Prouça Leite, Universidade Federal de Sergipe

Sergio Tavoraro, Universidade de Brasília

Editores Adjuntos

Adelia Maria Miglievich-Ribeiro, Universidade Federal do Espírito Santo

Jorge Ventura, Universidade Federal de Pernambuco

Renan Springer de Freitas, Universidade Federal de Minas Gerais

Organizadora

O sistema de pós-graduação brasileiro e a expansão da área de sociologia

Soraya Maria Vargas Côrtes

Comissão Editorial

Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Irllys Barreira, Universidade Federal do Ceará

Celi Scaloni, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Conselho Editorial

Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade federal do Paraná

Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I

André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Arturo Morato, Universidad de Barcelona

Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra

Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará

Charles C. Lemert, Yale University

Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo

Jacob Lima, Universidade Federal de São Carlos

José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México

Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo

Margaret Archer, EPFL- University of Warwick

Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília

Michel Burawoy, Berkeley University

Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe

Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS

Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Secretária de Editoria: Deborah Dorenski

Revisão: Girlayne Marques

Diagramação: Adilma Menezes

Capa e web: Allan Veiga Rafael

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 06, n. 13
(mai./ago. 2018) - . – Sergipe: SBS, 2013-

Quadrimestral

ISSN 2317-8507 (impresso)

ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

05	Editorial
	A sociologia no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro
	The sociology in the context of the Brazilian graduate system
	Soraya Maria Vargas Côrtes
09	As origens pós-graduação nacional (1960-1980)
	The origins of the national graduate system
	Carlos Benedito Martins
27	A pós-graduação em Sociologia e a experiência de avaliação da CAPES
	The graduate programs in Sociology and the experience of CAPES's evaluation
	Sérgio Adorno; José Ricardo Ramalho
58	As teses da área de Sociologia no Brasil: padrões de inflexões temáticas e metodológicas
	The thesis in sociology in Brazil: patterns of thematical and methodological inflexions
	Marina Félix de Melo; Ana Cláudia Bernardo; Selefê Gomes
76	A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil
	The sociology off axes: regional diversities and graduate field in Brazil
	Irllys Barreira; Soraya Côrtes; Jacob Carlos Lima
104	A pós-graduação em Sociologia no Brasil: conquistas e desafios em tempos de globalização
	The graduate programs in Sociology in Brazil: achievements and challenges in globalization times
	Clarissa Eckert Baeta Neves; Josefa Salete Barbosa Cavalcanti
122	Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira
	Internationalization: appraisal and challenges for the Brazilian sociology
	Celi Scalón; Richard Miskolci
	ARTIGOS
136	Caminhar urbano e vivências imprevistas
	Citywalking and unforeseen experiences
	Carlos Fortuna
155	A sociologia urbana alemã dos anos 1990 e 2000 de um ponto de vista brasileiro
	German urban sociology of the 1990s and 2000s from a Brazilian point of view
	Fraya Frehse
178	Evidências de uma divisa racial de riquezas no Brasil urbano
	Evidences of a racial wealth gap in Brazil
	Jacques Wainer
195	Contágio social em tribunais do júri
	Social Contagion in the Jury Courts
	Marcela Zamboni; Jairo Rocha de Faria
219	Glosa sociológica sobre o filme A Revolução de Maio
	A Sociological Commentary on the Film "The May Revolution"
	Mauro Luiz Rovai
240	Diretrizes para submissão de artigos
	Guidelines for submission of articles

Editorial

A sociologia no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro

The sociology in the context of the Brazilian graduate system

Soraya Maria Vargas Côrtes*

O dossiê publicado neste número da Revista Brasileira de Sociologia congrega artigos de autores participaram ativamente na construção do campo da pós-graduação em sociologia stricto sensu no país. São estudiosos do tema, mas são também protagonistas em uma comunidade acadêmica que defende o ensino e a pesquisa em sociologia de boa qualidade, a internacionalização da área e a criação de critérios compartilhados e transparentes para a avaliação do mérito dos cursos de pós-graduação. Nas instituições de ensino superior a que pertencem, nos cargos que ocuparam na diretoria da SBS, como membros do comitê de assessoramento da área no CNPq, na coordenação da área e nos comitês para a avaliação da pós-graduação da Capes, esses autores agiram no sentido de defender esses objetivos comuns. Os estudos aqui reunidos são fruto de décadas de dedicação à consolidação da pós-graduação em sociologia e de investigação sobre o tema. Esse duplo tipo de engajamento com a temática – como prática e como pesquisa acadêmica – produziu conhecimentos tácitos, memórias transformadas em reflexão

* É doutora pela Social Policy and Administration - London School of Economics and Political Science, em 1995. Atualmente é professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisadora do CNPQ.

sociológica que agregadas a dados de pesquisa e provenientes da literatura sobre o tema deram origem um substrato peculiar e rico que fundamenta os artigos aqui oferecidos aos leitores.

O dossiê é composto por seis artigos. O texto que abre o dossiê, de Carlos Benedito Martins, intitulado “Origens pós-graduação nacional (1960-1980)” trata do contexto geral da formação da pós-graduação no país, no qual a sociologia viria a se inserir. O artigo aborda as diversas iniciativas que antecederam a demarcação legal que institucionalizou a pós-graduação no Brasil ao final dos anos 1960. O período inicial de consolidação do sistema de pós-graduação é caracterizado pelo autor como uma longa e tortuosa luta desencadeada por diversos atores visando a superação de um padrão de organização do ensino superior centrado em escolas isoladas em que a formação era dissociada da atividade de pesquisa.

Na sequência o artigo “A pós-graduação em sociologia no Brasil: conquistas e desafios em tempos de globalização”, de Clarissa Eckert Baeta Neves e Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, também realiza uma contextualização histórica, porém com o foco na área de sociologia. O estudo tem três propósitos principais: compreender o processo de implementação da formação pós-graduada em sociologia no Brasil; analisar a complexidade dos desafios enfrentados pelos programas de pós-graduação na área; e explicitar as realizações que elevaram a sociologia brasileira ao reconhecimento internacional nos tempos atuais da globalização.

O terceiro artigo, de Irllys Barreira, Soraya Vargas Côrtes e Jacob Carlos Lima, denominado “A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil” também adota uma perspectiva histórica para analisar a estruturação da pós-graduação em sociologia no país, mas desenvolve um argumento original. Os autores afirmam que houve uma concentração inicial da formação pós-graduada *stricto sensu* em sociologia no eixo São Paulo-Rio Janeiro, mas destacam a importância das ações de pesquisadores pioneiros, fora desse eixo, que contribuíram para a formação de centros de pesquisa e de ensino de pós-graduação em diversas regiões do país.

O artigo seguinte, “A pós-graduação em sociologia e a experiência de avaliação da Capes”, de Sérgio Adorno e José Ricardo Ramalho relata a experiência de avaliação dos programas e cursos de pós-graduação, acadêmicos e profissionais, no período de 2004 a 2009, enfatizando as principais

inovações que foram introduzidas nesse período, em especial, a construção de dois instrumentos fundamentais: o *Qualis* Periódicos e o *Qualis* Livros. Apesar deste foco, os autores debatem também sobre os desafios enfrentados pela avaliação da pós-graduação.

O quinto estudo, escrito por Celi Scalón e Richard Miskolci, intitulado “Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira” apresenta um panorama da produção sociológica brasileira e sua disseminação, com ênfase nas características da internacionalização em curso. Ao examinar a internacionalização os autores estabelecem comparações com outros países e discute alguns dos desafios para que a produção brasileira na área alcance maior reconhecimento internacional.

O último artigo, “As teses da área de sociologia no Brasil: padrões de inflexões temáticas e metodológicas”, de Marina Melo, Ana Cláudia Bernardo e Selefe Gomes, analisa a utilização metodológica de perspectivas qualitativa e quantitativa em trabalhos acadêmicos da sociologia a partir de uma amostra de 282 teses de doutorado defendidas no Brasil no triênio 2012-2014. O estudo examina ainda algumas dimensões analíticas, tais como: sexo dos autores; temáticas mais frequentes dos trabalhos; experiências de intercâmbio, entre outras.

Examinado o conjunto dos artigos, observa-se que há a recorrente discussão sobre as origens e trajetórias da pós-graduação em sociologia no país, sobre as bases institucionais e sistêmicas, bem como sobre as iniciativas governamentais e de pesquisadores e sociólogos que vieram a constituir o sistema de pós-graduação no país e na área de sociologia. Os estudos procuram ainda explicitar o modo como se estruturou o processo, baseado em critérios acordados, de avaliação por pares da pós-graduação em sociologia. Os artigos que tratam dessa questão são particularmente interessantes para aqueles que querem entender como é o processo avaliativo feito a cada três anos e, atualmente, a cada quatro anos. Entretanto, os estudos não se furtam de discutir os desafios presentes e futuros da área, particularmente a questão da internacionalização. Os temas tratados pelos autores dos textos que integram o dossiê oferecem aos leitores não apenas uma visão sobre o ‘estado da arte’ da pós-graduação em sociologia no Brasil, mas também um panorama sobre os antecedentes e os desafios a serem enfrentados em um futuro próximo.

As origens pós-graduação nacional (1960-1980)

Carlos Benedito Martins*

RESUMO

O artigo retrata a trajetória da criação institucional da pós-graduação que ocorreu no Brasil a partir de meados de 1960. Destaca a participação da comunidade científica neste processo que, desde a década de 1920, buscava introduzir a pesquisa na universidade brasileira. Assinala que a formalização legal da pós-graduação ocorreu no contexto da Reforma Universitária promulgada pelo governo militar então vigente. Ressalta que a pós-graduação nacional desde o seu início foi objeto de uma planificação do Estado que criou Planos Nacionais de Pós-Graduação para o seu desenvolvimento. O artigo sublinha que a pós-graduação constitui-se num instrumento fundamental de modernização do ensino superior no país, alterando profundamente a sua fisionomia e forma de ser. Através dela, instalou-se uma competência acadêmica por todo o país e, na sua esteira, ocorreu também o processo de institucionalização da pesquisa no interior de determinadas universidades.

Palavras-chave: ensino superior brasileiro; participação da comunidade científica nacional; criação da pós-graduação nacional; reforma universitária de 1968; introdução da pesquisa na universidade; planos nacionais de pós-graduação.

* Professor Titular do Departamento de Sociologia e do PPG em Sociologia da UNB, Pesquisador 1B do CNPQ. Presidente, reeleito, da Sociedade Brasileira de Sociologia.

ABSTRACT**THE ORIGINS OF THE NATIONAL GRADUATE SYSTEM**

The article traces the trajectory of the institutional creation of the post-graduation that occurred in Brazil from the middle of 1960. It emphasizes the participation of the scientific community in this process from the decade of 1920 sought to introduce the research in the Brazilian university. It points out that the legal formalization of the postgraduate course occurred in the context of the University Reform promulgated by the military government. It emphasizes that the national graduate since its inception was the object of a state planning that created National Postgraduate Plans for its development. The article emphasizes that post-graduation has been a fundamental instrument for the modernization of higher education in the country, profoundly altering its physiognomy and way of being. Through it, an academic competence was established throughout the country and, in its wake, the process of institutionalization of research in certain universities took place.

Keywords: higher education in Brazil; participation of the national scientific community; creation of the national postgraduate; university reform of 1968; introduction of research in the university; national postgraduate plans.

Introdução

Uma constelação de fenômenos sociais, econômicos, políticos e acadêmicos contribuiu para a formação da pós-graduação no país. Ainda que a pós-graduação no país tenha iniciado a adquirir uma demarcação legal a partir do final dos anos 1960, diversas iniciativas visando sua criação antecedem a este período. A sua construção derivou de um complexo empreendimento coletivo que contou com a participação do Estado, de organismos representativos da comunidade científica, do corpo docente das instituições de ensino e pesquisa envolvidas com esse nível de ensino. De certa forma, a emergência da pós-graduação é o resultado de uma longa e tortuosa luta desencadeada por esses atores visando a superação de um padrão de organização do ensino superior no país que historicamente se constituía através de escolas isoladas, voltadas basicamente para a formação de profissionais liberais e dissociadas da atividade de pesquisa.

O ensino superior brasileiro constitui um fenômeno tardio quando comparado com outros sistemas nacionais na América Latina. As instituições de ensino superior no Brasil foram criadas somente no início do século

XIX e tinham o propósito de fornecer quadros profissionais para desempenhar diferentes funções ocupacionais na Corte¹. No final do Império, o país contava com apenas seis escolas superiores. Em 1900, não existiam mais que 24 escolas de ensino superior. Até o início da década de 1930, o sistema era constituído por um conjunto de escolas de cunho profissionalizante, divorciadas da investigação científica, atividade essa que era realizada nos Institutos de pesquisa, que, em geral, possuíam tênues laços com o sistema de ensino superior existente. Até esse momento, o país não contava com nenhuma universidade institucionalizada.

Os Institutos de pesquisa criados, o que ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX, encontravam-se isolados das instituições de ensino². Na esteira desse movimento, iniciou-se nos anos 20 uma série de manifestações visando a criação de universidades capazes de promover a pesquisa. A Sociedade Brasileira de Ciência, criada em 1916 e que veio transformar-se na Academia Brasileira de Ciências em 1922, e a Associação Brasileira de Educação, criada em 1924, tiveram um papel fundamental nesse movimento em prol da criação de universidades no país. Em 1932, é lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, recomendando também a criação de universidades capazes de integrar as atividades de ensino e a pesquisa³.

Essas manifestações visando a renovação do ensino superior começaram a dar os seus primeiros resultados em meados da década de trinta, quando são criadas as primeiras universidades institucionalizadas no país. Nesse sentido, em 1934, ocorreu a criação da Universidade de São Paulo e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal, esta última de curta vida. Embora estas tentativas tenham tido sucesso parcial, naquele momento, representaram referências fundamentais para experiências posteriores, visando o pro-

1 A partir de 1808, são criados a Academia Real da Marinha, o Curso de Cirurgia na Bahia, o de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro, a Academia Real Militar, cujo objetivo principal era fornecer formação de oficiais e engenheiros civis e militares. A propósito da criação das primeiras escolas superiores no país, ver Cunha (1980, pp. 62-131), Teixeira (1989, pp. 55-80), Covre (1977, pp. 18-43), Coelho (1999), e Sampaio (2000, pp.17-42).

2 Deve-se mencionar, entre outros, a criação, nesse período, do Museu Paraense Emílio Goeldi (1885), Instituto Agrônomo de Campinas (1887), o Instituto Bacteriológico de São Paulo (1893), o Museu Paulista (1893), o Instituto Butantã (1899), Manguinhos (1900), que em 1907 passou a se chamar Oswaldo Cruz. Esses e outros Institutos desempenharão um papel importante na constituição da comunidade científica do país. Sobre a formação desses Institutos, consultar Schwartzman (1979, pp. 83-137), Cordova et al (1986).

3 Com relação ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, ver Azevedo (s.d.), Romanelli (1978, pp. 142-154), Bomeny (2001a, pp.31-53).

cesso de renovação do ensino superior e, particularmente, para a integração das atividades de ensino e pesquisa⁴.

A criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, expressava o crescimento da atividade científica no país e exerceria, a partir de então, uma importante função na organização dos interesses do campo científico. Nos anos 1950 e 1960, a SBPC discutiu de forma recorrente, seja através de sua revista *Ciência e Cultura* ou em seus encontros anuais, a necessidade de realização de mudanças no ensino superior, transformando-se num ator estratégico na luta pela reforma universitária. A SBPC constituiu um dos espaços privilegiados de concepção da futura Universidade de Brasília, à qual atribuía-se uma elevada expectativa na renovação do ensino superior⁵.

Pouco tempo depois, em 1951, ocorreria a criação de dois organismos que constituiriam um divisor de águas no processo de institucionalização da pesquisa no país: o Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq (atualmente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), e a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior, a CAPES (atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O CNPq, que posteriormente desempenharia um papel fundamental na construção da pós-graduação nacional, foi criado a partir da convergência de interesses de técnicos do governo e militares e do segmento da comunidade científica nacional. Os seus objetivos iniciais eram responder pelas atividades na área de energia nuclear e promover a capacitação científica e tecnológica nacional⁶. A origem da CAPES remonta à formação de uma comissão para promover a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, presidida pelo então Ministro da Educação e coordenada por Anísio Teixeira por mais de doze anos, até 1963, quando este assumiu a reitoria da UNB.

Segundo levantamentos realizados, ocorreu nessa época uma grande movimentação de envio de estudantes brasileiros para o exterior. Entre 1953 a 1959, o fluxo médio anual de estudantes que se deslocaram para o exterior girava em torno de 1.200 pessoas, cifra essa que deve ser vista com cautela,

4 Quanto a uma apreciação crítica das iniciativas de criação de instituições universitárias no país no período entre a proclamação da República até o início da década de trinta, consultar Cunha (1980, pp. 177-203), Cardoso (1982). Quanto a uma apreciação das condições internas da própria USP que inviabilizaram a plena realização do seu projeto pioneiro, ver Fernandes (1984, pp. 11-54), Schwartzman (1979, pp. 177-214), Favero (2000).

5 A esse respeito, ver Fernandes (1989, pp. 88-139).

6 Quanto à criação do CNPq, ver Morel (1979); Souza-Paula (1984).

uma vez que os dados estatísticos para o período não são fidedignos e provavelmente tal número abrangia uma grande variedade de tipos de formação, compreendendo desde estágios profissionais, participação em cursos de especialização e/ou aperfeiçoamento, realização de mestrado ou doutorado. A CAPES, o CNPq bem como determinadas agências internacionais estiveram na condução desse processo intensivo de capacitação docente. No final dos anos 1950, muitos desses estudantes e docentes estavam de volta ao país e nos anos subsequentes passariam a assumir uma liderança intelectual e científica nas universidades, atuando ativamente na implantação dos primeiros cursos de mestrado e de doutorado no país⁷.

No mesmo período em que ocorria a criação da CAPES, o governo Truman, por razões de estratégia política e motivado pelo contexto da ‘guerra fria’, lançou um programa de cooperação técnica entre os Estados Unidos e a América Latina, denominado Ponto IV, resultando daí vários convênios com universidades e escolas brasileiras, procurando abranger as áreas de administração pública e orçamentária, economia, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, transporte e educação. Esse programa de cooperação promoveu a vinda de técnicos e professores americanos ao Brasil para desenvolver cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, tal como ocorreu, por exemplo, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (atualmente Universidade Federal de Viçosa)⁸. Além disso, concedeu também bolsas de mestrado e de doutorado a inúmeros estudantes brasileiros. Essa iniciativa vinha se juntar com as patrocinadas pela CAPES, CNPq e outras agências internacionais na formação de uma massa crítica que viria posteriormente participar da implantação da pós-graduação no país.

As conseqüências dessas iniciativas começaram a ser perceptíveis. Nesse sentido, inicia-se, no início da década de sessenta, a criação dos primeiros cursos de pós-graduação, próximos de uma modalidade *stricto sensu*, destacando-se aí, entre outros, a Universidade Federal de Viçosa, que inicia os seus cursos em 1961, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, na época denominada Universidade do Brasil, o Instituto de Tecnológico da Aeronáutica (ITA), a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP). O Instituto de Química da Uni-

7 Ver a este respeito, Oliveira (1960), Cordova et al (1986, pp. 17-19).

8 Ver a esse respeito, Capdeville (1989).

versidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1959, deu origem, em 1963, ao primeiro curso de pós-graduação em Engenharia Química da UFRJ, o qual veio servir de referência para a constituição da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da UFRJ⁹. Deve-se destacar também que a Universidade de Brasília, que iniciou as suas atividades em 1962, incluiu também a existência regular e permanente de cursos de pós-graduação, ao lado da introdução de outras significativas inovações acadêmicas no contexto do ensino superior brasileiro, tais como a extinção da cátedra, criação da carreira docente, instituição da estrutura departamental etc.¹⁰.

Os cursos de pós-graduação receberam uma referência explícita na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961* (LDB), quando, em seu artigo 69, dispunha que “nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído a graduação e obtido os respectivos diplomas; c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos”. Como pode-se perceber, o artigo 69 da LDB de 1961 elaborava uma formulação bastante genérica com relação à pós-graduação deixando aos órgãos acadêmicos competentes as definições necessárias¹¹.

Paralelamente a aprovação da LDB de 1961, ocorreu também, no final do governo de Juscelino Kubitschek, a criação de várias universidades federais, expressando uma forte presença do Estado no sistema de ensino superior. Na medida em que a federalização de escolas superiores, de uma maneira geral, resultou do processo de aglutinação de instituições isoladas, essas novas universidades não conseguiram, em seus primórdios, articular de maneira orgânica as atividades de ensino e pesquisa. O país dispunha, em 1964, de 35 universidades, a grande maioria delas pertencentes ao setor público. No entanto, o sistema universitário no seu conjunto permanecia sem tradição de pesquisa.

9 Com relação à criação da Coppe, ver Masssaraniet al (2002, pp. 9-58).

10 A respeito das inovações acadêmicas introduzidas pela Universidade de Brasília e os acontecimentos políticos que conturbaram a vida da instituição em seus primeiros anos de funcionamento, ver Ribeiro(1960), Salmeron (1998, pp. 41-67; 79-91; 163-224).

11 Brasil (1961).

Os primeiros anos da década de 1960 são marcados por um intenso movimento visando a reforma do ensino superior do qual participaram ativamente docentes, pesquisadores e estudantes, visando a modernização do sistema universitário. Em grande medida, esse movimento traduzia as aspirações de cientistas e de jovens pesquisadores que haviam recebido uma formação e treinamento no exterior e desejavam fazer da universidade um *locus* de produção e disseminação do conhecimento científico, integrando essa atividade com a formação profissional¹².

Com o golpe militar de 1964, a política educacional desenvolvida durante o período autoritário, principalmente em seus primeiros anos, buscou desmobilizar o movimento pela reforma universitária, dismantelando o movimento estudantil bem como controlando coercitivamente as atividades de docentes¹³. Ao lado de um conjunto de medidas repressivas, os responsáveis pela política educacional buscaram também vincular o sistema educacional ao desenvolvimento econômico que passava a ser comandado por uma lógica de crescente internacionalização econômica, processo esse iniciado em décadas anteriores¹⁴. Nesse sentido, o regime pós-64 implantou um sistema de fomento, procurando adequá-lo ao financiamento do desenvolvimento da ciência e tecnologia, tal como o BNDES, fornecendo auxílio através do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec, criado em 1964) e, posteriormente, a Finep administrando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT, criado em 1969). Ao ensino superior seria atribuído um papel estratégico no sistema de C&T e no processo de formação de recursos humanos altamente qualificados. Em grande medida, a instalação inicial da pós-graduação que ocorreria logo em seguida seria feita através desse sistema de financiamento¹⁵.

12 Quanto ao movimento da reforma da universidade brasileira nos anos 1960, consultar Fernandes (1984, pp. 153-174), Veiga (1985, pp. 86-97), Sanfelice (1986, pp. 17-67).

13 A propósito do dismantelamento das atividades estudantis, ver Poerner (1968), Martins Filho (1987), Fávero (1995, pp. 15-76), Fernandes (1984, pp. 75-112). Com relação à repressão ao corpo docente da Universidade de Brasília, ver Salmeron (1998, pp. 203-239), Pimenta (1984, pp. 13-41), Cardoso (2001, pp. 133-214).

14 Com relação ao processo de internacionalização da economia brasileira que vinha se delineando desde a década de 1950, ver Evans (1982, pp. 67-144), Belluzo e Coutinho (1983, vols. 1 e 2).

15 A propósito do financiamento da pós-graduação através do FUNTEC, do FNDCT e do papel desempenhado por José Pelúcio Ferreira na pós-graduação, ver Ferrari (2001).

Em 1965, o Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, solicitou ao Conselho Federal de Educação (CFE) uma definição e regulamentação dos cursos de pós-graduação, expressa no artigo 69 da LDB. Segundo o seu entendimento, a pós-graduação deveria estimular não apenas a formação de pesquisadores, mas também assegurar treinamento eficaz e de alto padrão a técnicos e trabalhadores intelectuais para fazer face ao desenvolvimento nacional em todos os setores. O aviso ministerial assinalava que a pós-graduação deveria servir para garantir a elevação dos níveis de qualidade das instituições de ensino já existentes e para atender à possível expansão quantitativa do ensino de terceiro grau, que efetivamente veio a ocorrer nos anos seguintes. Deve-se assinalar também que o Ministro da Educação manifestava claramente a sua preferência pela pós-graduação realizada em dois ciclos sucessivos, equivalentes aos graus de *Master* e de *Doctor*, de acordo com o sistema de pós-graduação americana.

A manifestação da Câmara do Ensino Superior através do Parecer 977/65 será de importância fundamental para a construção conceitual dos cursos de pós-graduação e para a própria configuração desse nível de ensino no país. Foi elaborado enquanto uma resposta de uma demanda do governo para a implantação da pós-graduação com vistas a atender às necessidades do desenvolvimento científico e tecnológico.

Tendo como Relator Newton Sucupira, o referido Parecer veio a definir e caracterizar os cursos de pós-graduação. Em seu entendimento, interpretando o espírito da LDB, o artigo 69 da LDB na *alínea* b, que separou os cursos de pós-graduação dos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, teve o mérito de considerar a pós-graduação como categoria própria e distinta. Esse Parecer distinguiu dois tipos de pós-graduação, os cursos de *stricto sensu* e os de *lato sensu*. Na primeira categoria, incluiu o mestrado e o doutorado, cujo objetivo seria de natureza acadêmica, de pesquisa e de cultura, tendo como compromisso o avanço do saber. Esses cursos, na medida em que estariam ligados à essência da universidade, deveriam se constituir atividades regulares e permanentes e conferir diplomas de mestre e de doutor, sendo que esse último corresponderia ao nível mais elevado na hierarquia dos cursos superiores. Deve-se assinalar que o Parecer 977/65 foi elaborado com razoável grau de flexibilidade, de modo que os cursos de pós-graduação pudessem passar por variações, em função das

particularidades de cada área do conhecimento e da margem de iniciativa das instituições de ensino¹⁶.

A implantação dos cursos de mestrado e de doutorado que viria a ocorrer em seguida seria, em larga medida, moldada pela conceituação de pós-graduação expressa pelo Parecer 977/65 e pelas normas de organização e credenciamento estabelecidas pelo Parecer 77/96 do CFE. Nos primeiros cinco anos de vigência do Parecer 77/69, foram analisados 202 pleitos de credenciamento de cursos, sendo que, destes, 101 foram colocados sob diligência pelo CFE e que a maioria deles era proveniente de instituições com pós-graduação previamente existente e que não se enquadrava nas novas normas estabelecidas pelo CFE¹⁷.

Em 1968, outro documento oficial voltaria a referir-se à pós-graduação. Trata-se do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária que retoma e reafirma várias passagens do Parecer 977/65, cujo Relator integrou também esse grupo de trabalho¹⁸. O documento elaborado assinalava que, apesar de certos progressos, a estrutura da universidade brasileira, constituída a partir de um conglomerado de faculdades isoladas e profissionalizantes, era anacrônica e inadequada para atender às necessidades e aos desafios apresentados pelo progresso da ciência e pelas transformações que estavam ocorrendo na conjuntura socioeconômica do país. Salientava com relação aos cursos de pós-graduação que, na universidade moderna, esse nível de estudo constitui a instância em que se desenvolve a pesquisa científica e ocorre a formação dos quadros do magistério. Nesse sentido, sua implantação

16 Numa de suas passagens, o Parecer 977/65 afirma que: “embora o mestrado e o doutorado representem um escalonamento da pós-graduação, esses cursos podem ser considerados como relativamente autônomos. Isto é, o mestrado não constitui obrigatoriamente requisito prévio para inscrição no curso do doutorado. É admissível que em certos campos do saber ou da profissão se ofereçam apenas programas de doutorado” (CFE, 1965). Quanto ao papel desempenhado por Newton Sucupira, Relator do Parecer 977/65, na educação superior do país, ver Bomeny (2001b).

17 O Parecer 77/69 foi elaborado por Newton Sucupira, o mesmo autor do Parecer 977/65. Estabelecia que o credenciamento dos cursos de pós-graduação seria concedido mediante Parecer do Conselho Federal de Educação aprovado pela maioria de seus membros e homologado pelo Ministro da Educação e Cultura. Contemplava os requisitos básicos para a organização e funcionamento dos cursos de pós-graduação, tais como a qualificação do corpo docente, sua produção científica, tradição de ensino e pesquisa do grupo, disponibilidade de recursos materiais etc.

18 Para uma apreciação crítica do documento elaborado pelo Grupo da Reforma Universitária, ver Fernandes (1975).

constituía uma condição básica para transformar a universidade brasileira em um centro criador de ciências, de cultura e de novas técnicas¹⁹.

O Grupo de Trabalho (GT) assinalava também que, na medida em que a pós-graduação deveria ser o lugar por excelência da formação dos docentes mais qualificados academicamente do ensino superior, a sua existência seria fundamental para melhorar os cursos de graduação. Face ao caráter inovador que a pós-graduação deveria ocupar no contexto do ensino superior, o GT destacava a necessidade de se promover *uma política nacional de pós-graduação* capaz de coordenar os esforços e de mobilizar recursos materiais e humanos para viabilizá-la. A execução dessa política *deveria ser de iniciativa e responsabilidade do governo federal* em função do volume de recursos necessários e do impacto que se desejava alcançar no contexto do ensino superior no país.

As propostas do GT foram formalizadas na Lei 5540/68 que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior. Apesar da Reforma Universitária de 1968 ter sido construída num contexto de autoritarismo político, conduzida por uma postura nitidamente refratária a uma participação de atores e instituições diretamente interessados em sua elaboração e implementação, tais como as universidades, institutos de pesquisa e representantes da comunidade científica, deve-se assinalar que determinadas medidas propostas por ela modernizaram certos aspectos do ensino superior do país. Na verdade, ela institucionalizou, através de mecanismos centralizadores, antigas reivindicações que vinham sendo perseguidas por parte da comunidade acadêmica e também pelo movimento estudantil, anseios esses que foram esboçados inicialmente pelos *Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, e que vinham sendo continuamente (re)atualizados por diferentes atores que buscavam a renovação do ensino superior no país. Nesse sentido, deve-se assinalar, por exemplo, que o GT de 1968 propôs a extinção das cátedras e sua substituição pelos departamentos, assim como a institucionalização da

19 Numa de suas passagens, o Relatório do Grupo de Trabalho afirmava que: “No que concerne à universidade brasileira, os cursos de pós-graduação, em funcionamento regular, quase não existem. O resultado é que, em muitos setores das ciências e das técnicas, o treinamento de nosso cientista e especialista há de ser feito em universidades estrangeiras. Além disso, uma das grandes falhas de nosso sistema universitário está praticamente na falta de mecanismos que assegurem a formação de quadros docentes (...). Daí a urgência de se promover a implantação sistemática dos cursos de pós-graduação a fim de que possamos formar nossos próprios cientistas, professores, bem como tecnólogos de alto padrão.” (REFORMA UNIVERSITÁRIA, 1968).

carreira docente, estabelecendo os princípios da indissolubilidade entre o ensino e a pesquisa, bem como a criação da dedicação exclusiva como um de seus componentes fundamentais²⁰.

Ao regulamentar os cursos de pós-graduação, a Lei 5540/68, em vários de seus artigos, incorporou os princípios e recomendações que encontravam-se contidas no Parecer 977/65. Dessa forma, por exemplo, o artigo 17 separou claramente os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da modalidade dos cursos de especialização e aperfeiçoamento, que foram incluídos na categoria *lato sensu*. Nessa mesma direção, o artigo 24 fortaleceu o papel legal do Conselho Federal de Educação com relação à regulamentação e supervisão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nos termos propostos pela 16ª conclusão do Parecer 977/65²¹.

Tudo leva a crer que a Lei 5540/68 deu um impulso ao crescimento futuro da pós-graduação na medida em que estabelecia, no seu artigo número 31, que a titulação acadêmica seria considerada como um dos critérios principais para ingresso e promoção na carreira docente. Em outro artigo, o de número 36, estipulava também que os programas de aperfeiçoamento de pessoal docente deveriam ser estabelecidos pelas universidades dentro de uma política nacional e regional definida pelo Conselho Federal de Educação e promovida pela CAPES e pelo CNPq. Ou seja, esses dispositivos estabeleceram um elo fundamental entre carreira docente e posse de títulos de mestre e doutor, assinalando a necessidade de uma política nacional de pós-graduação voltada para o aperfeiçoamento de quadros docentes, que deveria ser conduzida por agências de fomento do governo federal.

Se os Pareceres 977/65 e 77/69 tiveram uma importância na definição conceitual e na moldura legal da pós-graduação, os *Planos Nacionais de Pós-Graduação* (PNPG) constituíram um outro elemento crucial na construção do sistema, imprimindo uma direção para sua consolidação e institucionalização. Através deles realizaram-se diagnósticos sobre a situação da pós-graduação e foi formulado um conjunto de metas e de ações que em grande

20 Quanto à relação entre o período autoritário e a institucionalização da pós-graduação, ver Neves Cavalheiro (1997).

21 A 16ª conclusão do Parecer 977/65 assinalava que: “os cursos de pós-graduação devem ser aprovados pelo Conselho Federal de Educação para que seus diplomas sejam registrados no Ministério da Educação e possam produzir efeitos legais. Para isso, o Conselho Federal baixará normas fixando critérios de aprovação dos cursos” (CFE, 1965). As normas foram estabelecidas em 1969 pelo Parecer 77/69 (CFE, 1969).

parte foram cumpridas. É, no contexto da execução desses planos, que a CAPES, que se transfere para Brasília em 1974, se conformaria e fortaleceria enquanto agência de fomento da pós-graduação²².

Deve-se assinalar que o I PNPG (1975-1979) foi elaborado num momento de abundância de recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do qual a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) era a Secretaria Executiva e executora de fomento, sendo a CAPES e o CNPq seus usuários. Esses recursos permitiriam a expansão dos programas de bolsas de estudo e a criação de inúmeros cursos de pós-graduação.

O I PNPG partia da constatação de que o processo de expansão da pós-graduação havia sido até então parcialmente espontâneo, pressionado por motivos conjunturais, e que, a partir daquele momento, deveria se tornar objeto de planejamento estatal, considerando a pós-graduação como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, como parte integrante do sistema educacional. Deveria estar articulado com as políticas de desenvolvimento traçadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) bem como pelo II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).

Destacam-se duas questões centrais nesse primeiro plano: o desenvolvimento econômico do país necessitava de recursos humanos de nível superior para alavancar os setores modernos da economia e havia a necessidade de integração das atividades da pós-graduação dentro da própria universidade. A capacitação docente era fundamental na medida em que o ensino superior era considerado um setor de formação de recursos humanos para os demais níveis de ensino e para a sociedade, enquanto que à pós-graduação cabia a formação de recursos humanos para o ensino superior. Também a integração da pós-graduação na universidade era essencial, dado o isolamento e a desarticulação das suas atividades iniciais em função da diversidade de fontes e formas de financiamento, geralmente externos ao orçamento da universidade.

Como o objetivo central era a expansão da pós-graduação visando à capacitação docente das instituições de ensino superior, as metas principais eram o aumento da titulação e das vagas nos cursos de mestrado e de dou-

22 Com relação à importância dos PNPGs na construção da pós-graduação nacional e sua articulação com o sistema de macroplanejamento instaurado no período pós-64, ver Martins (1999).

torado. Também se ressaltava que, na distribuição regional e setorial dos novos cursos, deveria ser considerado o papel estratégico representado pelas áreas científicas básicas das quais dependeria toda a potencialidade do ensino superior e da produção científica. Para a execução dessas metas, eram propostas a concessão de bolsas de tempo integral para alunos, a criação do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) e a admissão de docentes, de forma regular e programada, pelas instituições universitárias em função da ampliação da pós-graduação.

A CAPES passou a desempenhar um papel importante na implantação da política de pós-graduação delineada pelo I PNPG, na medida em que assumiu a responsabilidade de organizar o Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), que possuía o objetivo de estimular as instituições de ensino superior a desenvolver seus recursos humanos por meio de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Esse programa induziu as instituições que desejassem participar a criar uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que deveria planejar as áreas acadêmicas nas quais pretendia concentrar a formação de seus recursos humanos²³.

O contexto de elaboração e execução do II PNPG (1982-1985) coincide com uma forte crise econômica no país, o que implicou numa retração de recursos de financiamento da pós-graduação. Apenas para se ter uma referência, no ano de 1983, o PIB caiu 5% e a inflação atingiu o patamar de 211%. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi esvaziando-se gradativamente, de tal modo que houve um comprometimento da distribuição de recursos que se fazia anteriormente no sistema CAPES/CNPq/FINEP de tal maneira que, num certo momento, a CAPES passou a não receber mais nenhum recurso proveniente do FNDCT. Nesse sentido, ele distanciou-se da estratégia expansionista do Plano anterior.

O II PNPG foi elaborado em consonância com as orientações do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). A sua ênfase recai sobre a quali-

23 Com relação à capacitação docente, o I PNPG, em uma de suas passagens, afirma que: “as instituições de ensino superior devem, a partir de agora, concentrar esforços e iniciativas para a melhoria de qualificação de seus recursos humanos, para poder cumprir, a médio prazo, os objetivos de formação autônoma de grupos e núcleos capacitados a preencher áreas deficientes e abrir áreas novas em seus programas de ensino e pesquisa. Esses programas de capacitação serão de iniciativa das instituições e deverão ser apoiados e coordenados pelo Ministério da Educação e Cultura” (BRASIL, 1982).

dade do ensino superior e, mais especificamente, da própria pós-graduação. Propõe-se a consolidação da avaliação que já existia desde 1976 e a participação da comunidade científica nas decisões sobre a política de pós-graduação e no processo de avaliação, visando à criação de bases seguras para o desenvolvimento futuro da pós-graduação. A ênfase na qualidade dependeria do aumento gradativo da eficiência e confiabilidade dos sistemas de informação e avaliação do desempenho dos programas de pós-graduação, bem como do estabelecimento de critérios e de mecanismos de avaliação conhecidos e aceitos pela comunidade científica²⁴.

O segundo problema que o II PNPG pretendia solucionar era a adequação do sistema às necessidades do país, seja em termos de sua produção científica, seja em função do aumento da capacidade tecnológica e produtiva, aparecendo pela primeira vez, no planejamento da pós-graduação, a vinculação com a questão tecnológica e com o setor produtivo. O sistema deveria melhor se dimensionar tendo em vista as especificidades de cada área de conhecimento, os tipos de qualificação requeridos e as necessidades regionais. Além de manifestar uma preocupação com a formação de recursos humanos para o mercado de trabalho não-acadêmico, o II PNPG dava uma certa ênfase nos cursos de pós-graduação *lato sensu* nas diferentes áreas, com o objetivo de criar alternativas para os alunos e para atender a demanda de mão-de-obra altamente especializada.

A consolidação do processo de avaliação, que, efetivamente, veio a ocorrer e cujo aprimoramento constante passou a ser uma preocupação recorrente dos dirigentes da CAPES, constitui um outro elemento fundamental – ao lado da moldura legal dos Pareceres 977/65 e 77/69, dos Planos nacionais de pós-graduação – na configuração da pós-graduação nacional. Por outro lado, a avaliação conduzida pelas Comissões de Consultores Científicos, portanto

24 Ao explicitar a questão da qualidade como um dos problemas centrais a ser enfrentado, o documento do II PNPG assinala que: “Todos os esforços de consolidação e de desenvolvimento implícitos neste Plano têm como meta o aumento qualitativo do desempenho do sistema como um todo, criando estímulos e condições favoráveis, bem como acionando mecanismos de acompanhamento e avaliação (...). A ênfase na qualidade dependerá, na sua operacionalização, do aumento gradativo da eficiência e confiabilidade dos sistemas de informação e avaliação quanto ao desempenho dos programas de pós-graduação; do estabelecimento de critérios e de mecanismos de avaliação conhecidos e aceitos como legítimos pela comunidade... Para a consolidação e a melhoria dos sistemas de informação e avaliação, é fundamental a participação direta e ativa da comunidade acadêmica e científica em geral e das universidades e centros de pós-graduação em particular” (BRASIL, 1982).

pela comunidade científica, permitiu a CAPES assumir, de forma gradativa, uma centralidade na condução da política de pós-graduação nacional²⁵.

Apesar do progresso na implantação da pós-graduação e do referencial de qualidade por ela estabelecido, o III PNPG (1986-1989), que contou com a participação do Conselho Técnico Científico da CAPES na sua elaboração, alertava também para a necessidade de uma maior articulação entre agências de fomento governamentais com interface à pós-graduação, especialmente CAPES e CNPq. Acrescentava também a necessidade de institucionalização da pesquisa como elemento indissociável da pós-graduação e sua integração ao sistema nacional de ciência e tecnologia. Estabelecia também a universidade como ambiente privilegiado para a produção de conhecimento, enfatizando-se o seu papel no desenvolvimento nacional. Os objetivos desse Plano eram a consolidação e a melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação, a institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação e a sua integração ao setor produtivo²⁶.

As ações implementadas pelos PNPGs possibilitaram a construção de um amplo sistema de bolsas no país e no exterior que contribuiu de forma efetiva para a capacitação de docentes e de pesquisadores que atuam no ensino superior do país, bem como para a organização de uma política de auxílio financeiro aos programas de pós-graduação. No bojo das recomendações desses Planos, ocorreu também a implantação e ampliação gradativa das comissões de consultores científicos para avaliar os pleitos das áreas, o

25 A constituição dos Comitês de Consultores Científicos permitiu à CAPES, a partir da metade da década de 1970, iniciar um processo de avaliação dos cursos de pós-graduação então existentes. Desde então, estabeleceu-se uma tradição no interior da Agência de uma sistemática de análise de pleitos calcada em mérito acadêmico, bem como uma estreita vinculação entre política de fomento dos programas de pós-graduação e o seu desempenho no processo de avaliação.

26 Entre as diretrizes gerais do III PNPG, destacavam-se: a) estimular e apoiar as atividades de investigação científica e tecnológica que deveriam transcender o processo de capacitação de pessoal de alto nível e se constituir em condição necessária para a realização da pós-graduação, como parte essencial do sistema de ciência e tecnologia; b) consolidar as instituições universitárias enquanto ambientes privilegiados de ensino e de geração de conhecimento e promover a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação através de verbas orçamentárias específicas. As estratégias propostas visavam a aperfeiçoar o sistema de acompanhamento e avaliação da pós-graduação; promover a integração entre as atividades de pesquisa e de pós-graduação com a graduação; valorizar a pós-graduação lato sensu para atender à heterogeneidade de demanda das áreas e do mercado de trabalho; aumentar a oferta de bolsas e o seu poder aquisitivo; reforçar o programa de bolsas no exterior através de uma política seletiva de concessão desta demanda, considerando a situação de cada subárea e a capacidade de formação interna; apoiar revistas científicas brasileiras que tivessem padrão internacional; assegurar a diversidade de fontes de financiamento para aquisição de periódicos científicos, a fim de garantir os recursos bibliográficos indispensáveis aos cursos de pós-graduação (BRASIL, 1986).

que envolveu por parte da CAPES a prática de estabelecer uma consulta à comunidade acadêmica para a sua composição.

O planejamento inicial da pós-graduação, consubstanciado fundamentalmente nos três PNPGs iniciais, permitiu seu crescimento de forma ordenada, ao contrário do que ocorreu com a graduação nacional, que, de forma geral, estruturou-se a partir de uma relação oferta e procura de demanda de acesso ao ensino superior. Os PNPGs continuaram a oferecer um suporte para a expansão da pós-graduação no país. Nessas últimas seis décadas, a pós-graduação tem se constituído o instrumento fundamental de modernização do ensino superior no país, alterando profundamente a sua fisionomia e forma de ser. Através dela, instalou-se uma competência acadêmica por todo o país e, na sua esteira, ocorreu também o processo de institucionalização da pesquisa no interior de determinadas universidades. Não seria incorreto dizer que a pós-graduação, pelos resultados apresentados e pelo seu padrão de qualidade, constitui a dimensão mais exitosa do sistema de ensino no país.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. (s.d.), *A educação entre dois mundos*. São Paulo: Edições Melhoramentos.

BELLUZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata (org.). (1983), *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. vols. 1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense.

BOMENY, Helena. (2001a), *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

BOMENY, Helena. (2001b), *Newton Sucupira e os rumos da educação superior*. Brasília: CAPES; Biblioteca Anísio Teixeira; Editora Paralelo 15.

BRASIL. Congresso Nacional. (1961), *Lei 4.024 Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial, 22 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (1975), *I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (1975-1979)*. Brasília: CAPES.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (1982), *II Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (1982-1985)*. Brasília: CAPES.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (1986), *II Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (1986-19859)*. Brasília: CAPES.

CAPDEVILLE, Guy. (1989), *A formação do profissional agrícola de nível superior no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CARDOSO, Irene. (1982), *A Universidade da Comunhão Paulista; o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez Editora.

CARDOSO, Irene. (2001), *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34.

CFE – Conselho Federal de Educação. (1965), Parecer CFE n. 977/65, 3 dez. 1965 (Parecer Sucupira). Brasília: CFE.

CFE – Conselho Federal de Educação. (1969), Parecer CFE n.77/69, 10 fev. 1969. Normas do credenciamento dos cursos de pós-graduação. Brasília: CFE.

COELHO, Edmundo Campos. (1999), *As profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record.

CORDOVA, Rogério; GUSSO, Divonzir; LUNA, Sérgio Vasconcelos. (1986), *Pós-Graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília: MEC/CAPES/UNESCO.

COVRE, Maria de Lourdes. (1977), *A universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

CUNHA, Luis Antônio. (1980), *A Universidade temporã: o ensino superior da colônia a era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

EVANS, Peter. (1982), *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FÁVERO, Maria de Lourdes. (1995), *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

FÁVERO, Maria de Lourdes. (2000), *Universidade e Poder*. Brasília: Editora Plano.

FERNANDES, Ana Maria. (1989), *A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: CNPq/ANPOCS/Editora UnB.

FERNANDES, Florestan. (1975), *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

FERNANDES, Florestan. (1984), *A questão da USP*. São Paulo: Editora Brasileira.

FERRARI, Amílcar Figueira. (2001), *José Pelúcio Ferreira e a pós-graduação no Brasil*. Brasília: CAPES. Biblioteca Anísio Teixeira. Série Biografias; Editora Paralelo 15.

MARTINS FILHO, João Roberto. (1987), *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus.

MARTINS, Ricardo. (1999), *A pós-graduação no Brasil: situação e perspectivas*. Núcleo de Estudos sobre o Ensino Superior da Universidade de Brasília. Brasília: Nesub.

MASSARANI, Giulio; MASSARANI, Luisa; COSTA, Terezinha. (2002), *Alberto Coimbra e a Coppe*. Brasília: CAPES/Biblioteca Anísio Teixeira. Séries Biografias; Editora Paralelo 15.

MOREL, Regina. (1979), *Ciência e Estado; a política científica no Brasil*. São Paulo: Editora T. A Queiroz.

NEVES, Margarida de Souza; CAVALHEIRO, Esper. (1997), Entre a memória e o projeto: o momento atual da pós-graduação no Brasil. In: PALATNIK, M. et al. (org.). *Anais do simpósio A Pós-Graduação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ. pp.49-69.

OLIVEIRA, José Carvalho de. (1960), *A formação de pessoal de nível superior e o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: CAPES.

PIMENTA, Aluísio. (1984), *Universidade: a destruição de uma experiência democrática*. Petrópolis: Editora Vozes.

POERNER, Arthur José. (1968), *O poder jovem*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

REFORMA Universitária: relatório do Grupo de Trabalho. (1968), *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 50, n. 111, pp. 119-175.

RIBEIRO, Darcy. (1960), *Universidade de Brasília*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. (1978), *História da Educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis: Editora Vozes.

SALMERON, Roberto. (1998), *A Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

SAMPAIO, Helena. (2000), *Ensino Superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Editora Hucitec.

SANFELICE, José Luís. (1986), *Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Editora Autores Associados.

SCHWARTZMAN, Simon. (1979), *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Finep; Companhia Editora Nacional.

SOUZA-PAULA, Maria Carlota. (1984), *Política de Formação de Recursos Humanos para a pesquisa: o caso do Brasil*. Brasília: CNPq.

TEIXEIRA, Anísio. (1989), *Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

VEIGA, Laura da. (1985), Reforma Universitária na década de 60: origens e implicações político-institucionais. *Revista Ciência e Cultura*, v. 37, n. 7, pp. 86-97.

A pós-graduação em Sociologia e a experiência de avaliação da CAPES

Sérgio Adorno*

José Ricardo Ramalho**

RESUMO

Este artigo relata a experiência de avaliação dos programas e cursos de pós-graduação, acadêmicos e profissionais, no período de 2004 a 2009. Tem por foco as principais inovações que foram introduzidas nesse período, no tocante ao conceito de avaliação aplicado a essas modalidades de formação de recursos humanos, aos critérios e mecanismos que foram se firmando, às metodologias geral e específicas empregadas, às métricas adotadas e, em especial, à construção de dois instrumentos fundamentais: o *Qualis* Periódicos e o *Qualis* Livros. Com base nos documentos de área e nos relatórios de avaliação, buscou-se desenhar o perfil da área de sociologia, que compreende também os programas de ciências sociais. O artigo não persegue um objetivo crítico tanto à ideia de avaliação quanto aos seus procedimentos, pois focaliza o encadeamento de ações que resultam no processo avaliatório. Não obstante, o artigo não se furta de tecer considerações sobre problemas e questões que desafiam a área e mesmo a filosofia da avaliação.

Palavras-chave: avaliação trienal; CAPES; pós-graduação; sociologia.

* Professor Titular em Sociologia da FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, fez Pós-Doutorado junto ao Centre de Recherches Sociologiques sur Le Droit et Les Institutions Pénales (França). Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Secretário Executivo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Coordenador da Área de Sociologia da CAPES e ex-Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP.

** Professor Titular em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez Pós-Doutorado na Universidade de Londres (UK). Foi Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (UFRJ), Coordenador Adjunto da Área de Sociologia da CAPES.

ABSTRACT**THE GRADUATE PROGRAMS IN SOCIOLOGY AND THE EXPERIENCE OF CAPES'S EVALUATION**

This article reports on the evaluation experience of graduate programs, academic and professional, from 2004 to 2009. It focuses on the main innovations that were introduced in this period, regarding the concept of evaluation applied to these modalities of formation of human resources, the criteria and mechanisms that have been established, the general and specific methodologies used, the metrics adopted and, in particular, the construction of two fundamental instruments: *QualisPeriodicos* (Hierarchic Classification of Academic Journals) and *QualisLivros* (Hierarchic Classification of Book). Based in the documents of Sociology area and in the evaluation reports, it has sought to draw the profile of the graduate studies in the area of sociology, which also includes social science programs. The article does not pursue a critical objective for both the idea of evaluation and its procedures, since it focuses on the chain of actions that result in the evaluation process. Nevertheless, the article does not shy away from making considerations about problems and issues that challenge the area and even the philosophy of evaluation.

Keywords: triennial evaluation; CAPES; graduate studies; sociology.

Introdução

O objetivo deste capítulo é descrever a experiência de avaliação dos Programas de Sociologia, realizada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, nos triênios de 2004-2006 e 2007-2009, sob coordenação dos autores. Esse período é caracterizado, por um lado, pelo crescimento dos cursos e programas de pós-graduação no país, tendência igualmente presente na área de sociologia¹. Por outro, é caracterizado pela introdução de novas diretrizes de avaliação, as quais, guardadas pequenas mutações que foram agregadas às subseqüentes avaliações (2010-2016), mantiveram sua estrutura e eixos fundamentais.

O fortalecimento recente da Sociologia no Brasil é seguramente resultado de um concurso de forças e circunstâncias. Conforme observado em pequeno ensaio sobre as origens sociais e institucionais da ANPOCS (ADORNO, 1999)²,

1 A área de Sociologia congrega também os Programas de Ciências Sociais, cuja singularidade será explicitada mais à frente.

2 Trata-se de paper preparado para o XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística – ANPOLL, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), de 5-6 julho de 1999, no Grupo de Trabalho 2 – *As Associações Científicas e a Circulação do Saber*. Não publicado.

desde meados da década de 1950, as ciências sociais no Brasil e no mundo vêm conhecendo expansão, desenvolvimento e especialização interna. Desde fins da Segunda Guerra Mundial, assiste-se a um progressivo movimento, no campo das humanidades, de substituição da tradição intelectual herdada do iluminismo oitocentista e do humanismo liberal do século XIX, constituída em torno da erudição universalista e do intelectual como sábio, por novos eixos: o conhecimento especializado e a organização racional do empreendimento de pesquisa (COMISSÃO GULBENKIAN, 1996). Por certo, esse movimento está relacionado com outras forças, tais como as novas configurações do mercado, da geopolítica e do interesse cada vez maior pela investigação de sociedades e culturas com histórias e tradições distintas da ocidental moderna. As rápidas transformações ditadas pelos processos de produção e organização do trabalho, a integração mundial dos mercados, a expansão da democracia em sociedades recém-egressas de organizações até meados do século passado e ainda pouco influenciadas pela modernização social, o contato entre distintas culturas – tudo isso contribuiu para tornar as relações sociais mais densas e complexas com incursões, em espaço de uma ou duas gerações, em todas as áreas da vida associativa e do mundo subjetivo. Em suas múltiplas perspectivas, problemas sociais passam a requerer respostas objetivas, razão de sua incorporação ao universo da explicação científica.

Nunca é demais lembrar que, ao menos no Brasil, impulsos intelectuais também podem ser identificados no cenário político, social e institucional, marcado pela vigência da ditadura militar (1964-85), e no curso dos processos de transição e consolidação democráticas. O esforço para entender as razões do golpe militar e seus futuros desdobramentos, como o aprofundamento da sociedade capitalista no Brasil com todas as consequências em termos de reconfiguração das classes sociais e dos processos de participação e representação políticas, ensejou olhares focalizados no mercado, na indústria, na urbanização, na mobilidade social, nas relações entre sociedade civil e Estado, nas diferentes formas de organização da vida social no campo e nas cidades, nas lutas sociais em torno da propriedade agrária e urbana, nas manifestações culturais que combinavam tradição e mass mídia, entre outros. Mais do que nunca, para além do *ensaísmo* criativo dos pioneiros, cuidava-se agora, de traduzir problemas sociais em problemas de investigação científica, com apoio em fundamentos teórico-conceituais bem armados e segundo métodos e procedimentos técnicos capazes de conduzir a observação a resultados passíveis de comprovação.

Esse movimento se aprofunda com a institucionalização das ciências sociais, para o que foram vitais a expansão do ensino universitário, inclusive no campo das humanidades e das ciências sociais, assim como o papel desempenhado por agências internacionais voltadas, inicialmente, para a formação de recursos humanos qualificados e para o desenvolvimento de pesquisa básica (MICELI, 1993; ADORNO; CARDIA, 2002), em especial a Fundação Ford, a Interamerican Foundation e a Comissão Fulbright. Nessa mesma direção, foi e tem sido estratégico o apoio das agências de fomento como CNPq, CAPES, FINEP e as FAPs, assim como também tem sido o fortalecimento das associações científicas como ANPOCS, ABA, ABCP e SBS. Cada uma delas em particular teve destacada importância nos rumos da profissionalização das ciências sociais no Brasil, sobretudo sua especialização em três campos: antropologia, ciência política e sociologia.

O desenvolvimento da sociologia é, em grande medida, tributário dessa constelação de forças e impulsos, não obstante guarde as suas singularidades³. Mais recentemente, esse desenvolvimento revela relação próxima com a consolidação dos programas de pós-graduação. Entre as principais razões que estimularam este processo, está a iniciativa da CAPES de sofisticar e apurar os mecanismos de avaliação e de criar padrões de qualidade, de modo a deixar mais transparentes hierarquias de mérito e atribuição de recursos financeiros. Acreditar que a construção desses mecanismos poderia trazer um debate positivo para melhor qualificação desse campo científico foi o principal motivo que nos levou a aceitar permanecer por dois mandatos seguidos - 2005-2010 - na coordenação de área da CAPES.

Em verdade, desde fins dos anos 90 e início da década seguinte, já se pronunciavam inquietações, tanto nos programas de pós-graduação quanto na agência de fomento e avaliação, relativamente ao imperativo de modernizar, por assim dizer, seus procedimentos, de forma a torná-los mais e mais transparentes e sujeitos à verificação externa. A nova era da avaliação, desencadeada principalmente ao longo dos anos 2000, ficou marcada por muitas discussões dentro da agência, pela introdução de mecanismos mais precisos

3 Não é o caso de descrever tais singularidades. Certamente, têm a ver não apenas com as tendências europeias e norte-americanas vigentes entre meados dos anos 40 até fins dos anos 60, mas com as missões estrangeiras acadêmicas que visitaram o país e com a incorporação de professores estrangeiros aos quadros docentes dos cursos de ciências sociais que estavam sendo criados.

de mensuração, especialmente da produção bibliográfica, e pelas recorrentes oposições entre as diversas áreas da ciência. O fato de um de nós (Sérgio Adorno) fazer parte do Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES, como um dos representantes da área de Humanas, permitiu também uma intervenção mais efetiva na permanente disputa entre concepções diferenciadas sobre a validade das ciências e sobre a sua legitimidade na discussão de critérios, classificações e recursos financeiros.

Essas novas diretrizes implicaram, de início, uma nova postura das humanidades em geral e das ciências sociais em particular. A nossa atitude política evitou reiterar a tradicional queixa da área de humanas de se apresentar como incompreendida no confronto com os pares de outras áreas. A opção foi defender a nossa especificidade assegurando padrões de qualidade acadêmica e, a partir desses parâmetros, não se furtar a comparações com todas as áreas da ciência. Um bom exemplo disso pode ser visto na introdução dos livros como critério relevante para qualificar a produção bibliográfica dos programas de pós-graduação no último triênio. A simples admissão desse critério por parte do CTC representou um avanço, apesar do debate intenso que suscitou, granjeando suspeitas de subjetividade e pouco rigor na avaliação.

Na mesma direção, outro aspecto que exigiu um grande empenho da nossa coordenação e do comitê de área foi a classificação de periódicos conforme o *Qualis*. Também aqui houve um grande debate dentro da CAPES, e o hábito de publicar em revistas científicas se incorporou gradativamente como um dos principais pontos do processo de avaliação dos programas da Grande área de Humanas. Pode-se argumentar que esta necessidade adquiriu importância por ser uma prática tradicional das outras áreas, que pouco a pouco foi se colocando como imperativa junto aos sociólogos e demais cientistas sociais. Nossa atuação, no entanto, ocorreu no sentido de reconhecer o papel relevante dos periódicos na divulgação do trabalho científico e na importância da avaliação por pares como forma de garantir um grau de isenção na escolha dos artigos a serem publicados.

A consolidação das diretrizes de avaliação no período focalizado foi resultado de uma série de iniciativas. Primeiramente, é preciso destacar o acúmulo de experiência de avaliação retido pelos Comitês da área de Sociologia que precederam nossa coordenação. Essas experiências indicaram que reuniões e diálogos periódicos e frequentes com as coordenações dos cursos e

programas de pós-graduação, seja em convocações especiais, seja nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, assim como das sociedades científicas (Associação Brasileira de Antropologia – ABA, Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP ou da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS), se revelaram fundamentais para o estabelecimento de consensos mínimos a respeito de mecanismos e critérios de avaliação. Além do mais, igualmente importantes foram as reuniões com as coordenações de outras áreas das humanidades, ocorridas, sobretudo, em momentos de CTC ampliado, assim como os diálogos com a Diretoria de Avaliação. Essa sorte de fortalecimento e também de amadurecimento da área em seu conjunto está registrada em documentos – Documentos de Área e nos Relatórios de Avaliação, os quais constituem a base das informações contidas neste artigo, muitas vezes seguidas de comentários extraídos da experiência subjetiva de seus autores.

O texto está fundamentado nos relatórios de avaliação trienal da área. Em muitas passagens, que descreviam critérios e procedimentos, foi necessário conservar a redação anterior, ainda que de forma resumida. A exposição está dividida em quatro partes. Na primeira, tratamos de uma questão propriamente conceitual: o que é avaliar programas de pós-graduação? Na segunda, comentamos os critérios de avaliação. Na terceira, apresentamos o perfil da pós-graduação, no período considerado, bem como alguns dos resultados alcançados, de forma que se possa compará-lo com os perfis desenhados nas avaliações posteriores. Por fim, na quarta parte, elaboramos breve reflexão sobre avanços, dilemas e problemas e agenda para as próximas etapas. Na exposição dos resultados, optamos, salvo exceções, em indicar os resultados gerais da área, sem menções específicas aos programas. Optamos também por destacar apenas alguns dos resultados que nos pareceram melhor caracterizar os avanços da área. Evitamos detalhes excessivos sobre a operacionalização dos critérios e das métricas, cuja metodologia se encontra justamente no relatório de avaliação. Por fim, este texto privilegiou o triênio 2007-2009. Ainda que sejam possíveis inúmeras comparações com o triênio anterior 2004-2006, foi naquele último triênio que os critérios e as métricas foram aperfeiçoados, melhor traduzindo as características e tendências da área.

1. A avaliação de Cursos e Programas de Pós-Graduação

Há, na comunidade científica em geral, certa incompreensão do que consiste, em si mesmo, a avaliação de cursos de programas de pós-graduação. Não raro, confunde-se essa sorte de avaliação com avaliações de outra natureza e com outros objetivos, como a avaliação de um grupo de pesquisa ou mesmo a avaliação de um pesquisador individual. Não sem motivos, muitos creem que a produção bibliográfica, segundo padrões rígidos definidos pelas áreas, consiste na essência mesma da avaliação dos programas de pós-graduação, ao que vêm se associar outras percepções, tais como a de que programas de excelência são aqueles que concentram a nata dos pesquisadores de uma área determinada. Desde que fomos alcançados à posição de coordenadores do Comitê de Sociologia, buscamos compreender os fundamentos conceituais do processo avaliatório.

O que se pretende com esse processo é justamente avaliar a qualidade dos recursos humanos formados, em níveis de mestrado e de doutorado. A hipótese que sustém esse propósito é o reconhecimento de que essa formação é resultado do concurso de inúmeras ações intervenientes que concorrem, sob a forma de fluxo e de seu encadeamento, para o desfecho final, isto é, a produção de dissertações e teses, cuja qualidade deve influir no destino final dos egressos, em sua inserção no mercado de trabalho, seja em universidades, em centros de pesquisa, ou em empresas, organizações governamentais e não-governamentais. Supõe-se, por conseguinte, que recursos humanos qualificados, segundo exigências e padrões elevados de desempenho profissional e ocupacional, deverão estar posicionados nos setores estratégicos das políticas públicas, governamentais ou não, ou igualmente em áreas do mercado capazes de impulsionar o crescimento econômico, elevar níveis de produtividade e construir alternativas para melhor distribuição da riqueza e da justiça social.

Os dois eixos fundamentais da avaliação consistem em: corpo docente e corpo discente. Por um lado, trata-se de focalizar a composição e qualificação acadêmica do corpo docente bem como o conjunto de suas atividades. Guardadas as singularidades entre as áreas, a observação deste objetivo se realiza mediante ênfase em determinadas linhas de ação. Na área de Sociologia, essas ênfases consistiram em: a) no ensinamento de fundamentos teóricos e metodológicos; b) no desenvolvimento com autonomia de projetos de

pesquisa científica (domínio na identificação de problemas sociais, tradução em problema de investigação, delimitação de recortes temáticos especializados e aplicação de métodos e técnicas); c) na divulgação dos resultados de pesquisa em fóruns acadêmicos e através de publicações qualificadas; d) na orientação de graduandos e pós-graduandos com vistas à reprodução de novos pesquisadores; e) na contribuição para a construção institucional de novos programas de pós-graduação bem como para a consolidação institucional da área de sociologia e ciências sociais em seu conjunto; f) na divulgação do conhecimento científico para públicos não-acadêmicos.

Quanto ao corpo discente, a avaliação é feita de modo indireto e direto. Primeiramente, no que concerne ao modo indireto, a análise das relações de adequação entre áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e estrutura curricular sob a forma de disciplinas obrigatórias e eletivas permite avaliar o quão adequada é a formação. Quanto ao modo direto, consiste justamente em concentrar a observação em atividades próprias ao estágio de formação, como participação em grupos de pesquisa ou laboratórios, preparação de comunicações para divulgação em eventos científicos, publicações autorais ou em coautoria, publicação dos resultados de suas dissertações ou teses em veículos científicos qualificados.

Todo esse processo deveria se consolidar com a análise do destino dos egressos dos cursos e programas de pós-graduação. No período focalizado neste texto, não foi possível avançar nesse requisito. Há dificuldades de ordem metodológica e institucional que, àquela época, não possibilitavam um conhecimento preciso da inserção dos recém-formados. Verificou-se, por exemplo, ser possível perfilar o destino daqueles que haviam recebido bolsa da agência de fomento em direção às universidades ou órgãos públicos. Porém, não havia possibilidade de seguir o destino dos não-bolsistas (cujo número não é pequeno, como se sabe) ou mesmo daqueles cuja inserção se deu no mercado privado.

De todo modo, esse pequeno esclarecimento teve por finalidade demonstrar que a avaliação concentrada na produção bibliográfica não logra dar conta da complexidade do processo de formação de recursos humanos qualificados. Certamente, como se procurará demonstrar mais à frente, a produção é requisito importante se associado a outros requisitos que igualmente respondem pelo encadeamento das ações pedagógicas em torno de um objetivo comum. Assim, se, na área de Sociologia, a produção bibliográfica

sempre foi examinada com cuidado de forma a destacar sua relevância tanto na atualização do corpo docente e de sua inserção em circuitos de pesquisa nacionais e internacionais, quanto no seu impacto na difusão do conhecimento, nem por isso foi considerado critério divorciado e destacado no conjunto do processo avaliatório.

2. Critérios de Avaliação

A avaliação de programas de pós-graduação é um processo complexo. Envolve moroso e cuidadoso planejamento, elaborado a partir de reuniões tanto com coordenadores de programas de pós-graduação, em convocações ocorridas seja nas dependências da CAPES, seja nas reuniões anuais e bianuais da ANPOCS e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), quanto com a Diretoria de Avaliação e o corpo técnico da agência de fomento. Envolveu também visitas periódicas aos programas de pós-graduação. No longo período de 2004-2009, todos os programas de pós-graduação foram visitados, inclusive programas recém-credenciados, programas consolidados e aqueles para os quais havia sinalização do comitê de área para acompanhamento. Durante o biênio 2004-2006, além das visitas periódicas, houve duas avaliações gerais: uma preliminar, realizada no meio do período com vistas a apontar problemas e indicar sugestões para ajustes, e a final, ocorrida no ano de 2007. No triênio seguinte, não houve avaliação intermediária, apenas as visitas periódicas.

Esse planejamento ganha materialidade em dois documentos: o chamado Documento de Área, que estabelece os critérios e as métricas que serão empregadas; e a Ficha de Avaliação, cujo desenho, aperfeiçoado no curso do planejamento, permite operacionalizar o exame de quesitos, atribuir conceitos, consignar o desempenho individualizado de cada programa. A elaboração desses documentos observou a estrutura geral da avaliação bem como de seus quesitos e critérios gerais, tornando os programas, independentemente de seu pertencimento a uma grande área, equiparáveis entre si. Ao mesmo tempo, foram respeitadas singularidades que não comprometessem a comparação.

Desde o triênio 2004-2006, fixou-se a estrutura geral da avaliação em torno de cinco quesitos: proposta do programa, corpo docente, corpo discente, produção intelectual e inserção institucional. No tocante ao primeiro dos quesitos, o foco residiu em alguns tópicos: histórico de constituição, objeti-

vos e metas; áreas de concentração e linhas de pesquisa; disciplinas obrigatórias e seletivas, clássicas e contemporâneas oferecidas com observância, sobretudo, para o conteúdo programático e para a atualização bibliográfica; planejamento de atividades acadêmicas complementares, como seminários e incentivos à participação em eventos científicos relevantes para a área; definição de metas e de mecanismos de autoavaliação. Além do mais, são examinadas as condições gerais de infraestrutura, como salas de aulas, salas para reuniões, equipamentos (computadores e multimídia), laboratórios, biblioteca e acesso ao portal de periódicos da CAPES.

Em princípio, a expectativa era de que os programas pudessem satisfazer a três exigências: a) articulação entre proposta, objetivos, áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas ofertadas – maior articulação pode se traduzir em grupo coeso com propósitos claros e adequação de meios; b) existência de condições de infraestrutura adequadas, cuja falta ou precariedade pudesse comprometer o cumprimento de metas e objetivos; e c) monitoramento periódico das atividades correntes, por meio de distintos mecanismos (autoavaliação, acompanhamento de egressos), de forma a corrigir problemas detectados e consolidar experiências bem sucedidas.

Quanto ao corpo docente, o foco residiu em sua titulação, ou seja, um corpo docente composto em sua totalidade por doutores, sendo que 70% destes pertencentes ao núcleo permanente em regime de dedicação integral à IES à qual a proposta estava vinculada. Foram valorizados tanto o tempo de titulação médio, acima de 5 anos, como a existência de lideranças acadêmicas; da mesma forma, foram valorizadas a proporção de docentes com Bolsa de Pesquisa (CNPq) e em coordenação de laboratórios e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e a proporção de docentes com estágio de pós-doutorado, no Brasil e no exterior.

Ademais, houve atenção especial à efetiva participação dos docentes permanentes na oferta de disciplinas, seminários internos e compromisso com a orientação de dissertações e teses, observando-se critérios equilibrados de distribuição de orientandos e participação em projetos de pesquisa. Valorizamos também o envolvimento do corpo docente na formação e orientação de alunos em nível de graduação, especialmente em projetos de iniciação científica. A propósito, esta articulação entre graduação e pós-graduação vem se revelando estratégica, porque antecipa exigências de formação científica

que, em passado recente, somente eram satisfeitas no mestrado, retardando o processo de formação acadêmica.

Os requisitos para avaliação do corpo discente incidiam, à época, sobretudo, na relação entre o número de ingressantes e o número de pós-graduandos que concluíram seus cursos; na proporção de teses e dissertações defendidas por número médio de discentes no período e pelo número de docentes do corpo permanente no triênio. Por sua vez, a qualidade das teses e dissertações pôde ser observada através de sua publicação sob a forma de livros, capítulos de livros ou artigos em periódicos científicos (especialmente aqueles cadastrados no *Qualis*). Esperava-se equilíbrio tanto na relação ingressantes e egressos quanto na proporção de dissertações e teses defendidas. O equilíbrio traduz certamente a regularidade das atividades de formação, em contrapartida o desequilíbrio nessas relações poderia indicar que parte do corpo docente permanente não estivesse de fato envolvida no processo de formação.

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito às publicações resultantes de dissertações e teses. Embora seja desejável que o aprendizado da linguagem e da comunicação científica ocorra durante o curso, antecipando por assim dizer uma prática que acompanhará a vida útil de todo e qualquer pesquisador, nas ciências sociais o atendimento a essa exigência apresenta suas particularidades. Em primeiro lugar, convém sublinhar não ser comum, nas ciências sociais e nas humanidades em geral, a coautoria de produção bibliográfica entre alunos e seus orientadores, como ocorre regularmente nas chamadas ciências duras. Nestas, a organização do trabalho científico em torno da divisão de trabalho nos laboratórios leva necessariamente à publicação em coautoria, o que possibilita com maior segurança registrar a produção discente.

Em segundo lugar, no triênio de 2004-2006, foi difícil avaliar com precisão esse requisito, pois os programas mal tinham condições de fornecer essa informação. No triênio seguinte, o quadro melhorou, porém estava à época longe de ser efetivamente satisfatório. Nas ciências sociais, além dos tradicionais problemas decorrentes da qualidade das informações prestadas pelos programas à plataforma de coleta de dados⁴, nem sempre é possível

4 A plataforma Sucupira, hoje em vigência, não havia sido implantada. Estava em processo de elaboração inicial.

ter acesso a essa informação. Quando o aluno, mestrando ou doutorando, publica resultados parciais de sua investigação, em geral essa informação é passível de ser captada, inclusive por meio de consulta a seu Lattes. Não raro, dissertações e teses, sob a forma de livros, capítulos de coletâneas ou artigos em periódicos, publicadas alguns anos após à *conclusão do curso* têm menor chance de serem informadas. E por que? Se o egresso é docente de uma Universidade, por exemplo, é possível identificá-lo e registrar a produção. Senão, a informação quase sempre se perde. Além do mais, se essa produção é publicada quando um docente, ex-egresso de um programa de pós-graduação, está credenciado em um programa de pós-graduação distinto daquele no qual se formou, é provável que seja registrada como produção deste último. Como se vê, no período de 2004-2009, foi muito difícil operacionalizar com objetividade a avaliação deste quesito.

No que concerne à produção intelectual, foram observados os seguintes aspectos: a proporção de docentes do quadro permanente com produção qualificada, segundo modalidade de publicação (livro, capítulo de livro, artigos em periódicos científicos), com a expectativa de que o volume e a qualidade da produção bibliográfica⁵ estivessem distribuídos de modo equitativo entre os docentes. O *Qualis* periódicos foi um dos principais instrumentos do processo de avaliação desse quesito. Consiste em um mecanismo de classificação de periódicos científicos, segundo padrões determinados de relevância e impacto científicos. Compreende tão somente os periódicos nos quais, durante o triênio, um docente ou discente vinculado a um determinado programa de pós-graduação publicou resultados de seu trabalho científico. Caracteriza-se por um processo penoso, com muitas idas e vindas, contendo as marcas das diferenças entre as ciências e, por essa via, importante elemento de legitimação. Durante o nosso período de coordenação, houve uma evolução positiva desse processo, principalmente após o triênio 2004-2006, quando ocorreu intensa discussão sobre sua composição. Foram introduzidas, já naquele triênio, mudanças na escala das classificações, obrigando todas as áreas a um refinamento dos critérios e a um maior equilíbrio entre as áreas. Achamos que, para a Sociologia/Ciências Sociais,

5 Não raro, recebíamos críticas de alguns pesquisadores com a reclamação de que tal ou qual periódico, extremamente importante para a Sociologia, não constava do *Qualis* da área. Isso acontecia – certamente ainda acontece – porque docentes e discentes, vinculados aos programas de pós-graduação, não haviam nele publicado.

esse processo permitiu um balizamento mais nítido sobre o que a comunidade podia considerar como um bom padrão de qualidade para os artigos produzidos pelos corpos docente e discente. No triênio 2007-2009, haviam sido cadastrados 315 títulos, dos quais 30,5% não estavam padronizados e apenas 3,27% tinham indicações de impacto (JCR, 2008). Extenso trabalho de reclassificação foi realizado por comitê especialmente criado para essa finalidade, constituindo a base para que aperfeiçoamentos venham sendo feitos em sucessivos triênios e, agora, quadriênios.

O trabalho de equalização de critérios para o *Qualis* exigiu um grande esforço da área de Humanas. Várias reuniões foram necessárias para se chegar a um acordo básico. Ao final, estabelecemos algumas orientações comuns, de forma que não houvesse inexplicáveis discrepâncias entre as áreas. Certamente, lacunas ainda se fizeram notar⁶. De modo geral, convencionou-se, em todas as áreas, que um periódico científico compreende publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica. Deveria conter obrigatoriamente: editor responsável; conselho editorial; ISSN; linha editorial; normas de submissão; periodicidade e regularidade; e avaliação por pares.

O estabelecimento de estratos de classificação para os periódicos também levou a um debate sobre padrões. Ao contrário de várias outras áreas, a área de ciências sociais e humanidades dispunha, à época, de poucos indicadores de impacto⁷. Por isso, foi necessário adotar critérios alternativos, como a indexação dos periódicos em bases de dados de referência reconhecidos pela comunidade dos cientistas sociais como relevantes, tais como SciELO, SCOPUS, Sociological Abstracts, EBSCO, International Bibliography of the Social Science, Institut d'Information Scientifique et Technique, Current Contents/Social & Behavioral Sciences, Social Science Citation Index (SSCI), Anthropological Index, Linguistics and Behavior Abstracts, Social Planning/Policy & Development Abstracts, LILACS, LatinAmerican Periodical Tables of Contents/LAPTOC, MLA International Bibliography. Observamos ainda

6 Mesmo entre as ciências sociais, a concordância não era plena. Entre as áreas de sociologia, antropologia e ciência política havia concordância em torno de 40% de títulos. É verdade que as discrepâncias também não eram tão acentuadas. Porém, na maior parte das vezes, incidiam sobre os estratos superiores do *Qualis*.

7 Cenário que está pouco a pouco mudando, com a utilização de outros instrumentos para avaliação de citações como o Google acadêmico. Porém, mais recentemente, tem se ampliado o elenco de periódicos com indicação de impacto.

a proporção de autores externos à instituição responsável pela edição e a inserção em indexadores bibliográficos que aferem qualidade da publicação. Na Sociologia/Ciências Sociais, criamos um critério de corte para os estratos superiores (A1, A2, B1) através da presença do periódico no indexador *Scielo* (ou correspondente para periódicos estrangeiros)⁸.

O reconhecimento dos livros como parte integrante e relevante da avaliação trienal pode ser considerado um dos principais avanços obtidos pela área de Humanas em geral e pela área de Sociologia/Ciências Sociais em particular. Embora ainda não tenha obtido a fluidez e os mecanismos informacionais do *Qualis* periódicos, este processo, denominado “roteiro para a classificação de livros”, teve uma função decisiva de institucionalizar e sacramentar um dos nossos principais meios de divulgação de trabalho nas ciências sociais. O debate sobre critérios tomou bastante tempo nos encontros específicos da área de Humanas, mas, ao final, se logrou alcançar consenso com relação a algumas definições, entre as quais: o entendimento de que um livro é produto impresso ou eletrônico com número de ISBN ou de ISSN (para obras seriadas), com o mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial. Para efeito dessa classificação, foram consideradas: obras integrais, coletâneas, dicionários ou enciclopédias.

Para a avaliação, os programas tiveram que preencher uma ficha catalográfica on-line com informações suficientes para confirmar os critérios estabelecidos pela área. Uma comissão composta de membros da comunidade, representantes das três áreas das ciências sociais, com experiência editorial foi convidada para avaliar as obras enviadas. Para a classificação, foram adotados os seguintes critérios: relevância, entendida como contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico da área de conhecimento e para a resolução de problemas nacionais relevantes; atualidade da temática; clareza e objetividade do conteúdo no que se refere à proposição, exposição e desenvolvimento dos temas abordados; rigor científico (estrutura teórica); precisão de conceitos, terminologia e informações; senso crítico no exame do material estudado; domínio da bibliografia especializada; qualidade das ilustrações, linguagem e estilo. Atenção foi igualmente conferida à

8 Contudo, sabe-se que esse critério foi posteriormente questionado em virtude de embaraços verificados no processo de indexação no Scielo.

inovação, compreendida como originalidade na formulação do problema de investigação, ao caráter inovador da abordagem ou dos métodos adotados e ao impacto para o campo do conhecimento básico ou aplicado. Foram ainda observadas circulação e distribuição previstas; língua original da publicação; reimpressão ou re-edição; atração de públicos leitores, acadêmicos e não-acadêmicos.

A classificação obedeceu uma estratificação em quatro níveis L4, L3, L2, L1, a partir de uma ponderação atribuída aos aspectos formais, tipo e natureza da obra e avaliação de conteúdo. Os estratos superiores da classificação – L4 e L3 – foram reservados para as obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores. Os capítulos foram considerados tendo por unidade de referência o livro no qual foram publicados.

Quanto ao quesito inserção institucional, foram considerados, entre outros aspectos, os impactos do programa examinados a partir de sua capacidade de disseminar conhecimento e experiências institucionais para outros programas e para públicos não-acadêmicos. Os principais critérios consistiram em examinar: intercâmbios de docentes com outras áreas e cursos; produção de livros-textos; participação em cursos de reciclagem para professores e outros profissionais; formação de recursos humanos qualificados para a Universidade e centros de pesquisa; contribuição para o ensino elementar, fundamental e médio; contribuição para a administração pública, para empresas e para o terceiro setor; bem como participação na formulação e implementação de políticas públicas. Esperava-se ainda que os programas mais bem conceituados exercessem papel de liderança e de transferência de experiência para programas novos ou programas em fase de reformulação, através de editais como PROCAD, Minter, Dinter, PQI, Casadinho e outras formas de colaboração interinstitucional. Finalmente, focalizou-se ainda a transparência das atividades do programa. A agência de fomento veio recomendando a cada programa a criação de uma página web com informações sobre teses e dissertações, produção docente, edital e critérios para seleção de alunos, linhas e grupos de pesquisa, fontes de financiamento, recursos e prestação de contas.

Cada item e subitem da Ficha de Avaliação recebiam um conceito (muito bom, bom, regular, insuficiente). A composição desses conceitos conduzia à atribuição de notas ao programa (1-2, no caso de descredenciamento; 3-4-5;

e os programas de excelência 6 e 7). No período, não se estabeleceu um perfil ideal para cada um desses níveis ou notas. De modo geral, salvo os recomendados para descredenciamento, os programas eram avaliados em duas etapas: na primeira, atribuição de notas 3 a 5. Na segunda etapa, entre aqueles que haviam alcançado o 5, eram selecionados os elegíveis para as notas 6 e 7. Os elegíveis tinham que ter tido conceito muito bom em todos os quesitos.

A partir desse primeiro exame, buscava-se identificar aqueles programas com desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área e diferenciados em relação aos demais programas no Brasil⁹. Essas condições apoiaram-se em um tripé constituído por: 1) produção científica com inserção internacional (publicação de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos, livros e capítulos de livros qualificados, nos estratos A1, A2 e B1 do *Qualis* da Área (periódicos) e L4 no Roteiro de livros); 2) consolidação e liderança nacional do programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e pós-graduação (convênios e intercâmbios firmados com instituições estrangeiras de reconhecido prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior; conferências, mesas-redondas, organização de grupos de trabalho e grupos de pesquisa em eventos científicos internacionais de grande relevância para a área; corpos diretivos de comitês em associações científicas internacionais de grande relevância para a área; bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais; docência regular no exterior); 3) inserção e impacto regional e nacional do programa; integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade ou transparência dada a sua atuação.

Enfim, esta exposição, a despeito de longa e certamente detalhada, buscou salientar a complexidade do processo de avaliação, suas dificuldades e méritos, seus desafios e tarefas colocadas à frente dos avaliadores. Não é uma

9 Ao longo do triênio, a direção da CAPES estimulou os programas que, na sua definição de critérios para atribuição de notas 6 e 7, buscassem equivalentes em programas de excelência no exterior. Nunca se tratou de tarefa fácil, pois exigiria um conhecimento interno desses programas, nem sempre passível de ser aferido através de suas correspondentes páginas web. De todo modo, em uma das reuniões do CTC, a área de Sociologia sugeriu como “modelos” de excelência os seguintes programas: LSE, Cambridge, Oxford (Grã-Bretanha); Chicago, Harvard, Columbia, NY School for Social Sciences, University of California at Berkeley MIT e Stanford (EUA); École des Hautes Études em Sciences Sociales (França), Institut for Social Sciences Research (Frankfurt). Na verdade, trata-se de apenas sugestões, pois as estruturas dos cursos são muito distintas dos programas brasileiros na área de sociologia.

tarefa exclusivamente técnica, à medida que resultou tanto de observações colhidas “in loco”, nas visitas aos programas de pós-graduação em sociologia e ciências sociais, mas também de inúmeras discussões, enfrentamentos e acordos com a direção da CAPES, com seu corpo técnico e, sobretudo, com os demais coordenadores, tanto das áreas afins que compõem a grande Área de Humanidades assim como de todas as demais. Uma tarefa que exigiu esforços no sentido de conquistar avanços sem desprezeitar as singularidades da área, mas, ao mesmo tempo, no sentido de aceitar critérios universais que permitissem a comparabilidade entre os distintos programas.

3. Perfil dos Cursos e Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciências Sociais

Uma observação inicial diz respeito à inclusão dos programas de Ciências Sociais na área de Sociologia. A área de Sociologia contou, no triênio 2007-2009, com 19 programas de Sociologia e 23 de Ciências Sociais. Programas de Ciências Sociais têm tradição no panorama acadêmico brasileiro. Eles foram e são criados por força de duas espécies de motivações. Em primeiro lugar, há tendência a ampliar, na pós-graduação, formações originalmente em ciências sociais na graduação, já que quase inexitem graduações específicas em uma das três disciplinas que as compõem. Em passado recente, digamos há três ou quatro décadas, havia forte identidade institucional do quadro docente com as ciências sociais, muito embora as áreas de concentração já apontassem no sentido da especialização disciplinar. Mais recentemente, essa tendência tem sido revertida com a maior autonomia conquistada, especialmente pela antropologia e pela ciência política em relação à sociologia¹⁰. Paralela a essa tendência, foram sendo observadas, no período focalizado, iniciativas voltadas para a criação de cursos de ciências sociais, porém com objetivos específicos. Elas ocorriam, sobretudo, em regiões nas quais não havia ainda um corpo docente com condições para gerir curso disciplinar autônomo. Não raro, propostas eram inscritas e endereçadas ao Comitê de Área como uma sorte de justapo-

10 É interessante observar, no curso dessas quatro últimas décadas, tendência ao desmembramento de cursos de pós-graduação em ciências sociais em cursos de Antropologia, Sociologia ou Ciência Política, ou mesmo de antigos programas que articulavam Antropologia e Sociologia ou Sociologia e Ciência Política. Embora não se possa generalizar, no período considerado, houve inúmeras tentativas nessa direção, com êxito ou não.

sição entre duas ou três áreas de concentração, com suas próprias linhas de pesquisa e seus projetos disciplinares singulares. Essas áreas pretendiam, no curso do tempo, se autonomizarem e se tornarem cursos de pós-graduação.

Desnecessário dizer que a existência desses programas de ciências sociais na área de Sociologia propunha alguns problemas, notadamente de ajustes de critérios. Por exemplo, o Comitê de Avaliação precisava ficar atento para as exigências de formação em um programa disciplinar comparativamente aos de ciências sociais. Nestes últimos, supõe-se uma formação que sintetize o que de melhor há em cada uma das formações disciplinares. Mas, em regra, nem sempre isso aconteceu. Uma das grandes dificuldades residia justamente na (in)compreensão do corpo docente a respeito da natureza mesma dos programas de ciências sociais. Por exemplo, havia docentes que manifestam certa frustração. Reclamavam que sua produção não estava adequadamente avaliada, pois se sujeitavam ao *Qualis* da Sociologia¹¹ e não das disciplinas de origem de seus doutorados.

No período considerado, dados divulgados pela CAPES a respeito da evolução dos cursos e programas de pós-graduação no país indicam que a área de Sociologia revelou um crescimento substantivo. Em 1996, eram 22 programas; em 2009, eram 42 programas¹², portanto um crescimento demais de 90,9%. De 1996 a 2008, o número de docentes cresceu 92,66% assim como cresceu o número de alunos matriculados e titulados. A expansão também incidiu sobre o crescimento do número de doutorados, embora ainda seja maior o número de cursos apenas com mestrado. Convém destacar a evolução no domínio das dissertações e teses. Em 1996, para cada 4,5 dissertações de mestrado, havia uma tese de doutorado. Em 2008, essa relação alcançou a razão de duas dissertações para uma tese. Essas tendências foram acompanhadas pelo crescimento da produção científica. O número de artigos indexados na base ISI - Insti-

11 O *Qualis* da área de Sociologia, no período, procurou, sempre que possível, classificar os periódicos em sintonia com as demais ciências sociais; do mesmo modo, com relação às áreas afins, como história, geografia, filosofia e economia. Mesmo quando não foi possível, por razões as mais diversas, a divergência de classificação não chegava a ser tão acentuada a ponto de um periódico bem qualificado em uma área ser completamente rebaixado em outra. Ainda assim, as coincidências ficaram em torno de 40% das classificações (ora um pouco mais, ora um pouco menos, dependendo da comparação entre tal ou qual área), portanto muito distante do desejo da agência de construção de um *Qualis* único.

12 No ano de 2010, ao término do mandato da Coordenação de Área, eram 46 os programas credenciados. Porém, apenas 42 foram avaliados, pois 4 tinham apenas 1 ano de existência, portanto sem tempo hábil para produzir dissertações e teses. Dos 42 programas, 41 eram acadêmicos e apenas um profissional.

tute for Scientific Information– quadruplicou entre 1981 e 2008. No conjunto, o volume é ainda pequeno se comparado com outras áreas, tradicionalmente presentes nessa base; todavia, já indica tendência de longo prazo¹³. Idêntica tendência se revelou nas avaliações trienais que apontam crescimento da produção qualificada em periódicos, livros e capítulos de livros com repercussão na formação de recursos humanos, a maior parte incorporada aos programas de pós-graduação existentes ou recém-criados ou aos centros de pesquisa em diferentes áreas de especialização da disciplina. Nessa mesma direção, aumentou a demanda por apoio para doutorados sanduíches no exterior, assim como para estágios de pós-doutorado. Foi inegável a mobilização da área para competir nos diferentes programas de fomento que envolvem intercâmbios entre programas e intercâmbios entre pesquisadores como também para incorporar jovens doutores ao ensino superior.

A idade dos programas está expressa na tabela abaixo. A maior parte dos programas é composta por cursos com níveis de mestrado e doutorado, com idade igual ou superior a dez anos, o que indica a consolidação da área. Convém observar também a existência de número considerável de programas recém-criados. Entre a clientela de avaliação, foram criados seis mestrados, elevados ao doutorado 8 cursos que anteriormente se restringiam ao mestrado, e aprovados 3 cursos com níveis de mestrado e doutorado, dois dos quais resultantes de arranjos institucionais anteriores. Durante o período considerado, constituiu diretriz política da agência aprovar os dois níveis sempre que houvesse comprovada capacidade instalada e demanda para preenchimento de vagas.

Tabela 1 - Idade dos Programas de Pós-Graduação

Área de Sociologia 1970-2010

Idade	Mestrado	Mestrado Doutorado	Doutorado	Total
< ou = a 5 anos	6	6		12
> 5 anos e < 10 anos	3	2		5
igual ou > 10 anos	1	22	2	25
Total	10	30	2	42

Fonte: CAPES/MEC. Relatório de Avaliação, Área de Sociologia, 2007-2009.

13 Dados extraídos de: Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Perfil dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia. Apresentação no Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela Associação Brasileira de Sociologia – SBS (Rio de Janeiro, UFRJ), pelo Prof. Dr. Jorge Guimarães, Presidente da CAPES, 30/07/2009.

A distribuição regional dos programas permaneceu ainda concentrada na região Sudeste, conforme se pode constatar na Tabela 2. Porém, tendências à mudança puderam ser observadas. Os programas na região Sudeste representaram quase a metade de todos os programas de pós-graduação da área de Sociologia. Não obstante, verificou-se crescimento de programas na Região Nordeste e Sul. As regiões Norte e Centro-Oeste contaram com dois programas cada. Metade dos doutorados está concentrada na região Sudeste. Embora, desde àquela época, estivessem sendo feitos esforços no sentido de estimular a melhor distribuição dos cursos e programas entre as regiões do país – diretriz política fortemente perfilhada pela CAPES –, esse perfil da concentração reflete em grande medida a concentração de riqueza, sob a forma de recursos institucionais e educacionais, que ainda prevalece na sociedade brasileira em seu conjunto.

Tabela2 - Distribuição dos Programas por Região

Região	Mestrado	Mestrado Doutorado	Doutorado	Total
NORTE	1	1		2
NORDESTE	4	7		11
SUDESTE	1	15	2	18
SUL	4	5		9
CENTRO-OESTE		2		2
TOTAL	10	30	2	42

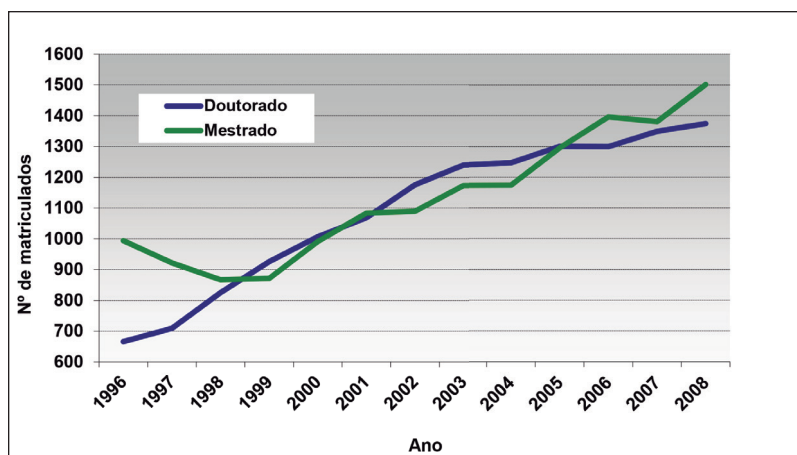
Fonte: CAPES/MEC. Relatório de Avaliação, Área de Sociologia, 2007-2009.

Conquanto os Relatórios de Avaliação trienais contenham exposição e análise de todos os critérios e indicadores mobilizados, a análise que se segue seleciona alguns deles, considerados relevantes para a compreensão das tendências de evolução e mudanças institucionais observadas no período. Um desses indicadores é o crescimento do número de alunos matriculados e do número de dissertações e teses defendidas.

Conforme indica o Gráfico 1, em 1996, havia cerca de 1000 alunos matriculados nos cursos de mestrado e 650 nos doutorados. Em 2008, esses dados saltaram respectivamente para 1500 e 1380. Em outras palavras, o mestrado conheceu um crescimento do número de alunos matriculados da ordem de 50%, enquanto o doutorado, 112,3%. No triênio 2007-2009, estiveram matriculados, em média, 1.282,7 discentes. Trata-se de um resul-

tado surpreendente, em treze anos. Considerados os entraves burocráticos e a arraigada cultura organizacional corporativa que ainda predominam na sociedade brasileira contemporânea, sabe-se que mudanças institucionais levam gerações para produzirem resultados visíveis e significativos. Neste caso, a comunidade de cientistas sociais parece ter respondido em espaço de tempo razoável – digamos, duas gerações de doutorados – às demandas por expansão do acesso ao ensino superior em nível de pós-graduação.

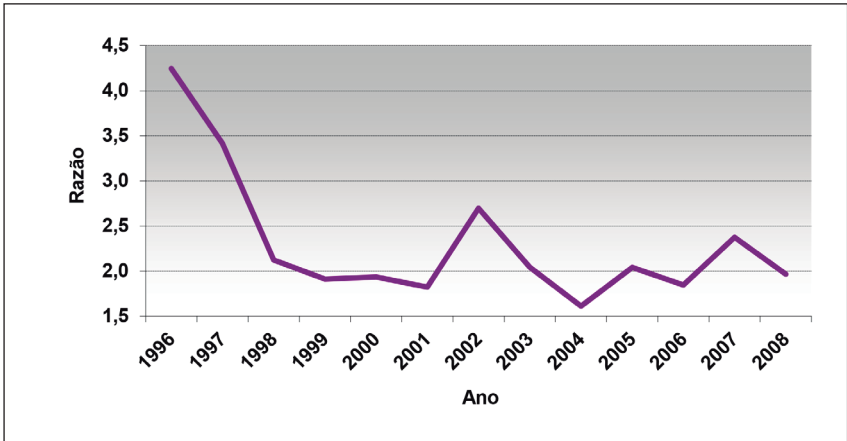
Gráfico 1- Evolução do número de alunos matriculados nos programas da área de Sociologia da CAPES, segundo nível. 1996-2008.



Fonte: CAPES/MEC. Relatório de Avaliação, Área de Sociologia, 2007-2009.

No triênio 2007-2009, foram defendidas 2.063 dissertações e teses, sendo 1456 dissertações e 607 teses. Consoante dito anteriormente, em média, para cada 2,4 dissertações foi defendida uma tese de doutorado, índice considerado muito bom, face aos padrões internacionais de excelência acadêmica (Vide Gráfico 2, abaixo). Essa média traduz os esforços concentrados tanto da agência quanto dos programas de pós-graduação na etapa conclusiva do processo de formação qualificada. De parte da agência, os esforços se fizeram presentes por meio dos programas de fomento, inclusive bolsas, estágios docentes, intercâmbios internacionais, promoção de eventos científicos, apoio para melhoria de condições de trabalho acadêmico, entre as quais instalações e, de forma destacada, o Portal de Periódicos, cuja importância estratégica se refletiu em outra ponta do processo avaliatório, qual seja a produção bibliográfica.

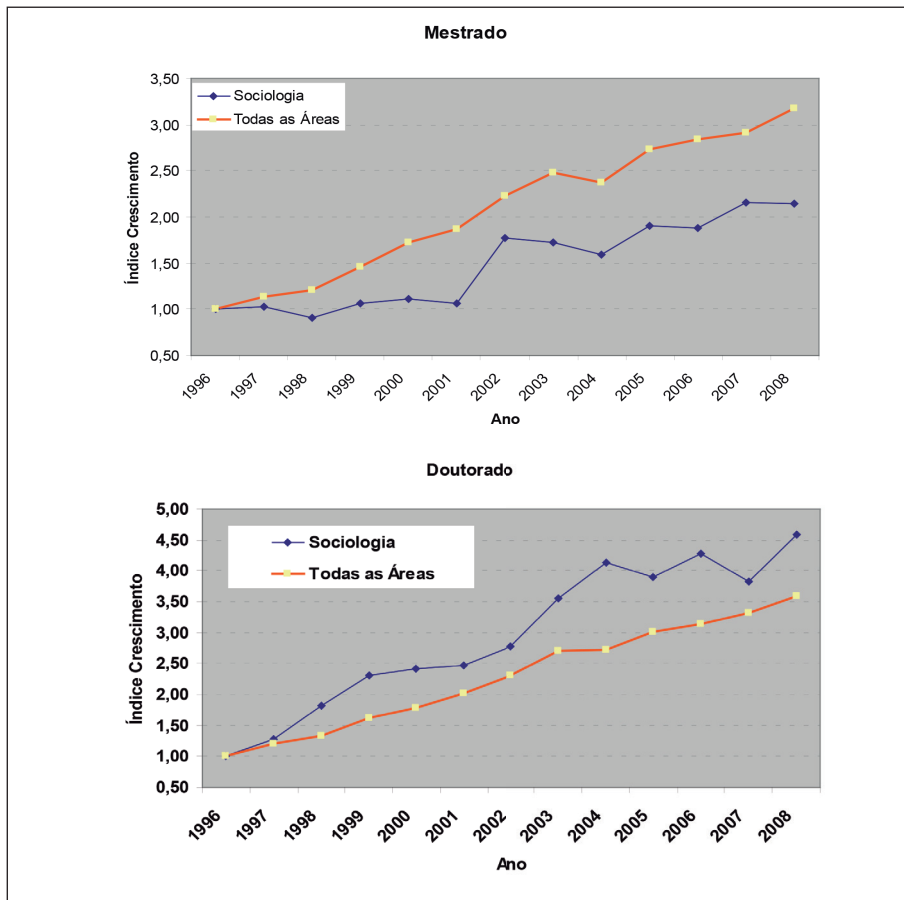
Gráfico 2 - Evolução da razão dissertação/teses. Área de Sociologia. 1996-2008.



Fonte: CAPES/MEC. Relatório de Avaliação, Área de Sociologia, 2007-2009.

Outro resultado expressivo diz respeito à comparação entre as tendências de crescimento do número de mestres e de doutores na área de Sociologia comparativamente a todas as demais áreas. No tocante ao mestrado, foi maior o crescimento em todas as demais áreas. As diferenças não parecem desprezíveis quando visualizadas no Gráfico 3, abaixo. Em contrapartida, os dados relativos ao doutorado são mais favoráveis à área de Sociologia comparativamente às demais. Em outras palavras, a área de Sociologia parece ter atendido com maior acuidade o propósito de concentração dos esforços no doutorado. Trata-se de um crescimento acelerado no tempo que também produz efeitos em cadeia. O período conheceu expansão da oferta de vagas nos quadros docentes, em todo o país, quer nas universidades federais quer nas estaduais. Novos doutores, uma vez recrutados e incorporados aos quadros universitários nos cursos de graduação e, em curto período de tempo, nos de pós-graduação, tendem a reproduzir – e até mesmo aperfeiçoar – os “novos” modelos nos quais foram formados, sobretudo no que concerne aos padrões mínimos de qualidade.

Gráfico 3 - Crescimento de Alunos Titulados. Sociologia e Todas as Áreas. 1996-2008. Mestrado e Doutorado.



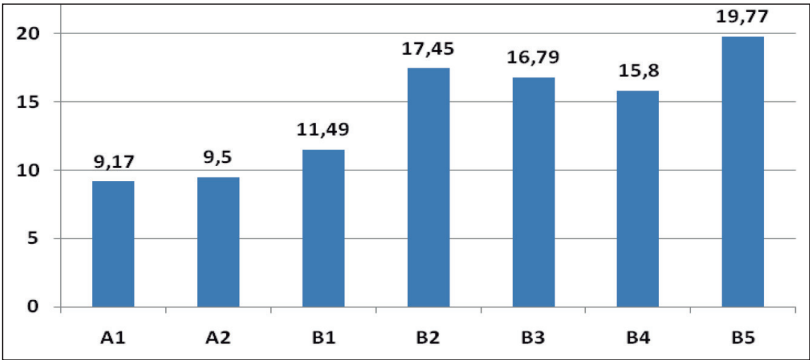
Fonte: CAPES/MEC. Relatório de Avaliação, Área de Sociologia, 2007-2009.

Certamente, outras formas de inserção no mercado de trabalho também têm se beneficiado. Desde meados dos anos 90 e com maior intensidade nas décadas seguintes, veio se intensificando a incorporação de doutores, formados nas humanidades, em centros de pesquisa, nas organizações governamentais e não-governamentais e em assessorias empresariais e parlamentares. Compõem um corpo de profissionais capazes de formular agendas de pesquisa, dialogar com organismos nacionais e internacionais, elaborar instrumentos e métodos de avaliação de políticas públicas, preparar documentos técnicos sofisticados e, ademais, traduzir resultados de investigações em planos de intervenção, visando enfrentar problemas sociais determinados.

Convém ainda sublinhar que, no triênio 2007-2009, cada docente do corpo permanente – em média 706 – foi responsável pela orientação de 2,7 dissertações e teses, sendo 2,0 dissertações e 0,7 teses. O tempo médio para o mestrado foi 30,1 meses e para o doutorado 53,5 meses.

No triênio 2007-2009, a produção bibliográfica da área de Sociologia revelou também sintomas de maturidade, ainda que haja espaço para maior crescimento, sobretudo, de publicações melhor qualificadas. Foram publicados 2821 artigos em periódicos, com a seguinte distribuição por estrato: A1 (181), A2 (199), B1 (199), B2 (402), B3 (289), B4 (1288) e B5 (245). A soma de A1 + A2 é igual a 18,67%, portanto inferior ao estabelecido pelo CTC da CAPES ($A1+A2 < 26\%$). Os resultados apontam igualmente que a soma de $A1+A2+B1$ corresponde a 30,16% (bem abaixo do máximo estabelecido pelo CTC da CAPES, isto é, $A1+A2+B1 < 50\%$). Essas proporções do *Qualis* de periódicos da área de Sociologia sugerem que a área foi extremamente rigorosa na classificação de sua produção bibliográfica nesta modalidade, o que se refletiu no rigor da avaliação. Convém observar, contudo, que 19,77% da produção bibliográfica está classificada como B5. É nítida a concentração nos estratos médio e inferiores (B2 a B4), o que constituiu certamente um desafio para as avaliações subsequentes. Vide Gráfico 4, abaixo.

Gráfico 4 - Qualis área de Sociologia por Estrato



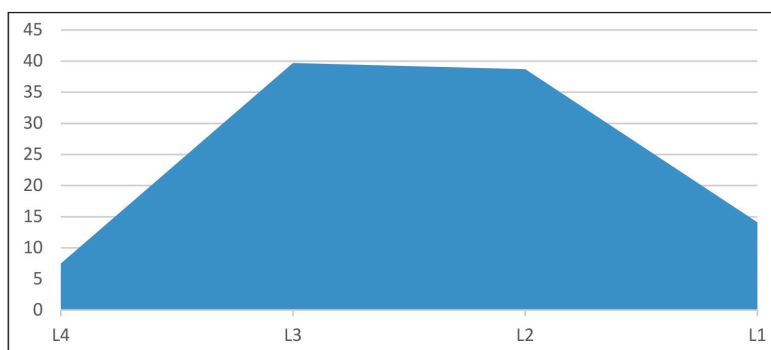
Fonte: CAPES/MEC. Relatório de Avaliação, Área de Sociologia, 2007-2009.

É preciso ainda considerar a avaliação da produção bibliográfica sob a forma de livros, coletâneas, capítulo de livros, conforme considerações anteriormente efetuadas. A despeito das dificuldades enfrentadas na classificação dessa modalidade em quatro estratos determinados – L4 a L1,

foram avaliados 1.106 livros. Foram excluídas as publicações que não atendiam às exigências para classificação como livros. Grosso modo, metade da produção foi classificada nos estratos L1 e L2 e outra metade, nos estratos L3 e L4. Nesta última metade, a maior concentração se situou no estrato L3. É importante salientar que, a despeito dos critérios de avaliação de livros serem muito distintos do *Qualis* periódicos¹⁴, o mesmo rigor foi adotado para ambas as modalidades de publicação.

Como dito anteriormente, a produção bibliográfica representou, na trienal 2007-2009, 40% da avaliação dos programas acadêmicos e 35% nos programas profissionais. Portanto, é verdade que esse quesito tem peso considerável nos resultados finais da avaliação. Por isso, ainda que – conforme dissemos anteriormente – a produção não seja um único critério, a cada avaliação, antes trienal, agora quadrienal, é estabelecida uma espécie de correspondência entre volume e qualidade da produção e conceitos atribuídos. Todavia, tal constatação não significa um destino inexorável. Há programas cuja produção revela indicadores muito elevados, contudo baixo desempenho em outros indicadores também considerados relevantes. Em sentido contrário, há programas com bom desempenho em outros quesitos, como corpos docente e discente, proposta do programa, estrutura curricular, todavia não são acompanhados pela qualidade e volume da produção bibliográfica. Vide distribuição do *Qualis* Livros, conforme Gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5 - Distribuição Percentual da Produção Bibliográfica - Qualis Livros, segundo estratos Triênio 2007-2009



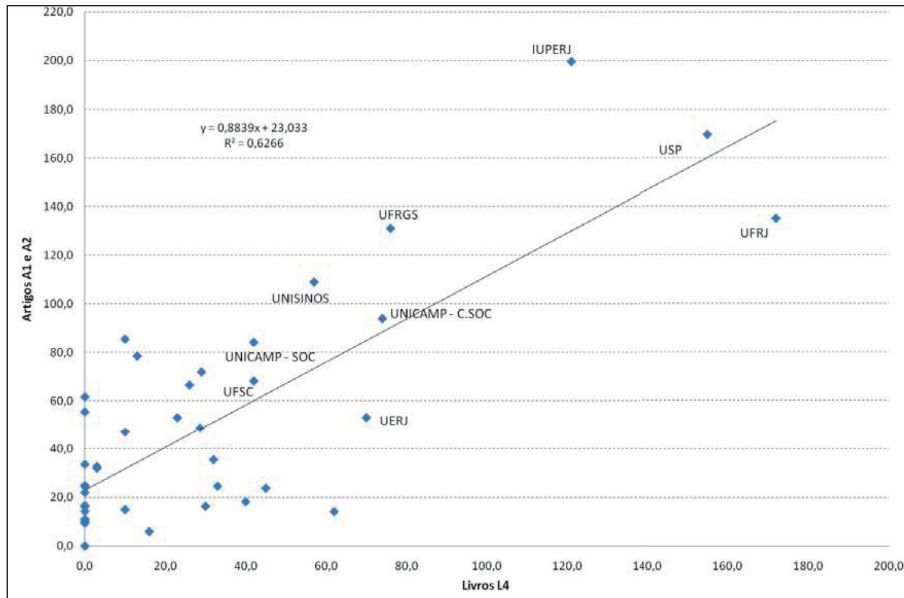
Fonte: CAPES/MEC. Avaliação Trienal, Área de Sociologia, 2007-2009.

¹⁴ Nunca é demais lembrar que o *Qualis* de periódicos avalia uma instituição – a revista científica – enquanto a avaliação de livros incide inevitavelmente na autoria, ainda que os critérios adotados procurem focalizar o resultado final.

Cerca de 39% da produção foram classificadas no estrato L3 e 38% no estrato L2. O estrato de maior valor, L4, representou cerca de 7,5% da produção e o L1, o de menor valor, 14%. Pode-se dizer que quase metade da produção se encontra situada nos dois estratos superiores. É relevante observar a grande proporção concentrada no estrato L2. É certo que, para fins de avaliação, esses números absolutos são transformados em índices. Esses índices resultam da ponderação dos números absolutos segundo o número de docentes do quadro permanente do programa de pós-graduação, multiplicado por um coeficiente variável para cada estrato. Estratos mais elevados têm coeficientes mais elevados e, ao contrário, estratos menos elevados têm coeficientes menores. É possível, ao final, alcançar os índices médios para cada estrato, de forma que se podem avaliar os programas que estão acima e abaixo desses padrões. No triênio, os índices correspondentes foram: L4 (28,6), L3 (81,9), L2 (53,1) e L1 (16,4). Embora não se pretenda estabelecer qualquer relação de causalidade, é possível asseverar que programas de excelência tendem a estar bem acima da média para os estratos superiores e abaixo da média para os estratos inferiores.

Na mesma direção, programas que revelam bom desempenho na produção bibliográfica sob a forma de periódicos tendem a apresentar desempenho semelhante na produção bibliográfica sob a modalidade livros, conforme gráfico 6 abaixo. De igual modo, isso ocorre com relação à produção bibliográfica discente. A despeito das dificuldades anteriormente anotadas, o índice médio dessa modalidade foi de 73,1. Acima desse padrão, encontravam-se os programas de excelência e alguns com nota 5. Nada disso, porém, desmente o que foi dito anteriormente. Se a produção bibliográfica representa 40% dos pesos que compõem o processo avaliatório, isso não significa que a atribuição de notas finais aos programas seja o desfecho inevitável do volume e da qualidade da produção de livros e de artigos em periódicos. Em verdade, a produção é parte de uma cadeia que se inicia na seleção de candidatos ao mestrado e ao doutorado, prossegue com as atividades discentes e docentes, inclusive divulgação de conhecimento científico mediante publicações, e culmina com a defesa aprovada de uma dissertação ou tese. Certamente, deveria ir mais além com o monitoramento dos egressos.

Gráfico 6 - Correlação Publicação em Periódicos e em Livros nos estratos superiores

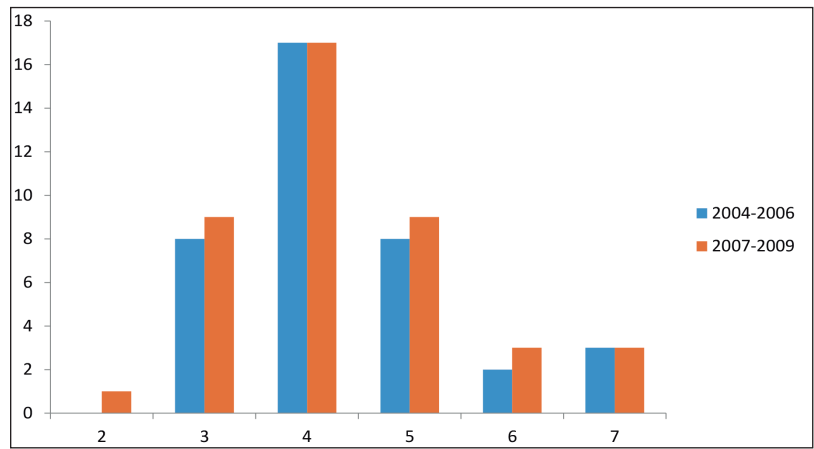


Fonte: CAPES/MEC. Relatório de Avaliação, Área de Sociologia, 2007-2009.

Para finalizar, tecemos alguns comentários a respeito dos resultados da avaliação em termos da atribuição de notas. A área de sociologia foi e, como indicam as avaliações posteriores, persiste sendo extremamente rigorosa quanto a essa exigência do desfecho do processo. A despeito das enormes pressões e mesmo do constrangimento que resultam, por exemplo, do descredenciamento e da queda de notas de um triênio para outro¹⁵, a área procurou preservar padrões de qualidade e incentivar o progressivo aperfeiçoamento dos processos de formação de recursos humanos em graus de mestrado e de doutorado.

15 Nunca é demais lembrar que a divulgação oficial dos resultados, conforme aprovação pelo Conselho Técnico-Científico da CAPES, somente ocorre após o exame de todos os recursos apresentados pelos programas. Faculta-se, portanto, que as coordenações possam questionar os resultados inicialmente divulgados. Trata-se de um direito. Permite eventuais correções. Na maior parte das vezes, explicitam procedimentos adotados, não raro pouco compreensíveis para docentes e coordenadores.

Gráfico 7: Distribuição dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia segundo estratos de notas 1-7. Triênios 2004-2006 e 2007-2009.



Conceitos	2004-2006		2007-2009	
	Número	%	Número	%
2			1	2,38
3	8	21,05	9	21,43
4	17	39,48	17	40,48
5	8	26,31	9	21,43
6	2	5,26	3	7,14
7	3	7,90	3	7,14
Total	38	100,00	42	100

Fonte: CAPES/MEC. Relatório de Avaliação, Área de Sociologia, 2007-2009.

A comparação entre os triênios 2004-2006 e 2007-2009 indica que houve discretas mudanças entre os estratos. A comparação deve ser feita com cuidado, porque o número de programas no primeiro triênio era 38 e no segundo triênio 42. Uma leitura permite verificar que o perfil não mudou substantivamente de um período para o outro. As proporções em cada um dos estratos se mantiveram quase inalteradas, a despeito de discretas alterações. Esses dados sugerem uma curva normal, com os extremos ocupados pelos programas mais bem qualificados e os de menor qualificação. No centro, há uma concentração em torno das notas 3 e 4, que representaram nos triênios, respectivamente, as proporções de 60,53% e 61,91%. Por sua vez, os programas de excelência representaram, respectivamente, 13,16% e 15,04%. Na agência de fomento, considerava-se, àquela época, que os programas de excelência poderiam alcançar, no máximo, 25% de toda a atribuição de no-

tas. Portanto, estávamos bem abaixo, o que poderia se traduzir no rigor e seriedade com que a avaliação foi incorporada pela área de sociologia. Quanto aos programas com nota 5 – em geral, programas com atendimento bom e muito bom de todos os quesitos da avaliação, exceto quanto à vocação internacional –, mantiveram também certo equilíbrio, não obstante em termos percentuais até tenham retrocedido alguns pontos (-4,88%), provavelmente devido ao crescimento do número dos programas e do aumento percentual dos outros estratos.

Considerações finais

Em 2009, 10 anos após a publicação do primeiro *World Social Science Report*, a UNESCO indagou o International Social Science Council (ISSC) se não seria o caso de produzir um novo documento para avaliar o estado da arte das ciências sociais no mundo, em especial no tocante à produção, disseminação e emprego do conhecimento. Acolhendo a consulta, o ISSC mobilizou a comunidade global de cientistas sociais – milhares de cientistas sociais profissionais, editores e revisores, além de participantes do Fórum Social Mundial, realizado em Bergen (Noruega) em maio de 2009, com o propósito de produzir o segundo Relatório (UNESCO-ISSC, 2010).

Esse segundo Relatório, divulgado justamente à época do encerramento da avaliação trienal 2007-2009, reconheceu inúmeros avanços, entre os quais: as ciências sociais se tornaram mais e mais globais no sentido de que os resultados de suas investigações se disseminaram para além das fronteiras geográficas do hemisfério norte ocidental, alcançando inclusive públicos não acadêmicos. Além do mais, no mundo inteiro, os doutorados em ciências sociais cresceram mais rapidamente do que em outras áreas. Na mesma direção, cresceram as tendências para sua forte institucionalização: um grande número de cientistas sociais ensina e pesquisa nas universidades, mas também atua como consultores em administrações públicas, em empresas privadas ou mesmo como profissionais independentes. Cientistas sociais têm sido requisitados por tomadores de decisão e formadores de opinião. Muitos debates públicos, em torno de questões essenciais da vida associativa – como crescimento econômico, justiça, governabilidade, democracia, direitos humanos, educação, desigualdades sociais, diversidade cultural –, nutrem-se não apenas dos conceitos proporcionados pelas ciências sociais

como também dos termos em que tais questões são propostas e formuladas. Hoje, cada vez mais, as chamadas ciências duras ou ciências da natureza, que tradicionalmente tinham o monopólio sobre questões como AIDS, meio ambiente, saúde coletiva, têm se revelado insuficientes para responder à complexidade das relações que envolvem natureza e ações humanas e sociais. O apelo ao concurso das ciências sociais está na ordem do dia.

A despeito desses reconhecidos avanços, nem tudo são flores. Críticas têm sido endereçadas: à Economia, que não foi capaz de prever a crise econômica mundial, profunda, que teve início em 2008; à Ciência Política, que não tem sido sensível em captar correntes de mudança de opinião; e à Sociologia, que tem falhado em identificar com clareza a natureza dos problemas sociais que caracterizam nossas sociedades contemporâneas. Acusadas de serem cada vez mais especializadas, fragmentadas e desconectadas face à realidade circundante, não têm se dado conta do rompimento acentuado entre as fronteiras disciplinares. Daí a indagação: embora reconhecidas, essas ciências são relevantes?

A resposta é afirmativa se elas foram capazes de “to undertand and influence how humans act. They are crucial to implement the UM Millienium Development Goals: from reducing poverty to promote gender equality; the are needed to face challenges such as climate change, which are as much social as natural” (Idem, p.2). Para tanto, há muitos desafios pela frente, entre os quais enfrentar e reduzir as desigualdades e assimetrias entre produtores do conhecimento segundo diferentes regiões do planeta. Trata-se de um programa ambicioso que requer foco em questões determinadas: na desigual distribuição geográfica dos recursos, na desigual capacidade de internacionalização e de produção de artigos e livros entre os distintos países, no desigual reconhecimento da divisão entre produtores de teorias e conceitos e produtores de abordagens alternativas, na desigual distribuição das disciplinas cuja competição resulta em diferentes práticas de gestão, assim como nas tensões entre acadêmicos e sociedade, entre cientistas sociais e tomadores de decisão.

Ao que tudo indica, as ciências sociais no Brasil, e em particular a sociologia, estão procurando fazer face a esses desafios. O esforço para aperfeiçoar os mecanismos e processos de avaliação dos programas de pós-graduação constitui uma dimensão dessa história. Ainda que os rumos do processo avaliatório possam ser objeto de crítica – o que não foi propósito deste artigo –,

claro está que a formação de recursos humanos mediante expansão com qualidade dos programas de pós-graduação, sobretudo em seu propósito de mais e mais titular doutores, está inserida nessas tendências globais das ciências sociais. Pelo sim ou pelo não, a sociologia e seus processos de formação são tributários das virtudes e dos vícios aqui apontados. São inequívocos os ganhos alcançados desde que os cursos de pós-graduação começaram a ser criados e se expandiram. Todavia, é inegável também atentar para problemas e desafios. Se quisermos, de fato, entrar nas lutas para reduzir as disparidades, desigualdades e assimetrias entre regiões, entre os hemisférios norte e sul, impõe-se pensar uma agenda que, sobretudo, contemple as singularidades das ciências sociais no Brasil, as exigências de sua rigorosa fundamentação teórica e conceitual na produção do conhecimento dos problemas nos mais distintos campos da existência social, e impõe-se também disputar terreno no plano da internacionalização. Certamente, trata-se de uma agenda que enseja conflitos, tensões, lutas, negociações, acomodações. Requer sabedoria política para manejar adversidades, romper fronteiras e acenar para novas questões, que, inclusive, reclamam reinvenção teórica e conceitual.

Referências

ADORNO, Sérgio. (1999), *As Associações Científicas e a Circulação do Saber. O caso ANPOCS*. In: XIV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA (ANPOLL), 1999, Niterói, Universidade Federal Fluminense. Não publicado.

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. (2002), “Das Análises Sociais aos Direitos Humanos”. In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary. *Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil*. Uma parceria para mudança social. São Paulo: Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Ford. pp. 201-240.

MICELI, Sérgio. (1993), *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré; FAPESP.

UNESCO-ISSC (2010), *World Social Science Report*. Knowledge Divides. Summary. Paris: UNESCO.

As teses da área de Sociologia no Brasil: padrões de inflexões temáticas e metodológicas*

Marina Melo**

Ana Cláudia Bernardo***

Selefe Gomes****

RESUMO

O presente trabalho analisa a utilização metodológica de perspectivas qualitativa e quantitativa em trabalhos acadêmicos da sociologia a partir de uma amostra de 282 teses de doutorado defendidas no Brasil no triênio 2012-2014. A partir de uma problemática que busca compreender como ocorrem e que consequências carregam as escolhas metodológicas destes trabalhos acadêmicos, investigamos algumas dimensões analíticas pertinentes para localizarmos os contextos dessa produção: sexo dos autores; temáticas mais frequentes dos trabalhos; experiências de intercâmbio, pontuando as ligações destes aspectos gerais à redação das teses em treze diferentes Programas de Pós-Graduação. Por fim, apresentamos os principais métodos e técnicas utilizados nas teses de sociologia, considerando as justificativas utilizadas nos trabalhos para a aplicação de determinados métodos de análise; a construção de possíveis novas técnicas metodológicas; as alterações nos métodos tradicionais que possam caracterizar processos criativos de inovação à área de conhecimento; bem como a ênfase geral dada ao aspecto metodológico nos trabalhos.

Palavras-chave: teses sociológicas; pós-graduação; metodologia.

* A presente investigação é resultado de um trabalho realizado no âmbito das atividades do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, em parceria com o Projeto PIBIC “Metodologias à paisana: como operamos na sociologia contemporânea”, do Instituto de Ciências Sociais da mesma universidade, coordenado pela Profa. Dra. Marina Félix de Melo.

** Professora Adjunta do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFAL.

*** Cientista Social - Universidade Federal de Alagoas

**** Cientista Social - Universidade Federal de Alagoas

ABSTRACT

THE THESIS IN SOCIOLOGY IN BRAZIL: PATTERNS OF THEMATICAL AND METHODOLOGICAL INFLEXIONS

This paper analyzes the methodological uses of qualitative and quantitative perspectives on 282 sociological doctoral theses in Brazil, 2012-2014. The article seeks to understand how these methodological choices were made and with what consequences over the resulting academic work, investigating some relevant analytical dimensions: sex of the authors; more frequent themes; authors' exchange experiences. The analysis focus in thirteen Graduates. It presents the main methods and techniques employed in the theses, considering the rationale for them; the construction of new research techniques; and shifts from traditional methods that could indicate creative processes and innovation. It also examines the emphasis the theses placed on methodological aspect.

Keywords: sociological theses; graduate studies; methodology.

Introdução

Esta é uma pesquisa metodológica em todas as instâncias por onde possa circular. Objetivamos analisar a utilização metodológica de perspectivas qualitativa e quantitativa em trabalhos acadêmicos da sociologia. Para isto, buscamos verificar os principais métodos e técnicas utilizados nas teses de sociologia; analisar as justificativas utilizadas nos trabalhos para a aplicação de determinados métodos de análise; perceber se havia significativa construção de novas técnicas ou alterações nos métodos tradicionais que caracterizassem processos criativos dos pesquisadores e observar a ênfase dada ao aspecto metodológico dos trabalhos. Para estas páginas, propomos uma análise do quadro mais geral de resultados obtidos a partir desta problemática. Nos deteremos à apresentação dos dados oriundos da observação de variáveis mais gerais que compõem a amostra, a exemplo de onde estão estas teses, de que temáticas tratam, sexo dos autores, formação doutoral compartilhada com universidades no exterior etc.

Realizamos uma pesquisa documental de tipo quantitativa, estabelecendo uma fotografia sobre as metodologias contidas nas teses. Analisamos que métodos foram utilizados, a verificar se houve inovação metodológica, as principais justificativas de aplicação de técnicas etc. Com o auxílio do sof-

ware SPSS, geramos uma fotografia ampla do quadro metodológico utilizado no País. Vejamos pontualmente nosso recorte:

- Unidade de Análise: os métodos e técnicas de pesquisa aplicados.
- Unidade de Observação: as teses de doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia recomendados pela CAPES (notas 4 a 7).
- Delimitação da Amostra: 289 Teses.
- Recorte Temporal: 2012-2014.

Embora o Comitê de Área da CAPES de Sociologia abranja os cursos de ciências sociais, planejamento e políticas públicas, políticas públicas e sociedade, sociologia política, defesa social e mediação de conflitos e sociologia e antropologia, trataremos apenas dos trabalhos realizados nos Programas exclusivos da Sociologia. Este recorte é para que tenhamos em atenção uma unidade de apoio, no caso a pretensão sociológica destes trabalhos, na escolha dos métodos e técnicas utilizados pelos pesquisadores.

Lista de Universidades com Programas que tiveram Teses Examinadas:

- Universidade Estadual de Campinas / Unicamp
- Universidade de Brasília / UNB
- Universidade de São Paulo / USP
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ
- Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa UFPB
- Universidade Federal de Goiás / UFG
- Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG
- Universidade Federal de Pernambuco / UFPE
- Universidade Federal de Sergipe / UFS
- Universidade Federal de São Carlos / UFSCar
- Universidade Federal do Ceará / UFC
- Universidade Federal do Paraná / UFPR
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS

As unidades de registro foram levantadas através dos sites dos próprios Programas de Pós-Graduação em Sociologia, das bibliotecas virtuais das Universidades e de algumas poucas visitas *in loco* às Instituições, quando tivemos a colaboração de seus coordenadores para levantamento do material empírico.

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: 1. Introdução: 2. Panorama das Teses de Sociologia no Brasil, onde apresentamos os dados

descritivos da amostra coletada a partir das variáveis mencionadas e algumas correlações que entendemos como pertinentes à compreensão dinâmica das informações articuladas; 3. Tendências de um campo científico, em que discutimos a conexão dos dados com aspectos teóricos da área, bem como apresentamos algumas produções direta ou indiretamente interconectadas aos resultados obtidos e; 4. Considerações Finais.

1. Panorama das teses de Sociologia no Brasil

A presente pesquisa teve como ferramenta para coleta de dados um formulário com as seguintes variáveis: título da tese; autor; ano de defesa; sexo; instituição de defesa; região do País; nota CAPES do PPGS; quantidade de disciplinas de metodologia e/ou de métodos e técnicas obrigatórias e eletivas no curso de doutorado; doutorado em regime de co-tutela ou sanduiche; país de destino em casos de intercâmbio; presença de capítulo/tópico metodológico específico na tese – quantidade de páginas de capítulo metodológico; tipo de estrutura da tese; perspectiva(s) metodológica(s) utilizada(s); principais tipos de dados; realização de observação direta; observação participante; análise documental; aplicação de questionários; aplicação de entrevistas – tipos de entrevista; principal técnica de análise da tese; criação de novas técnicas declarada; apresentação de justificativa para o recorte metodológico utilizado; ênfase dada aos aspectos metodológicos no resumo, introdução e conclusão da tese; temática¹ e, por fim, uma variável nominal *string*, aberta, pela qual catalogamos todas e quaisquer observações pertinentes ao problema de pesquisa em tela.

Foram investigadas 282 teses de sociologia, centralizadas nos anos de 2012-2014, com cerca de 274 casos válidos. Desta amostra, tivemos 44,5% de teses escritas por mulheres e 55,5% de teses escritas por homens. Já no que diz respeito à distribuição da amostra por regiões do País,

1 Variável nominal criada a partir de categorias nativas, isto é, as categorias da presente variável foram extraídas a partir de uma sub-amostra da amostra geral de nossa pesquisa, em que analisamos por um estudo exploratório as temáticas mais recorrentes nas teses antes de começarmos o trabalho propriamente dito. Assim temos: “Temática Central da Tese”: 1. Arte/Cultura; 2. Economia/Consumo; 3. Criminalidade/Violências; 4. Educação; 5. Gênero/Sexualidades; 6. Identidades/Migrações; 7. Juventudes/Envelhecimento; 8. Participação Política; 9. Religião; 10. Saúde; 11. Sociologia Jurídica; 12. Ciências e Tecnologias; 13. Teses Teóricas/Intelectualidades/Pensamento Social; 14. Trabalho; 15. Ruralidades/Urbanidades/Meio Ambiente; 16. Instituições; 17. Outros.

obtivemos 127 teses defendidas no Sudeste (distribuídas em 5 PPGSs); 70 no Nordeste (4 PPGSs); 40 no Sul (2 PPGSs) e 38 no Centro-Oeste (2 PPGSs). Ainda sobre esta última variável, região, com dados visivelmente heterogêneos, percebemos que um Programa do Sudeste, isoladamente, apresentou 65 teses defendidas no referido período. A presença deste *outlier* na amostra foi considerada em toda a análise, tanto em seus aspectos quantitativos, por ponderações aritméticas, como em seus aspectos qualitativos, do porquê de um Programa de nota CAPES 7 ter as condições materiais de produção e disponibilização de grande quantidade de trabalhos acadêmicos quando comparado aos demais do País. Ainda no que se refere à produção quantitativa de teses por Programa, tivemos outro *outlier* compreendido pelo oposto do quantitativo de teses, representado por um Programa recente localizado no Centro-Oeste, com apenas duas teses defendidas disponibilizadas.

Como já exposto no tópico anterior, estratificamos nossa amostra não apenas pelos Programas de Pós-Graduação em si, mas também pelas suas respectivas notas de avaliação CAPES. Das teses válidas, 19% são de Programas nota CAPES 4; 25% de nota CAPES 5; 26,5% de nota CAPES 6 e 29,5% de nota CAPES 7. Dos principais temas de investigação do material analisado, observamos que a maioria das teses compreende a categoria “Intelectualidades/Pensamento Social/Teses Teóricas”, com cerca de 15% do quadro. Este resultado é por ora mencionado em dados absolutos e, por isso, adiantamos que tais 15% concentram-se, nomeadamente, em uma Instituição de nota CAPES 7, localizada no Sudeste. A seguir, temos a temática de “Participação Política”, com 8,5% das teses escritas; Arte e Cultura, com 8,1%; Criminalidade, com 7,7% e Identidades e Migração, com 7,4%. Tais percentuais podem parecer ao leitor como não substantivos. Isto se explica porque esta variável foi compreendida por 17 categorias nominais, posta a pluralidade temática da sociologia brasileira. Para melhor compreensão proporcional do que versamos, podemos comparar os 15% de teses teóricas (40 teses), com os 2,9% de teses sobre Juventude e Envelhecimento (8 teses). Grosso modo, o que verificamos foi a confirmação da pluralidade temática nos trabalhos analisados, com a distância significativa dos casos apenas para a categoria de teses sobre Intelectualidades/ Pensamento Social/Teses Teóricas, categoria esta que se afasta em quase 100% quando comparada à seguinte, de “Participação Política”, mas que tem um

centro de produção pontuado em uma Instituição específica, com 19 teses defendidas na temática².

Ao separarmos as regiões do País para verificar as principais temáticas, temos: Região Centro-Oeste (2 PPGSs): Participação Política; Região Nordeste (4 PPGSs): Gênero/Sexualidade e Religião; Região Sudeste (5 PPGSs): Teses Teóricas/Intelectualidades/Pensamento Social; Região Sul (2 PPGSs): Participação Política; Ruralidades/Urbanidades/Meio Ambiente. Se considerarmos os Programas de nota CAPES 6 e 7 com mais de 20 teses defendidas no triênio amostral, as principais temáticas defendidas são: Teses teóricas/Intelectualidades/Pensamento Social; Participação Política; Arte e Cultura e Identidades/Migrações. A temática sobre Criminalidade aparece a seguir, porém concentrada em Programas de nota CAPES 5 e 7.

Verificamos a respeito da experiência acadêmica dos autores em demais países ou instituições de pesquisa para além das atividades que cumprem em seus Programas de origem. Em primeira instância, obstinamos localizar os indivíduos que tivessem realizado doutoramento por cotutela ou “sanduíche”, institucionalizado, no exterior. Não obstante, após o estudo exploratório com o material levantado, optamos por ampliar esta variável a todo e qualquer tipo de deslocamento, nacional e/ou internacional, feito pelo autor com fins investigativos para a tese em construção. Na prática, isto nos fez considerar doutoramentos sanduíches realizados no Brasil, bem como estas no exterior, com ou sem financiamento institucional, que tivessem sido mencionadas nas teses como parte do percurso doutoral. Para simplificar, chamamos esta variável de “intercâmbio” e observamos que apenas 31,5% dos autores possuem tal experiência. Para os casos de saída a instituições do exterior, os países que predominaram como destino foram França, Portugal, Estados Unidos e Alemanha, respectivamente.

A respeito do “design” de sumário das teses, encontramos 47% dos trabalhos elaborados com algum capítulo ou subtópico metodológico. Ou seja, podemos dizer que a maioria, 53% dos sumários analisados, não possui nenhuma especificação de como os autores tratam metodologicamente seus constructos, seja por um capítulo dedicado à metodologia da ciência, de forma ampla, ou por um capítulo ou subtópico dedicado aos métodos e téc-

2 A segunda universidade que mais produz teses no tema “Intelectualidades/ Pensamento Social/Teses Teóricas” localiza-se no Centro-Oeste, nota CAPES 6, com 9 teses.

nicas de pesquisa utilizados, tanto para teses teóricas como para aquelas que possuem recortes empíricos aparentes. Ainda sobre a elaboração lógica dos sumários, encontramos 39% de teses que seguem a apresentação de teoria e campo concomitantemente ao longo do texto; 36% que seguem a explanação de teoria e, depois, de campo; 23,5% de teses que se apresentam apenas em formato teórico e apenas 1,1% destas percorrem o campo empírico na escrita antes de uma apresentação teórica.

A principal perspectiva metodológica utilizada, como já suposta, é a qualitativa de análise, com cerca de 87% de teses. Em seguida, temos 3,5% de teses em que predomina a análise quantitativa e 4,3% construídas a partir de uma metodologia mista. Menos de 2% dos casos apresentaram como técnica principal a aplicação de uma perspectiva qualitativa com pouca introdução quantitativa, ou o inverso (3% missing). Igualmente, nota-se que cerca de 39% das pesquisas utilizam dados primários como principal recurso de recolha de informações, contra 32% de teses realizadas a partir de dados recolhidos exclusivamente de fontes secundárias. As investigações ancoradas por recolha mista, com dados primários e secundários, compreendem 14% da amostra, assim como 15% são realizadas por teses teóricas ou que não apresentam tais informações diretamente aos leitores.

Tais variáveis são imprescindíveis à interpretação da construção metodológica dos autores quando analisamos as dimensões classicamente empíricas de elaboração dos trabalhos sociológicos. Isto porque, para nossa surpresa, cerca de 75% das teses não utilizam qualquer tipo de observação participante, uma técnica de recolha de informações modelar ao campo das ciências sociais. Concomitantemente, cerca de 38% dos trabalhos não contam com o recurso de análise documental, fosse esta realizada por qualquer tipo de técnica de análise equivalente. Ainda sobre técnicas de recolha, para o grupo de teses empíricas e que se utilizam de entrevistas, observamos que 67% aplicam entrevistas de tipo semiestruturadas; 21% de entrevistas abertas ou em profundidade e apenas 2% utilizam a técnica de entrevistas estruturadas nos trabalhos.

Uma das maiores inquietações deste trabalho, contida em parte no nosso problema de investigação que buscou compreender a utilização metodológica de perspectivas qualitativa e quantitativa em trabalhos acadêmicos da sociologia, reside na curiosidade sobre as técnicas de análise utilizadas atualmente. Tais técnicas são o foco das ementas de disciplinas metodológicas

de alguns Programas de Pós-Graduação em Sociologia, com tópicos de estudo sobre análise de discurso, análise de conteúdo, de contexto etc. Vejamos: 21,6% das teses não possuem técnica de análise por compreenderem espaços eminentemente teóricos de discussão; 5,9% das teses utilizam análise de conteúdo; 4% análise de discurso; 15,4% alguma outra técnica de análise qualitativa; 3,7% focam-se em análises de estatística descritiva; menos de 1% em estatística inferencial e 48% das teses, ou seja, quase metade do material pesquisado, não apresentam nenhuma técnica de análise declarada (0,4% missing). Quando nos questionamos sobre a criação de novas técnicas, sejam estas de análise ou de recolha de informações, encontramos 98% das teses sem nenhuma criação de novas técnicas, fossem estas qualitativas, quantitativas ou mistas.

Dentre outras variáveis indicadas a um estudo sobre as metodologias das teses sociológicas, criamos um índice artificial que indica a ênfase metodológica e sua respectiva justificativa dada pelos autores em cada uma das teses. Este índice didaticamente reduz-se a categorias numéricas intervalares, que indicam que cerca de 70% das teses apresentam ênfase a seus aspectos metodológicos de maneira superficial a razoável, contra cerca de 30% de teses que esboçam uma preocupação mais pontual a tais aspectos.

A descrição geral aqui apresentada foi correlacionada à realidade verificada a partir dos próprios achados de pesquisa. Por exemplo, quando relacionamos as variáveis tema geral da tese e sexo do autor, não encontramos significância estatística nos achados. Porém, ao olhar para os dados isolados, verificamos alguns pontos interessantes: as temáticas de Participação Política; Sociologia Jurídica; Ciência e Tecnologia e Intelectualidades/Pensamento Social/Teses Teóricas são temas marcados por autores, em maioria, do sexo masculino. Paralelamente, nota-se que a concentração de teses escritas por homens, estatisticamente significativa ($p=0,02$), está em Programas de Pós-Graduação localizados no Sudeste.

Sabendo-se que região do País e nota de avaliação CAPES por Programa (4 a 7) estão imbricados, propusemos uma correlação entre sexo e nota de avaliação CAPES em que se inserem os autores. Pela distribuição dos dados obtidos, não podemos dizer desta correlação como um fenômeno generalizável, sequencial, tampouco replicável a amostras de teses de anos anteriores ou posteriores às estudadas no recorte, porque não verificamos significância estatística suficiente à análise. Entretanto,

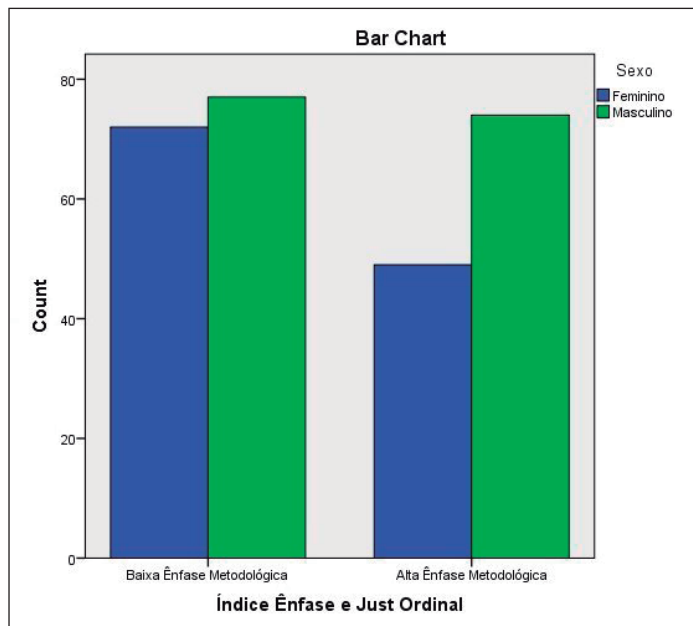
quando estratificamos as categorias, percebemos que a diferença entre homens e mulheres chega a dobrar quando a nota do PPGS alcança 7, havendo uma tendência, ainda que não significativa estatisticamente, de maior presença masculina em Programas de notas mais altas (29 mulheres x 52 homens em Programas Nota 7). Já nos programas de notas mais baixas, esta diferença quase não se percebe, havendo um equilíbrio entre as variáveis sexo e nota CAPES.

Isolamos a categoria temática/metodológica de teses com maior frequência, teses teóricas, e a comparamos com as frequências da variável sexo. Como já esperado face os resultados correlacionais entre sexo/região/nota que demonstraram maior quantidade de teses teóricas aplicadas no sudeste, chegamos ao resultado de que as teses teóricas são escritas, notadamente, por homens. Temos 67,5% de teses teóricas escritas por homens contra 32,5% escritas por mulheres. Este quadro parece se assemelhar com o início (e quiçá continuidade) da sociologia brasileira, permeado por investigações teóricas escritas por médicos, engenheiros e advogados do sexo masculino.

A concentração conferida acima nos questiona, por outro lado, sobre quem se dedica às teses que prescindem de estudo de campo empírico, exemplificado na técnica de observação participante. Isolada esta última categoria, verificamos um número maior de mulheres que trabalha com aplicação metodológica de observação participante, mesmo tendo nossa amostra um número reduzido em cerca de 10% de mulheres em relação aos homens.

Ainda focados na variável sexo, ponderamos a possibilidade de encontrarmos diferenças entre as formas como homens e mulheres apresentam suas justificativas e ênfases metodológicas nas teses a partir do índice artificial intervalar já demonstrado. Imaginando um quadro de 1 a 3, em que 1 indica menor preocupação com os aspectos metodológicos e de métodos e técnicas e 3 o seu respectivo oposto, notamos que os homens tendem a dar mais atenção aos aspectos formais metodológicos das teses do que as mulheres, ainda que eles se dediquem mais à escrita de teses teóricas.

Gráfico 01- Ênfase Metodológica x Sexo.



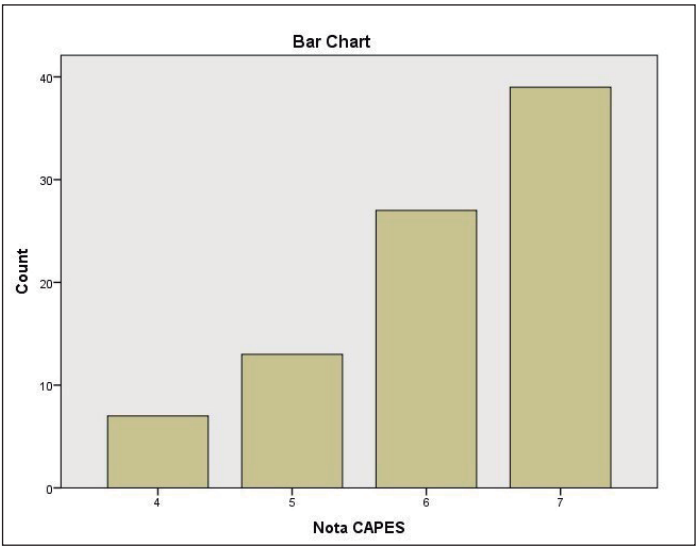
Fonte: Elaboração Própria.

O gráfico acima mostra as barras masculinas aumentadas nos dois casos, tanto de teses com baixa como com alta ênfase metodológica. Isto ocorre porque existe cerca de mais de 10% de homens na nossa amostra em relação à quantidade de mulheres. Para que possamos melhor entender, sugerimos que a análise seja feita pela barra de maior diferença, onde se lê “alta ênfase metodológica”. Salientamos que, embora os homens deem mais ênfase a tais aspectos metodológicos, estes ainda são superficiais quando apresentados os dados gerais da variável, que tiveram mais da metade dos casos com baixa ênfase metodológica. Verdade é que temos um quadro geral carente no que diz respeito aos cuidados metodológicos das teses defendidas. Por isso, independentemente da significância estatística que não alcançamos para correlação, verificamos forças de correlação nos testes de Phi, V de Crámer e Gamma irrisórias.

Sobre os estudantes intercambistas, temos 86 teses que contam com esta experiência e 187 que não contam. Verificamos que existe uma correlação positiva moderada de 0,35 e estatisticamente significativa entre o “sanduíche”, geralmente fora do País, e o PPGS de onde é escrita a tese. Por

dados brutos, os Programas que mais contam com o intercâmbio doutoral são: USP, UnB e Unicamp. Noutro extrato, localizam-se UERJ, UFSCar, UFPE e UFRGS. Os PPGSs das universidades que menos apresentam “sanduíche” são UFG, UFPB, UFC, UFPR, UFS e UFMG. Postas as universidades, confirmamos por consequência uma relação entre região e intercâmbio. Nas regiões do País onde se concentram as notas CAPES dos PPGSs mais altas, concentram-se também as experiências de intercâmbio. Esta relação de que falamos tem força de 0,30, apresentando-se como uma correlação moderada, e é estatisticamente significativa.

Gráfico 02: Intercâmbio x Nota CAPES.



Fonte: Elaboração Própria.

Relação “curiosa” foi verificada no cruzamento entre sexo e experiência no exterior. Notou-se que 57% dos homens usufruíram da experiência, contra 41% de mulheres. Ou seja, mais homens vão para intercâmbio do que as mulheres, isto é um fato. Todavia, o porquê deste fenômeno pode ser “explicado”, em uma primeira vertente numérica, pelo fato de que há mais doutorandos homens nos programas de pós-graduação com notas CAPES elevadas (que têm maior número de intercambistas). A análise seria facilmente continuada se tivéssemos dados para relacionar por que mais homens predominam nos programas de pós-graduação de notas altas, lo-

calizados, em maioria, no eixo sul-sudeste. Ainda se ponderarmos a diferença de 10% entre a quantidade maior de homens do que de mulheres na amostra (quebrando a hipótese da linha anterior), ainda teríamos maioria masculina com doutorado sanduíche. Apesar de nossos dados momentâneos estarem limitados a estas descrições que, embora nítidas, não estão complexificadas na análise desta etapa de nossa pesquisa, chamamos a atenção para o fato de que nos agradecimentos das 282 teses lidas notamos, exploratoriamente, que as autoras que agradeciam aos filhos e/ou os mencionavam tendiam a não apresentar qualquer experiência fora de seus Programas, não viajavam. Nos casos masculinos, esta informação pouco notou-se ou fez-se relevante.

Informação também importante é sobre as temáticas mais trabalhadas pelos doutorandos que tiveram experiência no exterior. Os temas que apresentaram maior frequência foram: “Teses Teóricas / Intelectualidades / Pensamento Social”; “Identidades/Migração” e “Arte e Cultura”. Paralelamente, observamos que os doutorandos que tiveram experiência no exterior aparentam mais cuidados (57% destes) com a declaração de aspectos metodológicos e de métodos e técnicas nas teses. Todavia, não estamos a dizer que o doutoramento sanduíche condiciona ou incita a uma maior ênfase metodológica no trabalho. Esta poderia ser uma relação espúria, posta a necessidade de comparação da variável “sanduíche” com a nota CAPES dos programas que mais enviam estudantes para a experiência no exterior, ou a região do País de onde partem, ou o sexo dos doutorandos etc. Aqui nos coube uma análise de regressão multivariada, porém com variáveis pouco explicativas pelo nosso banco de dados, posta a pergunta sobre o porquê de mais teses com ênfases metodológicas satisfatórias serem escritas por doutorandos com experiência no exterior. Na etapa seguinte/futura de nossa pesquisa, investigaremos aspectos que podem nos aproximar de uma resposta, a começar pela análise das ementas de disciplinas dos respectivos programas.

2. Tendências de um campo científico

O terreno no qual pisamos é teoricamente marcado, sobretudo por publicações contemporâneas que conectam as inflexões do campo científico às estruturas teóricas de Bourdieu. A própria análise das teses nos levou a alguns materiais interessantes a respeito. Santos (2012) defendeu uma tese

no PPGS da Universidade Federal do Ceará sobre a ciência como campo masculino, cujas estruturas do campo científico bourdesiano não são fixas, são performáticas. Embora com enfoque notado às questões de gênero, em que estuda acadêmicas renomadas do Ceará, a autora aproxima a utilização do conceito de campo científico de Bourdieu a pontos comuns aqui tratados. Falamos sobre poder, um corte transversal às variáveis descritas no tópico anterior ou, ainda, uma também variável (invisível) interveniente nas relações apresentadas. Metodologicamente, a sociologia se desdobra para atender demandas sócio-históricas de sua sociedade acadêmica (BUTLER, 2010), materializada pelas bancas julgadoras e por todos os mecanismos de controle de qualidade acadêmica, bem como pelo estabelecimento de um “ethos” acadêmico valorativo, formando padrões e regras de acordo com os “anseios da comunidade científica hegemônica (...) que apesar de sua normatividade, é permeado por contradições e conflitos” (BOURDIEU, 2007 *apud* SANTOS, 2012, p.). Para compreendermos este campo científico de Bourdieu nas teses de sociologia para além de seus aspectos metodológicos, precisamos considerar a sociologia brasileira não somente como passível de influências determinadas por fatores históricos, econômicos e sociais, mas também como uma instância construída por suas leis internas e externas, estando esta em constante negociação com os demais campos científicos, seja em suas formas burocratizadas ou de aparências mais latentes. (SANTOS, 2012, p.). “O campo científico é o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem, ou difundem a ciência (...) É um microcosmo dotado de suas próprias leis, e que possui uma relativa autonomia. (BOURDIEU, 2007, p. 20).

Falar em campo científico a partir das teses de sociologia é também dizer sobre como estas são estruturadas a partir das posições que os autores ocupam na dinâmica mais geral em que se localiza este próprio campo. Tais posições não são escolhidas somente pelos atores/autores. A estrutura deste campo é determinada, também, pela distribuição de capital científico entre os agentes sobre os quais versamos, sendo este capital científico uma espécie de capital simbólico, fundado por atos de conhecimento e reconhecimento (BOURDIEU, 2007 *apud* SANTOS, 2012). Lembrando, estamos hoje diante de uma sociologia que discute, com o auxílio de um campo filosófico, a respeito do uso da técnica, ou, para alguns, do uso exacerbado da técnica (pouco verificado em nossos dados).

O uso das técnicas metodológicas tampouco se faz como um tema novo à sociologia, muito pelo contrário, certa vez que a disciplina se institucionalizou através da delimitação dos fatos sociais de Durkheim. Os resultados apresentados pela descrição das teses de sociologia, nomeadamente as variáveis que buscam mensurar o uso de técnicas de recolha de informações e de análise, nos sintonizam a um texto de Mariza Peirano, “A Favor da Etnografia”. “Especificamente, penso que nossa tradição etnográfica se baseia, de forma equivocada, no princípio de que a criatividade pode superar a falta de disciplina e a carência de um *ethos* científico” (PEIRANO, 1995, p. 31). Na preocupação para que o método etnográfico não dramatize a então visão weberiana de eterna juventude das ciências sociais, ou que materialize uma eventual “fraqueza” das ciências sociais, Peirano disserta que toda (boa) etnografia precisa ser tão rica que possa sustentar uma reanálise dos dados iniciais (*Ibidem*). A autora defende sua posição não para que as informações de uma dada pesquisa venham manter ou esclarecer determinados pontos de vista teóricos, mas porque haverá sempre a ocorrência de novos indícios posto que os dados “falam” mais do que seus autores, permitindo-se a diversas abordagens (*Ibidem*). Peirano utiliza o método etnográfico como referência, porém estendemos sua assertiva a diversas técnicas, a exemplo das quantitativas, em que raramente seus leitores têm acesso ao banco de dados utilizado para que remontem supostas potencialidades das matrizes; ou qualitativas, que, ao exemplo das teses analisadas, quase nenhum dos 282 autores socializa o roteiro de entrevistas utilizado para que o leitor possa melhor ingressar na lógica de pesquisa de campo enveredada e em seu ritmo e ordenação de abordagens.

De forma paralela, trouxemos para consideração o aspecto gênero que saltou aos nossos dados. Como visto, os objetivos que pontuam todas as fases do trabalho, não apenas esta primeira apresentada, quantitativa, mas as que seguirão a partir desta, giram em torno da problemática de aspectos metodológicos e de métodos e técnicas nas produções sociológicas brasileiras recentes. Todavia, no panorama em que se localiza a questão metodológica, a de gênero não se deixa calar, apresentando-se como uma variável, ainda que não explicativa ou determinante, interveniente a todo o processo de produção das teses.

“Do total de doutores em cada uma das áreas das ciências sociais no ano de 2008, o percentual de mulheres era de 34% na Ciência Política, 55,6% na Sociologia e 54,5% na Antropologia” (TOSTE; CANDIDO, 2016).

No topo da carreira profissional, por sua vez, as mulheres estão em desvantagem em relação aos seus pares do gênero masculino: a pesquisa de Guedes *et al* (2015) mostrou recentemente que entre os anos de 2001 e 2012 as bolsas de produtividade conferidas a pesquisadoras mulheres na Ciência Política caiu de 46,5% para 33,7% e na Sociologia de 53,1% para 47%. Tais dados sugerem que as mulheres cientistas sociais têm dificuldades em conquistar as posições mais prestigiadas e bem pagas na carreira mesmo dentro de uma área indisputavelmente feminina. A despeito da massiva participação das mulheres nas ciências sociais, há indícios de que elas enfrentam segregação hierárquica ou “teto de vidro” nesse campo. (*Ibidem*).

A disparidade de gênero também se apresenta, segundo os dados de Toste e Candido, no campo docente quando consideradas várias áreas da pós-graduação em que a maioria docente é de sexo masculino, reverberando na diferenciação também de publicações científicas, em que os homens passam, proporcionalmente, a serem mais lidos que as mulheres em suas respectivas áreas de saber. A mostrar que nossos dados não trazem nenhuma surpresa à temática, mas que apenas confirmam as pesquisas tratadas por um campo em caminhos de consolidação epistemológica sobre as experiências de gênero em cientistas sociais membros de Programas de Pós-Graduação, temos a pesquisa de Marina Cordeiro (2015) da UFRRJ, que examina as diferentes experiências sobre gênero, divisão sexual do trabalho e desigualdade temporal em investigadores masculinos e femininos. Outro trabalho de envergadura importante nesse sentido é o de Guedes, Azevedo e Ferreira (2015), que referencia a estratificação sexual a partir de uma pesquisa sobre as bolsas de produtividade do CNPq. Como notado pela leitura exploratória dos agradecimentos das 282 teses de nossa amostra, mecanismos discriminatórios aparentam persistir no universo de doutorandas em sociologia que, como visto, têm menos oportunidades de experienciar um doutoramento com intercâmbio, isto para não mencionarmos as diferenças de ingresso deles e delas nos programas com variadas notas de avaliação. Estes mais que “achados de campo” nos incitam a investigar a recente produção sociológica para além das teses, o que já pretendíamos e que agora consolidamos, certos de que a ciência é um “constructo humano e que somente pode ser compreendida se contempladas as disputas, conflitos, pactos e cumplicidades que permeiam sua existência” (SANTOS, 2012).

Considerações finais

A justificativa inicial que nos impulsionou a estudar as propostas básicas das teses de sociologia no Brasil foi a de entender o que estava sendo produzido na sociologia brasileira contemporânea. O projeto original, ainda em execução, em que se localizam nossos dados, é formado por três etapas. A primeira, aqui parcialmente apresentada, um estudo quantitativo sobre um quadro geral, de variáveis genéricas, e sobre as metodologias utilizadas nas teses de doutorado de treze programas de pós-graduação. A segunda, uma análise dos conteúdos metodológicos estudados pelos pesquisadores ao longo de suas formações sociológicas, contendo uma análise das ementas e estruturas metodológicas formativas dos Programas. A terceira, um estudo qualitativo disposto a compreender as motivações patentes e latentes ao processo metodológico de pesquisa sociológica, em que serão investigados os autores das teses e parte do corpo docente dos Programas, nomeadamente professores que lecionam disciplinas com perfis metodológicos e/ou de métodos e técnicas de pesquisa. A hipótese central que investigamos é de que os problemas de pesquisa das teses de sociologia não determinam os métodos a serem utilizados nos trabalhos, sendo tais métodos determinados pelas condições de competências técnicas e de formação dos pesquisadores.

Além do escopo apresentado, obstinamos, em médio prazo, estender o *corpus* da investigação para a comparação entre o enfoque e a relevância dados aos trabalhos mais extensos, como as teses que verificaremos no momento, e os modelos de publicação mais atuais, a saber, os artigos científicos. Será que nas extensas teses de sociologia as metodologias são referenciadas apenas por um padrão, “pro form”? Quando estas teses são publicadas em modelos reduzidos de artigos, levam consigo as metodologias? Como estes passos ocorrem, entendendo que a linguagem metodológica é um campo de compartilhamento acadêmico “relativamente” próximo e acessível às diferentes temáticas?

Muitas teses que analisamos não citam, ao longo das centenas de páginas, a palavra “Metodologia”, bastando teclar um comando “control F” no arquivo em PDF para verificarmos a inexistência do termo em muitos trabalhos. Não que isto signifique que não considerem metodologia a partir de outra semântica, tampouco que não a trabalhem, porém esta informação tem um cruzamento substancial com os dados apresentados, mostran-

do, pelo menos, o não protagonismo das questões metodológicas ao grosso das recentes teses de sociologia no Brasil. Igualmente, o fato de muitas apresentarem, de acordo com nossos dados, seus sumários por uma estruturação de “teoria e campo concomitantemente” não significa que estes aspectos estejam reflexionados concatenadamente ao longo dos textos. Em muitas situações, localizamos estruturas “soltas” justamente pelo aspecto plenamente notado em nossa pesquisa de que muitas teses não possuem a apresentação de uma metodologia pontuada, dificultando a localização dos argumentos sustentados, o que inviabiliza um possível melhor acesso ao material, sobretudo por parte daqueles que não são da área sociológica e que não tramitam pelo campo semântico aí compartilhado. Paralelamente, dizer que uma tese tem um capítulo ou subtópico metodológico não significa que o leitor irá nele encontrar os passos adotados na investigação do autor. Em muitas teses, encontramos reconstitutos sobre o que outros autores entendem por metodologia ou por métodos e técnica, porém sem o autor da tese em tela angular seu trabalho ao que está referenciando de outros autores. De forma semelhante, dizer o autor da tese no capítulo metodológico que realiza uma técnica de análise, como uma análise de conteúdo ou discurso, por exemplo, tampouco significa que este o faça quando chega à altura da análise dos dados, ficando a técnica de análise como uma mera citação ao longo de um trecho isolado do trabalho, sem uma aplicação explicitada. Desta forma, para além de todas as observações feitas sobre os impactos de gênero, região, nota CAPES, dentre outros, concluímos que os aspectos metodológicos das teses analisadas apresentam-se de forma tímida e com pouca ênfase face à escrita dos trabalhos de conclusão de curso de doutorado em sociologia no Brasil.

Referências

BOURDIEU, Pierre (2007), *O poder simbólico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>.

BUTLER, Judith. (2010), Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. *Debate feminista*, n. 18, pp. 296-314.

CORDEIRO, Marina. (2015), *O tempo desigualmente distribuído: gênero e carreira acadêmica entre cientistas sociais*. Paper apresentado na ABET, ano, local, p. 367-399.

GUEDES, Moema; AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. (2015), “A produtividade científica tem sexo? Um estudo sobre bolsistas de produtividade do CNPq”. *Cadernos Pagu*, v. 45.

PEIRANO, Mariza. (1995), *A Favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Dumará.

SANTOS, Vívian. (2012), *Sobre mulheres, laboratórios e fazeres científicos na terra da Luz*. Tese de Doutorado em Sociologia – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

TOSTE, Verônica; CANDIDO, Maria Rangel. (2016), “A voz das ciências sociais é masculina?”. *Revista Escuta*, online. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/03/24/a-voz-das-ciencias-sociais-e-masculina/>. Acesso em: 19 de Junho de 2018.

A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil

Irllys Barreira*

Soraya Côrtes**

Jacob Carlos Lima***

RESUMO

No artigo, argumenta-se que, embora seja possível identificar a existência de uma sociologia como campo disciplinar unificado, no âmbito nacional, a diversidade de experiências regionais e estaduais teve peso relevante em sua conformação. Assinala a importância de pesquisadores empreendedores e ações pioneiras que contribuíram para a formação de modos de fazer pesquisa e transmitir conhecimento, organizando-se com base em apoios institucionais. Destaca que até a década de 1960 a formação pós-graduada *stricto sensu*, em sociologia, concentrava-se no eixo São Paulo-Rio Janeiro, ocorrendo, a partir da década seguinte, um processo de descentralização e ampliação. As experiências regionais diversificadas, ao lado das instituições de regulação, contribuíram para a homogeneidade e consolidação que caracterizam atualmente o campo da pós-graduação em sociologia no Brasil. Com base em amplo material empírico, ao qual se agrega a experiência dos autores tanto na pós-graduação de suas IEFs quanto nas instituições de avaliação e fomento, o artigo recupera especificidades do campo sociológico. Nesse sentido, empresta visibilidade a ‘formas primitivas de acumulação de capital intelectual’, que configuraram experiências fora do eixo.

Palavras-chave: sociologia; campo; diversidades regionais; pós-graduação

* Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais e do PPG em Sociologia da UFC, Pesquisadora 1 B do CNPq. Foi membro Comitê de Assessoramento da Área de Ciências Sociais-Sociologia do CNPq (2000-2002) e Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (2012/ 2013).

** Professora Titular do Departamento de Sociologia e dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da UFRGS, Pesquisadora 1B do CNPQ. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (2013/2015) e Coordenadora Adjunta da Área de Avaliação da Pós-Graduação em Sociologia no Brasil, junto à CAPES (2010/ 2014).

*** Professor Titular no Departamento de Sociologia e do PPG em Sociologia da UFSCar, Pesquisador 1 A do CNPq. Foi Coordenador da Área de Avaliação da Pós-Graduação em Sociologia no Brasil, junto à CAPES (2011/2014), integra, desde 2016, o Comitê de Assessoramento da área de Ciências Sociais-Sociologia do CNPq e é Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia

ABSTRACT

THE SOCIOLOGY OFF AXES: REGIONAL DIVERSITIES AND GRADUATE FIELD IN BRAZIL

The argument in the article is that although it is possible to identify the existence of a sociology as a unified disciplinary field, at the national level, the diversity of regional and state experiences had relevant weight in its conformation. It points out the importance of pioneering researchers and pioneering actions that have contributed to institute the ways sociologists research in Brazil as well as how the Sociology is thought. It also highlights the institutional support built up support those actions. It emphasizes that up to the 1960s, the graduate training in social science was concentrated in the São Paulo-Rio Janeiro axis, and from the following decade a process of decentralization and expansion took place. Diverse regional experiences, alongside regulatory institutions, have contributed to the homogeneity and consolidation that characterize the field of graduate studies in Sociology in Brazil. The analysis was based on extensive empirical material as well as in the authors' personal experience in their higher education institutions and as leading participants of accreditation national organizations to the graduate studies in Brazil. One of its main contributions is to shade light to 'primitive forms of accumulation of intellectual capital', which have shaped off-axis experiences.

Keywords: sociology; field; regional diversities; graduate studies.

Introdução

A criação e consolidação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na área de sociologia no Brasil, envolveu um conjunto de ações promovidas por organizações de fomento, particularmente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e de ações de pesquisadores empreendedores, no sentido atribuído ao termo por Kingdon (1984, p. 21; p. 104) ao se referir a atores que usam o seu conhecimento sobre um determinado campo para promover mudanças consoantes com as causas que defendem. Embora seja possível identificar a existência de uma sociologia como campo disciplinar unificado, no âmbito nacional, foi a diversidade de experiências regionais e estaduais que o conformaram. O argumento aqui desenvolvido é o de que se até a década de 1960 a formação pós-graduada *stricto sensu* em sociologia concentrava-se no eixo São Paulo-Rio Janeiro, a partir da década seguinte houve um processo de descentralização que a 'nacionalizou' e 'interiorizou'.

Na criação e consolidação da pós-graduação na área, também foi decisivo o papel desempenhado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e pelos órgãos de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as fundações de amparo à pesquisa estaduais (Fapes), marcadamente a de São Paulo (FAPESP). A ANPOCS, fundada em 1977, se caracterizou como um centro de debates, de difusão de pesquisas e de constituição de grupos temáticos de pesquisadores que, ao fortalecer a pós-graduação nas ciências sociais, colaborou para a especialização disciplinar nas áreas de sociologia, antropologia e ciência política, o que veio a ocorrer durante a década de 1990. O fomento à pesquisa, promovido pelo CNPq, pelas Fapes, e à pós-graduação, realizado pela CAPES, se sobrepôs aos financiamentos internacionais obtidos pelo departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), nas décadas de 1930, 1940 e 1950 (LIMA; CÔRTEZ, 2013), e pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), nas décadas de 1970 e 1980, colaborando assim para a transformação das duas instituições em referências nacionais de excelência na formação pós-graduada e de pesquisa na área. O CNPq passou a ser o principal responsável pela distribuição de recursos financeiros em escala nacional por meio de editais de auxílio à pesquisa, à participação em eventos ou à sua realização, entre outras modalidades de apoio, e da concessão de bolsas de produtividade de pesquisa. A política provida reforçou a pós-graduação, dadas as exigências de conexão entre ensino e pesquisa. Porém, a CAPES foi, sem dúvida, a principal responsável pelos critérios gerais para organização, reconhecimento, financiamento e avaliação, e pela criação e consolidação de um sistema nacional de pós-graduação, do qual a sociologia fez parte.

Nosso propósito aqui é refletir sobre a descentralização no campo da pós-graduação em sociologia no Brasil que nasce de experiências regionais, para posteriormente concentrar-se no eixo São Paulo-Rio de Janeiro e, mais tarde, descentralizar-se pelas grandes regiões do país. A CAPES estabeleceu um processo de avaliação sistemático, cada vez mais normatizado, e ofereceu, junto com outras instituições de fomento, recursos que estimularam a consolidação desse sistema na área de sociologia. Houve, com isso, uma relativa padronização da formação pós-graduada em sociologia no país. No entanto, foi a ação inicial de pesquisadores, particularmente das universidades estaduais de São Paulo, do IUPERJ, de universidades federais e de instituições

de ensino superior vinculadas à Igreja Católica, que fundou o substrato institucional de pesquisa e, mais importante, de capital cultural (BOURDIEU, 1986) sobre o qual se erigiu o sistema. Esses pesquisadores empreendedores aproveitaram as oportunidades abertas por instituições estrangeiras e nacionais para fazerem formação de mestrado e doutorado, para constituir redes de pesquisadores, regionais, nacionais e internacionais visando conformar um campo de conhecimento acadêmico no qual seus participantes almejavam compreender as razões das desigualdades sociais e regionais, do subdesenvolvimento, da persistência do clientelismo e do autoritarismo no país e, se possível, colaborar para torná-lo menos iníquo e mais democrático. Este estudo focalizou principalmente a trajetória em alguns programas. Cursos pioneiros e, atualmente, consolidados, como, por exemplo, o da Universidade de Brasília (UNB) e o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), poderiam ser incluídos na análise. No entanto, optamos por enfocar as iniciativas promovidas por docentes localizados no Nordeste e no extremo sul do país, mais distantes dos centros decisórios da política de educação superior do país, situados inicialmente no eixo São Paulo-Rio e, mais tarde, em Brasília.

Para a elaboração do artigo, fizemos um levantamento sobre a constituição da pós-graduação em sociologia no Brasil. Além da literatura sobre o tema, examinamos também documentos da CAPES e realizamos breves entrevistas presenciais ou por mensagens de texto com professores que dispunham de informações sobre a formação dos programas de pós-graduação. Além disso, muitos das interpretações que oferecemos resultam da experiência vivenciada em processos avaliativos dos quais participamos como membros do comitê assessor da área em avaliações da pós-graduação em sociologia.

O artigo está estruturado em três seções. Na primeira, é examinada a criação da pós-graduação em vários estados do país. Na segunda, discute-se o papel da CAPES e da avaliação da pós-graduação na área de Sociologia. Na terceira, são apresentados indicadores do processo de descentralização e consolidação da pós-graduação na área a partir dos anos 2000.

1. Criação da pós-graduação em sociologia: o pioneirismo do eixo São Paulo-Rio de Janeiro combinado a iniciativas em outros estados

Em 1968, a reforma universitária instituiu a pós-graduação *stricto sensu* fundamentada em regramento unificado nacional (VELLOSO, 2004), em consonância com as recomendações de Sucupira, membro do Conselho Federal de Educação, formuladas 1965 (CFE, 1965; MARTINS, 2009). No início dos anos 1970, existiam nas universidades brasileiras cerca de 57 programas de doutorado e, 15 anos depois, já havia em torno de 300 programas de doutorado e 800 de mestrado. Destes cursos, 90% funcionavam em universidades públicas.

Na área de sociologia, a pós-graduação concentrava-se na Faculdade de Filosofia da USP e na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). A USP, que teve sua primeira tese defendida em 1945, até 1970 totalizou 25 dissertações e 20 teses de doutorado. Já ELSP, que em 1941 inaugurara uma divisão dedicada à pós-graduação, foi responsável, juntamente com a USP, pela formação da primeira geração de pesquisadores pós-graduados nas áreas da sociologia, política e administração pública no país, sendo que entre 1943 e 1986, no ano em que perdeu seu credenciamento, foram defendidas 244 dissertações e 82 teses de doutorado.

Se nos alvares da sociologia brasileira a influência europeia, particularmente francesa, foi decisiva (LIMA; CÔRTEZ, 2013), a partir da década de 1940, foi crescente o papel de instituições norte-americanas, particularmente de fundações, na expansão da pesquisa em sociologia e nas demais ciências sociais, bem como no ensino pós-graduado. Exemplo disso foi o apoio financeiro que o Instituto de Antropologia Social, do Smithsonian Institute, ofereceu à divisão responsável pela pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política, nos anos 1940. A partir de 1962, com o acirramento da guerra fria, depois da revolução cubana, e a instalação da Fundação Ford, no Rio de Janeiro, as ciências sociais receberam apoio financeiro para a organização de centros de pesquisa e cursos de pós-graduação, fora do suporte estatal. A Fundação apoiou pesquisas sobre questões referentes à cidadania, redução da pobreza, cooperação internacional e valores democráticos (FARIA; COSTA, 2006). A Tabela 1 mostra uma lista de instituições de pesquisa e universidades que receberam financiamento da Fundação, entre 1962 e

1982. Depois disso, o apoio foi direcionado a diferentes tipos de ONGs, mesmo que ocasionalmente instituições de ensino superior ou de pesquisa ainda recebessem recursos.

Tabela 1 – Dotações da Fundação Ford para instituições brasileiras de ensino superior e pesquisa nas áreas das Ciências Sociais – Brasil – 1962-1982

Instituição	Disciplinas e áreas temáticas	Valor (US\$)	%
SBI-IUPERJ – C. Estudos Afro-Asiáticos	Sociologia e Ciência Política/ Relações Raciais	4.437.060	19,4%
Fundação Carlos Chagas, SP	Women's Studies e Educação	2.300.331	10,1%
CEBRAP-SP	Economia, Demografia, Sociologia e Ciência Política	2.216.003	9,7%
UNB	Relações Internacionais, Antropologia	1.914.919	8,4%
ANPOCS	Sociologia, Antropologia e Ciência Política	1.347.032	5,9%
Museu Nacional UFRJ	Antropologia	1.336.381	5,9%
CEDEC-SP	Sociologia e Ciência Política	1.211.081	5,3%
PUC-SP	Estudos Sociais	944.550	4,1%
UFMG	Ciência Política	928.776	4,1%
IDESP-SP	Sociologia e Política	905.086	4,0%
UFRGS	Ciência Política	750.562	3,3%
UFPE	Economia e Sociologia (PIMES)	644.439	2,8%
PUC-RS	Sociologia Rural e Educação	627.329	2,7%
Fund. José Bonifácio	Ciências Sociais e Educação	613.639	2,7%
Museu Goeldi, UFPA	Antropologia	521.293	2,3%
LASPAU (bolsas)	Estudos étnicos e culturais	469.000	2,1%
Laboratório de Ciências Sociais CIEC-UFRJ	Estudos étnicos e culturais	402.330	1,8%
USP	Estudos da Violência	375.000	1,6%
UNICAMP	Antropologia	358.746	1,6%
ISER/RJ	Ciências Sociais	292.236	1,3%
NAEA/UFPA	Ciências Sociais	233.661	1,0%
Total		22.829.454	100,0%

Fonte: Adaptado de Micelli (1993)

A Tabela 2 mostra que a maior parte dos recursos da Fundação foi destinada a instituições de pesquisa e ensino de São Paulo e do Rio Janeiro. Juntas, elas receberam quase 67,4% das verbas. O IUPERJ, sozinho, recebeu 19,4% (Ver Tabela 1), mais do que o que foi destinado às instituições de Brasília, Rio Grande do Sul e Minas Gerais somadas (18,5%) e três vezes mais do que receberam as de Pernambuco e do Pará em conjunto. Esse aporte de recursos colaborou para constituir o IUPERJ em um dos principais *locus* da pesquisa e da pós-graduação em ciências sociais no país. Seus docentes, em conjunto com os professores da USP e do Museu Nacional, estiveram entre

os principais articuladores da criação da ANPOCS, em 1977, entidade também beneficiada por significativos aportes financeiros da Fundação Ford, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 2 – Dotações da Fundação Ford para instituições brasileiras de ensino superior e pesquisa nas áreas das Ciências Sociais, por estado – Brasil – 1962-1982

Estado	Valor (US\$)	Percentual
São Paulo	8.310.797	36,4%
Rio de Janeiro	7.081.646	31,0%
Brasília	1.914.919	8,4%
Indefinido (ANPOCS, Laspau)	1.816.032	8,0%
Rio Grande do Sul	1.377.891	6,0%
Minas Gerais	928.776	4,1%
Pará	754.954	3,3%
Pernambuco	644.439	2,8%
Total	22.829.454	100,0%

Fonte: Adaptado de Micelli (1993)

A criação da ANPOCS foi gestada em uma reunião de coordenadores de pós-graduação na área de ciências sociais, em 1971, organizada por Hélio Barros, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), então coordenador do Programa de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais do Nordeste (PRAPSON), que se constituiu no núcleo fundador da pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza. Segundo Barros¹, não houve apoio financeiro para o evento e os coordenadores dos PPGs pagaram suas passagens aéreas com recursos próprios, sendo a hospedagem bancada pela UFC. Além dos coordenadores, participaram do evento o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e professores envolvidos com a pós-graduação da USP, da Unicamp, da UNB, do IUPERJ, do Museu Nacional e da UFBA. Ao final da reunião, ficou acertada a criação de uma associação dos grupos de pós-graduação em ciências sociais. Em outra reunião, realizada no IUPERJ, no Rio de Janeiro, em 1973, foi constituída uma comissão com representantes regionais tendo em vista a concretização da ideia. Foram designados representantes regionais e formalizada a proposta de criação da ANPOCS. Nesse momento foi fundamental o apoio financeiro da Fundação Ford (LOPES, 1993).

1 Em entrevista concedida a Irllys Barreira, em 8 de março de 2017.

Embora cursos e instituições de pesquisa pioneiros estivessem localizados principalmente no Sudeste, em outras regiões do país a sociologia vicejava graças à iniciativa de grupos de docentes pesquisadores de universidades federais que buscavam participar do núcleo nacional organizado no eixo São Paulo-Rio de Janeiro e que aproveitaram conexões estabelecidas com entidades nacionais e estrangeiras criando redes de pesquisa. Essas redes contribuíram para o florescimento do ensino pós-graduado e da pesquisa, marcadamente no Nordeste e no Sul do Brasil.

Alguns fatos e instituições devem ser destacados:

- a) em Pernambuco, a criação do Instituto Joaquim Nabuco (atual Fundação Joaquim Nabuco - FJN), em Recife, em 1949, demarca a liderança do então deputado e sociólogo Gilberto Freyre não apenas na estruturação da sociologia em Pernambuco, mas no país (FREIRE, 1948); na década de 1960, foi fundamental o papel desempenhado pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da United States Agency for International Development (USAID) e da Fundação Ford na criação, em 1967, do Mestrado em Sociologia e Economia, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) (SOUTO MAIOR, 2012). A iniciativa teve a intensa colaboração dos professores Rowan Ireland (La Trobe University), David Maybury-Lewis (Harvard University) e Werner Baer (University of Illinois) (PPGS/UFPE, 2017).
- b) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao final da década de 1940 e durante os anos 1950, a UNESCO patrocinou convênios de pesquisa que tratavam de estudos étnicos raciais. Este foi o caso do convênio que vigeu entre 1949 e 1953 com a Universidade de Columbia, sob coordenação de Thales de Azevedo (BRANDÃO, 1996). Esse professor, na década de 1960, quando diretor do Instituto de Ciências Sociais da Bahia, promoveu a criação, em 1962, de uma pós-graduação na área de ciências sociais. A experiência curta foi encerrada pela ditadura militar em 1966. Essas iniciativas formaram um corpo de professores pesquisadores que daria origem ao curso de Mestrado em Ciências Humanas, criado em 1968, predecessor do PPG em Ciências Sociais da UFBA (PPGCS/UFBA, 2017). Em 1969, surgiu o Programa de Recursos Humanos (PRH), na UFBA, que daria origem ao Centro de Recursos Humanos (CRH), núcleo de pesquisa que se tornou uma referência de excelência nas ciências sociais na Bahia.

c) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) uma peculiaridade na origem da pós-graduação em ciências sociais: o papel desempenhado pelo Programa de Parceria Acadêmica da Obra Ecumênica de Estudos (Ökumenisches Studienwerk), da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, da Alemanha (BAETA NEVES; LIEDKE FILHO, 2003). O primeiro contato da sociologia da UFRGS com a Alemanha ocorreu em 1961, com a visita do professor Laudelino Teixeira de Medeiros ao Instituto de Pesquisa Social de Dortmund, graças ao apoio financeiro da Fundação Volkswagen, através do Programa de Contatos para a Pesquisa Social na América Latina (COSAL). O Departamento de Ciências Sociais fora criado em 1949, mas o precursor direto da pós-graduação em ciências sociais, na Universidade, foi o Centro de Estudos Sociais (CES), criado em 1963 (BAETA NEVES; LIEDKE FILHO, 2003). O CES se dedicava à pesquisa social e propiciou a intensificação das relações acadêmicas entre professores do Departamento de Ciências Sociais da UFRGS e da Alemanha. O principal interlocutor germânico foi Achim Schrader, professor da Universidade de Münster, que residiu por dois anos em Porto Alegre, na década de 1960, realizando pesquisas junto ao CES. Também em 1963, foi implantado, na UFRGS, o curso de mestrado em sociologia rural, junto à Faculdade de Economia. O CES veio a ser extinto em 1972, com suas atividades transferidas para o Mestrado em Sociologia e Ciência Política, criado em 1973². Nesse mesmo ano, o principal resultado da parceria com universidades alemãs concretizou-se na edição, pelo Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Parceria Acadêmica financiado pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que ofereceu bolsas de estudos e passagens aéreas para professores e suas famílias, em um total de 18 para cursos de mestrado e 12 para doutorado. No início do processo de organização de pós-graduação na Universidade, as bolsas de estudo concedidas pelo Programa foram um elemento decisivo para a sua consolidação. Embora o governo alemão financiasse o Programa, por meio da Igreja Evangélica, não havia exigência de que os estudos fossem realizados na Alemanha. Assim os docentes estudaram não só na Alemanha, mas também na França, Inglaterra, México e em universidades brasileiras. Embora as ciências

2 Em 1963, foi criado o mestrado em Sociologia Rural, junto à Faculdade de Economia, e, em 1992, ocorreu a junção dos mestrados em Sociologia e Sociologia Rural, formando assim um mestrado em Sociologia (NEVES; LIEDKE FILHO, 2003, p. 19).

sociais da UFRGS tenham sido as principais beneficiárias do Programa, bolsas foram concedidas também para docentes da área de outras instituições, como a UFPE e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

- d) na UFC, o processo de constituição da pós-graduação em sociologia inicia-se com criação do Instituto de Antropologia, em 1958, e do Departamento de Ciências Sociais, em 1968, liderada por um grupo de professores com formação no Museu Nacional, na Alemanha, na França e nos Estados Unidos, dentre os quais se destaca a liderança exercida por Hélio Barros (entrevista referida anteriormente). O professor, que estudara sociologia na Alemanha e fizera mestrado em Ciência Política na Wisconsin University, não apenas participou ativamente do processo de criação da ANPOCS, como exerceu cargos de direção, tanto na CAPES como no CNPq. Particularmente promissoras foram as redes de relações estabelecidas entre esses professores e Jean Duvignaud, docente da Universidade de Tours, França, ao final dos anos 1960 (VIEIRA, 2016). Ao mesmo tempo, lideranças políticas estaduais aliavam-se ao esforço de criação de um polo de formação pós-graduada e de pesquisas no estado, conectado ao esforço de promoção do desenvolvimento, fomentado pelo Programa de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE). O Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento da UFC, inaugurado em 1976, foi o ponto máximo desse processo.

Com a criação da ANPOCS, em 1977, e, em parte, estimulados pela nova Associação, emergiram outros programas de pós-graduação na área de sociologia: o Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, inaugurado também no ano de 1977 (CPDA/UFRRJ, 2017); o Mestrado em Sociologia, com área de concentração em sociologia rural, em Campina Grande, à época pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB)³, fundado em 1977 (PPGCS/UFCEG, 2017); o curso de mestrado em ciências sociais da UFSC, implantado em 1978 (PPGSP/UFSC, 2017); os cursos de mestrado em sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB-JP, 2017), criado em 1979, da Universidade Estadual

3 A Universidade Federal de Campina Grande foi constituída em 2002, a partir do desmembramento da UFPB (BRASIL, 2002).

Júlio Mesquita Filho (UNESP), Araraquara, em 1980 (PPGCS/UNESP-Araraquara, 2017), e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1981 (PPGS/UFMG, 2017); e o curso de mestrado em ciências sociais da UFRJ, aberto em 1983 (VILLAS BÔAS, 2017).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, na região Nordeste, professores da área de ciências sociais das universidades federais, com colegas da UFPA, promoveram eventos, pesquisas conjuntas e articulações com parceiros internacionais e nacionais que potencializaram as possibilidades de titulação de mestrado e doutorado, de realização de pesquisas, de publicação e também de participação no movimento nacional de organização da pós-graduação na área no Brasil. O Programa CAPES-Cofecub (França), iniciado em 1978, teve sua origem na visita de um grupo de reitores franceses a universidades do Nordeste, em 1973 (ICOLATO, 1999). Todos os projetos selecionados, em 1978, ao início da implementação do Programa, eram vinculados a universidades nordestinas: UFPB, UFPE, UFC, UFBA e UFAL. Na segunda seleção, foi incluída a UFPA. A partir de 1981, foi estendido a universidades de outras regiões do país (SCHMIDT; MARTINS, 2006). A participação nesse Programa propiciou a formação de mestres e doutores dessas instituições em universidades francesas.

Na década de 1980, os coordenadores de cursos de mestrado da região nordeste e norte (UFPA) passaram a se reunir com certa regularidade para discutir ações conjuntas visando o fortalecimento dos programas. Entre os resultados desses encontros, destacamos a constituição de um grupo de pesquisa integrado por docentes da UFBA, UFPE, UFPB (João Pessoa e Campina Grande), UFRN, UFC e UFPA, no projeto chamado “Movimentos Sociais – para além da dicotomia rural e urbano”, e a realização, em João Pessoa, no ano de 1985 do primeiro seminário regional de ciências sociais que teve o nome do projeto. Um segundo seminário, realizado em Fortaleza em 1987, foi organizado pelo mesmo grupo de docentes, agora reunidos no projeto “Relações de trabalho e relações de poder”. Inauguravam-se os Encontros de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Os encontros, inicialmente anuais, se tornaram bianuais, na década de 1990, assim se mantendo até 2012.

Quadro 1 – Encontros regionais de Ciências Sociais – Norte/Nordeste – 1985-2012

Tema	Promoção/Local	Ano
Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural-urbano	UFPB-João Pessoa	1985
Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências.	UFC- Fortaleza	1986
Nordeste: o que há de novo? III Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste	UFRN- Natal	1988
IV Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste	UFBA- Salvador	1989
V Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste	FUNDAJ-Recife	1990
Novos Paradigmas e Realidade Brasileira – VI Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste	UFPA-Belém	1993
VII Encontro de Ciências Sociais do Norte- Nordeste/ IV Reunião De Antropologia do Norte-Nordeste	UFPB-João Pessoa	1995
VIII Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste – Modos de pensar o social: espaço, tempo, imagem	UFC-Fortaleza	1997
IX Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste	UFRN-Natal	1999
X Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste	UFBA-Salvador	2001
XI Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste	UFSE-Aracaju	2003
Diversidade e Pluralismo – XII Encontro de Ciências sociais do Norte-Nordeste	UFPA-Belém	2005
Cultura, Identidade e Diferença – XIII Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste	UFAL-Maceió	2007
Desigualdade e justiça social: regiões, classes e identidades no mundo globalizado – XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte-Nordeste	FUNDAJ-UFPE-Recife	2009
XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste; Pré-Alas Brasil	UFPI-Teresina	2012

Fonte: Elaboração própria

O reconhecimento nacional da importância desses encontros deu origem a uma reunião de pesquisadores de Instituições de Ensino Superior (IES) das regiões Norte e Nordeste nos eventos anuais da ANPOCS. A força da articulação promovida por esses pesquisadores expressou-se na incorporação de membros de PPGs das diversas regiões do país na diretoria da ANPOCS.

A criação e expansão da sociologia, em termos de pesquisa e pós-graduação, contou de forma expressiva com a auto-organização da área em todo o país, destacando-se o empreendedorismo de grupos de pesquisadores na busca de fontes nacionais e internacionais para o financiamento da pesquisa e da formação. Entretanto, essas condições não foram suficientes para a institucionalização da área. Foi decisivo o papel da CAPES no fomento de um sistema nacional de pós-graduação normatizado e organizado por área de conhecimento, como será visto a seguir.

2. A CAPES e avaliação da pós-graduação na área de Sociologia

A CAPES foi criada em 1951 em um contexto no qual a política do governo federal apresentava clara inspiração desenvolvimentista (CAPES, 2017). Observe-se que, no mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas, antecessor do CNPq (CNPq, 2017), no ano seguinte, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (BNDES, 2017) e a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2017). A CAPES deveria promover o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, estimulando a formação de mão de obra qualificada para a administração pública e para o estabelecimento de uma política científica e tecnológica.

Nos anos 1950, o Programa Universitário, voltado para a contratação de professores sêniores, favoreceu a vinda de missões estrangeiras para a USP e a Universidade do Distrito Federal (atual UERJ) (CLOSS, 2003). Porém, foi nos anos 1970 que a CAPES promoveu uma política ativa de organização da pós-graduação no país. Foram instituídas, nas IES, pró-reitorias de pós-graduação e pesquisa para intermediarem a relação com a CAPES. Foram ainda criados os comitês assessores por área de conhecimento⁴, inspirados nos *peers committees* estadunidenses, que passaram a decidir sobre os pedidos de auxílio e bolsas, extinguindo a distribuição de bolsa no varejo que até então predominava⁵. Em 1974, 97 mestrados e 53 doutorados estavam credenciados junto ao Conselho Federal de Educação (CLOSS, 2003). Com o objetivo de qualificar o corpo docente das IES, para a melhoria e expansão das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi lançado o Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), em 1978 (BRASIL, 1978). É nesse contexto que se inicia a avaliação da pós-graduação no Brasil, que foi gradativamente sendo legitimada, ao mesmo tempo em que se estabeleciam critérios para a estratificação dos programas, por área de conhecimento. Ainda nesse período, foram implantados os doutorados sanduíche, com o objetivo de racionalizar os custos da longa permanência de doutorandos fora do

4 Em 1973, a CAPES aprovou, entre bolsas novas e renovação, um total de 1.831 pedidos no país, 134 no exterior e 28 auxílios (CLOSS, 2003).

5 Em 1982, o papel dos consultores acadêmicos foi reconhecido oficialmente, pelo Decreto n. 86.816, de janeiro do mesmo ano (BRASIL, 1982).

país (quatro ou cinco anos) ou, pior, da não finalização da tese e o não retorno ao país. Embora a fixação dos titulados nas universidades beneficiárias do PICD nem sempre tenha correspondido às expectativas⁶, o Programa e o fomento vinculado à avaliação sistemática dos programas foram decisivos para a expansão da pós-graduação e para a formação de pesquisadores de alto nível no país. Em grande parte, como resultado do PICD, do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) – lançado em 2000 e que propiciou a formação de doutores de programas de pós-graduação, principalmente das universidades federais, em outras universidades do país, marcadamente na USP (LOUREIRO, 2002; BAETA NEVES, 2003) –, e da implantação do sistema de fomento-avaliação, se, em 1976, existiam 188 doutores no país (CLOSS, 2003), em 2014, eles eram 140.272 (CNPq, 2014).

Embora desde 1976 já houvesse avaliação anual da pós-graduação, somente em 1978 ela passou a realizar-se com base em critérios e em procedimentos sistemáticos (FERREIRA; MOREIRA, 2003). Em um primeiro momento, alguns coordenadores de curso não aderiram ao processo, não apenas porque o consideraram burocrático e impositivo, como também porque o identificavam com o regime militar autoritário. No entanto, como o não preenchimento dos formulários provocou perda de recursos financeiros, a resistência inicial foi superada e o processo de avaliação foi gradativamente sendo aceito como um sistema universal de regras que, tendo em conta as especificidades de cada área definidas pelos comitês assessores, hierarquizava os programas. Aqueles situados no topo da hierarquia não apenas recebiam mais recursos, como eram os de maior prestígio no campo. Os integrantes dos programas mais bem avaliados lideravam o comitê assessor, fato que tendia a reproduzir, por meio da definição dos critérios de avaliação, regras que favoreciam a estabilidade da estratificação.

A partir de 1984 as avaliações, que até então eram anuais, passaram a ser realizadas bienalmente, periodicidade mantida até 1998, quando o intervalo mudou para trienal; em 2014, passaram a ser quadrienais (VOGEL; KOBASHI, 2015). Desde o final dos anos 1980, com pequenas variações, os

6 Docentes com mestrado e doutorado concluídos, particularmente de programas situados nas regiões Norte e Nordeste, eram convidados ou solicitavam transferências para universidades de maior prestígio, em geral na região Sudeste do país. Os compromissos de permanência assinados eram invalidados em juízo. Além disso, havia os afastamentos para titulação sem a conclusão das dissertações ou teses dos beneficiários.

critérios de avaliação comuns a todas as áreas consideravam indicadores tais como: qualificação do corpo docente, produção docente e discente, atividades de ensino e pesquisa, fluxo discente, qualidade de dissertações e teses (CLOSS, 2003; VOGEL; KOBASHI, 2015). Inicialmente, a classificação dos programas era conceitual em uma escala de A, B, C, D e E, havendo variações como A+, A-, B+, B-, C+, C-, que indicavam tendências de melhoria ou queda. O segundo sistema, construído a partir de 1997 e ainda vigente, adotou uma escala numérica de classificação, de 1 a 7, em que 7 ocupa o topo do sistema (VOGEL; KOBASHI, 2015). A nota mínima para implantação de um programa é 3⁷. “A nota 5 é atribuída aos cursos de excelência, enquanto as notas 6 e 7 são atribuídas aos que, além da excelência, têm inserção internacional” (VOGEL; KOBASHI, 2015, p. 4), demonstrada por meio de convênios, produção científica em veículos internacionais ou participação em associações acadêmicas ou grupos de pesquisa internacionais.

Ao final dos anos 1990, a coordenação do comitê assessor de cada área passou a ser responsável pela elaboração de um documento específico do setor de conhecimento que define os indicadores considerados na avaliação, bem como suas métricas para cada nível de classificação (BAETA NEVES, 2003; VOGEL; KOBASHI, 2015). No âmbito da sociologia, mas provavelmente nas demais áreas igualmente, além da busca pela adequação aos parâmetros estabelecidos como desejáveis em termos de infraestrutura, de composição e atuação do corpo docente, de fluxo discente, observa-se um esforço para aumentar a inserção em redes internacionais de pesquisa e ampliar a publicação científica qualificada. Além do prestígio que os programas obtêm com as notas 6 e 7, suas coordenações têm maior autonomia na gestão dos mesmos. As acirradas disputas pelas notas que hierarquizam os PPGs em cada setor do conhecimento podem, ao menos em parte, ser explicadas por essas circunstâncias.

A importância da qualificação da produção científica para a classificação dos programas induziu à constituição do Qualis Periódicos, que supõe um “conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (CAPES, 2017a). Para Baeta Neves, “A tarefa consistia em definir quais são os periódicos que

7 Uma vez avaliada a proposta e aprovada pelo comitê assessor e demais instâncias superiores da CAPES, o resultado é enviado ao Conselho Federal de Educação para fundamentar a instauração do novo curso.

realmente contam quando se quer aferir excelência no produto da pós-graduação e na divulgação científica” (2003, p. 195).

Além do *Qualis Periódicos*, desde o triênio 2004-2006, a área de sociologia, e não apenas ela, realiza a avaliação da qualidade dos livros nos quais docentes e discentes publicam. Atualmente, 22 áreas de avaliação da pós-graduação examinam e classificam livros de acordo com critérios estabelecidos pelo seu comitê assessor. Na área de sociologia, desde o triênio 2010-2012, 30% do escore atribuído à produção intelectual é proveniente de publicações em livros e 70%, em periódicos. O comitê assessor avalia a qualidade dos livros, que são classificados em cinco categorias, quais sejam, em ordem descendente, L4, L3, L2, L1 e Não Livros acadêmicos ou didáticos. Os critérios de estratificação e as métricas que definem quanto cada programa recebe em pontuação por tipo de publicação – livro integral, capítulo, por exemplo – constam do documento de área (CAPES/Sociologia, 2017).

Entretanto, como quase dois terços da pontuação da produção intelectual são obtidos por meio de artigos veiculados em revistas acadêmicas, também na área de sociologia, o *Qualis Periódicos* tornou-se central para que os programas pudessem ascender aos estratos mais altos da avaliação. Na área, sua importância para a avaliação dos programas de pós-graduação favoreceu a padronização das revistas brasileiras. Desde a década de 1980, discutia-se se o melhor para a área seria os programas terem revistas próprias ou fortalecerem revistas de alcance nacional, bem estabelecidas.

A maioria dos poucos periódicos da área criados antes da década de 1980 e ao seu início teve trajetórias erráticas. Alguns tiveram existência curta, como a *Revista Sociologia* da ELSA, criada em 1936 e extinta em 1966 (USP/FAU, 2017), a *Revista de Ciências Sociais* da UFMG, criada em 1961 e extinta em 1966 (UFMG, 2017). Outros, lançados ao longo dos anos de 1970 e 1980, enfrentaram sérias dificuldades para manter regularidade na publicação. Exemplo disso foi a *Revista de Ciências Sociais*, da UFC, inaugurada em 1970 (UFC, 2017); os *Cadernos do NAEA*, da UFPA, criado em 1976 (CADERNOS DO NAEA, 2017); a *Revista Raízes*, da UFCG, lançado em 1977 (UFCG/Raízes, 2017); *Cadernos de Textos*, da UFPB, criado em 1981, e transformado em *Política & Trabalho*, em 1985 (UFPB, 2017).

Na década de 1980, havia carência de padrões mínimos de qualidade para os periódicos. Foi quando os órgãos de fomento passaram a estimular o cumprimento das exigências sobre forma (aspectos extrínsecos) e conteú-

do (aspectos intrínsecos) das publicações científicas (FRIGERI; MONTEIRO, 2014). Durante a década, foi lançado o Programa de Apoio às Revistas Científicas (em uma parceria entre Finep e CNPq). Revistas criadas na segunda metade da década lograram alcançar maior regularidade, graças ao Programa, à importância de publicar em periódicos no contexto da avaliação da pós-graduação e às dificuldades para publicar em revistas internacionais. Esse foi o caso de periódicos como *Sociedade e Estado*, da UNB, criada em 1986 (BANDEIRA; COELHO, 2016); *Caderno do CRH*, da UFBA, lançado em 1987 (UFBA/CRH, 2017); *Tempo Social*, de 1989 (USP/TS, 2017); e *Cadernos de Sociologia*, criado em 1990, na UFRGS (SIELO/SOCIOLOGIAS, 2017).

A partir do triênio 1998-2000, a avaliação da pós-graduação teve como critério fundamental de hierarquização dos programas a publicação de artigos em periódicos classificados de acordo com a estratificação produzida pelo *Qualis* (CAMPOS, 2010). Os três grandes estratos eram divididos entre A, B e C, que correspondiam a periódicos considerados pelos comitês assessores de cada área como de âmbito internacional, nacional e local, respectivamente. Cada um desses estratos era ainda subdividido em três níveis, conforme a qualidade da revista (A1, A2, A3, B1, B2, B3, C1, C2 e C3). Desde o triênio 2007-2009, a classificação passou a ter oito estratos, sendo A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, considerando C (com peso zero) os veículos que são avaliados pelos comitês como não científicos (FRIGERI; MONTEIRO, 2014).

A opção da área de sociologia foi a de manter as revistas já consolidadas e criar novas, em geral vinculadas aos programas de pós-graduação. O Quadro abaixo ilustra a tendência à manutenção e criação de revistas vinculadas aos PPGs.

Quadro 2 – Revistas de Programas de Pós-Graduação da área de Sociologia, por ano de criação e Qualis (2017)

Revista	PPG a Que Está vinculada	Ano de Criação	Qualis 2017
Revista Dados	Sociologia UERJ	Anterior a década de 1990	A1
Revista de Ciências Sociais	Sociologia UFC		B1
Cadernos do NAEA	Ciências Sociais UFPA		B1
Raízes	Ciências Sociais UFCG		B2
Política & Trabalho	Sociologia UFPB-JP		B1
Sociedade e Estado	Sociologia UNB		A1
Caderno do CRH	Ciências Sociais UFBA		A1
Tempo Social	Sociologia USP		A1
Cadernos de Sociologia	Sociologia UFRGS	1990	A1
Estudos Sociedade e Agricultura	CPDA UFRRJ	1993	B1

Continuação

Revista	PPG a Que Está vinculada	Ano de Criação	Qualis 2017
Sociedade e Política	Sociologia UFPR	1993	B1
Estudos de Sociologia	Sociologia UFPE	1995	B1
Estudos de Sociologia	Ciências Sociais (então Sociologia) UNESP/AR	1996	B1
Mediações	Ciências Sociais UEL	1996	B1
Teoria & Sociedade	Sociologia UFMG	1997	B5
Novos Cadernos NAEA*	Sociologia e Antropologia (então Ciências Sociais)	1998	B1
Tomo	Sociologia FUFSE	1998	B1
Sociedade & Cultura	Sociologia UFG	1998	B2
Interseções	Ciências Sociais UERJ	1999	B1
Sociologias **	Sociologia UFRGS	2000	A1
Civitas	Ciências Sociais	2001	A1
Política & Sociedade	Sociologia e Política UFSC	2002	B1
Público & Privado	Sociologia (então Políticas Públicas e Sociedade) UECE	2003	B2
Pós Ciências Sociais	Ciências Sociais UFMA	2004	B1
Revista de Ciências Sociais	Ciências Sociais UNISINOS	2005	A2
Contemporânea	Sociologia UFSCar	2011	A2
Sociologia & Antropologia	Sociologia e Antropologia UFRJ	2011	A1
Século XXI	Ciências Sociais UFSM	2011	B2
Norus - Novos Rumos Sociológicos	Ciências Sociais UFPEL	2013	B3

Fonte: Páginas na Internet das Revistas, 2017; CAPES/Qualis Sociologia, 2017.

* Substitui Cadernos NAEA; ** Substitui Cadernos de Sociologia

A estratégia desenvolvida pela área foi exitosa, do ponto vista dos programas. Como pode ser observado no Quadro 2, das 27 revistas a eles vinculadas aqui apresentadas, nove (33%) estão classificadas como nos estratos A1 e A2, e 12 (44%), no B1. Isto é, existem 21 revistas de PPGs da área de sociologia no país classificadas nos estratos superiores (21 em 27, 78%). Esses periódicos, em conjunto com outras tradicionais revistas na área que estão classificadas nos estratos superiores – como a RBCS, Lua Nova e Novos Estudos Cebrap–, apresentam grande ‘gaveta’ de artigos submetidos à avaliação, o que pode estar represando a publicação de estudos realizados pelos pesquisadores.

A proliferação de revistas bem qualificadas em programas de pós-graduação da área é ainda uma indicação da descentralização que houve ao longo do processo de avaliação. Dos 21 periódicos classificados pelo comitê assessor nos três estratos superiores (A1, A2, B1), em 2017, sete estão vinculadas a cursos localizados na região Sudeste; seis, na Nordeste; seis, na Sul; um,

na Norte; e um, na Centro-oeste. A concentração da pós-graduação na região Sudeste, observada nos anos 1960 e 1970, embora ainda persista, atenuou-se sensivelmente, como será visto a seguir.

3. A descentralização da pós-graduação em sociologia nos anos 2000

O Quadro 3 apresenta os cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional reconhecidos pela CAPES, em 2017, por instituição de ensino superior a que pertencem, por Grande Região do país e ano de sua criação. No caso da USP, que formava mestres e doutores de desde a década de 1940, a data se refere ao credenciamento do programa de pós-graduação na CAPES.

Quadro 3 – Cursos de Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissional da área de Sociologia, por IES, Grande Região e ano de criação (2017)

IES	Grandes Regiões	Curso	Mestrado Ano	Doutorado Ano	Mestrado Prof. Ano
FJN	NE	Ciências Sociais para o Ensino Médio	-	-	2013
FUFPI	NE	Sociologia	2011	-	-
FUFSE	NE	Sociologia	2001	2009	-
PUC/MG	SE	Ciências Sociais	1999	2006	-
PUC/RS	S	Ciências Sociais	2005	2010	-
PUC/SP	SE	Ciências Sociais	1973	1982	-
PUC/RIO	SE	Ciências Sociais	2005	2009	-
UCAM	SE	Sociologia e Política	2015	-	-
UECE	NE	Sociologia	2001	2017	-
UECE	NE	Planejamento e Políticas Públicas	-	-	2006
UEL	S	Ciências Sociais	2000	-	-
UEM	S	Ciências Sociais	2009	-	-
UENF	SE	Sociologia Política	2007	2007	-
UERJ	SE	Sociologia	2010	2010	-
UERJ	SE	Ciências Sociais	1994	1999	-
UFAL	NE	Sociologia	2003	-	-
UFAM	N	Sociologia	2007	-	-
UFBA	NE	Ciências Sociais	1990	1999	-
UFC	NE	Sociologia	1976	1994	-
UFC	NE	Sociologia em Rede Nacional	-	-	2016
UFCG	NE	Ciências Sociais	2007	2007	-
UFES	SE	Ciências Sociais	2009	-	-
UFF	SE	Sociologia	2011	-	-
UFG	CO	Sociologia	1999	2010	-
UFGD	CO	Sociologia	2013	-	-

Continuação

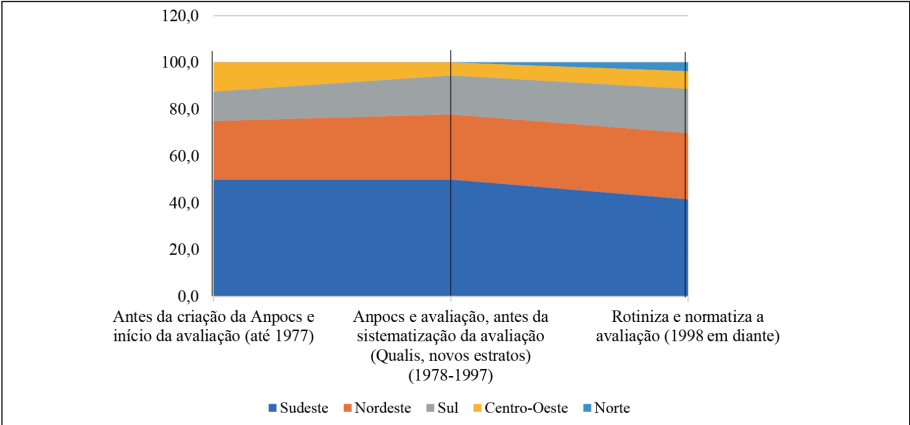
IES	Grandes Regiões	Curso	Mestrado Ano	Doutorado Ano	Mestrado Prof. Ano
UFJF	SE	Ciências Sociais	2005	2009	-
UFMA	NE	Ciências Sociais	2003	2011	-
UFMG	SE	Sociologia	1981	2007	-
UFMT	CO	Sociologia	2016	-	-
UFPA	N	Sociologia e Antropologia	2003	2002	-
UFPB/J.P.	NE	Sociologia	1979	1999	-
UFPE	NE	Sociologia	1967	1995	-
UFPEL	S	Sociologia	2006	-	-
UFPR	S	Sociologia	1997	2004	-
UFRB	NE	Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	2010	-	-
UFRGS	S	Sociologia	1973	1994	-
UFRJ	SE	Sociologia e Antropologia	1980	1993	-
UFRN	NE	Ciências Sociais	1979	2001	-
UFRRJ	SE	Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade	1976	1995	-
UFRRJ	SE	Ciências Sociais	2012	-	-
UFSC	S	Sociologia Política	1985	1999	-
UFSCAR	SE	Sociologia	1988	2000	-
UFSM	S	Ciências Sociais	2008	-	-
UFU	SE	Ciências Sociais	2010	-	-
UNB	CO	Sociologia	1970	1984	-
U N E S P / ARAR	SE	Ciências Sociais	1981	1993	-
U N E S P / MAR	SE	Ciências Sociais	1999	2006	-
UNICAMP	SE	Sociologia	1974	2003	-
UNICAMP	SE	Ciências Sociais	-	1985	-
UNIFESP	SE	Ciências Sociais	2010	-	-
UNIOESTE	S	Ciências Sociais	2010	-	-
UNISINOS	S	Ciências Sociais	1999	2006	-
USP	SE	Sociologia	1971	1971	-
UVV	SE	Sociologia Política	2013	-	-

Fonte: CAPES/Avaliação Sociologia, 2017.

O processo de descentralização da pós-graduação, que se iniciara na Região Sudeste, no eixo São Paulo – Rio de Janeiro, é demonstrado nos Gráficos 1 e 2, apresentados a seguir. Os gráficos levam em conta a Grande Região em que o mestrado e o doutorado se localizam e o ano em foram criados, que são agrupados em três categorias de períodos. Essas categorias se referem a três momentos de inflexão para a pós-graduação stricto sensu no país e para área de sociologia, quais sejam: até 1977, período anterior à criação da ANPOCS e ao início da avaliação pela CAPES; entre 1978 e 1997, período em que a

ANPOCS e as avaliações da CAPES se consolidavam; de 1998 a 2017, período de rotinização e consolidação da avaliação, no qual o *Qualis Periódicos* passou a ser decisivo para hierarquização dos programas.

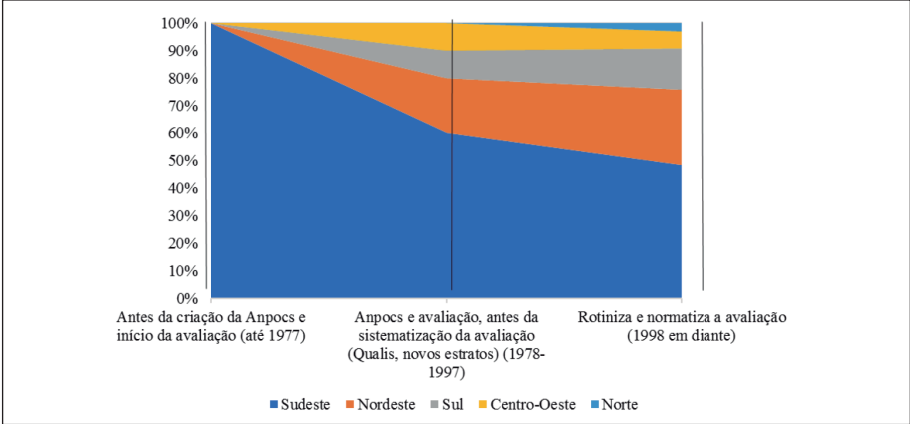
Gráfico 1 – Cursos de Mestrado da área de Sociologia, por Grande Região e período de criação



Fonte: CAPES/Avaliação Sociologia, 2017.

Antes de 1977, havia oito mestrados na área no país, quatro deles na Região Sudeste. Em 2017, são 22 mestrados na região Sudeste; 15, no Nordeste; 10, no Sul, 4, no Centro Oeste; e 2, no Norte. A concentração de mestrados no Sudeste passou de 50%, ao início da avaliação, para 41%, em 2017. Em relação aos doutorados, a descentralização é ainda maior, como pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Cursos de Doutorado da área de Sociologia, por Grande Região e período de criação



Fonte: CAPES/Avaliação Sociologia, 2017.

Antes de 1977, havia somente um doutorado em sociologia no Brasil: o da USP, na Região Sudeste. Em 2017, dos 33 doutorados da área, 16 estão localizados na Região; 9, no Nordeste; 5, no Sul; 2, no Centro-Oeste; e 1, no Norte. Diversas são as razões que podem explicar esse processo de descentralização. A ANPOCS, particularmente nos anos 1980 e 1990, antes do crescimento e consolidação da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), propiciou um espaço de debates nacional na área de ciências sociais, no qual se envolveram pesquisadores e professores de diversas regiões do país. Papel relevante também desempenharam as mobilizações regionais, particularmente de professores de universidades federais do Nordeste e do Pará, que, ao agir em conjunto, potencializaram a institucionalização de um ambiente de pesquisa e de formação pós-graduada junto aos mestrados e doutorados da região, que alcançaram reconhecimento nacional e internacional. Organizações internacionais tiveram também importância no apoio à formação de mestrado e doutorado de professores, não apenas do Sudeste, mas de outras regiões do Brasil. Talvez os fatores mais decisivos para o processo de descentralização tenham sido o empreendedorismo institucional de professores - isto é, docentes empenhados em constituir o campo da Sociologia em suas instituições e no país -, o estabelecimento de regras claras de avaliação pela CAPES e a distribuição de recursos financeiros a ela vinculados, além dos programas governamentais de formação de professores doutores nas universidades localizadas fora de São Paulo.

As normas claras, discutidas em fóruns de coordenadores e publicadas nos documentos de área, estruturaram um sistema de julgamento baseado em índices comparáveis, e induziram a mudanças de comportamento de professores, alunos e universidades. Uma nova 'cultura acadêmica', que acompanhou a institucionalização da pós-graduação, foi formada em âmbito nacional tendo em vista essas normas e os ritos periódicos e regulares de aferição de conceitos e de classificação hierárquica de qualidade da produção acadêmica. Houve a estruturação de linhas de pesquisa, a uniformização da formação do corpo docente, segundo a titulação exigida, a busca de qualificação da produção científica e uma relativa padronização das estruturas curriculares no que se refere à teoria sociológica e à metodologia de pesquisa. A variação ocorre nos temas substantivos de pesquisa desenvolvidos pelos professores. Esse processo de conformação de um campo acadêmico, no sentido cunhado por Bourdieu (1989), se, por um lado, o estruturou hierarqui-

camente, por outro, alterou um sistema rígido de estratificação pré-existente, no qual o critério de classificação em um ou outro estrato era o pertencimento a IES com maior ou menor prestígio. A publicização e a aferição pública dos critérios de avaliação da pós-graduação utilizados propiciaram mobilidade ascendente e descendente na área. Assim o campo acadêmico passou a ter outro modo de estratificação, dependente de capitais culturais e científicos pré-existent, mas menos rígido em suas possibilidades de mobilidade.

Considerações finais

Refletir sobre a diversidade e heterogeneidade dos modos de institucionalização da sociologia supôs compreender e registrar processos em distintas regiões do país. O campo sociológico de fato caracterizou-se pelo ‘silêncio’ de experiências fora do eixo, que, por não terem muita visibilidade, terminaram sendo postas no âmbito do esquecimento. Assim, ‘algumas formas primitivas de acumulação de capital intelectual’ foram relegadas, produzindo desconhecimento de práticas e escritos que se tornaram relevantes no crescimento do campo da sociologia no Brasil.

O sistema de avaliação da pós-graduação implantado pela CAPES estimulou a instituição de regras universais de funcionamento. Inspiradas em modelos europeus e estadunidenses, as regras gerais, estabelecidas pelos participantes dos comitês assessores, são adaptadas a cada área e têm a sua aplicação e critérios específicos para cada campo do conhecimento. No campo da sociologia – em Congressos da SBS, Encontros da ANPOCS, reuniões de fóruns de coordenadores de PPGs –, são intensos os debates sobre a flexibilização ou padronização dessas regras, cujas críticas fundamentais baseiam-se no que é considerado como ‘produtivismo indiscriminado’. Indaga-se sobre se seria melhor preservar a tradição ou adaptar-se às exigências do mundo contemporâneo, que institui a avaliação de todas as atividades humanas. Isso significava buscar resposta à pergunta ‘que profissional estamos formando?’. Trata-se de questão que era inexistente no passado, pois se supunha que o sociólogo era um intelectual ‘criativo e engajado’, sendo a qualidade de sua produção independente de um aferimento feito pelo Estado ou mercado. Em certa medida, as representações sobre o papel do profissional demarcam, ainda hoje, o debate sobre a qualidade da sociologia que praticamos. De toda forma, é importante registrar que os dispositivos

recentes de avaliação, baseados em critérios de mérito e acordados no interior do campo, evidenciam regras que rompem com tradições vinculadas a situações de prestígio e consequente estabilidade hierárquica. A homogeneidade e a diversidade permanecem como desafios da rica experiência da pós-graduação, ao longo de sua história.

Referências

BAETA NEVES, Abílio Afonso. (2003), 1992-2001 Novos tempos, novos desafios. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (org.). *CAPES. 50 anos. Depoimentos ao CPDOC-FGV*. Brasília: CAPES, pp.188-213

BAETA NEVES, Clarissa Eckert; LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. (2003), O desenvolvimento da Sociologia no Rio Grande do Sul e a cooperação acadêmica Brasil e Alemanha. In: BAETA NEVES, Clarissa Eckert; SOBOTKA, Emil (org.). *Achim Schrader. Homenagem a um cientista social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Museu da UFRGS, pp. 11-30.

BANDEIRA, Lourdes; COELHO, Maria Francisca. (2016), Apresentação. Sociedade e Estado: uma contribuição às ciências sociais. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. Especial, pp. 907-913.

BNDES. (2017), Quem Somos. Online. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em: 15/09/2017.

BOURDIEU, Pierre. (1986), The forms of capital. In: RICHARDSON, John E. (ed.). *Handbook of theory of research for the sociology of education*. Westport: Greenwood, pp. 241-285.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. (1996), Thales de Azevedo, a institucionalização das ciências sociais na Bahia e o ciclo de estudos das relações inter-étnicas. *Revista Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, n. 17, pp. 213-229.

BRASIL. (1978), Departamento de Assuntos Universitários. Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Manual de normas do programa institucional de capacitação de docentes*. Brasília: MEC.

BRASIL. (1982), *Decreto nº 86.816, de 5 de Janeiro de 1982. Dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e dá outras providências*.

BRASIL. (2002), *Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências*.

CADERNOS DO NAEA-UFPA. (2017), Online. Disponível em: <https://searchworks.stanford.edu/view/495119>. Acesso em: 14/09/2017.

CAMPOS, José Nilson. (2010), Qualis periódicos: conceitos e práticas nas Engenharias I. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 7, n. 14, pp.477-503.

CAPES. (2017), História. Online. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 14/09/2017.

CAPES. (2017a), Qualis. Online. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis>. Acesso em: 20/11/2017.

CAPES/Sociologia. (2017), Documento de Área 2017. Online. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4684-sociologia>. Acesso em: 20/09/2017.

CEBRAP. (2017), Institucional. Online. Disponível em: <http://cebrap.org.br/institucional/>. Acesso em: 18/09/2017.

CEBRAP. (2017), Novos Estudos. Online. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/acervo/>. Acesso em: 12/09/2017.

CFE – Conselho Federal de Educação. (1965), Parecer CFE nº 977/65, 3 dez. 1965 (Parecer Sucupira). Brasília: CFE.

CLOSS, Darcy. (2003), 1974-1989 A institucionalização da pós-graduação no Brasil - Depoimentos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (org.). *CAPES. 50 anos*. Depoimentos ao CPDOC-FGV. Rio de Janeiro: CPDOC; Brasília: CAPES, pp.68-83.

CNPq. (2017), Institucional/História. Online. Disponível em: http://cnpq.br/apresentacao_institucional. Acesso em: 18/09/2017.

CNPq. (2017), Number of doctors per inhabitants according to region and unit of the federation - 2000-2014. Online. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/f381542e-4a82-4318-a0e1-d1449eabb54c>. Acesso em: 12/09/2017.

CPDA/UFRRJ. (2017), História do CPDA. Online. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/historia-do-cpda/>. Acesso em: 15/09/2017.

FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição. (2006), Cooperação Científica Internacional: Estilos de Atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. *Dados*, v. 49, pp. 159-191.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz (org.). (2003), *CAPES, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Brasília: CAPES.

FGV. (2017), História. Online. Disponível em: <http://www.fgvideal.com.br/~fgvideal/novosite/menu/3>. Acesso em: 12/09/2017.

FREIRE, Gilberto. (1948), Discurso do Deputado Gilberto Freyre apresentando o projeto de criação do Instituto Joaquim Nabuco, no dia 02 de agosto de 1948. Online. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/banners/gf-ddc-ijn.pdf>. Acesso em: 17/09/2017.

FRIGERI, Mônica; MONTEIRO, Marko. (2014), Qualis Periódicos: indicador da política científica no Brasil? *Estudos de Sociologia*, v. 19, n. 37, pp. 299-315.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. (2017), Quem Somos. Online. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/fcc/quem-somos>. Acesso em: 18/09/2017.

ICOLATO, Maria Auxiliadora. (1999), A evolução da concepção e da linha de ação do programa CAPES/Cofecub. *INFOCAPES Boletim Informativo*, v. 7, n. 4, pp. 6-36.

KINGDON, John W. (1984), *Agendas, alternatives, and public policies*. 1. ed. Boston: Little, Brown & Co.

LIMA, Jacob Carlos; CÔRTEZ, Soraya Maria Vargas. (2013), A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. *Civitas*, v. 13, n. 3, pp. 416-435.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. (1993), Trinta anos da Fundação Ford no Brasil: um testemunho com alguma análise. In: MICELLI, Sergio (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré-FAPESP, pp. 153-163.

LOUREIRO, Luiz V. (2002), Diretor de Programas (1997-2002). Depoimentos. *INFOCAPES Boletim Informativo*, v. 10, n. 4, pp. 16-25.

MARTINS, Carlos Benedito. (2009), A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 30, pp. 15-35.

MICELLI, Sergio. (1993), A aposta numa comunidade científica emergente: a Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil. In: MICELLI, Sergio (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré-FAPESP, pp. 33-97.

PPGAS/Museu Nacional. (2017), Apresentação. Online. Disponível em: <http://www.ppgasmn-ufRJ.com/apresentaccedilatildeo.html>. Acesso em: 20/09/2017.

PPGCS/UFBA. (2017), Histórico. Online. Disponível em: <http://www.ppgcs.ufba.br/main.asp?view=pagina&id=57>. Acesso em: 17/09/2017.

PPGCS/UFCG. (2017), Histórico. Online. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/?page_id=5 2017. Acesso em: 15/09/2017.

PPGCS/UNESP-Araraquara. (2017), Apresentação. Online. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto-sensu/sociologia/apresentacao/>. Acesso em: 16/09/2017.

PPGS/UFG. (2017), Histórico do Programa. Online. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/possociologia/index.php?r=home>. Acesso em: 08/07/2017.

PPGS/UFPB. (2017), Apresentação. Online. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgs/>. Acesso em: 18/09/2017.

PPGS/UFPE. (2017), O Programa. Online. Disponível em: <https://www.ufpe.br/ppgs/o-programa>. Acesso em: 18/09/2017.

PPGS/UNB. (2017), Apresentação. Online. Disponível em: http://www.sol.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10&Itemid=7. Acesso em: 19/09/2017.

PPGS/USP. (2017), Apresentação. Online. Disponível em: <http://www.ffiich.usp.br/ds/pos-graduacao/apresentacao.html>. Acesso em: 22/09/2017.

PPGSP/IUPERJ. (2017), Histórico. Online. Disponível em: <https://www.iuperj.org/historico>. Access 20/09/2017. Acesso em: 16/09/2017.

PPGSP/UFSC. (2017), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Online. Disponível em: <http://ppgsp.posgrad.ufsc.br/o-curso/>. Acesso em: 15/09/2017.

SCHMIDT, Benício Viero; MARTINS, Carlos Benedito. (2006), O acordo CAPES-COFECUB no contexto da pós-graduação brasileira. Artigos Publicados pela CAPES. Online. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6878-artigos>. Acesso em: 10/07/2017.

SCIELO/LUA NOVA. (2017), Sobre Esta Revista. Online. Disponível em: <http://www.scielo.br/revistas/ln/paboutj.htm>. Acesso em: 10/09/2017.

SIELO/SOCIOLOGIAS. (2017), Former Title. Online. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-4522&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10/09/2017.

SOUTO MAIOR, Heraldo. (2012), *Para Uma História da Sociologia em Pernambuco – A pós-graduação*. Recife: Editora UFPE.

UFBA/CRH. (2017), Edições Anteriores. Online. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/issue/archive>. Acesso em: 18/09/2017.

UFC. (2017), Edições Anteriores. Online. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revciensio/issue/archive>. Acesso em: 18/09/2017.

UFCG/Raízes. (2017), Raízes. Online. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=0>. Acesso em: 18/09/2017.

UFMG. (2017), Revistas. Online. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/publicacoes/revistas.html>. Acesso em: 18/09/2017.

UFPB. (2017), Edições Anteriores. Online. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/issue/archive?issuesPage=2#issues>. Acesso em: 18/09/2017.

UNB. (2017), Edições anteriores. Online. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estado/issue/view/1697/showToc>. Acesso em: 29/06/2017.

USP/FAU. (2017), Revista Sociologia. Online. Disponível em: <http://estrangeiros.fau.usp.br/page.php?name=acervo&op=sociologia>. Acesso: 15/09/2017.

USP/TS. (2017), Edições Anteriores. Online. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/issue/archive>. Acesso em: 17/09/2017.

VELLOSO, Jacques. (2004), Mestres e doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, pp. 583-611.

VIEIRA, Sulamita. (2016), *Caminho das Ciências Sociais na UFC*. Fortaleza: Editora UFC.

VILLAS BÔAS, Gláucia. (2017), Entrevista a em 20/09/2017.

VOGEL, Michely; KOBASHI, Nair. (2015), Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 16, pp. 1-8.

A pós-graduação em Sociologia no Brasil: conquistas e desafios em tempos de globalização

Clarissa Eckert Baeta Neves*

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**

RESUMO

A sociologia brasileira se destaca por sua contribuição para a compreensão das sociedades contemporâneas e por sua inserção em grupos de pesquisa e debates teóricos internacionais. Uma importante faceta de tal desempenho é explicada pela vitalidade e internacionalização contínua dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia. Este artigo tem como objetivos compreender o processo de implementação da formação pós-graduada em Sociologia no Brasil; analisar a complexidade dos desafios enfrentados pelos Programas de Pós-Graduação na área; e explicitar as realizações que elevaram a sociologia brasileira ao reconhecimento internacional nos tempos atuais da globalização. O texto está organizado em 3 seções: a primeira analisa as condições atuais de construção do conhecimento em Sociologia, com foco em contextos e requisitos do sistema mundial de ensino e pesquisa. A segunda centra-se nas implicações dos Planos Nacionais de Pós-Graduação – PNPG para a definição de metas e avaliação de programas específicos para enfrentar os desafios contemporâneos. Finalmente, a terceira propõe questões sobre a configuração dos PPGS, apresenta análises das conquistas e relevância do desempenho dos programas de Pós-Graduação em Sociologia, além de destacar o crescente desafio que enfrentam para responder aos requisitos da produção de conhecimento científico das sociedades contemporâneas. Palavras-chave: Pós-Graduação; Sociologia; pesquisa; desafios; globalização.

* Professora Titular do PPG em Sociologia da UFRGS, Pesquisadora do CNPq. Foi membro do Comitê de Assessoramento da Área de Ciências Sociais-Sociologia do CNPq. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade/GEU/UFRGS.

** Professora Titular do Departamento e do PPG em Sociologia da UFPE, Pesquisadora do CNPq. Integrou o Comitê de Assessoramento da Área de Ciências Sociais-Sociologia do CNPq, Foi Secretária Geral da Sociedade Brasileira de Sociologia (2005-2007) e Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Integrante do comitê executivo RC40 da Associação Internacional de Sociologia.

ABSTRACT

THE GRADUATE PROGRAMS IN SOCIOLOGY IN BRAZIL: ACHIEVEMENTS AND CHALLENGES IN GLOBALIZATION TIMES

Brazilian Sociology stands out both for its contribution to the understanding of contemporary societies and for its insertion in research groups and international theoretical debates. An important facet of such a performance is explained by the vitality and continuous internationalization of Graduate Programs in Sociology. This article contributes to understand the process of implementation of graduate education in Sociology in Brazil; analyzes the complexity of challenges faced by Graduate Programs in the area; and explains the achievements that elevated Brazilian Sociology to international recognition in present times of globalization. The text is organized in 3 sections: the first analyzes the current conditions of knowledge construction in Sociology, focusing on contexts and requirements of the world system of teaching and research. The second focuses on the implications of National Graduate Plans - PNPGs for the structuring and evaluation of specific programs to face contemporary challenges. Finally, the third one proposes questions about configuration of PPGS, achievements, relevance and performance of the graduate programs in Sociology, besides highlighting the growing challenge faced by them to achieve the requirements of scientific knowledge production in contemporary societies.

Keywords: Brazilian Graduate Programs; Sociology; research; challenges; globalization

Introdução

Este artigo tem como objetivos compreender o processo de implementação da formação pós-graduada em Sociologia no Brasil, situando-o no amplo campo da institucionalização dos programas de pós-graduação *strictu sensu* no país; analisar a complexidade dos desafios enfrentados pelos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) para produzir conhecimento e responder às urgentes necessidades da sociedade no desenrolar do século XXI; explicitar as conquistas que elevaram as realizações da Pós-Graduação em Sociologia no Brasil ao reconhecimento internacional em tempos de globalização.

A pós-graduação foi estruturada e definida no Parecer Sucupira em 1965, hoje ainda referência básica, e definitivamente implantada na estrutura universitária com a reforma universitária de 1968. O desenvolvimento da pós-graduação permitiu uma profunda renovação no ensino superior e a institucionalização da atividade de pesquisa nas universidades brasilei-

ras (TEIXEIRA, 1989). Entre os Programas de Pós-Graduação em Sociologia que foram estruturados segundo o que recomendara o parecer Sucupira de 1965, figuram o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, em 1967 (SOUTO MAIOR, 2005), e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, em 1971. Tais evidências sugerem que a área de Sociologia encontrou no novo sistema de pós-graduação, então instalado, possibilidades para o soerguimento da sua área, após a ditadura do governo militar, iniciada em 1964. É, pois, necessário levar em consideração contextos históricos e demandas sociais que animam o desenvolvimento das atividades científicas e, por extensão, dos PPGS no Brasil.

O texto está organizado em três seções. A primeira analisa as condições atuais de produção do conhecimento em Sociologia, focalizando contextos e exigências do sistema mundial de ensino e pesquisa. A segunda apresenta uma revisão histórica do estabelecimento da pós-graduação no Brasil, dos seus desdobramentos e configurações regionais e nacionais, da segunda metade dos anos 1960 ao presente, como também salienta as implicações dos Planos Nacionais de Pós-Graduação –PNPGs– para a definição de metas e avaliação de desempenho de programas específicos, consonantes os desafios contemporâneos. A terceira seção propõe questionamentos sobre a configuração dos PPGS e, em caráter conclusivo, apresenta análises das conquistas e relevância do desempenho dos programas de Pós-Graduação em Sociologia, além dos desafios para responder às necessidades das sociedades atuais.

1. Contextos e exigências do sistema mundial de ensino e pesquisa e as condições da produção do conhecimento em Sociologia

Entre os estudiosos contemporâneos, há consenso de que “as formações globais são diversas, enquanto formas sociais e ordens normativas” (SASSEN, 2007, p. 12). Compreende-se que o se fazer de uma *sociedade em rede* (CASTELLS, 1996) se estende aos vários domínios da ação e do conhecimento humanos. Considerando-se o campo particular da Sociologia, cabe aos cientistas desvendarem as dinâmicas desses processos, os atores envolvidos, bem como as possibilidades e os obstáculos que se interpõem ao cruzamento entre fronteiras; fronteiras essas que emergem no movimento dos sujeitos

entre mundos e, não menos, dos cientistas que se movem entre os arcabouços disciplinares.

Essencialmente, o campo de apreensão e a análise dos *nós* e fronteiras que se apresentam nessas realidades dizem respeito aos atores implicados e, cada vez mais, às ciências que tratam da complexidade das mudanças sociais. Quando os contextos institucionais da produção do conhecimento estão em xeque, as instituições devem, elas próprias, se adaptarem às mudanças e construir estruturas flexíveis para responder aos desafios dos novos tempos. A atividade científica, assim como a produção de elementos que fazem o *mundo dos bens* (DOUGLAS; ISHERWOOD, 1996), assenta-se na desigualdade das relações sociais e nos aspectos simbólicos da distinção entre os sujeitos, e depende de estruturas ágeis de produção e coordenação de atividades, situadas distantes dos centros de recepção e distribuição. Cabe ao cientista reunir estratégias e instrumentos de observação em locais de onde possa captar os diferentes espaços e atores para cruzar fronteiras, como sugere Sassen (2007). Os novos contextos exigem mudança do foco de observação e análise. A configuração dos sujeitos mudou e as formas de abordagem também. As instituições não podem ficar aquém das novas demandas. Em sendo assim, cabe à imaginação sociológica (MILLS, 1967) responder com competência às necessidades dos sujeitos e sociedades, segundo as condições do conhecimento disponíveis no tempo. As instituições desempenham, para Mills, papel essencial nesse processo. Como sugere Cohn: “Entre questões privadas e públicas há um intermediário, as instituições” (COHN, 2013, p. 23).

Claro está que a renovação das instituições não é uma realidade apenas do presente; a mudança é inerente às instituições, como revelam as suas histórias e trajetórias. Mas, se considerarmos apenas a história recente dos grandes centros universitários globais, veremos que, ao contrário das heranças medievais de centros do saber, que funcionavam como instituições quase totais (GOFFMAN, 2001), distantes de realidades particulares, na atualidade, os seus legados persistem como símbolos representados pelo reconhecimento de uma tradição; tradição essa construída pela reverência às trajetórias dos seus mestres e fundadores, realçada igualmente pelos traços extraordinários de sua arquitetura e conhecimentos gerados, emblemas da trajetória institucional. Entretanto, muito do que se realiza sob esses rótulos e selos da qualidade alcançada se faz, maioritariamente, extramuros.

A constante invenção da tradição (HOBBSBAWM; RANGER, 1983) é um processo usado para destacar valores e culturas de uma sociedade, segundo a sua utilidade na construção do presente, como o fazem as instituições universitárias. Nota-se, portanto, que as formas de organização e institucionalização da produção do conhecimento e das atividades de formação de recursos humanos dependem sempre das demandas das sociedades, em tempos particulares; dependem hoje, essencialmente, da cooperação entre pesquisadores e cientistas localizados em distintos lugares e degraus da hierarquia acadêmica. Atualmente, ao contrário do pesquisador individual (se houve em algum tempo), a história está aí a revelar a participação de outros não reconhecidos, segundo as desigualdades de gênero, raça e classe, por exemplo. Face à velocidade das mudanças nas sociedades, em curto período de tempo, a produção intelectual organiza-se, cada vez mais, em intercâmbios interinstitucionais, inter-regionais e internacionais ativos.

É bastante evidente que a conjuntura atual requer parcerias importantes entre instituições e pesquisadores. A exigência de uma condição de internacionalização para avaliar positivamente instituições e pesquisadores está presente entre as condições definidas pelas instituições de fomento para validar o desempenho de ambos e, por extensão, o grau de profissionalização e excelência de desempenho da ciência. A Sociologia, que se fortaleceu no auge da industrialização, é chamada a realizar um efetivo esforço para ir ao encontro dos sujeitos excluídos e compreender processos e situações sociais, ao longo e entre as rodas da globalização, sob as quais a inovação tecnológica e os mecanismos de mercado concorrem para expulsar sujeitos dos seus locais e jogá-los aos barcos das incertezas. Não há como enfrentarmos em laboratórios solitários as mudanças no campo. O grau de maturidade da ciência se expressa na sua profissionalização, na sua capacidade de reunir evidências e desenvolver análises e produzir e estimular a crítica.

Através de contínuas trocas acadêmicas, é presumível que a compreensão dos mundos do presente seja ampliada segundo diferentes olhares e em condições favoráveis ao debate efetivo. O campo acadêmico, definido em Bourdieu, não é distinto dos outros campos de poder: tem autonomia relativa, depende dos seus agentes, suas histórias, lógicas de ação e suas formas próprias de capital, como bem assinalam Calhoun, Lipuma, Postone (1995, p. 5). Considerando-se o ritmo de atividades e velocidade dos fluxos, é possível afirmar que, há aproximadamente cinquenta anos passados do início da

presente fase da institucionalização da pós-graduação no Brasil, as exigências da sociedade e das instituições universitárias sobre a produção intelectual eram distintas daquelas do presente; o lapso de tempo entre a produção e a disseminação do conhecimento era, consideravelmente, maior, aqui e em outros pontos do planeta. No presente, cabe ao pesquisador seguir o frenético ritmo exigido para a produção e publicação do conhecimento gerado para alcançar os pontos essenciais de avaliação do seu desempenho, objetivos e desdobramentos das suas pesquisas; isto requer seguir as referências e evidências, mas, mais que isso, requer alcançar através da análise crítica os elementos essenciais para desenrolar a próxima fase da investigação, atentando para as mudanças em curso. Não há, portanto, um tempo indeterminado de pesquisa. Os projetos têm início e fim, um tempo preciso e inadiável.

A demanda de uma produção regida pelos parâmetros da eficiência, rápida distribuição dos resultados e alcance internacional nos mobiliza a todos e está interferindo no cotidiano das instituições de ensino e pesquisa e na vida dos pesquisadores. Isso é amplamente reconhecido, porque o tempo tornou-se elemento extremamente importante para a produção de resultados, apropriação e pronta avaliação. Os projetos de investigação e o tempo formal da pesquisa pelo mundo afora se dão em espaços curtos, entre dois e três anos; reduz-se, cada vez mais, o tempo alocado na base de formulários para a concessão de recursos e atendimento a requisitos e metas previstas. Como transpor os obstáculos para produzir, ter os produtos aprovados, certificados segundo os ritos e ritmos da escalada da presente fase da globalização? Esses são alguns dos desafios que se apresentam a nós, assim como aos outros trabalhadores; em assim sendo, como mudar os hábitos de trabalho, os elementos do campo, ampliar os espaços de observação, construir novas estratégias de produção e de divulgação do conhecimento?

Que alternativas se apresentam ao pesquisador para responder aos desafios da competição instaurada nos nossos ambientes de trabalho e de formar as novas gerações? E, ainda assim, responder com eficiência e competência às exigências de apresentação de resultados com a qualidade exigida para atendimento de metas definidas hierarquicamente e o rigor científico? E que sirvam também para o reconhecimento do impacto e validação das ciências. Tal situação aparentemente nova não nos afasta, no caso da Sociologia, da sua história e dos desafios enfrentados no início da sua institucionalização, como analisaremos.

Entre os pais fundadores e os contemporâneos das ciências sociais, existe uma clara inclinação a delimitar, segundo o que se espera de cada ciência, o campo, objeto e a contribuição dessas ciências às populações e sociedades envolvidas. Definir, por um lado, um objeto principal de estudo, as formas de aproximação, instrumentos de coleta e análise dos dados, e, por outro, ampliar o diálogo com o conhecimento prévio, apresentar justificativa científica e social para o trabalho a ser realizado são exigências entre as cartas de intenção e projetos institucionais trazidos à discussão, quando dos registros de candidaturas de professores às antigas cátedras universitárias, como nas chamadas atuais de seleção de dirigentes para instituições nacionais e internacionais de pesquisa. Entre alguns desses, Durkheim, Weber, Mills, Fernandes traçaram planos para as suas ciências, deixando claras as suas expectativas em relação aos seus objetos, arcabouços teórico-metodológicos e alcance social. Entretanto, a necessidade de validação dessas ciências, segundo o seu impacto social, contrasta com os parâmetros das chamadas ciências duras, o que tem levado a Sociologia, particularmente, a se envolver, em longo tempo, no debate para vencer a persistente crise de sua legitimação ainda em curso. Não sem razão, de Durkheim ao presente, parece haver entre os sociólogos, particularmente, a prática ou “dever” de ratificar, mesmo a duras penas, o lugar e o valor da sua ciência, entre as outras. Isso interfere sobre o reconhecimento da qualidade e do lugar ocupado por cada uma dessas ciências nas relações com o Estado, nas instituições de produção do conhecimento e, por extensão, no tipo de conhecimento gerado (BUROWAY, 2005).

2. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação no Brasil – PNPGS e a institucionalização dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia, da segunda metade dos anos 1960 ao presente.

Apesar de impasses gerados e desafios que persistem, a constituição e desenvolvimento de um vigoroso sistema nacional de pós-graduação *stricto sensu*, cobrindo atualmente todas as áreas do conhecimento e apoiado pela CAPES, é um dos fenômenos mais relevantes que ocorreu no ensino superior brasileiro.

Um aspecto a destacar quanto à pós-graduação é que seu desenvolvimento não derivou de um processo espontâneo, mas, sim, de uma política

deliberada de Estado. Isso significou que ela cresceu de forma planejada e orientada. A experiência bem-sucedida na expansão e na qualidade do sistema de pós-graduação deve ser creditada, também, ao contínuo financiamento público e à institucionalização de um processo sistemático de avaliação (NEVES, 2007).

O órgão responsável pela política de pós-graduação e pela consolidação e expansão da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC). Na constituição da estrutura e desenvolvimento do sistema de pós-graduação, os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) constituíram elementos cruciais (NEVES; MARTINS, 2016). Da década de 1970 até o momento presente, existiram cinco Planos Nacionais de Pós-Graduação.

O PNPGI (1975-1979) tratou da concessão de bolsas para alunos em tempo integral; da extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) e da admissão de docentes de forma regular e programada pelas Instituições de Ensino Superior/IES.

O PNPGII (1982-1985) e o PNPGIII (1986-1989) trataram da consolidação do sistema de pós-graduação; da melhoria do desempenho dos cursos; da avaliação dos programas; da institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação; e da integração com o setor produtivo.

O PNPGIV (1990-2000) intensificou a expansão do sistema; implementou a diversificação do modelo de PG, introduzindo o mestrado profissionalizante e os mestrados multidisciplinares; implementou as mudanças no processo de avaliação e a inserção internacional da pós-graduação. Importante, neste Plano, foi a criação do Portal de Periódicos da CAPES.

O PNPG V (2005-2010) tratou do crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, da estabilidade e indução; da melhoria do desempenho; do financiamento e da sustentabilidade; da diversificação com a criação de novos modelos; da cooperação internacional; e da avaliação da qualidade.

O PNPG atual (2011-2020) imprimiu novos rumos ao sistema de pós-graduação, introduzindo correções de rota e favorecendo novas experiências, novos arranjos institucionais, para responder às novas agendas de pesquisa, combinando prioridades e campos disciplinares.

Essa política geral de pós-graduação foi secundada por um conjunto de iniciativas e ações que acabaram por assegurar resultados surpreendentes. As Universidades foram estimuladas a constituir Pró-Reitorias encarregadas da pesquisa e da pós-graduação. Dessa iniciativa resultou, em 1985, a criação do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP).

Os PNPGs imprimiram uma direção macro-política para a condução da pós-graduação, através da realização de diagnósticos e de estabelecimento de metas e de ações a serem alcançadas, articulados com um amplo sistema de financiamento governamental de ciência e tecnologia. Desde o seu início até o momento presente, as agências de fomento internacionais (como a Fundação Ford, o DAAD etc.) e do governo federal, especialmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), têm mantido um contínuo e substancial apoio ao sistema nacional de pós-graduação.

Os PNPGs e outras medidas correlatas posteriores, com apoio da CAPES, permitiram que a estrutura da pós-graduação fosse construída a partir de procedimentos bem definidos, tais como: indissociação do ensino à pesquisa, estabelecendo uma articulação entre disciplinas com as respectivas linhas de pesquisa dos cursos; a criação de um eficiente sistema de orientação de dissertações e de teses; e a articulação da vida acadêmica nacional com centros relevantes da produção científica internacional. O resultado dessa estrutura acadêmica permitiu a ampliação significativa da comunidade científica nacional e um expressivo crescimento da produção intelectual. A pós-graduação tem um papel dinamizador na renovação de campos específicos do saber através da introdução incessante de novas questões para a investigação (MARTINS, 2003).

Especialmente importante foi a implantação, a partir de 1976, do Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação a cargo da CAPES e fortemente alicerçado na participação direta de membros da comunidade acadêmica. Esse sistema é a base do processo de autorização e reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado e da validação nacional de seus diplomas. O processo de avaliação está baseado na análise dos relatórios anuais de desempenho dos cursos por pares, com revisão dos conceitos, agora a cada quatro anos. A partir de 1998, a escala de conceituação mudou para um sistema numérico de 1 a 7. Três eixos caracterizam a avaliação: (a) ela é feita por pares, oriundos das diferentes áreas de conhecimento e reconhecidos por sua reputação

intelectual; (b) ela tem natureza meritocrática; e (c) ela associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas.

Esse sistema de avaliação opera como referência de qualidade e sinalizador dos patamares de excelência por área e grande área de conhecimento. A participação ampla e autônoma de representantes da comunidade acadêmica em comissões de avaliação deu legitimidade e segurança ao processo, permitindo um incessante e direto diálogo com as próprias administrações das universidades e com os cursos em avaliação.

3. A Pós-Graduação em Sociologia no Brasil

A área de sociologia teve seus programas de Pós-Graduação iniciados no final dos anos de 1960. Em 1980, existiam quinze cursos na área, dos quais treze eram de nível de mestrado e apenas dois Programas, o da USP e o do IUPERJ, ofereciam formação em nível de doutorado. Em 1998, havia 29 cursos, passando para 54, em 2016: 21 cursos de mestrado, 1 de doutorado, 30 programas de mestrado e doutorado e 2 mestrados profissionais. Em 2016, foi aprovado o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – ProfSocio, um curso semipresencial com o objetivo de propiciar formação continuada para os professores de Sociologia que atuam na Educação Básica ou àqueles que desejam atuar nesta área.

Dos 54 Programas da área, 44% estão localizados na região sudeste, 26% na região nordeste, 19% na região sul, 7% na região centro-oeste e 4% na região norte, respectivamente. Na Avaliação Trienal 2013, a distribuição das notas pelos Programas da área de Sociologia foi a seguinte: 3 Programas com nota 7 (sete), 3 Programas com nota 6 (seis), 12 com nota 5 (cinco), 15 com nota 4 (quatro) 18 Programas com nota 3 (três) e 1 com nota 2 (dois). Na Avaliação Quadrienal 2017 houve uma melhora geral na qualidade dos programas com a seguinte distribuição das notas: 3 Programas com nota 7 (sete), 4 Programas com nota 6 (seis), 10 com nota 5 (cinco), 21 com nota 4 (quatro), 11 Programas com nota 3 (três) e 2 com nota 2 (dois). Ainda foram descredenciados dois Programas de mestrado acadêmico e dois doutorados (BRASIL, CAPES 2017).

A Pós-Graduação em Sociologia sofreu muitas transformações ao longo das décadas 1990 e 2000. Os primeiros cursos de pós-graduação em socio-

logia possuíam uma estrutura curricular muito ampla e abrangente, contando com um corpo docente não adequadamente titulado. Nesses primeiros tempos, as exigências para o mestrado eram demasiado elevadas (44 créditos) e o tempo médio para a titulação era bastante alto (4 anos), segundo os parâmetros atuais, sendo de 5 anos o tempo exigido para a conclusão do doutorado. Seguiu-se a essa etapa inicial um período de transição marcado pelo esforço de qualificação dos docentes que levou os cursos a estimularem o afastamento de um número considerável de seus quadros para a realização de doutorado.

As iniciativas de melhoria dos cursos ocorreram simultaneamente com o processo de implantação da avaliação da CAPES, que apontava a necessidade de rever os problemas da primeira fase. No entanto, a maioria dos programas não se encontrava em condições de atender satisfatoriamente as recomendações advindas da avaliação realizada pela CAPES. Essa segunda etapa foi aos poucos superada, devido a um conjunto de fatores positivos, tais como: (a) melhoria na qualificação dos docentes; (b) intensificação das visitas dos consultores da CAPES aos programas existentes a partir dos anos de 1980; (c) recomendações expressas no processo de avaliação conduzida pela CAPES.

A partir de meados da década de 1980, os programas iniciaram uma série de modificações em termos de duração do curso, revisão da estrutura curricular, inserção de novas disciplinas, definição das linhas de pesquisa e revisão no processo de seleção. Em função dessas mudanças, os programas, de um modo geral, passaram a contar com uma estrutura curricular mais bem definida e com uma compatibilização maior entre as disciplinas ofertadas e as linhas de pesquisa, bem como com um corpo docente mais qualificado academicamente.

No limiar dos anos de 1990, a pós-graduação em sociologia apresentava um quadro acadêmico indicativo de sua estabilização e consolidação. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no seu processo de institucionalização, a área de sociologia havia expandido e, ao mesmo tempo, apresentava sensíveis avanços em seu desempenho global. As novas potencialidades conduziram a área a um patamar mais alto de excelência acadêmica. O processo de expansão dos cursos de pós-graduação em sociologia contribuiu para a formação de um sistema nacional de ensino e de pesquisa nessa área do conhecimento.

Cabe ainda destacar três aspectos:

- (a) a agenda da pesquisa sociológica vem se complexificando. A Sociologia encontra-se diante de novos fenômenos. Destaca-se o processo de globalização (econômica, política e cultural) que interliga, em novas bases, atores sociais com uma diversidade de fenômenos que ocorrem em escala mundial. As interconexões de fenômenos globais, regionais e locais engendram novos objetos e novas problemáticas: intensificação do fluxo de informações, novos processos de migrações, mobilidade espacial em contexto planetário, novas formas de desigualdade, movimentos sociais globais, aumento de intolerâncias; e essa lista poderia ser ampliada ainda mais. No âmbito da pós-graduação, nos núcleos de pesquisa, nas propostas de dissertações e teses, evidenciam-se os novos objetos e novos questionamentos, induzindo a rever constante e criticamente as opções teóricas e metodológicas;
- (b) o incremento da formação de novos doutores verificada nos últimos anos provocou uma expansão da sociologia voltada também para a produção de respostas aos problemas e demandas dos mais diversos contextos sociais; e provocou também uma expansão da sociologia capaz de criar um processo de interação dinâmica entre os diferentes atores sociais, rompendo assim o confinamento dos sociólogos às atividades de docente-pesquisador;
- (c) as transformações socioeconômicas que perpassaram a sociedade brasileira nas últimas décadas demandaram, de forma crescente, a participação de cientistas sociais em atividades extra-acadêmicas, o que os levou a disputar o mercado de trabalho com outros profissionais, por exemplo, economistas, administradores, jornalistas, especialistas em pesquisas eleitorais e pesquisa de mercado, reativando e renovando a competição profissional com titulados que guardam certa proximidade com as áreas das ciências sociais.

4. Configuração atual dos PPGS: conquistas e desafios dos programas de Pós-Graduação em Sociologia para responder às necessidades das sociedades em tempos de globalização.

A pergunta que orientou o nosso trabalho nos proporcionou explorar o ambiente global no qual a formação de recursos humanos para o ensino e a pesquisa se concretiza, bem como situar as demandas dos sujeitos e das instituições que se engajam na busca de respostas aos desafiantes problemas das sociedades contemporâneas. Os tempos são de mudanças significativas nas relações entre sujeitos, estados e territórios. Os sujeitos, em sua maioria, deslocados dos seus territórios originais estão a perambular visando ultrapassar fronteiras físicas e simbólicas (CAVALCANTI, 2014).

A chegada de alunos e professores provenientes de outros países, continentes e nações é um fato que está se intensificando nos Programas de Pós-Graduação no Brasil, ampliando a diversidade nos espaços acadêmicos dos PPGS das universidades federais, principalmente. Isto revela a visibilidade alcançada pelos nossos programas e o reconhecimento internacional da nossa produção acadêmica. A relevância do desempenho alcançado se expressa, também, em ampliação das demandas de trabalho e ajustes aos padrões internacionais das suas exigências. Para acompanhar o padrão de excelência, segundo critérios internacionais da área de conhecimento, temos que desenvolver conhecimentos e estratégias que contribuam para oferecer aos alunos e professores ambientes de produção do conhecimento que correspondam às demandas suscitadas. A produção do conhecimento está a exigir das instituições de pesquisa e de ensino a atenção aos padrões internacionais de avaliação e de governança.

Há muitos anos, os conselhos científicos e acadêmicos nacionais de países da Europa e dos Estados Unidos pressionam os seus pesquisadores a trabalharem em parcerias internacionais, pressionam que os alunos sejam expostos a conteúdos internacionais em suas aulas e em outras experiências. Isso inclui viagens ao exterior e oferta de cursos que abrangem temas internacionais. Os programas de Pós-Graduação em Sociologia no Brasil incorporaram aos seus ambientes de pesquisa a discussão com parceiros internacionais, a realização de pesquisas cujas perguntas requerem a ampliação de olhares transversais e cruzamentos de fronteiras, em termos dos objetos empíricos, estratégias multidimensionais de apreensão da realidade, aportes

teóricos disciplinares e interdisciplinares. Mas não podemos nos manter em território confortável.

Este é um desafio para todas as áreas de conhecimento. O conhecimento requer diversidade de contribuições e pluralidade (cultural, metodológica e teórica) de juízos. Mas, no caso da Sociologia, há que nos prepararmos para responder ao que vem se delineando como uma pergunta geral, mas recentemente apresentada por Buroway (2005), ex-presidente da Associação Internacional de Sociologia: A quem se destina o conhecimento e conhecimento para que? ('knowledge for whom?' and 'knowledge for what?'). O autor nos alerta sobre a necessidade de uma afirmação da Sociologia como a ciência que se interpõe entre estados e mercados em defesa da humanidade (BUROWAY, 2005, p. 287).

A defesa de uma "sociologia pública", tal como propõe Buroway, pode ser criticável, mas não está distante do que já nos alertava Mills (COHN, 2013) e que continua a nos instigar a realizar um trabalho constante de investigação. Esse trabalho requer delimitação de um amplo universo de investigação de mundo entre mundos, ultrapassar e cruzar fronteiras (SASSEN, 2007) nas suas diferentes dimensões, considerando que há objetos e sujeitos, localidades, subjetividades, coletividades, que, para serem compreendidas, dependem de uma ampla divisão do trabalho, olhares e diálogos disciplinares e interdisciplinares.

Em *Contested Knowledges*, Seidman (1994) alerta sobre os limites e margens dos achados científicos, através do prévio reconhecimento das barreiras que inibem a representação dos outros mundos e de outras pessoas; e sobre os equívocos gerados pela separação entre natureza/cultura/sociedade, atribuindo a uma ou a outra um lugar proeminente na investigação. Por outro lado, movimentos vários são organizados contra a falta de reconhecimento de sujeitos e em favor do reconhecimento da diferença (WIERVIOKA, 2009). Esses questionamentos estão na ordem do dia, inclusive com respeito à apropriação do conhecimento.

A Sociologia tem, pois, a missão de responder a essas demandas. Quais são os desafios para uma Pós-Graduação de qualidade?

De um lado temos desafios intrínsecos, como:

- A valorização e exploração do potencial de docentes/pesquisadores. É preciso qualificação e engajamento. A criação e a sustentação de um curso de Mestrado ou Doutorado não devem resultar de uma iniciati-

va arbitrária, mas sim do desenvolvimento natural das potencialidades institucionais. E precisam contar com o total apoio institucional.

- A identificação de nichos temáticos (teóricos e metodológicos) em áreas de conhecimento. O projeto de um Programa deve apoiar-se em compreensão mais ampla do desenvolvimento de uma área de conhecimento, em um contexto sociocultural específico.
- A identificação de demandas (regionais ou nacionais) no tocante à qualificação de recursos humanos. As demandas regionais ou nacionais por recursos humanos qualificados, num campo específico de formação, constituem argumentação importante em prol de um curso de Mestrado ou Doutorado, tanto no que diz respeito às carreiras acadêmicas, quanto no que diz respeito ao mercado de trabalho em geral.
- A sustentabilidade do projeto de um programa de pós-graduação, tanto em termos financeiros, como em termos das garantias de resposta qualificada à missão definida para o curso. A sustentabilidade financeira requer apoio institucional e capacidade de mobilizar recursos de terceiras fontes além de assegurar um bom nível de desenvolvimento de projetos e envolvimento de estudantes em condições de dedicação compatíveis com as exigências do curso. A garantia de resposta à missão do curso depende da capacidade de execução de uma política institucional efetiva de qualificação continuada e de renovação do corpo docente, da inserção internacional e da manutenção de sintonia fina com os diferentes interlocutores principais do Programa.

De outro lado, há os desafios externos:

- (a) Atendimento de expectativas institucionais. Não é raro que a pós-graduação senso estrito seja encarada como sinal de status institucional. Isto faz com que haja, em determinados casos, uma pressão sobre grupos de professores para que acelerem a elaboração de projetos mesmo que em condições não ideais. Tais situações podem ocasionar a elaboração precipitada de projetos que, mesmo reconhecidos pela CAPES, experimentarão situação precária na sua efetiva realização. Ou seja, é preciso planejamento das metas que possam ser realisticamente implementadas e o respaldo institucional para isso é de extrema necessidade para o sucesso do planejamento.

(b) Acomodação às exigências da Avaliação da CAPES. Os documentos que dão estrutura à avaliação da CAPES pretendem não apenas estabelecer os termos e indicadores da avaliação da qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado, mas também orientar as Instituições na construção de seus projetos de curso. Com frequência, é ultrapassada a linha que separa o domínio e as prerrogativas típicas de um processo institucional de avaliação de qualidade e avança-se na esfera de autonomia das IES. A expectativa é de que cabe ao Programa definir sua proposta, imprimindo a sua marca, a sua especificidade, mas, certamente, isso não é um processo tão simples ao depender dos limites dos padrões de qualidade e da comparabilidade do seu desempenho com o de outros.

Conclusão

A análise realizada considerou a importância dos Planos Nacionais de Pós-Graduação para o desenvolvimento da área de Sociologia, as hierarquias e desigualdades presentes nos espaços de produção do conhecimento, o surgimento de novas demandas e exigências para a institucionalização da disciplina e do ensino em nível de Pós-Graduação; as estratégias e formas de apoio institucionais para a produção do conhecimento e estratégias para a formação de grupos de pesquisas e parcerias globais.

A globalização, ao se afirmar enquanto processo contínuo, nos provoca a entender um modo particular de organização do mundo, ao qual não escapam as instituições acadêmicas, os estados, nem as sociedades. Ao discorrer sobre a coordenação da produção, distribuição e consumo dos bens e condições de trabalho no presente, em geral, especialistas demonstram como os vários aspectos e setores da economia e sociedade foram transformados segundo essa lógica. As instituições universitárias e de pesquisa não escapam dessa maneira particular de organização do mundo: eficiência, competência, velocidade, qualidades, *rankings* estão entre os elementos usados a qualificar e certificar a nossa prática e o reconhecimento global das nossas instituições, regionalmente, nacionalmente, internacionalmente.

No Brasil, os Programas de Pós-Graduação em Sociologia estão oferecendo, com competência, respostas aos problemas da atualidade, ao mesmo tempo delineiam novas interrogações sobre a complexidade dos mundos

contemporâneos; e, a partir dos diálogos com outras fronteiras do conhecimento, reinventam-se, sem perder os rumos da missão e dos limites disciplinares da Sociologia.

Referências

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2017), Documento de Área: Sociologia. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/34_SOCI_doca-rea_2016.pdf. Acesso em: 10 de março de 2017.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2017), Relatório da Avaliação Quadrienal 2017, Sociologia. Disponível em: https://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017sociologia_rel%C3%B3rio_de_avalia%C3%A7%C3%A3o_quadrienal2017_final.pdf. Acesso em: 20 de março de 2018.

BURAWAY, Michael. (2005), American Sociological Association Presidential address: For public sociology. *The British Journal of Sociology*, v. 56, Issue 2, pp.259-294.

CALLOUN, Craig; LIPUNA, Edward; POSTONE, Moishe. (1995), *BOURDIEU Critical Perspectives*. 2. ed. Cambridge; Oxford: Polity Press and Blackwell Publishers.

CASTELLS, Manuel. (1996), *The Rise of the Network Society*. 1. ed. USA/UK: Blackwell Publishers.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (2014), Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André (org.). *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE. pp. 135-152.

COHN, Gabriel. (2013), Males privados, Sociologia Pública. O Legado de Wright Mills. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, pp. 13-33.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. (1996), *The world of goods: towards an anthropology of consumption*. 2. ed. with a new introduction. London; New York: Routledge.

GOFFMAN, Erving. (2001), *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7 ed. São Paulo: Editora Perspectiva.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (1983), *The Invention of Tradition*. 1. ed. New York: Cambridge University Press.

MARTINS, Carlos Benedito. (2003), A pós-graduação no contexto do ensino superior brasileiro. In: MORHY, Lauro. (org.). Universidade em questão. Brasília: Editora UnB. pp. 175- 206.

MILLS, Charles Wright. (1967), *The Sociological Imagination*. 2. ed. New York: Oxford University Press.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. (2016), Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom; ZEN, Eduardo Luiz; WELLER, Wivian; SHUGUANG, Jiu; KAIYUAN, Guo (org.). *Jovens Universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. 1. ed. Brasília: IPEA. v. 1. pp. 95-124.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. (2007), Building the Research Capacity: the Brazilian Experience. In: Second Regional Research Seminar for Latin American and Caribbean/UNESCO, 2007, Trinidad.

SASSEN, Saskia. (2007), *A Sociology of Globalization*. 1. ed. New York; London: W.W. Norton & Company.

SEIDMAN, Steven. (1994), *Contested Knowledge: Social Theory in the Post-modern Era*. 1. ed. Cambridge; Oxford: Blackwell Publishers.

SOUTO-MAIOR, Heraldo Pessoa. (2005), *Para uma história da Sociologia em Pernambuco: a Pós-Graduação (1963-2004)*. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE.

TEIXEIRA, Anísio. (1989), Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

WIEVIORKA, Michel. (2009), Diferenças nas diferenças? In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WEBER, Silke; DWYER, Tom (org.). *Desigualdade, Diferença e Reconhecimento*. Porto Alegre: Tomo Editorial. pp. 15-33.

Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira

Celi Scalon*

Richard Miskolci**

RESUMO

O artigo apresenta um panorama da produção sociológica brasileira e sua disseminação desde a profissionalização a partir da segunda metade do século XX até o presente. Analisa a internacionalização em curso identificando suas principais características, analisa igualmente, em termos comparativos com outros países, como tem se dado a inserção da sociologia brasileira no cenário global. Por fim, discute alguns dos desafios para que nossa produção alcance maior reconhecimento internacional, como a adoção do inglês como língua de divulgação, a criação e consolidação de parcerias internacionais equitativas, a ampliação das pesquisas comparativas e o aumento da mobilidade docente.

Palavras-chave: sociologia brasileira; internacionalização; globalização; ciência; produção científica

* Professora Titular da UFRJ, Pesquisadora 1 A do CNPq, Cientista do Nosso Estado/Faperj, membro do Executive Committee da International Sociological Association. Foi Coordenadora da Área de Avaliação da Pós-Graduação em Sociologia no Brasil, junto à CAPES (2014/ 2018) e Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (2009-2011).

** Professor Associado de Sociologia do Departamento de Medicina Preventiva da UNIFESP, Pesquisador do CNPq e coordenador do Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde (www.quereres.sites.unifesp.br). Foi Coordenador Adjunto da Área de Avaliação da Pós-Graduação em Sociologia no Brasil, junto à CAPES (2014/ 2018).

ABSTRACT**INTERNATIONALIZATION: APPRAISAL AND CHALLENGES FOR THE BRAZILIAN SOCIOLOGY**

This article presents an overview of the Brazilian sociological production and its dissemination since its professionalization from the second half of the 20th century to the present. It analyzes the internationalization in progress, identifying its main characteristics as well as, in comparative terms with other countries, how the inclusion of Brazilian Sociology in the global scenario has taken place. Finally, it argues about some of the challenges for our production to achieve greater international recognition, such as the adoption of English as a language of diffusion, the creation and consolidation of equitable international partnerships, the expansion of comparative research and the increase of teaching mobility.

Keywords: Brazilian Sociology; Internationalization; Globalization; Sciences; Scientific Production

Introdução

Na última década, em meio à expansão do sistema nacional de pós-graduação, cresceu o interesse em ampliar a inserção e o impacto da sociologia brasileira internacionalmente. Apesar da rica produção sociológica que data desde ao menos a década de 1930, foi apenas na segunda metade do século XX que a formação de quadros nacionais passou a se dar de forma sistemática e profissional com a implementação de cursos de pós-graduação. Durante as primeiras décadas de criação dos programas de pós-graduação em Sociologia, boa parte dos quadros ainda foi formada no exterior, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, onde então se concentrava a produção sociológica. Nesse período, os intercâmbios entre a sociologia brasileira e a desses centros se davam predominantemente “em mão única”, já que carecíamos de quadros, condições institucionais e apoio financeiro para nos articularmos a redes internacionais em condições equitativas.

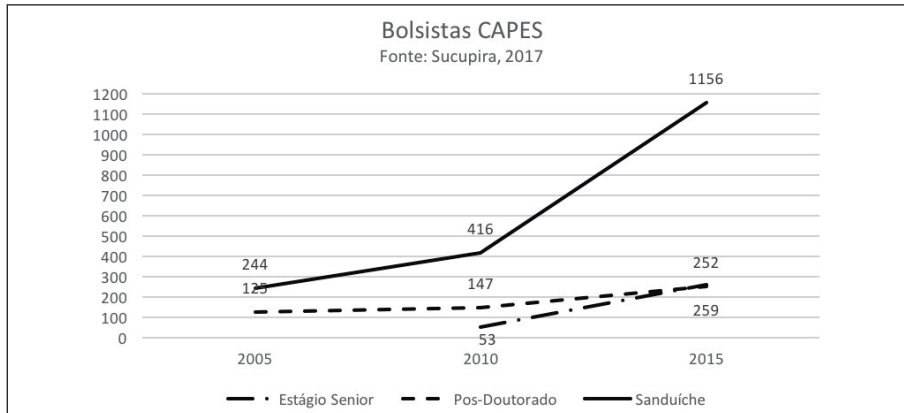
Até a virada do milênio, o impacto internacional da sociologia brasileira foi restrito e tendeu a prover maiores intercâmbios com nossos vizinhos latino-americanos, com exceções, como a teoria da dependência desenvolvida na década de 1960 por Fernando Henrique Cardoso em parceria com Enzo Faletto e que teve repercussão mundial. Cardoso e Faletto trabalharam juntos na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), portanto

em um centro de pesquisa internacional especializado na América Latina. De forma diversa, a maior parte da produção sociológica brasileira engendrada no processo de formação de quadros profissionais das últimas décadas do século XX voltou-se para a compreensão da realidade nacional em um período em que era menor a inserção do Brasil na política internacional assim como a visibilidade de nossa ciência em termos mundiais.

Com o século XXI, em meio à forte expansão do sistema de pós-graduação brasileiro, ampliaram-se numericamente os programas de pós-graduação em sociologia pela maior parte do território brasileiro assim como a expansão também impulsionou o desmembramento de muitos programas de Ciências Sociais em um processo de especialização disciplinar. Além do aumento numérico e a maior cobertura geográfica da formação de quadros profissionais na área, cabe reconhecer como o aprimoramento do sistema de avaliação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) contribuiu para o avanço qualitativo da área de Sociologia. Atualmente, a grande maioria de nossos sociólogos é formada por programas nacionais, muitos dos quais incentivam estágios no exterior por meio de bolsas-sanduíche. Tais períodos curtos no exterior proporcionam aos pós-graduandos acesso a universidades e supervisores de pesquisa reconhecidos mundialmente, mantendo-os conectados à realidade brasileira e ao nosso mercado acadêmico.

No século XXI, portanto, aumentou o número e a qualidade dos programas de pós-graduação em sociologia, modificou-se nossa relação formativa com os antigos centros da produção sociológica e também houve uma expansão dos pós-doutorados e estágios sêniores no exterior, os quais contribuem para a atualização de nossos quadros e sua inserção em redes internacionais de pesquisa. O número de bolsistas CAPES em pós-doutorado quadruplicou nos últimos dez anos, considerando que em 2005 não existia a modalidade ‘estágio sênior’, para o cálculo foram somadas as bolsas pós-doutorado e estágio sênior, as quais, de fato, atendem o mesmo público de docentes-pesquisadores. As bolsas sanduíche aumentaram em maior proporção: quintuplicaram nos últimos dez anos.

Gráfico1 - Dados sobre bolsistas CAPES em estágio sênior, pós-doutorado e doutorado sanduíche.



Fonte: Plataforma Sucupira, 2017

É nesse contexto que nossa área ampliou expressivamente sua inserção no cenário internacional por meio do crescimento da produção em periódicos e livros internacionais, da participação em diretorias de associações internacionais da área, em conselhos e comitês editoriais de periódicos internacionais, em grupos de pesquisa e formação profissional em rede internacional, em acordos e convênios internacionais, da presença de docentes e discentes em congressos e eventos científicos, entre outros. Essa crescente troca de conhecimento se manifesta por meio de pesquisas em rede internacional, pós-doutorados, doutorados e doutorados sanduíches, notadamente em países como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Espanha e Portugal; na América Latina com México, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Equador, bem como em países africanos de língua portuguesa.

Cabe salientar, também, o aumento da cooperação científica com o Japão e os países dos BRICS. Os esforços da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) na aproximação e articulação com as associações profissionais dos países que compõem o bloco – China, Rússia, África do Sul e Índia – têm resultado em parcerias sólidas, reconhecidas e que contam com apoio financeiro e dos ministérios de relações exteriores desses países, configurando, atualmente, o BRICS University Network. O objetivo do Programa é reunir PPGs reconhecidos e recomendados pela CAPES, com nota igual ou superior a 6 (seis), inscritos por IES brasileiras para participar da Universidade em Rede do BRICS nas áreas prioritárias definidas: energia; ciência da computação e segurança da informação; estudos dos BRICS; ecologia e mudanças

climáticas; recursos hídricos e tratamento da poluição; economia. O programa é financiado pelos governos dos cinco países e, no Brasil, a área de Estudos dos BRICS tem coordenação do Professor Tom Dwyer, da Sociologia da UNICAMP, que tem sido nos últimos dez anos o principal responsável pelo desenvolvimento dos estudos dos BRICS em nossa disciplina, liderando pesquisas e a produção de bibliografia em cooperação com esses países, sempre com o apoio da SBS. O projeto aprovado, que reúne UNICAMP, UFRGS e UFRJ, tem como objetivo central desenvolver conceitos e teorias próprias aos BRICS, que não obedeçam unicamente aos cânones dos grandes centros de produção sociológica, Europa e Estados Unidos da América.

A internacionalização está presente, ainda, na atração de alunos de pós-graduação em sociologia a partir do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) da CAPES e também de países fora do programa, o aumento de cotutelas, especialmente com países europeus, e incorporação de estudantes de diversas nacionalidades.

Alguns dados são expressivos da consolidação da inserção internacional da área, que vem se constituindo como referência no cenário acadêmico internacional. O resultado acadêmico na Plataforma SCIVAL é medido pela métrica ASJC (*All Science Journal Classification*) usado na Scopus.

Tabela 1 - 20 países na área de Sociologia e Ciência Política que estão no topo do resultado acadêmico, medido pelo ASJC.

Posição	País	Resultado acadêmico	Contagem de visualizações
1.	EUA	30,799	348,190
2.	Reino Unido	12,460	159,359
3.	Austrália	5,117	83,951
4.	Canadá	4,607	59,879
5.	Alemanha	4,213	48,311
6.	França	3,277	21,845
7.	Espanha	2,932	44,250
8.	Holanda	2,786	45,380
9.	Itália	2,142	27,836
10.	Índia	2,120	14,080
11.	Brasil	1,618	11,768
12.	Suécia	1,525	21,028
13.	China	1,506	20,473
14.	África do Sul	1,272	10,851
15.	Bélgica	1,250	16,589
16.	Federação Russa	1,169	9,576
17.	Israel	1,109	11,543
18.	Noruega	1,092	13,999
19.	Suíça	1,068	13,169
20.	Dinamarca	1,023	13,460

Fonte: SCIVAL, 2013-2015

A tabela acima mostra que quatro países de língua inglesa constam no topo, indicando como o impacto do resultado acadêmico é ampliado pela divulgação em inglês, fato corroborado por outras tabelas sobre a produção de artigos científicos

1. A internacionalização em um mundo globalizado

Diversos países cuja língua nacional não é o inglês têm como uma de suas estratégias de internacionalização publicar sua produção científica nesta língua, caso da Suíça e da Holanda e, crescentemente, também da Alemanha. Em nosso país, o mais importante portal de periódicos – o Scielo (Science Library Online) – já publica mais periódicos em inglês do que em português e tem adotado política de progressiva disponibilização de conteúdo nessa língua entre as revistas de ciências humanas e sociais.

O aumento da publicação da produção sociológica em inglês tem se dado em um cenário complexo e, algumas vezes, contraditório. Há resistências e efetiva demanda por divulgação em português, assim como interesse crescente de pesquisadores em divulgar suas investigações a um público além de nossas fronteiras linguísticas. Os defensores da produção em português têm argumentos diversos, dentre os quais se destaca o enraizamento cultural de nossa sociologia (cf. ORTIZ, 2016). Essa resistência à adoção do inglês como língua franca vem, mais fortemente, das áreas de cultura e pesquisa etnográfica, em contraposição a áreas que trabalham com campos comuns internacionalmente, muitas vezes através de bancos de dados e informações compartilhadas, como, por exemplo, as áreas de Políticas Públicas, Direitos Humanos, Saúde, Estudos Urbanos, entre outras. Por sua vez, entre os que defendem a publicação em inglês, há um grande número de pesquisadores que encara seu horizonte profissional como inserido em redes internacionais adotando o inglês como língua de intercâmbio.

Além disso, a internacionalização se dá em um momento histórico marcado por questionamentos sobre geopolítica do conhecimento (CONNELL, 2015; MISKOLCI et al, 2016). Hoje sabemos que a disponibilização de conteúdo em inglês em um periódico local, por exemplo, não equivale necessariamente à internacionalização, assim como nem sempre um periódico estrangeiro nessa língua é efetivamente internacionalizado, o que pode torná-lo, inclusive, refratário a aceitar submissões vindas de fora de seu contexto

científico. Fazendo frente justamente a este fato, a Sociedade Brasileira de Sociologia lançou, em 2015, a revista *Sociologies in Dialogue*, periódico com conselho editorial global, práticas editoriais internacionais e o objetivo de contribuir para intercâmbios intelectuais em âmbito mundial.

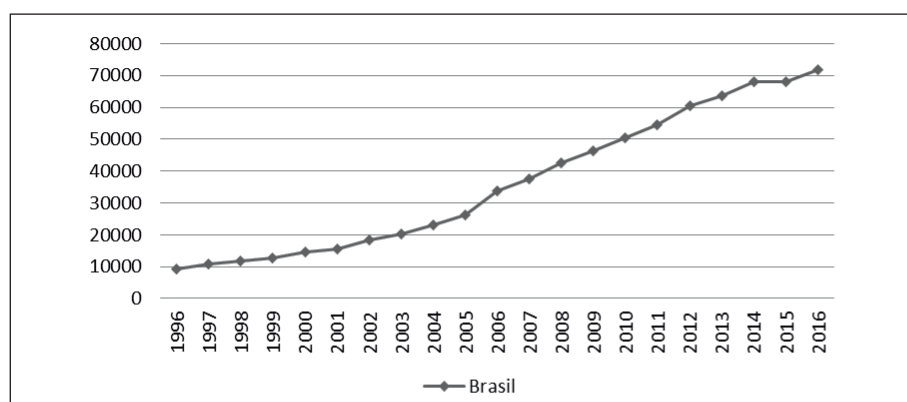
Dwyer (2013), com base no survey de 2009 com associados da SBS, aponta três dimensões importantes na internacionalização da Sociologia Brasileira. A primeira se refere ao país no qual os pesquisadores realizaram sua formação acadêmica e os dados mostram que a formação dos respondentes é, majoritariamente, realizada no Brasil. A segunda é a receptividade das ideias e, nesse caso, observa que os sociólogos brasileiros fazem uso intenso de autores estrangeiros e há no Brasil uma tradição de importação de livros. A terceira dimensão de internacionalização diz respeito à disseminação da produção científica de sociólogos brasileiros e, nesse caso, chama atenção sua baixa penetração no exterior. Avaliando os países com os quais o Brasil tem maior cooperação, ele conclui que a internacionalização da Sociologia brasileira se dá, primordialmente, pela relação com países próximos, em termos geográficos ou linguísticos; o que ele denominou “internacionalização estreita”, em oposição à “internacionalização ampla”, na qual se busca publicar e interagir com os países centrais. Apesar disso, ele enfatiza o recente processo de redirecionamento da internacionalização para o Sul Global, o que ele chama de “internacionalização ainda mais ampla”, uma vez que se refere aos esforços de cooperação com a Índia, a África do Sul e, mais recentemente, com a China. Nesse sentido, ele considera que “(...) a internacionalização da Sociologia Brasileira teria que se pautar na busca de responder a dois desafios: buscar construir o mais alto nível de diálogo científico, teórico e metodológico, com os sociólogos (e outros cientistas) nas mais variadas regiões do mundo; e ajudar atores sociais brasileiros relevantes a compreender e a agir neste novo e complexo mundo no qual habitamos” (DWYER, 2013, p. 83).

Em termos de publicação, a internacionalização não é simples sinônimo de publicar em inglês, mas divulgar o trabalho acadêmico em veículos com conselhos, políticas editoriais e audiências efetivamente globais. A rica produção sociológica nacional alcançará melhor seu potencial de impacto na comunidade internacional caso se direcione, ao menos em parte, para periódicos internacionais consolidados globalmente. Esforços de periódicos nacionais de se tornarem efetivamente internacionais também contribuem

nesse sentido, dentre os quais se destacam iniciativas de publicação de números conjuntos com revistas com maior impacto mundial.

Nesse artigo, nos baseamos nos dados referentes à produção acadêmica brasileira e seu impacto no cenário mundial a partir das informações disponíveis na Plataforma SCIVAL. A plataforma SCIVAL não discrimina a área de Sociologia; nela, a Sociologia aparece classificada junto com a área de Ciência Política. No entanto, é revelador o crescimento das publicações brasileiras, considerando todos os tipos de publicações em periódicos, em co-autoria com pesquisadores estrangeiros. A base de dados usada no SCIVAL é do Scopus.

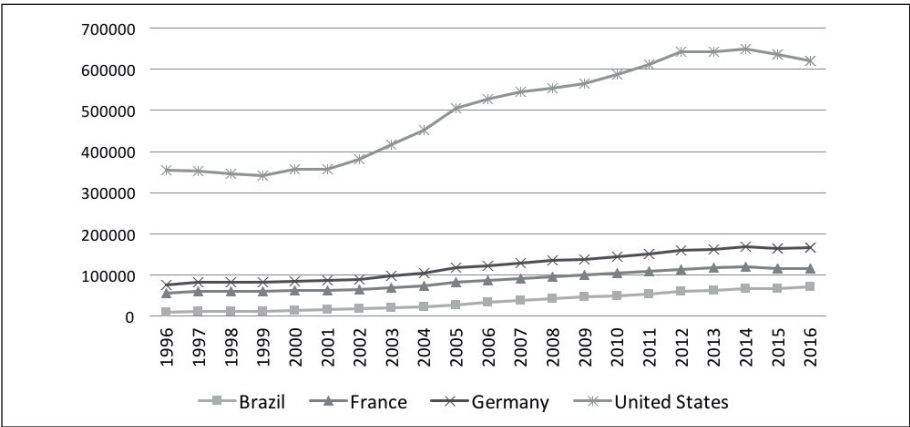
Gráfico 2 – Resultado acadêmico por ano de publicação nas áreas de Sociologia e Ciência Política



Fonte: SCIVAL, 2017

Apesar desse crescimento, há grandes desafios para que o Brasil se torne, de fato, um país integrado ao cenário acadêmico internacional. Verificamos que ainda estamos em uma posição de baixa produção internacional comparativamente a outros países, inclusive países que fazem parte do bloco dos BRICS e, portanto, estão em condições de renda e desenvolvimento próximos e, em alguns casos, condições mais desfavoráveis que o Brasil.

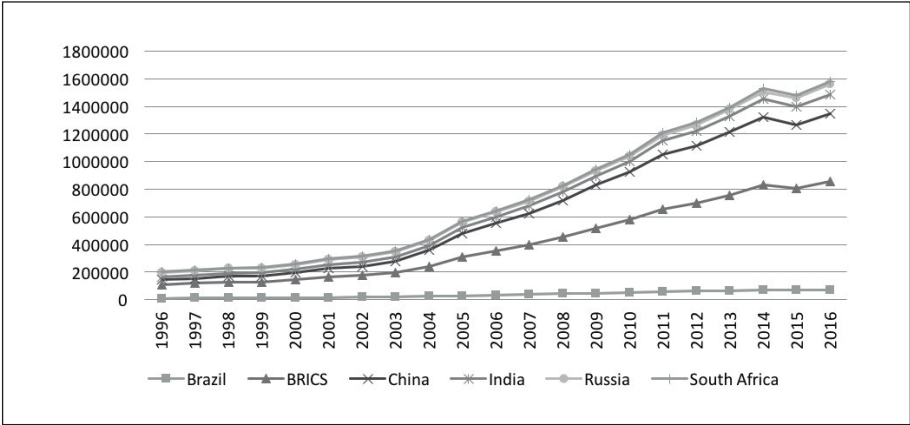
Gráfico 3 - Resultado acadêmico por ano de publicação em quatro países (Brasil, Estados Unidos, Alemanha e França no período de 1996 a 2016



Fonte: Scival, 2017

O gráfico III insere países com produção acadêmica bastante consolidada e sabemos que as condições para inserção internacional da produção científica são muito desiguais entre os países do centro e da periferia e que os obstáculos não se resumem ao idioma. Por esse motivo, é interessante analisar os dados do Brasil em comparação com países do bloco dos BRICS.

Gráfico 4 – Resultado acadêmico por ano de publicação nas áreas de Sociologia e Ciência Política para os países BRICS.



Fonte: SCIVAL, 2017

Em suma, a internacionalização é um processo que deve ser ampliado e aprofundado permitindo a disseminação e troca de conhecimento em um mundo globalizado. A sociologia brasileira pode adotar estratégias diversificadas para alcançar maior consolidação em uma posição de destaque no cenário internacional, tais como: (a) direcionamento da produção para periódicos com impacto no âmbito internacional, tendo por meta o aumento da visibilidade e disseminação global da produção intelectual; (b) realização de pesquisas comparativas e acordos de cooperação, estabelecidos de forma simétrica e que possibilitem o desenvolvimento de paradigmas teóricos e metodológicos; (c) participação em eventos e estágios no exterior, especialmente de forma a estimular trocas mais contínuas como convênios, que permitam inserção efetiva de docentes e discentes em redes de pesquisa internacionais. Entendemos, desse modo, que a ciência brasileira deve ingressar no cenário acadêmico internacional em posição de parceria e liderança, evitando a histórica divisão do trabalho intelectual em que acadêmicos e pesquisadores europeus e americanos produzem teoria e métodos de pesquisa, enquanto os acadêmicos de países do sul global se dedicam a coletar dados, analisar estudos de caso ou pesquisa aplicada (MISKOLCI et al, 2016).

A avaliação quadrienal dos programas de pós-graduação em sociologia feita pela CAPES tem contribuído para o processo de internacionalização, já que considera a dimensão da inserção internacional de cada programa como resultado da qualidade científica do PPG. O aspecto principal é a qualidade dos periódicos utilizados para a divulgação dos resultados das pesquisas e o reconhecimento internacional pelos pares. Além das publicações, a qualificação internacional pode ser aferida pela participação dos quadros dos PPG na arbitragem de artigos e editoria de periódicos internacionais qualificados, pela participação por convite para apresentar, organizar, coordenar ou presidir eventos científicos relevantes na área, participar de bancas e Comitês de Avaliação no exterior, pela obtenção de financiamento com fundos internacionais, pelos projetos conjuntos e cotutela de teses, entre outros. Nesse sentido, cabe indicar a existência de programas de bolsas financiadas por instituições estrangeiras.

As ações que objetivam a internacionalização podem ser identificadas no volume e na qualidade dos acordos e cooperações para pesquisa e ensino com instituições estrangeiras de prestígio, na mobilidade de docentes e dis-

centes, em atividades científicas no exterior, no oferecimento de disciplinas e cursos de âmbito internacional, na atração de estudantes estrangeiros para integrar o quadro discente dos programas, entre outros. Essas ações também se refletem nas atividades de melhoria da qualidade da escrita e da comunicação em inglês científico, que devem ser objeto constante da atenção dos sociólogos brasileiros.

Esse é um momento que pode ser especialmente vantajoso para acelerar o processo de internacionalização, uma vez que há preocupação dos governos com a obtenção de um lugar de excelência da produção científica brasileira na esfera global. Mas está claro que as estratégias de internacionalização para se tornarem viáveis dependem de apoio financeiro e condições institucionais e, na conjuntura nacional e mundial atual, esse é um ponto incerto.

No contexto dos Programas de Pós-Graduação, a área de Sociologia na CAPES define as notas 6 e 7 como atribuíveis, exclusivamente, para PPGs com doutorado que obtiveram nota final 5 e conceitos MB em todos os quesitos da ficha de avaliação e que tenham desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área, nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área, solidariedade e capacidade de nucleação. Os Programas que atingem essas notas devem apresentar nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos, baseando-se principalmente nos seguintes indicadores: inserção na comunidade científica internacional; reconhecimento internacional da produção científica; reconhecimento da liderança internacional; intensidade da mobilidade internacional de docentes e discentes; liderança nacional e nucleação.

Para a análise destas características, devem ser observados alguns parâmetros, que são listados a seguir.

- *Inserção na comunidade científica internacional*: convênios e intercâmbios ativos firmados com instituições estrangeiras de reconhecimento prestígio científico, em regime de reciprocidade e com divulgação no exterior; programas institucionais de cooperação internacional exigindo missões bilaterais de trabalho; realização, organização e participação em eventos científicos internacionais qualificados; prêmios internacionais (com láurea e/ou como participação em júris internacionais); consultorias a organismos internacionais; comitês editoriais e participação como pareceristas em periódicos internacio-

nais; redes internacionais de pesquisa com publicação de resultados; corpos diretivos de comitês em associações científicas internacionais de grande relevância para a área; presença de bolsistas doutores ou em treinamento sabático no programa; obtenção de bolsas de pesquisa ou financiamento de agências internacionais; participação de docentes em bancas no exterior; participação na consultoria e julgamento de editais internacionais; estágios de formação pós-doutoral no exterior; oferta de cursos e colaboração em atividades de ensino em instituições de reconhecido nível de excelência no exterior; teses orientadas no exterior ou em cotutela.

- *Consolidação, liderança nacional e nucleação*: o programa deve formar recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação com expressiva formação de doutores; ter um fluxo consolidado de entrada e titulação de Mestres e Doutores; apresentar capacidade de nucleação com egressos contratados em instituições de ensino e/ou pesquisa e vinculados a programas de pós-graduação como docentes e orientadores e com a estruturação de outros PPGs; ter elevada proporção de docentes do núcleo permanente com bolsas e financiamentos para pesquisa; ter grande integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação; participar da coordenação de Redes de Pesquisa e Pós-Graduação de abrangência nacional.
- *Produção científica com inserção internacional*: a produção científica com inserção internacional compreende a publicação de resultados de pesquisa, sob a forma de artigos em periódicos científicos correspondentes aos estratos A1, A2 e B1 do Qualis Periódicos da Área de Sociologia e em livros e capítulos de livros qualificados correspondentes ao estrato L4.

Por fim, vale a pena ressaltar os principais desafios colocados para a inserção e consolidação da Sociologia Brasileira no cenário mundial. O desenvolvimento de pesquisas comparativas internacionais é, sem dúvida, o passo mais importante para a inserção do Brasil no contexto de produção intelectual mundial. Nesse sentido, cabe enfatizar que todos os temas de pesquisa têm relevância internacional, ainda que tratem de questões nacionais ou locais, desde que tragam avanços teóricos ou metodológicos. Se reconhecer-

mos que a matemática é uma ‘linguagem’ universal, apontando assim uma vantagem das ciências exatas para a internacionalização, podemos argumentar que a teoria sociológica e a metodologia de pesquisa também correspondem a um repertório universal.

A ausência de pesquisas comparativas não é uma especificidade do Brasil, mas das Ciências Humanas. Mas as formas de análise científica são dinâmicas e, portanto, as resistências a estudos comparativos podem ser, paulatinamente, modificadas. A forma de análise comparativa adotada na área de Políticas Públicas poderia, por exemplo, ser adaptada ao contexto dos estudos cultural-etnográficos para abordagens ‘contrastivas’, evitando assim o que é visto como ‘achatamento cultural’ do comparativo e focando no reconhecimento de diferenças/aspectos locais, os quais podem ser de grande valia para políticas internacionais e intercâmbios culturais.

Há muitos bancos de informações, quantitativas e qualitativas, a disposição de pesquisadores interessados em desenvolver análises comparadas. Mas é fundamental recordar que as análises devem evitar associações assimétricas que têm pautado algumas relações no eixo sul-norte. Os pesquisadores brasileiros precisam entrar nas pesquisas comparadas em condições simétricas e iguais de colaboração. Desse modo, é interessante expandir as relações com países do sul, sem ignorar as relações já estabelecidas com países mais consolidados na esfera acadêmica.

Por último, é imperativo abrir as instituições brasileiras para profissionais e estudantes estrangeiros. A internacionalização da academia é impossível quando há um fechamento do mercado de trabalho para absorção de pesquisadores de outros países. O maior indicador de internacionalização das instituições, na esfera global, é a capacidade de atração de estrangeiros. No entanto, mantemos nosso mercado acadêmico relativamente fechado devido, entre outras barreiras colocadas pelas instituições, às dificuldades colocadas pela burocracia das universidades e centros de pesquisa, processos de concursos públicos para seleção de docentes e discentes e resistência à adoção do inglês nas bibliografias e aulas das disciplinas.

A despeito dos entraves e desafios à internacionalização, brevemente expostos neste artigo, ela está em processo e é crescentemente reconhecida como horizonte inexorável caso a ciência brasileira, e a sociologia em particular, queira alcançar maior expressão, legitimidade e reconhecimento mundiais. Em um mundo globalizado, fronteiras nacionais e culturais têm

sido fortemente tensionadas por trânsitos e trocas crescentes que enriquecem a produção sociológica brasileira, estendendo seu alcance investigativo, densidade analítica assim como seu público.

Em um mundo globalizado, a internacionalização se torna força motriz, não somente no campo científico, mas na vida social. Isto posto, a Sociologia deve cumprir sua vocação e oferecer o conhecimento que permita aos atores sociais compreender e se movimentar nesse cenário. Se, na segunda metade do século XX, foram superados os desafios iniciais de formar quadros profissionais e produzir pesquisas qualificadas segundo os padrões mais elevados, agora a sociologia brasileira está pronta para articular estratégias de superação das barreiras que ainda a impedem de ser reconhecida mundialmente como integrante da melhor e mais qualificada elite disciplinar.

Referências

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (1970 [1967]), *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: LCT.

CONNELL, Raewyn. (2015), Social Science on a World Scale: connecting the Page. *Sociologies in Dialogue* - Sociedade Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 1, pp. 1-16.

DWYER, Tom (2013), Reflexões sobre a internacionalização da Sociologia Brasileira. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, pp.57-86.

MISKOLCI, Richard; CORTÊS, Soraya Vargas; SCALON, Celi; SALATA, André. (2016), Sociologies in Dialogue. *Sociologies in Dialogue* - Sociedade Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 2, pp.1-15.

ORTIZ, Renato. (2016), Internationalization of Social Sciences: a reflection. In: *Sociologies in Dialogue* - Sociedade Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 2, pp. 31-45.

Caminhar urbano e vivências imprevistas*

Carlos Fortuna**

RESUMO

Caminhar na cidade constitui um anacronismo numa cultura urbana que promove a velocidade da deslocação. Esta deslocação rápida dos sujeitos é geradora de um modo distraído dos territórios urbanos e das relações que nele se operam. No século XX, existiram várias tentativas de contrariar esta situação (Dada, Surrealistas, Situcionistas, *flânerie*). Todas procuram aproximar-se e reconhecer a presença de outras culturas e modos de existência. Só se consegue reconhecer a diversidade caminhando a cidade devagar. Essa caminhada pode gerar relações inesperadas em público que vão desde as solidariedades espontâneas até ao reconhecimento de desigualdades e racismos. Tudo clama pela centralidade da rua, o que pode ser comprovado através de uma caminhada pelas ruas e praças de Lisboa.

Palavras-chave: cidade; lentidão; caminhada; diversidade.

* Esta é uma versão alterada do texto submetido a e-Cadernos, do Centro de Estudos Sociais (Coimbra).

** Sociólogo. Ph.D pela State University of New York (Binghamton), é professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador no Centro de Estudos Sociais.

ABSTRACT

CITYWALKING AND UNFORESEEN EXPERIENCES

Walking in the city is an anachronism in an urban culture that promotes the speed of movement. This rapid displacement of the subjects generates in a distracted way of perceiving the city spaces and the relations that operate in it. In the twentieth century there were several attempts to reverse this situation (Dada, Surrealists, Situationists, *flânerie*). All seek to approach and recognize the presence of other cultures and modes of existence. One can only recognize diversity by walking the city slowly. This journey can generate unexpected public relations ranging from spontaneous solidarities to the recognition of inequalities and racism. Everything cries out for the centrality of the street, which can be experimented through a walk through some of the streets and squares of Lisbon.

Keywords: city; slowness; walking; diversity.

Abertura

Caminhar na cidade constitui hoje um anacronismo, uma vez que tem lugar ao contrário do preceituado pela cultura urbana dominante que promove e valoriza a rapidez da deslocação dos corpos, concretizada predominantemente no recurso a meios mecânicos. Marginaliza-se, assim, a *caminhabilidade* urbana e os pés são convertidos em meros auxiliares da condução automóvel. O negligente planeamento urbano e a inoperante adequação dos equipamentos da cidade às necessidades cívicas e sociais dos seus habitantes que Richard Sennett denunciou recentemente (SENNETT, 2018), associado ao violento urbanismo que subordinou o espaço urbano à lógica do automóvel foi também responsável por essa outra anomalia que é o ato de parar ou de sentar-se em espaços públicos, exceto se se pagar, como sucede nos espaços comuns privatizados como as esplanadas e os cafés.

Na primazia concedida modernamente a este *aceleracionismo cultural* da cidade, a caminhada perdeu estatuto e deixou, gradualmente, de ser o dispositivo central da produção de cultura e da capacidade de gerar ligações com outros. Nas cidades de hoje, o exercício de andar deixou de ser o grande meio de conhecer e pensar o espaço, tal como a comunicação para ser veloz deixou de ser experimentada na relação face a face entre os sujeitos. Entre os efeitos psicossociais resultantes desta

modificação da relação dos sujeitos urbanos com o espaço da cidade, Rebecca Solnit destaca o modo como as pessoas se surpreendem quando, em vez do habitual recurso ao automóvel, optam por caminhar entre dois lugares da cidade e ganham uma súbita consciência da proximidade existente entre eles (SOLNIT, 2001, p. 259). Este é o efeito de uma espécie de avaliação mental da distância física entre lugares na cidade que estipula os limites até onde os urbanos se dispõem caminhar. Na era do atual *aceleracionismo*, esta representação que temos da distância entre lugares está continuamente a reduzir-se, em resultado do que os sujeitos se mostram cada vez mais renitentes a percorrer a cidade com os seus próprios recursos físicos e corpóreos.

A andar os humanos inventaram não apenas a interação social, mas, de início, experimentaram também a apropriação de territórios diferentes e alheios que estaria na base da cultura do conflito e da guerra. Os poderosos tomaram para si territórios ocupados por outros e trataram de dominar os residentes originários e subjugá-los ao seu poder. As estratégias posicionais de indivíduos e grupos na cidade moderna revelam diversos pontos de união com estas expressões seculares de apropriação e dominação. O espaço urbano fica assim sujeito a diversas modalidades de disputas e modos de apropriação material e simbólica, o que serve também, diga-se de passagem, de ingrediente estrutural identitário dos seus ocupantes individuais ou de classe, mesmo se transitoriamente.

A deslocação rápida dos sujeitos que o automóvel e, para o efeito, também os transportes públicos vieram proporcionar é geradora de um modo distraído de conhecer os territórios urbanos (SPECK, 2012). Como caricatura, poderíamos aceitar, com Simmel (1997), que, ao princípio, os ocupantes dos primeiros transportes públicos urbanos começaram por dar atenção ao estranho junto de si e aos solavancos a que estavam sujeitos; num segundo momento, a viagem de comboio “ensinou” a ler em movimento (SCHIVELBUSCH, 1986); por fim, na atualidade, os novos meios de comunicação vieram fazer concentrar passageiros em si mesmos e no seu restrito grupo virtual de amigos (FORTUNA, 2016a). Por outro lado, esta circulação distraída ajudou a eliminar a noção de um penoso esforço físico e de desconforto, associados desde sempre ao ato de caminhar. Ambas as condições da viagem moderna – rapidez e conforto – vieram facilitar o argumento do fim da geografia e da distância física entre lugares,

pelo que todos os ambientes naturais se tornaram acessíveis, de modo rápido e fácil¹.

A este quadro de novas referências e progressos materiais subjacentes à modificação da natureza da mobilidade urbana, veio juntar-se, nas últimas quatro décadas, a facilidade que os novos meios tecnológicos de comunicação trouxeram às relações dos sujeitos com o espaço e entre si. O acesso fácil e imediato a qualquer tipo de informação, incluindo a minuciosa geo-referenciação dos satélites, implicou uma banalização do ato de conquistar e de percorrer espaços por meios físicos próprios. Instaurou-se assim a ideia de fácil acessibilidade/mobilidade nos espaços que seria reforçada pela noção de vivermos um tempo instantâneo, de solução imediata para qualquer obstáculo. Com o espaço que perde a espessura que antes a caminhada lhe emprestava, agora também o tempo perde densidade e o instante ganha proeminência. De um regime de historicidade em que os sujeitos experimentavam grande proximidade física entre lugares – família, vizinhança ou profissão –, que se fazia acompanhar de tempos longos de percurso – bens alimentares, visitas ou festividades em outras comunidades –, passamos a um outro regime de tempo, caracterizado por frequentes deslocações entre distâncias longas, percorridas em trajetos de curta duração.

1. Anteriores caminhadas exóticas

Neste texto quero discorrer acerca das virtudes do caminhar urbano². A história moderna da locomoção é um campo de enorme revelação das condições de vida nas cidades e das suas transformações, assim como a própria *flânerie* moderna e urbana tem sido um exemplo de uma maneira de ver a cidade e o complexo sociedade-natureza, tornando-se mesmo um objeto de abundante escrutínio por parte das ciências sociais, da literatura e do

-
- 1 Admito mesmo que a distância física entre lugares dá sinais de se expressar não em termos de “perto” ou “distante”, para passar a ser referida em termos de duração temporal do percurso. Isto mesmo me faz pensar a indicação de uma jovem empregada de restaurante em S. Salvador, ao dizer-me que a “sua terra” ficava a “três horas de relógio”, para significar o esforço contido na distância física a percorrer.
 - 2 Deixo de lado as célebres caminhadas peripatéticas de Aristóteles, as experiências dos pensadores caminhantes dos séculos XVIII e XIX (Thoreau, Rousseau, ou Nietzsche), passando pelos caminhantes peregrinos (Werner Herzog) e os errantes da modernidade ocidental e a moderna *flânerie* (Franz Hessel ou João do Rio), sobre que se aconselham as leituras de Careri (2017), Coverley (2015), Gleber (1999) e Solnit (2001).

cinema, que não têm deixado de fazer realçar as virtudes e os motivos da retração dessas práticas caminhanter (CARERI, 2017; COVERLEY, 2015; GLEBER, 1999; GROS, 2009; INGOLD, 2011; LEBRETON, 2011; SOLNIT, 2001; MACAULY, 1993). A sociologia, em particular, com uma forte inspiração antropológica e o recurso à atitude etnográfica usada por Marcel Mauss (2005) tem tratado o ato de caminhar como estratégia de afirmação pessoal, mas também social, em que sobressaem as inerentes diferenças de estatutos e significados simbólicos do andar e da sua estética (CARERI, 2015; DE CERTEAU, 1994; URRY, 2000).

Uma caminhada urbana, em regra com destino ou percurso pré-estabelecidos, envolve uma relação subjetiva do/a caminhanter com o ambiente urbano construído e o que este representa. Ruas e praças são atravessadas nesse percurso a pé e, com elas, percorrem-se também fragmentos sobrepostos da história local, ilustrada pelas construções funcionais da cidade e os seus relatos. Muitas destas caminhadas, por vezes até as mais triviais como as que sinalizam o percurso quotidiano casa-trabalho-casa, trazem consigo imagens reais ou memórias espacializadas da presença de outras existências sociais ou de estilos arquitetónicos e efeitos sociais variados³.

Neste particular, é conhecida a investida do movimento Dada dos inícios da década de 1920 em busca e visitação dos lugares considerados mais redundantes ou decadentes da cidade. Pretendiam com isso conhecer o lado *banal* e ridículo do que seria habitar uma cidade que prometera futuridade na política e vanguardismo na arte. Francesco Careri (2015, p. 65) comenta estas experiências e faz destacar o modo como a incursão dos artistas Dada pelos espaços da banalidade urbana não só os aproximava do seu confessado gosto pela fotografia, mas era também um exercício de reflexividade, com o qual ganhavam a consciência insólita da sua condição de grupo entregue à ação deliberada de não fazer nada. Paris era para eles essa cidade entregue à banalidade desde os tempos em que Haussmann tratara de a transformar (KAHN, 2008) e envolver em promissores discursos de bem-estar e renovação urbanística.

3 É notória também a presença, sobre que não me deterei aqui, da *flânerie* deleitando-se por entre a nova arquitetura da cidade e pelos espaços da boémia e do consumo em atraentes galerias da mercadoria trazida pelo novo capitalismo (BENJAMIN, 2009; BUCK-MORSS, 1990). A natureza do *flâneur* é menos a de um/a caminhanter urbano e antes a de alguém que se revela numa relação meramente estética (pode até ser estática) com a multidão.

Existe aqui algo de semelhante com as deambulações não-urbanas dos surrealistas, com André Breton na liderança, cujas andanças constituíam verdadeiros manifestos estéticos que se prolongam pela descoberta dos espaços vazios contíguos à cidade através de bosques, passagens abandonadas, terrenos baldios (CARERI, 2015). Sair da cidade e caminhar no seu exterior era a chave para melhor a conhecer e saber perder-se nela através do seu aparente exterior feito de espaços amplos e não habitados ou vazios. Buscavam assim os surrealistas expor-se ao desafio e à apreensão (à surpresa e ao medo) que só o estranhamento causado pelos espaços desconhecidos provoca.

Diferentemente dos dadaístas e dos surrealistas, na década de 1950, Guy Debord e o grupo dos seus companheiros escritores e artistas aventuravam-se também em longas caminhadas e vagabundagens insólitas por ruas e bairros de Paris. A *deriva* era o lema destes situacionistas que pretendiam, com ela, empreender caminhadas que os levassem a vivenciar *situações* guiadas pelo acaso, percorrendo territórios diversos de extensão variável e tempo indeterminado. Apresentavam-nos como praticantes exímios da técnica da passada fugaz, percorrendo ambientes diversos – zonas operárias, bairros étnicos, áreas de consumos variados – em busca da diferença e da alteridade étnica ou social (MCDONOUGH, 2009).

2. A aventura da rua moderna

A rua percorrida envolve o possível confronto com o estranhamento e a surpresa que a cidade esconde detrás da sedução que é capaz de gerar. Este jogo de sedução e medo da cidade foi um dos temas mais empolgantes das origens da produção fílmica sobre a rua urbana dos princípios do século XX. O caso pioneiro que melhor ilustra esta dualidade de sentimentos surge retratado no filme mudo, *Die Straße*, produzido em 1923 por Karl Grune⁴. Explora o efeito de incontida atração que as sombras da rua, projetadas na sala onde espera pelo jantar, exercem sobre um sujeito de classe média, com ar sisudo e de meia idade. Quando a esposa põe a comida na mesa, o homem, intranquilo, sai decidido a explorar o bulício noturno, as luzes sedutoras e as aventuras que a rua da cidade promete, incluída a possível aventura sexual. No seu deambular, o homem cruza-se com uma jovem mulher e tro-

4 Disponível em www.youtube.com/watch?v=f-s_aQKkt24. Acesso em: 28/01/2018.

cam olhares insinuantes. A perseguição termina abruptamente quando, ao aproximar-se da jovem que, jogando o jogo da sedução, se refugiara sob um escuro umbral, o homem se depara com a atraente jovem transfigurada em ameaçadora caveira. A cidade distópica revela-se por inteiro nesta sequência de imagens e simbolismos. O que medeia as interações nas ruas da cidade da sedução e do medo é esta relação inesperada, inscrita no mais vulgar quotidiano público da cidade.

A forma como a mulher perseguida se torna ameaçadora e quiçá mesmo perseguidora perturba profundamente a representação da estabilidade das figuras e das circunstâncias urbanas registradas. Uma tal variação de estatuto dos ambientes urbanos é o que levou Edgar Allan Poe a referir como epígrafe, no seu tão celebrado escrito *O Homem da Multidão*, que a cidade, qualquer cidade “não se deixa ler” (“lässtsichnichtlesen”)⁵, de tão indecifráveis e contraditórios que são os seus múltiplos sinais.

Caminhar pelos espaços públicos das cidades é, por isso, uma experiência recheada de possibilidades codificadas. Mostram-no tanto a narrativa fílmica do *Die Straße* como o relato literário de E. Allan Poe, em que um sujeito convalescente persegue demoradamente, num estilo próprio de detetives, um “velho decrépito que imediatamente [o] atraiu e monopolizou a atenção, dada a absoluta idiossincrasia da sua expressão”. Percorridas, ao ritmo da ficção, longa e demoradamente, ruas e parques, praças e lojas, no encalce do desconhecido, a perseguição-caminhada urbana termina no abandono caprichoso do perseguidor que se entrega de novo às suas “meditações” de convalescente.

A alteridade presente na cidade é inalcançável, conclui-se da alegoria de Alan Poe. O desenho urbano das cidades serve à estratégia de conservação de distâncias e estilos próprios e maneiras de estar e de pensar, assim como dificulta a perseguição entendida aqui como tentativa de identificação, mesmo que tudo se desenrole à superfície no meio de uma multidão distraída e não necessariamente em espaços obscuros e subterrâneos e nas dobras repentinas e nos espaços vazios da estrutura urbana. A tão celebrada tirania da visibilidade dos nossos dias (HAN, 2014), que tende a desqualificar tudo

5 E. Allan Poe esclarece com ironia a fechar o seu conto que retira a expressão referida do “repelente” livro *HortulusAnimæ cum OratiunculusAliquibusSuperadditi*, que de tão indecifrável “não se deixa ler”, exatamente como o sujeito perseguido horas a fio, sem nunca permitir vislumbrar a sua identidade.

o que se esconde ao ponto de não lhe reconhecer existência ou verdade, constitui, todavia, o território em que inúmeros sujeitos e grupos ensaiam estrategicamente tornar invisível a sua existência social e escapar às mais diversas e sofisticadas formas de controle social e policial (AUBERT; HAROCHE, 2011). Viver o meio da visibilidade da multidão quero admitir ser uma forma criativa de se esconder se mostrando⁶.

Uma terceira situação em que prepondera o fascínio da rua é a que a artista francesa Sophie Calle descreve na sua *Suite vénitienne*, a história da sua experiência ficcionada de perseguição a Henri B., que conhecera ocasionalmente em Paris, através das ruas de Veneza. O intuito singelo da perseguição era tão só o de conseguir fotografar Henri B.. O que parecia fácil à artista perseguidora – encontrar alguém numa cidade que é estrutural e profundamente pedonal, como aliás Simmel assinalou (FORTUNA, 2010) – tornou-se um esforço inglório. De pouco valeu calcorrear ao acaso ruas, praças, pontes e passagens uma e outra vez, num verdadeiro exercício de aleatória serendipidade, a que adiante regressaremos. Treze dias de perseguição infrutífera limitaram-se a uma conversa fortuita com Henri B. e a uma tentativa frustrada de o fotografar, confirmando que se esconde melhor quem se esconde em público. Henri B. conseguia sempre tornar-se invisível e escapar aos ambicionados disparos fotográficos de Sophie Calle. Ao saber do regresso de Henri B. a Paris, Sophie conseguiria antecipar a chegada à Gare de Lyon minutos antes para surpreendê-lo à chegada. Finalmente, fotografou-o de relance à passagem pela saída da gare, para logo, de novo, o perder de vista e dar por finda a perseguição (CALLE; BAUDRILLARD, 1988).

Jean Baudrillard, ao comentar o relato de Sophie Calle, considera-o um caso exemplar de intriga urbana a mostrar como a sedução da cidade permanece manifestamente superficial e se desenrola no emaranhado dos seus espaços,

6 A estratégia, por paradoxal que pareça, tem sido adotada por inúmeros artistas com grande sucesso. Christo Javacheff e Jeanne Claude cobriram lugares singulares e construções únicas da arquitetura monumental ocidental, como o *Reichstag* berlinense ou a *Pont Neuf* em Paris, que mostraram a milhares de turistas apreciadores desta técnica do *embrulho*. Em 1952, no campo da música, John Cage *tocou* a sua célebre e surpreendente composição “4’ 33” e inverteu deste modo o sentido da produção e da apreciação estética musical. Em Portugal, João César Monteiro *apresentou*, em 2000, uma “Branca de Neve” que conduz ao paroxismo da performance fílmica, ao recobrir as imagens e ao deixar apenas correr a sonoridade dos diálogos.

a cidade é construída como uma armadilha, uma emboscada e um labirinto que inevitavelmente, mas também de modo fortuito, faz com que as pessoas regressem aos mesmos lugares, às mesmas pontes, às mesmas praças, aos mesmos cais. Pela natureza das coisas, todos são seguidos em Veneza; todos encontram todos, todos reconhecem todos. (...) a melhor forma de não se encontrar uma pessoa em Veneza é segui-la à distância e não a perder nunca de vista (BAUDRILLARD, 1988, p. 83).

Como um jogo de sinais paradoxais ou uma dança invisível na cidade, a perseguição de Calle é alimentada pela sedução contida em si, mais do que pela identificação do sujeito perseguido, o que coloca esta crônica veneziana num plano distinto do relato londrino de Alan Poe (GILLOCH, 2002). A sedução da cidade tem esta capacidade de produzir um desligamento dos sujeitos do social para logo os fazer submergir numa lógica puramente estética que reforça o seu individualismo e os torna superficiais (PECHMAN, 2014), ou mesmo corrói velhos laços sociais e expressões mais sólidas de *com-vivência* urbana.

Em consequência, são frequentes as análises que reduzem os espaços públicos urbanos da era da cidade veloz a meros territórios de passagem e rápidas idas e vindas, em que os contatos entre desconhecidos, se os houver, se tornam forçosamente espúrios e superficiais (AUGÉ, 1992). O meu argumento é que não se trata de avaliar esses espaços apenas de um ponto de vista físico ou estético e atribuir-lhe localização mais ou menos central no conjunto urbano. Em alternativa, é preciso conceder uma atenção particular à morfologia social e cultural das cidades que se coloca nos antípodas das abordagens reducionistas que definem similitudes precipitadas entre cidades, feitas com base no seu recorte urbanístico, na semelhança de infraestruturas (transportes, hotéis, serviços instalados) ou no mimetismo dos equipamentos sociais e culturais existentes.

Reconfigurar esta análise é dar atenção a outros critérios, como o tempo histórico e plural dos lugares, ou a natureza das práticas sociais e micro-sociais que ali se manifestam. Está em causa construir uma biografia socio-política dos lugares e das ruas e praças da cidade conferindo-lhes maior relevância sócio-histórica, cultural e cidadã. Entre os espaços públicos urbanos, existe uma apreciável diversidade estrutural e funcional, o que permite afirmar que mesmo nas cidades de hoje, independentemente da sua escala, é possível destringar uma determinada área urbana de outras, um

bairro ou uma praça diferente de outras áreas, outros bairros ou outras praças. No limite, como sugere Massimo Cacciari (2010), a noção clássica de cidade compacta está a ceder perante a afirmação de “cidades-território”, ou seja, perante a afirmação de fragmentos suportados numa “geografia de acontecimentos”, não necessariamente subordinados a lógicas urbanísticas e espaciais. A própria definição de fronteira inter-espacos urbanos alastra hoje como se fosse desenhada a mercúrio e permitisse estipular manchas de aproximações e hibridismos socioculturais irregulares e inesperados.

Creio, na verdade, que o discurso urbano está a passar por um acentuado recuo do significado da cidade clássica e compacta enquanto lugar primordial da integração dos sujeitos e da socialização. Muitas das noções novas, como a noção de cidade-território, pós-cidade, ou de ur-distritos, por exemplo, convidam a refletir sobre a emergência de novos modos de relacionamento entre os sujeitos e os espacos urbanos.

Neste particular, Sharon Zukin (2010) fala da cidade *autêntica* que arisca “perder a alma” por via da “cultura do *cappuccino*”, em contraste com Ray Oldenburg (1989) que valoriza o encontro que ocorre nos bons e belos lugares de consumo da cidade; Lyn Lofland (1998) sublinha o sentimento de conforto e reconhecimento contido no domínio “paroquial”, situado algures entre o público e o privado da cidade. Mesmo com estas possibilidades discursivas novas, existe ainda o risco de nos determos na perspetiva hegemónica dos estudos urbanos ocidentais que seguem uma linha hierárquica que estipula uma versão norte-americana à cabeça, seguida da influência britânica e de outras visões europeias, com as quais se pretende interpretar o urbano global de forma totalmente inapropriada (WATSON, 2006).

3. Caminhadas e encontros inesperados

Enunciadas estas breves ressalvas, dedico-me agora a um tipo particular de encontros entre sujeitos nos espacos públicos urbanos. Quero referir-me ao que chamarei *com-vivências* inesperadas que tomam lugar sem planeamento de qualquer ordem. Este acaso resulta tão só da presença com outros nos espacos abertos do dia a dia da cidade. Por isso uso o prefixo *com*, para sinalizar uma partilha não programada, geradora de estranhamento ou surpresa (ROULLEAU-BERGER, 2004). Estas *com-vivências* urbanas podem também referir-se ao encontro não intencional de pessoas com situações ou

arranjos artísticos devidamente estruturados com intuitos públicos de animação, lúdicos e celebração, em geral efêmeros, mas que convidam à reflexão sobre a arte, a história, a memória e monumentalidade ou as experiências e estilos de vida dos lugares.

A atenção ao papel destas *com-vivências* inesperadas mobiliza um determinado enquadramento sensorial dos sujeitos e não se cinge necessariamente nem à dimensão visual em exclusivo nem à condição de desorientação pessoal mesmo que momentânea, como tipificada na resposta de recato calculista dos sujeitos ao ambiente agitado da cidade, que Simmel enunciava. Na cidade, este encontro com o inesperado envolve uma relação espontânea com o espaço público e o desenho urbano e encontra na caminhada um dos seus mais potentes dispositivos de observação. À semelhança das caminhadas de Sophie Calle pelas praças e ruas de Veneza, este caminhar urbano é, indefinido, hesitante, flexível e, nesse sentido, os pedestres exercitam um ato de *serendipidade caminhante*. Equiparam-se, nestas circunstâncias, as pessoas que caminham deambulantes na cidade, aquelas que, qual detetive, perseguem um rasto indefinido e ainda as que investigam em ciências sociais e humanas deixando a sua pesquisa fluir livremente ao sabor da sucessão imprevista dos acontecimentos e dos dados recolhidos⁷. Este sentido do acaso da pesquisa mertoniana rompe com uma observação delimitada pelo contexto social ou pelo aparelho teórico e conceptual original da pesquisa positivista. Equivale, aqui, ao exercício da exploração a pé da realidade urbana e contém a possibilidade da descoberta de espaços anómalos ou ações imprevistas que reorientam o olhar dos caminhantes e forçam à ressignificação dos seus conteúdos práticos e simbólicos. Por outras palavras, aplicada ao percurso pedonal urbano, a *serendipidade caminhante* é sinónimo de refundação dos microlugares em que a *com-vivência* inusitada dos sujeitos ocorre.

Estamos longe das visitas programadas dos dadaístas por espaços banais da cidade e das deambulações surrealistas pelos seus ambientes naturais, como vimos atrás. Reconhecemos, todavia, que esta *com-vivência* inespera-

7 Permito-me assim elaborar sobre a heurística da noção de serendipidade, tal como apresentada por Robert Merton e que remete para “a mais comum experiência de observação de dados não previstos, anómalos e estratégicos que constitui uma oportunidade para o desenvolvimento de uma nova teoria ou para prolongar uma outra já existente” (MERTON, 1968, p. 157).

da com as pessoas e acontecimentos na rua se aproxima sobretudo da metodologia da deriva situacionista e psicogeográfica, sempre aberta a acidentes de percurso, a alterações súbitas de rumo e mesmo até ao consentido ato de se perder (CARERI, 2017; COVERLEY, 2006).

Entre os encontros inesperados que ocorrem na caminhada urbana, incluem-se os que se expressam em múltiplas linguagens verbais, escritas, gestuais, sonoras, performativas, arquitetônicas etc. Os seus significados são também variados e podem incluir o confronto de visões do mundo conflituantes ou existências e copresenças aleatórias, que tanto podem gerar compromissos e solidariedades como podem provocar diversão, ou disputas de sentidos e conflitualidade, violência ou racismo.

A *com-vivência* urbana inesperada que estou a enunciar tem a densidade temporal própria do *instante* vivido da sua ocorrência. Enquanto ato não previsto do quotidiano banal, este encontro não se reveste de qualquer solenidade formal. A sua leveza faz dele um ato único e irreversível, como são todos os acontecimentos informais do quotidiano que a história não se digna mencionar (JANKÉLÉVITCH, 1974, pp. 54-55), e remete para a *mícro-história* (a noção deve-se a Miguel de Unamuno), ou seja, para o reino da *doxa* e da opinião líquida da vida interior de cada um.

Reconheço na caracterização destes encontros do dia a dia a inspiração de Henri Lefebvre, que mostra no seu negligenciado *A Soma e o Resto* (LEFEBVRE, 1959) que o instante é um sinal de presença que se articula e combina com outras situações sociais e não traduz um vazio ou uma ausência, como sucede com a alienação. Apesar do seu caráter fragmentário e instantâneo – tantas vezes revelado na pesquisa fotográfica (FREHSE, 2011) –, dada a sua repetição linear e cíclica no quotidiano, estes instantes ganham significado como situações típicas do *presente eterno* simmeliano, que lhes confere um estatuto paradoxal de permanência, não de vazio nem de ausência. Como estou a entendê-los, os instantes de que são feitas as *com-vivências* inesperadas não retiram os atores envolvidos ao anonimato típico das relações públicas entre estranhos. Garantem, antes, que esses atores permanecerão à margem da avaliação de terceiros, sujeitos até aos mecanismos de desatenção cívica, apesar de envolvidos no exercício das suas competências interativas e de ajustamento às situações.

A proximidade com o quadro analítico das relações em público estabelecido por Erving Goffman é manifesta:

As ruas da cidade, mesmo quando desvalorizadas, constituem um contexto para exercitar rotineiramente a confiança mútua entre estranhos. Concretiza-se uma articulação voluntária da ação em que cada pessoa tem um entendimento de como as relações com outras devem ser conduzidas; em que há um acordo que cada um reconhece e aceita como sendo também respeitado pelo outro. Numa palavra, ficam assim asseguradas as precondições estruturais para que a ordem convencional funcione. Evitar a colisão é um exemplo do que acontece em consequência (GOFFMAN, 1971, p. 17).

Sob este acordo tácito, desenrolam-se os instantes da copresença e da sua articulação com o lado duradouro da regularidade urbana, dando um renovado significado ao *aqui e agora* da cidade caminhada. Evidentemente que esse significado está sujeito às mais diversas flutuações de sentido. Por exemplo, os turistas urbanos de hoje buscam uma experiência duradoura na base da repetição de instantes sucessivos. Desenraizados e distantes da vida urbana local, estes turistas colecionam momentos e acontecimentos do quotidiano urbano como se se tratasse de realidades perenes e estáveis dos lugares que visitam. De câmara fotográfica ou *smartphone* em riste, apressam-se com prontidão ao *snapshot* que confere eternidade ao instante e torna autêntico o que é somente pitoresco.

A *com-vivência* urbana inesperada pode representar, por fim, um confronto com preconceitos e avaliações erróneas em torno da regularidade estrutural do dia a dia. Constituem um convite a *desaprender* a cidade global, compacta e clássica, e a dar significado próprio a fragmentos (não-conventionais) da condição urbana. As *com-vivências* urbanas inesperadas desvalorizam os espaços construídos e ambientes sociais que estipulam o *telos* da modernidade urbana. Ao invés, revalorizam *outras* paisagens, arranjos e comportamentos, julgados insignificantes nas interpretações académicas estruturalistas dominantes.

Um dos problemas que se pode enunciar acerca das interpretações preconceituosas e desajustadas das *com-vivências* é o facto de serem experiências situadas, em resultado da sua dependência da caminhada urbana. Reside aqui um capítulo novo sobre como reapreender a rua enquanto “morada do coletivo”, como Walter Benjamin (2009, p. 958) enunciava a rua da modernidade ocidental. As experiências *situadas* pressupõem uma relação de quase fusão dos sujeitos e dos seus corpos com os espaços e, como sabemos,

a relação com o espaço tem sido vista como um traço mais significativo da identidade dos sujeitos. Mas tem também sido questionada. Em 1994, porém, Doreen Massey argumentou em favor de um sentido extrovertido dos lugares em resultado da globalização e da forma como o sentimento de pertença local dos sujeitos, designadamente dos migrantes chegados às cidades, se transforma num sentido local-global (MASSEY, 1994).

O que Doreen Massey argumenta encontra comprovação no discurso do rapper Edson Silva, da banda *Força Suprema*, angolano residente em Lisboa há mais de 20 anos que, em entrevista a um periódico de grande circulação, expressa de modo muito especial a sua relação com as geografias críticas dos acontecimentos mundanos:

Gostamos da Linha de Sintra. Dá para ir ao Fórum Sintra e sentirmos que estamos na Europa e dá para ir à Damaia e comprar mandioca na rua. Somos desses dois mundos! (Edson Silva, *Ípsilon*, 12/06/2015).

Estas visões críticas abrem caminho a leituras alternativas dos significados dos espaços urbanos contemporâneos, a que aludi noutro ensaio (FORTUNA, 2016b). Entre essas alternativas, sobressaem as leituras que mostram uma cidade despojada de limites e fronteiras espaciais (psicológicas?), que subjazem a categorizações tantas vezes desajustadas e erróneas. No meu entender, estão a denunciar o binarismo das linguagens académicas, recheadas de “centros” e “periferias”, de “nortes” e de “suis”, de “ocidentes” e “orientes”. Estes pares de mundos diversos nunca estiveram tão próximos e tão íntimos como Edson Silva faz notar. “Ser desses dois mundos” é uma implicação da condição urbana, democrática e multicultural de hoje. Percorrer esses territórios sem impedimentos, por toda a parte e a toda a hora, é hoje um *direito à cidade* como Henri Lefebvre reivindicava há cinquenta anos, e só a diversidade cultural permite percorrer a cidade, *anytime/anywhere*, como dizia de Niro, do *Taxi Driver* de Martin Scorsese.

Como assinalou o estudioso inglês Andy Merrifield,

nos dias de hoje, o pobre Sul global encontra-se no oriente norte de Paris, ou em Queens, ou nas londrinas Torres Hamlet. E o global Norte dos ricos mora nas ruas de Mumbai e vai de helicóptero para as suas casas sumptuosas dos Jardins ou do Morumbi, na cidade de São Paulo (MERRIFIELD, 2014, p. 30).

Esses mundos tão opostos abdicam hoje de localizações fixas, fazendo-se atravessar mutuamente a todo o instante, que assim é a ordem da cidade veloz. Desse contato frequente e continuado, resultam cruzamentos culturais virtuosos que, na expressão literária de José Eduardo Agualusa, revelam uma Lisboa pós-colonial em vias de *(re)africanização*.

Oriundos das mais diversas paragens, alguns dos recém-imigrados em Lisboa respondem por um processo de *reethnicização* da paisagem urbana da cidade, mesmo em zonas tidas como social e culturalmente homogêneas. *Com-vivência* situada inesperada? Sim, para quem partilhe dessa visão conservadora de Lisboa como cidade étnica e culturalmente homogênea, capital da mais velha nação europeia. Não, para quem entenda que a musicalidade da rua e o seu linguajar de todos os dias, o cheiro exótico que brota das lojas de conveniência e dos restaurantes “típicos”, os jornais ilegíveis pendentes nos quiosques dão conta da copresença de *outras* identidades e existências. A história pós-colonial de Lisboa está certamente a ser reescrita na renovação das suas paisagens urbanas e culturais, com destaque para expressões de vidas que preservam fortes vínculos africanos, como forma de viver em dois mundos em simultâneo.

A fórmula literária da *(re)africanização* de Lisboa assinala uma espécie de revanchismo do império mesmo se a renovação da paisagem cultural da cidade não se limite à “componente” africana desta história colonial. Ela é muito diversa, como pode comprovar uma passeata pelas ruas e praças da cidade. Uma expressiva presença brasileira e latino-americana faz-se acompanhar de indelévels marcas culturais hindus, assim como dos sinais culturais de uma Europa que costumava ser de “Leste”, ou do exotismo comercial vindo da China, do Nepal, da Síria etc. Esta diversidade das geografias culturais lisboetas é recente e está a provocar reajustamentos em que se misturam retóricas políticas, culturais, étnicas, religiosas e turísticas.

Vale referir nesta circunstância a situação inusitada da pesquisa de um investigador social da cena multicultural de Lisboa. Refiro-me ao *homem-estátua* – Francis Rigal – “estacionado” meses a fio, em lugares centrais da Baixa da cidade – a Praça do Rossio, a Praça de S. Domingos, ou a Praça da Figueira –, e que, em vestes de imprevisível investigador, mergulhou na decifração das demarcações socioculturais daqueles microterritórios.

À sua frente, durante a sua longa coreografia, o agora artista-investigador vai registrando os movimentos e a gestualidade de indivíduos de várias ori-

gens étnicas que permanecem naquelas praças ao longo do dia, agrupados de acordo com critérios étnico-linguísticos e religiosos. Os contatos entre grupos são mínimos e, em regra, limitam-se à expressão de um cortês e discreto cumprimento entre cavalheiros, normalmente feito por um dos homens mais velhos. As mulheres estão afastadas da participação nestes grupos e algumas entregam-se a um precário comércio de rua ali ao lado, enquanto os seus maridos trocam histórias e memórias de homens entre si. Aos olhos da cultura urbana ocidental diríamos que estes sujeitos não fazem nada ali, encostados à esquina da rua ou na reentrância da praça. Apenas deixam o tempo passar. Mas ocupar o tempo é uma forma de criar espaço de afirmação identitária.

Como assegura o nosso *homem-estátua-investigador* (RIGAL, 2016), cada um daqueles grupos de homens – angolanos, guineenses, senegaleses, malianos – ocupa regular e duradouramente um espaço bem delimitado que lhe permite tornar visível a sua presença e dos seus corpos. A consciência do uso da técnica corporal (MAUSS, 2005) não deixa dúvida que a presença física de corpos constitui uma linguagem expressiva ou um jogo de simultânea proximidade e afastamento de uns atores face a outros, ao conversarem e gesticularem sobre assuntos da vida coletiva e da memória de cada grupo ou dos seus membros. O sentido de apropriação que estes lisboetas atribuem a estes recantos locais-globais da cidade contribui para impor sobre ela uma imagem de diversidade cultural e de potente delimitação de identidades *outras*. Sempre em copresença. Se toda a *desterritorialização* arrasta consigo uma *reterritorialização* (HAESBAERT, 2004), também estes homens, como diria o *rapper* referido há pouco, fazem parte de dois mundos simultâneos, culturalmente fundidos e entrecruzados num espaço urbano terceiro, onde se tecem inesperadas formas de *com-vivência*, só perceptíveis a quem souber caminhar a pé pelas ruas e praças da cidade.

Referências

AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine (org.). (2011), *Lestyrannies de la visibilité. Être visible pour exister?* Paris: Éditions sèrès.

AUGÉ, Marc. (1992), *Non-lieux: Introduction à une anthropologie de la sur-modernité*. Paris: Seuil.

BENJAMIN, Walter. (2009 [1983]), *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Org. de Willi Bolle.

- BUCK-MORSS, Susan. (1990), “O flâneur, o homem-sanduíche e a prostituta: A política do perambular”. *Espaços e Debates*, n. 29, pp. 9-31.
- CACCIARI, Massimo. (2010), *Laciudad*. Barcelona: Gustavo Gili.
- CALLE, Sophie; BAUDRILLARD, Jean. (1988), *Suite vénitienne/Please follow me*. Seattle: Bay Press.
- CARERI, Francesco. (2015), *Walkscapes: El andar como práctica estética*. Barcelona: Gustavo Gili.
- CARERI, Francesco. (2017), *Caminhar e parar*. ed. São Paulo: Gustavo Gili.
- COVERLEY, Merlin. (2006), *Psychogeography*. Harpenden: Pocket Essencials.
- COVERLEY, Merlin. (2015), *A arte de caminhar: O escritor como caminhante*. São Paulo: Martins Fontes.
- DE CERTEAU, Michel. (1994), “Caminhadas pela Cidade”. In: DE CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano* (vol. 1), *Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. pp. 157-177.
- FORTUNA, Carlos. (2010), “Simmel e as cidades históricas italianas – uma Introdução”. In: FORTUNA, Carlos (org.). *Simmel: A estética e a cidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 9-17.
- FORTUNA, Carlos. (2016a), “Espaço meu! Espaço meu! O Espaço intradoméstico e a hipereposição dos sujeitos”. In: HEIDRICH, Álvaro L.; COSTA, Benhur P.; PIRES, Cláudia Zeferino P. (org.). *Plurilocalidade dos sujeitos: Representações e ações no território*. Porto Alegre: Compasso Lugar Cultura. pp. 198-215.
- FORTUNA, Carlos. (2016b), “Lisboa multicultural”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 82, pp. 167-170.
- FREHSE, Fraya. (2011), *Ô da rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: EDUSP.
- GILLOCH, Graeme. (2002), “Benjamin’s London, Baudrillard’s Venice”. In: LEACH, Neil (org.). *The Hieroglyphics of space: Reading and experiencing the modern metropolis*. London; New York: Routledge. pp. 43-56.
- GLEBER, Anke. (1999), *The art of taking a walk: Flânerie, literature, and film in Weimar culture*. ed. Princeton; New Jersey: Princeton University Press.
- GOFFMAN, Erving. (1971), *Relations in public: Microstudies of the public order*. New York: Basic Books.
- GROS, Frédéric. (2009), *A philosophy of walking*. London; New York: Verso.
- HAESBAERT, Rogério. (2004), *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HAN, Byung-Chul. (2014), *A sociedade da transparência*. Lisboa: Relógio d’Água.

INGOLD, Tim. (2011), *Estar Vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes.

JANKÉLÉVITCH, Vladimir.(1974), *L'irréversible et la nostalgie*. Paris:Flammarion.

KAHN, Gustave. (2008 [1901]), *L'esthétique de la rue*. Paris: Folio.

LEBRETON, David. (2011), *Elogio del caminar*. Madrid: Siruela.

LEFEBVRE, Henri. (2008 [1959]), *La somme et le reste*. Paris: Anthropos.

LOFLAND, Lyn. (1998), *The public realm: Exploring the city's quintessential social territory*. New York: Aldine de Gruyter.

MACAULY, David. (1993), "A few foot notes on walking". *Trumpeter: Journal of Ecosophie*, v. 10, n. 1, online. Disponível em: <http://trumpeter.athabasca.ca/index.php/trumpet/article/view/403/650>. Acesso em: 28/01/2018.

MASSEY, Doreen. (1994), *Space, Place and Gender*. Cambridge: Polity.

MAUSS, Marcel. (2005 [1936]), "Noção de técnica do corpo". In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. pp. 401-422.

MCDONOUGH, Tom (org.). (2009), *The situationists and the city*. London; New York: Verso.

MERRIFIELD, Andy. (2014), *The new urban question*. London: Pluto Press.

MERTON, Robert.(1968 [1957]), *Social theory and social structure*. New York: The Free Press.

OLDENBURG, Ray. (1989), *The great good place*. Cambridge: Da Capo Press.

PECHMAN, Robert. (2014), "Desconstruindo a Cidade: Cenários para a nova literatura urbana". In: KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. *O chamado da cidade: Ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 89-102.

RIGAL, Francis. (2016), *Pratiquer la place publique. Une ethnographie d'un espace central de Lisbonne*. Tese de Doutorado. Lisboa: ISCTE-IUL.

ROULLEAU-BERGER, Laurence. (2004), *La rue, miroir des peurs et des solidarités*. Paris: PUF.

SCHIVELBUSCH, Wolfgang. (1986), *The railway journey. The industrialization of time and space in the nineteenth century*. Oakland (CA):University of California Press.

SENNETT, Richard. (2018), *Building and dwelling*. Milton Keynes: Allen Lane.

SIMMEL, Georg. (1997 [1903]), "A metrópole e a vida do espírito". In: FORTUNA, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*. Oeiras: Celta. pp.31-43.

- SOLNIT, Rebecca. (2001), *Wanderlust: A history of walking*. London: Verso.
- SPECK, Jeff. (2012), *Walkable city. How downtown can save America, one step at a time*. New York: North Point Press.
- URRY, John. (2000), *Sociology beyond societies: Mobilities for the twenty-first century*. London; New York: Routledge.
- WATSON, Sophie. (2006), *City publics: The (dis)enchantments of urban encounters*. London: Routledge.
- ZUKIN, Sharon. (2010), *Naked city: The death and life of authentic urban places*. Oxford: Oxford University Press.

A sociologia urbana alemã dos anos 1990 e 2000 de um ponto de vista brasileiro*

Fraya Frehse**

RESUMO

O objetivo desta reflexão ensaística é demonstrar que três características metodológicas da sociologia urbana alemã dos anos 1990 e 2000, referentes às operações lógicas adotadas por seus pesquisadores para explanar atributos socioespaciais empiricamente dados de urbes alemãs pequenas, médias ou grandes do país de então, particularizam a subdisciplina em relação a debates análogos vigentes respectivamente no Brasil (e na América Latina em geral), França e mundo anglo-americano recentes, em meio à atual economia globalizada. Para tanto, parto de uma perspectiva antropológica circunscrita, um *ponto de vista brasileiro* porque a minha apreensão das abordagens conceituais da sociologia urbana alemã está impregnada de uma “consciência comparativa” (NADER, 1994, p. 89) particular.

Palavras-chave: sociologia urbana (Alemanha); método (sociologia urbana); espaço (sociologia)

-
- 1 Versão traduzida e revista de Fraya Frehse, “Blickwechsel: Zur deutschen Stadtsoziologie aus brasilianischer Perspektive”, palestra no Georg Simmel Center for Metropolitan Studies da Humboldt-Universität zu Berlin em 9.12.2010. Sou grata à Alexander von Humboldt-Foundation pela bolsa de pós-doutorado que me permitiu realizar, em Berlim e Darmstadt durante todo o ano de 2010, a pesquisa bibliográfica da qual esta reflexão é fruto.
 - 2 Professora livre-docente (associada) em Sociologia da Cidade, do Espaço e da Vida Cotidiana do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo – USP.

ABSTRACT**GERMAN URBAN SOCIOLOGY OF THE 1990S AND 2000S FROM A BRAZILIAN POINT OF VIEW**

This essay aims to demonstrate that three methodological traits of German urban sociology of the 1990s and 2000s – i.e. traits that relate to the logical operations mobilized by recent urban researchers in German-speaking countries in order to explain empirically given sociospatial features of small, medium-sized or big German cities – particularize German urban sociology amid analogous debates extant respectively in contemporary Brazil (and Latin America in general), France and the Anglo-American world within the context of a globalized economy. Therefore my starting point is a specific anthropological perspective, a *Brazilian point of view*, given that my apprehension of the conceptual accounts of German urban sociology is underpinned by a particular “comparative consciousness” (NADER, 1994, p. 89).

Keywords: urban sociology (Germany); method (urban sociology); space (sociology)

Esta reflexão de natureza ensaística e antropológica visa evidenciar três características metodológicas que distinguem a pesquisa sociológica de língua alemã sobre cidades da década de 2000 em certo cenário acadêmico internacional. Parto do pressuposto de que, como sintetizou Florestan Fernandes (1959, p. 13) há muitas décadas, método envolve as “operações intelectuais, realizadas pelo sujeito-investigador ainda na fase da observação propriamente dita”. Assim, interessa demonstrar que três características da sociologia urbana alemã recente referentes às operações lógicas adotadas por seus pesquisadores para explanar atributos socioespaciais empiricamente dados de urbes alemãs pequenas, médias ou grandes, particularizam a subdisciplina em relação a debates análogos vigentes respectivamente no Brasil (e na América Latina em geral), na França e no mundo anglo-americano, em meio à atual economia globalizada.

De fato, importam aqui operações lógicas definidas. Penso na distinção de Fernandes entre “método de investigação” e “método de interpretação” (1959, pp. 13-14): o primeiro diz respeito à coleta de informações empíricas para a construção de dados, e o segundo, ao desenvolvimento de inferências sobre a realidade empírica que viabilizem a sua compreensão. Atentarei em especial para as vias de “exploração”, pelos sociólogos urbanos alemães do intervalo entre os anos 1990 e 2010, da “indução amplificadora” em prol da “explanação sintética e generalizadora” (FER-

NANDES, 1959, pp. 13-14; 32) de atributos socioespaciais das cidades alemãs desse período.

Espero demonstrar que a adoção de tais métodos de interpretação se dá de três modos passíveis de serem assumidos como especificidades. Lembro que, em termos metodológicos, especificidades necessariamente pressupõem uma “totalidade” (LEFEBVRE, 2000, p. 430; GEHRING, 2008, p. 154) e, portanto, também uma perspectiva, um ponto de vista a partir do qual tal totalidade vira parâmetro cognitivo para a apreensão de especificidades. Como totalidade assumo aqui a sociologia que, nas décadas de 1990 e 2000, tem se preocupado em termos conceituais com a cidade (e as cidades), inclusive em berços históricos não alemães da disciplina, em especial nos nichos dos cenários anglo-americano, francês e brasileiro que tenho investigado nos últimos anos.

Com efeito, a minha perspectiva é antropológicamente bem circunscrita. *Ponto de vista brasileiro* quer sinalizar que minha apreensão das abordagens conceituais da sociologia urbana alemã está impregnada de uma “consciência comparativa” particular. Penso na constatação de Laura Nader (1994, p. 89) de que “as pessoas frequentemente não têm consciência do fato de fazerem comparações, embora o pensamento comparativo provavelmente seja universal. Em observações de viagem a comparação é às vezes implícita, outras explícita, dependendo do respectivo contexto. Mas ela sempre integra o substrato da observação”. No meu caso, a consciência comparativa se encontra marcada simultaneamente por, no mínimo, três aspectos: de um lado, minha formação profissional e atuação intelectual e acadêmica como antropóloga e socióloga dedicada à cidade *no Brasil*; de outro lado, minhas ligações biográficas com a Alemanha (avós e em parte bisavós imigraram para o Brasil no início do século XX); enfim, um pós-doutorado de um ano em Berlim em 2010, no intuito de justamente inquirir os fundamentos teóricos e metodológicos da sociologia urbana alemã das seis décadas prévias.

Daí porque a reflexão aqui pretendida é ensaística e antropológica. Um ano de pesquisa me permite, hoje, apenas ensaiar respostas acerca dos métodos de interpretação adotados pelos representantes dessa área de conhecimento na Alemanha entre 1950 e 2010; e tais respostas resultam do estranhamento de natureza sociocultural dessa mesma tradição à luz da consciência comparativa de minhas próprias.

Com esse intuito, este ensaio se estrutura em quatro etapas. Primeiramente aprofundarei a dimensão investigativa do ponto de vista brasileiro aqui em jogo, a fim de evidenciar o porquê de meu objetivo aqui. Na seção subsequente, apresentarei cinco características metodológicas de natureza interpretativa da sociologia urbana alemã do intervalo 1990-2010, das quais três serão explanadas com mais vagar num terceiro momento. Assim, se elucidará o que faz delas especificidades do cenário alemão recente, em certo debate acadêmico internacional. Na conclusão, terei então como sintetizar alguns desafios metodológicos que reconheço nesse debate alemão, e apontar o que o torna especial para a pesquisa urbana brasileira recente, quando o assunto são características socioespaciais das grandes cidades do país.

1. Pano de fundo investigativo

O meu interesse pelos métodos de interpretação da sociologia urbana alemã emergiu do andamento de projeto de pesquisa que conduzia no Brasil, em 2009, acerca da seguinte questão: Que características socioespaciais de São Paulo neste início de século XXI se desvelam sociologicamente com base nas regras de comportamento corporal e de interação social implícitas nos usos cotidianos dos lugares públicos do centro dessa metrópole então? Entendo características socioespaciais em termos da concepção dialética de espaço de Henri Lefebvre (2000, xx, p. 465): O espaço é um “conjunto de relações”, produto social que interfere simultaneamente na produção da vida em suas dimensões econômica e social, mediando, portanto, a produção e a reprodução, a história e o cotidiano. Daí porque as relações sociais, “abstrações concretas”, só “existem” realmente “no e através do espaço” (ao mesmo tempo).

Levantar bibliografia sociológica brasileira para tal investigação e aprofundá-la em uma revisão bibliográfica realizada em conjunto com outro colega (FREHSE; LEITE, 2010) me fez reconhecer uma característica metodológica definida do debate acadêmico local, quando se trata de conceituar características socioespaciais das cidades e/ou metrópoles brasileiras. A diversidade empírica e as sutilezas investigativas presentes em tais estudos vão, em alguns casos, de mãos dadas com uma prática de conceituação que acarreta combinar metodologicamente, de maneira instantânea e acrítica, noções estrangeiras relativas à chamada cidade global, fragmentada ou pós-moderna, para a compreensão do espaço urbano no Brasil (FREHSE; LEITE,

2010, p. 220). Assim, características socioespaciais das metrópoles brasileiras acabam por figurar interpretativamente como meras variações de processos transnacionais. E diferenças empiricamente existentes entre as cidades brasileiras e urbes como Nova York ou Los Angeles, Londres ou Paris acabam subjugadas conceitualmente às semelhanças entre as diversas metrópoles, em meio à atual globalização econômica e aos discursos científicos que a acompanham e legitimam. Em suma, a questão das diferenças desaparece silenciosamente da agenda cognitiva da sociologia brasileira dedicada às cidades e/ou metrópoles do país.

Essas constatações me conduziram à elaboração de um projeto de pesquisa de pós-doutorado que se propôs a avaliar criticamente eventuais contribuições conceituais e investigativas de natureza metodológica da tradição sociológica alemã a modos de conceituar, em particular, metrópoles brasileiras contemporâneas como São Paulo. A hipótese era de que tais potencialidades poderiam ser encontradas em abordagens que tal vertente disciplinar tem desenvolvido a partir do final da Segunda Guerra Mundial acerca dos seguintes problemas: 1) O que é a cidade como objeto de conhecimento da sociologia?; 2) Quais as especificidades da “cidade moderna” e (mais recentemente) “europeia”?; 3) Como tratar o espaço em termos sociológicos?

A apreensão documental e a análise da literatura especializada correspondente em Berlim e em Darmstadt, ao longo de 2010, me possibilitaram não apenas uma interlocução intelectualmente enriquecedora com as abordagens conceituais da sociologia urbana alemã. Elas instigaram também a minha consciência comparativa a buscar eventuais especificidades que caracterizam a sociologia urbana alemã no debate sociológico urbano internacional dos últimos vinte anos. Daí a minha escolha heurística pela totalidade de referência anteriormente mencionada, daí este ensaio e, a partir de agora, a minha aproximação em relação a algumas respostas. E à minha resposta.

2. Características metodológicas da sociologia urbana alemã

Desde o final dos anos 1960, se acumulam no cenário acadêmico alemão avaliações de conjunto sobre a trajetória da própria sociologia urbana (cf., por exemplo, HERLYN, 1969; 1980; 1993; KORTE, 1986; HÄUßERMANN; SIEBEL, 1978; 1994; 2004; HAMM, 1980; HAMM; NEUMANN, 1996; SCHÄFERS, 1989; 2006; SCHMALS, 1983; SIEBEL, 1987; FRIEDRICHS,

1988; 1995; 2005; KRÄMER-BADONI, 1991; 1999; DANGSCHAT, 1994; 2005; ECKARDT, 2004; BERKING; LÖW 2005; 2008). Isso se dá ao lado de uma renovação episódica, na verdade desde 1950, de concepções normativas acerca dos objetos investigativos da sociologia sobre a vida urbana: da comunidade local (*Gemeinde*) e da “cidade grande”, nos anos 1950, ao espaço e à lógica intrínseca das cidades (no plural) nos anos 2000, passando pelo planejamento urbano, as relações entre comportamento social e espaço, e a urbanização capitalista, com padrões socioespaciais de segregação mais ou menos distantes da “cidade europeia” e sua “urbanidade” (cf., por exemplo, PFEIL, 1950; KÖNIG, 1958; OSWALD, 1966; BAHRDT, 1969; KORTE; BAUER; RIEGE; KORFMACHER; GUDE; BRAKE; GERLACH, 1974; HAMM; ATTESLÄNDER, 1974; FRIEDRICHS, 1977; 1995; HÄUßERMANN; SIEBEL, 1978; 1987; IPSEN, 1997; 2000; BERKING; LÖW, 2005; 2008; LÖW, 2009).

Apesar das muitas revisões bibliográficas, são poucas e recentes as tentativas nativas de estranhamento dos rumos metodológicos do debate posterior a 1945 (NACHRICHTENBLATT, 2005; FRIEDRICHS, 2005; DANGSCHAT, 2005; LÖW, 2009). O mais comum até os anos 2000 foi associar os desenvolvimentos conceituais no cenário de língua alemã às ênfases metodológicas da pesquisa sociológica urbana produzida no cenário anglo-americano.

Aqui, menos do que arriscar eventuais motivações acadêmico-institucionais para tal conjuntura – algo que especialistas nativos têm como fazer com bem mais precisão –, cabe sintetizar as características metodológicas da sociologia urbana alemã do intervalo 1990-2010 que as revisões bibliográficas sugerem.

A área aborda investigativa e conceitualmente dois problemas:

1. o quanto os processos socioespaciais que acompanham a dinâmica de globalização contemporânea pós-fordista, a consolidação da União Europeia e a reunificação alemã desafiam a aplicação do modelo conceitual da “cidade europeia” com seu padrão de “urbanidade”, que alguns sociólogos identificam empiricamente na realidade urbana alemã;
2. o quanto a categoria de espaço constitui um objeto de conhecimento passível de contribuir para uma definição mais precisa das tarefas cognitivas da subdisciplina.

Ambos os problemas têm repercutido no debate sobre os métodos tanto de investigação quanto de interpretação. Ao lado da internacionalmente duradoura discussão sobre a pertinência ou não de técnicas quantitativas e qualitativas de coleta de dados (FRIEDRICHS, 2005; DANGSCHAT, 2005), reiniciou-sede modo criativo o debate em torno do “espaço”: Como o fato de se incorporar, nas conceituações de cidade, a dimensão espacial das relações sociais interfere em sua compreensão sociológica (STURM, 2000; LÖW, 2001; 2009; RIEGE; SCHUBERT, 2002)? As ciências humanas alemãs vinham evitando tal discussão desde o Terceiro Reich, que fizera da noção de espaço um poderoso instrumento de legitimação ideológica do expansionismo geopolítico (KÖSTER, 2002; SCHROER, 2006, pp. 17-19).

Meu próprio contato com a literatura sociológica do segundo pós-guerra sobre os temas “cidade”, “cidade moderna” e, mais recentemente, “cidade europeia”, além de “espaço”, me permitiu confirmar essas constatações das revisões bibliográficas anteriormente referenciadas. Porém esse contato viabilizou mais. Foi possível reconhecer justamente outras três características metodológicas da sociologia urbana alemã das décadas de 1990 e 2000, por referência a modos de interpretar sociologicamente características socioespaciais das cidades na Alemanha:

- 1) ela privilegia a história do pensamento sociológico alemão;
- 2) ela recorre a noções de espaço urbano forjadas em representações específicas da realidade empírica das cidades alemãs;
- 3) ela recorre a concepções sociológicas de espaço dotadas daquilo que, em outro momento, denominei densidade metodológica acentuada (FREHSE, 2012, p. 108): isto é, tais noções evidenciam métodos de interpretação explicitamente tributários de paradigmas conceituais definidos do pensamento sociológico.

São peculiares as fontes documentais que me conduziram aos três aspectos. Na bibliografia preocupada em conceituar “cidade”, aprofundi-me em particular nas discussões sobre a noção de comunidade local (nos anos 1950), a sociologia urbana como subdisciplina (entre os anos 1960 e 2000) e a cidade como objeto de conhecimento da sociologia (dos anos 1950 aos anos 2000). Já em relação aos debates sobre a “cidade moderna” e, mais

recentemente, “europeia” como objetos de conhecimento sociológico, concentrei-me em estudos acerca da noção de urbanidade (entre os anos 1960 e 2000) e em tipificações de cidade relativas aos modelos da cidade moderna e europeia (entre os anos 1960 e 2000). Enfim, quanto ao espaço como objeto sociológico, privilegiei discussões teóricas sobre tal noção (entre os anos 1960 e 2000), inclusive em sua relação com a desigualdade social.

A fim de fundamentar empiricamente nos limites deste ensaio as três características metodológicas anteriormente indicadas e de evidenciar o que me leva a concebê-las como especificidades à luz de certo cenário sociológico internacional, um ponto de partida apropriado, por seu potencial de síntese, é esboçar em linhas gerais a trajetória dos métodos de interpretação no debate sociológico alemão sobre cidades após a Segunda Guerra Mundial. Mas isso com o olhar atento a como são identificados os objetos de tal campo de conhecimento. Com efeito, o que varia, dependendo do momento, é a rubrica utilizada para nomear tal “subdisciplina” (*Teildisziplin*): nos anos 1940, “sociologia da comunidade local”; na década de 1950, “sociologia da cidade grande”, sendo que, nos anos 1960, adentra no léxico, ao lado da “sociologia do planejamento urbano” e “do urbanismo”, a rubrica “sociologia urbana” (*Stadtsoziologie*), vigente até hoje.

Por detrás dessa pletera de rótulos se escondem objetos abordados conceitualmente por ângulos metodológicos específicos. Nos anos 1940 e 1950, a atenção de natureza (estrutural-) funcionalista se concentrou na comunidade local, mas sem descurar da “cidade grande (industrial)”. Já nos anos 1960, passaram a interessar as interações entre as chamadas esferas pública e privada na “cidade grande moderna”, referência metodológica essa que favoreceu o desenvolvimento de uma sociologia do planejamento urbano e do urbanismo. Na década de 1970, por sua vez, entraram em cena tanto abordagens “socioecológicas”, inspiradas na ecologia humana da Escola de Chicago, quanto “neomarxistas” de orientação castellsiana. Assim, a atenção conceitual passou a voltar-se, de um lado, para as relações entre espaço e comportamento social e, de outro, para os processos socioeconômicos e sociopolíticos implícitos na urbanização capitalista. Cada uma dessas correntes investigativas lidou de maneira diversa com as transformações socioespaciais em curso na então ainda Alemanha Ocidental a partir daquela década, na esteira de uma globalização econômica cada vez mais acelerada. As evidentes diferenças teóricas e metodológicas entre ambas as vertentes não impediram o trabalho conjunto acerca

de alguns temas: assim, por exemplo, o chamado declínio Norte-Sul (*Nord-Süd-Gefälle*), consolidação do Sul rico e do Norte pobre no próprio país; e a “suburbanização” e a segregação social e espacial nas cidades alemãs.

Desde então, os objetos de conhecimento privilegiados por cada uma das correntes permanecem na sociologia urbana local; e a perspectiva simultaneamente socioeconômica e sociopolítica dos neomarxistas tem tido especial proatividade na agenda investigativa. Ademais, vale assinalar que, dentre os objetos empíricos recorrentes entre 1980 e 2000, se encontram a “urbanidade”, as “cidades que encolhem” (em inglês *shrinking cities*) e a “cidade europeia”, noções que Hartmut Häußermann e Walter Siebel detalharam de forma pioneira no final dos anos 1980.

Ressalte-se, contudo, que essa difusão de abordagens neomarxistas inspiradas na chamada *new urbansociology* foi acompanhada por mudanças conceituais significativas no tratamento do espaço. Se até 1980 a categoria era pouco questionada – essencialmente assumida como hiperônimo dos cenários territoriais empiricamente dados para a investigação sociológica (distritos, bairros, subúrbios, cidades) –, a partir de então se divisam, primeiramente, em ritmo pontual e, desde 2000, constante, reflexões que, além de salientarem o caráter socialmente construído do espaço (sobretudo em termos giddensianos e bourdieusianos¹), elucidam conceitualmente as implicações metodológicas desse reconhecimento para a sociologia urbana.

Tais discussões repercutiram tanto na vertente socioecológica quanto na neomarxista. Basta contemplar o número de avaliações críticas da relevância teórica e metodológica do espaço para a sociologia urbana publicadas desde o início do século XXI. Embora algumas pesquisas empíricas mais recentes continuem ignorando essa discussão de natureza metodológica (SOEFFNER, 2011), a sociologia alemã atual vem sendo significativamente instigada por esse debate – o que a concorrência de público à mesa-redonda “A espacialidade do social: Teorias e análises espaciais, e o *spatialturn*”, no congresso da Sociedade Alemã de Sociologia de 2010, me evidenciou com clareza.

Sintetizada essa diacronia, fica mais fácil fundamentar as três características metodológicas anteriormente apontadas e por que as reconheço como especificidades metodológicas da sociologia urbana alemã recente em certo cenário internacional.

1 Para traduções brasileiras, cf. Giddens (2003) e Bourdieu (2013).

3. Entre a própria história, as próprias cidades e o espaço como noção teoricamente fundamentada

Quanto ao primeiro aspecto, as discussões das décadas de 1990 e 2000 sobre cidade, cidade europeia e espaço deixam entrever um rol de releituras metodológicas alternativas de objetos de conhecimento cujas primeiras reflexões pertencem, em termos históricos, aos primórdios do pensamento sociológico na Alemanha. Essa postura fica especialmente evidente no debate sobre a noção de urbanidade. Ele recupera a discussão alemã dos anos 1960 sobre o assunto no âmbito da chamada sociologia do urbanismo, a fim de, com base nos alemães Georg Simmel, Louis Wirth e Hans Paul Bahrdt, além do norte-americano Robert E. Park, de forte influência simmeliana e weberiana, alçar urbanidade à referência metodológica paradigmática ou contrapontística para reflexões sobre o desenvolvimento urbano recente da Alemanha – antes e depois da Reunificação. Para os fins deste ensaio, não importa que tal mobilização metodológica seja justificada por meio de alusões a textos de Simmel e de Bahrdt, nos quais o termo nem aparece... Interessa que a lógica investigativa se baseia, em termos conceituais, justamente em interlocução explícita com a própria tradição disciplinar. A evidência mais acabada dessa ênfase paradigmática aparece em Häußermann e Siebel (HÄUßERMANN; SIEBEL, 1987; 1993; SIEBEL, 1994; 1999; 2000; HÄUßERMANN, 1995). Ela coexiste com estranhamentos críticos – e contrapontísticos – da noção de urbanidade, suas origens normativas e ideológicas (ZIMMERMANN, 1995; PRIGGE, 1996; WEFING, 1998; WÜST, 2004; MANDERSCHIED, 2007).

Com efeito, alçada a referência metodológica mais ou menos criticada, “urbanidade” tem estimulado também a elaboração de tipologias que se distanciam mais ou menos, em termos empíricos, do modelo da cidade simultaneamente concêntrica e “que cresce”, e que fora decisiva tanto para Max Weber quanto, posteriormente, para a chamada primeira Escola de Chicago. Além de tipos contrapontísticos como o da “cidade que encolhe”, que ingressou na agenda de políticas públicas e da sociologia urbana sobretudo na década de 2000, penso em tipos alternativos como a “cidade-região”, cuja tematização é indissociável de processos historicamente já mais antigos, como a chamada suburbanização, e o daí resultante desenvolvimento de “entrecidades” e “periferias”; e a “regionalização”, mais recente e ligada à ebulição do chamado sistema de cidades na Europa já unificada.

A fim de fundamentar teoricamente a noção de urbanidade, os autores não raro incorporam elementos dos modelos simmeliano e weberiano da “cidade moderna”. Já que, entretanto, a era atual é de crítica “pós-moderna” e “modernização reflexiva”, o atributo “moderno” desaparece. Privilegia-se, de um lado, o apenas aparentemente mais esclarecedor atributo “europeu” (HÄUßERMANN, 2001; SIEBEL, 2002; 2004; HASSENPFUG, 2000; KAELEBLE, 2001; FREY; KOCH, 2011a), articulando assim o debate sobre a cidade contemporânea na Europa unificada àquele, recente, dos dilemas de “governança” ali (entre outros, LE GALÈS, 2002). De outro lado, há quem recorra a adjetivos como “compacto”, “histórico”, “pré-industrial”, “antigo” (WEFING, 1998; KOCKA, 1999; WENTZ, 2000).

Tal como a urbanidade, também a cidade europeia conta com críticos. Ressalta-se o seu caráter “mítico” (SCHUBERT, 2001; LANZ, 2002; RIBBECK, 2005; GEGNER, 2006; FARIAS; STEMMLER, 2006; LINGER; TENFELDE, 2006), e reclama-se do caráter “europeu-antigo” e “normativo” de uma sociologia baseada em tal noção (KRÄMER-BADONI, 2004), prenhe de eurocentrismo (BERKING; LÖW, 2005). Já mais recentemente a lógica discursiva do modelo foi detalhada (HANNEMANN; METTENBERGER, 2010). Entretanto, tal como a urbanidade, também a cidade europeia continua vigorosa na sociologia urbana alemã recente.

O que importa aqui é que todas essas ênfases investigativas se ligam a uma mesma preocupação metodológica, quando se trata de interpretar. Os autores recorrem à tradição conceitual da sociologia alemã, e isso mesmo que as noções sociológicas empregadas “estenografem” (BOURDIEU, 1989, p. 27) métodos de interpretação que articulam conceitos de fundamentação teórica bem diversificada. Em suma, sua densidade metodológica é restrita, para retomar um equacionamento que explanei em outra ocasião (FREHSE, 2012, p. 108).

Essa lógica de uso dos métodos de interpretação reaparece ainda em um terceiro nicho de discussões. O enfrentamento sociológico do espaço nutre-se criativamente de debates da sociologia alemã da virada do século XX. Penso aqui não apenas no Simmel (1995a, 1995b, 1995c) dos ensaios “Sociologia do espaço” e “Sobre projeções espaciais de formas sociais” (1903) e “O espaço e o ordenamento espacial da sociedade” (1908). Mas relembro ainda o Émile Durkheim que se posicionou explicitamente sobre o espaço na geografia e em Simmel (DURKHEIM, 1899, 1902-1903).

Embora atualmente não haja consenso na sociologia alemã sobre se o espaço em Simmel é ou não “relativista”, derivado de relações e representações humanas (LÖW, 2001, pp. 60-63; SCHROER, 2006, pp. 62-65), não se nega o pioneirismo do autor para o debate alemão atual, no qual pontifica a concepção de espaço relacional: este como resultado das “relações entre seres humanos e bens sociais em lugares” (LÖW, 2001, pp. 156-157; SCHROER, 2006, pp. 175-179). Com efeito, certa sociologia urbana alemã recente não poupa críticas a essa proposição teórica e suas implicações metodológicas, aludindo ao risco de des-sociologização da sociologia urbana (HÄUßERMANN, 1999); ao supostamente diminuto rendimento interpretativo do novo paradigma (DRÖGE, 2000; FRIEDRICHS, 2005); à suposta postulação ali implícita de que o espaço independeria do social (STICHWEH, 2003); enfim, ao risco de des-historicização de cidade e região (KRÄMER-BADONI, 2003).

Por tudo isso, também os autores preocupados com o espaço contribuem involuntariamente para reforçar uma subdisciplina ativamente preocupada em inquirir a realidade urbana sem descurar, em termos metodológicos, de um diálogo conceitual crítico com as tradições de seu próprio campo de conhecimento.

O que permanece em aberto é se essa característica pode ser considerada uma *especificidade* metodológica da sociologia urbana alemã recente no contexto internacional. Dois contraexemplos pontuais me levam a crer que sim.

Não somente no Brasil, mas na América Latina em geral, há quem se ressinta atualmente de interlocução crítica com a própria tradição, quando o assunto é cidade (FREHSE; LEITE, 2010, p. 235; GORELIK, 2005). Afinal, até os anos 1970 um dos principais objetivos dos sociólogos da região foi conceituar as semelhanças empíricas das urbes ali, transpondo-as em termos interpretativos para teorias e políticas públicas com o auxílio da noção de “cidade latino-americana” (GORELIK, 2005, pp. 120-130).

Se a decadência dessa tradição intelectual na América Latina é indissociável dos efeitos institucionais que as ditaduras militares tiveram sobre as ciências sociais ali, a parca interlocução com a própria tradição também aparece em certa pesquisa urbana recente de visada sociológica na França. Avaliações sobre a *sociologie urbaine*, tal como a de Yves Grafmeyer (1994), por exemplo, localizam as origens da subdisciplina essencialmente na Escola de Chicago, enfrentando assim, a meu ver, de modo insuficiente o fato de

que autores como Durkheim, Maurice Halbwachse, mais tarde, Paul-Henry Chombart de Lauwe também se preocuparam em conceituar a dimensão espacial das relações sociais, em particular no mundo urbano.

O que, a meu ver, torna significativo o enfoque conceitual alemão sobre a própria tradição é que tal interlocução criativa com “a prata da casa” transcorre na atual era de globalização e da transnacionalização do trabalho científico que a acompanha. Isso se dá, evidentemente, ao lado de um debate intenso sobre abordagens internacionais dos respectivos objetos investigativos – sendo o contato com a literatura anglo-americana bem mais intenso do que com outras línguas².

Essa postura metodológica acaba por unificar até mesmo perspectivas teóricas que se antagonizam explicitamente no debate recente. Evidente de tal conjuntura é, por exemplo, a discussão, há alguns anos, bastante animada (FREHSE, 2014) em torno da “lógica intrínseca das cidades”. Os autores dessa abordagem praxeológica bourdieusiana justificaram a proposição de que seria possível identificar empiricamente uma lógica intrínseca em cada cidade através de uma crítica à “sociologia urbana sem cidade” dos neomarxistas alemães filiados à *new urbansociology* (BERKING; LÖW, 2005; 2008; LÖW, 2009). Estes, por sua vez, argumentam em prol da suposta falta de sociologia (urbana) dos primeiros (HÄUßERMANN; KEMPER, 2005; KEMPER; VOGELPOHL, 2011). Em ambos os casos, as referências conceituais utilizadas provêm da tradição sociológica alemã.

Se um mesmo denominador metodológico de natureza interpretativa se faz perceptível em abordagens teóricas fundamentalmente distintas, a situação é outra quando entra em jogo a segunda característica da sociologia urbana alemã recente, que apresentei anteriormente.

São, em especial, os estudos baseados no modelo da cidade europeia com base na noção de urbanidade que privilegiam representações de espaço urbano forjadas na realidade empírica de cidades alemãs. Em Siebel (1994, pp. 16-17), por exemplo, a quem aqui aludo por definir ambas as categorias de modo sintético, urbanidade como modo de vida urbano se particulariza respectivamente pela “presença de história”, por “uma outra relação com a natureza” e “um novo regime temporal”, além da “convivência com o espa-

2 A minha impressão é de que a literatura de origem não anglo-americana é apreendida, sobretudo, depois de vertida para o inglês ou o alemão – sendo pouco problematizados eventuais equívocos de tradução (por exemplo, em Lefebvre).

ço público”. Já quando interessa caracterizar a “cidade europeia tradicional”, importam a “presença de história no cotidiano dos cidadãos, a cidade sempre como uma promessa utópica de emancipação econômica e política, como lugar especial de um modo de vida urbano e marcado pela imagem tradicional da forma da cidade europeia, e, por fim, as regulações ali vigentes como sendo próprias de um Estado social” (SIEBEL, 2004, p. 18). Não à toa, urbanidade e cidade europeia vêm às vezes acompanhadas de temas presentes em Simmel ou Weber, tais como o da democracia supostamente viabilizada pela individualização, o da liberdade e da mistura e integração potenciais de diferenças. Mais uma vez importa pouco que nem Simmel tenha abordado explicitamente a noção de urbanidade, nem Weber a cidade europeia... O relevante aqui é que a minha consciência comparativa foi suscitada pelo fato de que, ao menos como representações ideológicas, tais características perpassavam o cotidiano da realidade urbana alemã em 2010. O dia a dia das ruas e dos meios de comunicação de massa das cidades do país de então era agitado por uma ênfase constante em políticas municipais de forte visada estatal-social. Se esta nem sempre existiu na Alemanha – como atestam historiadores críticos da concepção de cidade europeia –, ela então era bem mais comum nas cidades do país do que, por exemplo, em Portugal – país cuja realidade urbana eu estudava em paralelo, em 2010, e que, em termos geopolíticos, também integra as chamadas cidades europeias. Vale a pena relembrar outra definição de então sobre a cidade europeia, só que agora no âmbito de uma reflexão crítica: tal noção “não é apenas é uma designação geográfica para cidades que se encontram no continente europeu; dependendo da acepção, remete a estruturas construtivas e de uso, a formações sociais ou organizações políticas” (FREY; KOCH, 2011b, p. 11).

A realidade factual que tais possibilidades empíricas encontravam na Alemanha urbana de 2010 sugere uma clara diferença que a sociologia urbana desse país apresenta em relação a um segundo berço histórico de tal campo de conhecimento. Refiro-me ao debate norte-americano. Ali a discussão das décadas de 1990 e 2000 tendeu a investir vigorosamente, em termos conceituais, em processos socioespaciais de abrangência transnacional. Exemplos significativos são a abordagem da cidade global e o debate sobre escalas influenciado pela geografia.

Há agora como abordar a terceira característica metodológica da sociologia urbana alemã recente. À diferença do debate sobre as noções de

urbanidade e de cidade europeia, as abordagens de espaço operam com noções de forte densidade metodológica que evidenciam métodos bem específicos de interpretação sociológica, e não articulações conceituais de fundamentação teórica variada. Essa lógica de conceituação muito deve à tradição de teorizações que marca a sociologia alemã desde os primórdios, e que, no caso do debate sobre o espaço, logo cedo resultou em propostas conceituais como a de Simmel (1995c, pp. 689-690), que, inspirado em Immanuel Kant, propôs que também em termos sociológicos o espaço seria “a possibilidade de estar junto”. Já no âmbito do debate recente, relembro primeiramente a concepção pioneira de espaço relacional de Dieter Läßle (1991, pp. 196-197), que, em interlocução com economistas, físicos e filósofos, desenvolveu uma “matriz espacial” cujos componentes são “o substrato físico-material das relações sociais”, “as estruturas de interação e de ação social” e “um sistema espacial de sinais, símbolos e representações ligado ao substrato material”. Enfim, reitero o protagonismo da noção praxeológica de espaço relacional de Martina Löw (2001, *passim*), que, inspirada em Giddens, o sintetiza como “ordenamento/ordem de bens sociais e seres humanos (vivos) em lugares”.

Nesses três autores, trata-se de formulações conceituais com implicações metodológicas definidas de natureza interpretativa que, justamente, as noções de espaço “estenografam”. Não importa que as referências empíricas de fundo dos respectivos provenham da realidade urbana alemã, na qual esses pesquisadores vive(ra)m e trabalha(ra)m. De fato, embora enraizadas em termos socioespaciais, as concepções de espaço propostas são metodologicamente tão densas que se encontram conceitualmente libertas de traços sociospaciais historicamente definidos desses espaços (urbanos).

Por tudo isso, estamos também aqui em face de uma especificidade da sociologia urbana alemã recente nos cenários do debate sociológico internacional que aqui me servem de parâmetros heurísticos. Pelo que tenho podido constatar, no Brasil, na França e no mundo anglo-americano recente, a sociologia devotada às cidades não tem se preocupado em desenvolver concepções de espaço com tamanha densidade metodológica. Casos como o de Lefebvre, com sua noção dialética de espaço, além de escaparem ao escopo temporal deste ensaio por serem cronologicamente anteriores à sociologia de 1990-2010, permanecem excepcionais.

Conclusão

Duas das três especificidades da sociologia urbana alemã contemporânea aqui apresentadas podem suscitar a impressão de que se trata de uma subdisciplina provinciana. Nada, entretanto, mais distante que isso. As lógicas interpretativas aqui esboçadas sugerem apenas uma subdisciplina *não* alienada de sua própria tradição disciplinar. Quando o assunto conceitual são as cidades empiricamente dadas (sobretudo na Alemanha), diferentes posições teóricas são defendidas com base em noções de densidade metodológica variada, mas sempre em diálogo com o próprio passado.

Entretanto, a autoconsciência dessa sociologia urbana não a isenta de desafios. O maior, a meu ver, é justamente metodológico. Os processos socioculturais do mundo urbano atual tendem a um entrelaçamento cada vez maior. Tal conjuntura vai de mãos dadas com a inédita produção/constituição/re-figuração (dependendo da perspectiva teórica) de espaços materiais e virtuais, as quais são noções indicativas de processos que não excluem, evidentemente, as cidades alemãs. Um indício significativo de tal estado de coisas é a convivência mais ou menos conflituosa entre nativos e migrantes ali. Assim, a sociologia urbana alemã se vê diante do desafio de desenvolver conceitual e investigativamente conhecimento sobre *as cidades do antropológicamente Outro*, nas urbes do país.

A diversidade crescente da paisagem étnica ali é acompanhada da introdução de padrões de comportamento corporal e de padrões de sociabilidade cujas raízes históricas e culturais residem, em termos socioespaciais, em cidades bem distantes: por exemplo, dinâmicas de comunicação se baseiam essencialmente em linguagem corporal, em sinais transmitidos em silêncio, e que são vigorosos nas urbes de países africanos, latino-americanos e mesmo no Oriente Médio. As especificidades socioespaciais daí decorrentes para as cidades alemãs representam um desafio metodológico singular para uma sociologia urbana que, pelo que evidenciei aqui, continua apegada a uma representação de espaço urbano tributária da ênfase histórica da sociologia (urbana) alemã na cidade “moderna”, “antiga”, “compacta”, “europeia”. De fato, o denominador comum de todas estas urbes é uma idealização definida da cidade “alemã”.

Em busca de representações alternativas de espaço urbano, minha consciência comparativa evoca perspectivas interpretativas e investigativas cujas

orientações teóricas contemplem o contraditório e o imprevisto, a linguagem corporal e o silêncio. Esses são fenômenos sociais empiricamente integrantes da vida urbana no Brasil – e não só ali –, e que, porém, têm merecido pouca atenção conceitual e investigativa por parte da sociologia alemã recente devotada à cidade, à cidade europeia e ao espaço.

Não há aqui como aprofundar o quanto essa postura metodológica deve à preferência desses sociólogos por perspectivas conceituais e investigativas baseadas em uma noção de totalidade fechada e não contraditória (como, por exemplo, a teoria dos sistemas e suas variações). O fato é que, frente à realidade social explicitamente contraditória que nós, cientistas sociais, vivenciamos no Brasil (urbano ou não), desde os anos 1960, a pesquisa sociológica desse país recorre a perspectivas dialéticas. Inclusive a célebre teoria da dependência, que se baseia em uma releitura criativa de *O Capital* de Karl Marx, foi forjada nesse contexto.

Frente a tal desafio, o que dizer de eventuais contribuições da sociologia urbana alemã recente para a conceituação de características socioespaciais das cidades grandes brasileiras? A análise realizada no âmbito do pós-doutorado deixa em mim a impressão de que tal contribuição não reside certamente em qualquer aplicação paradigmática das noções conceituais que integram essa linhagem de estudos. Proceder desse modo seria fazer “mais do mesmo” na pesquisa urbana brasileira – com a diferença de que agora as abordagens proviriam não mais dos cenários acadêmicos de língua inglesa ou francesa, e sim da Alemanha. Em prol de uma interlocução criativa e proativa, é o debate recente sobre o espaço que fornece alguns pontos de contato – só que de natureza metodológica. De fato, essas abordagens evidenciam métodos de interpretação que operam num nível de generalização que permite mobilizá-las de maneira paradigmática, só que como *contrapontos* para explicar realidades espaciais outras.

Mas há mais. Com efeito, essa disposição “tipicamente alemã” para produzir conceituações metodologicamente sensíveis à própria tradição disciplinar muito me instiga a associações imediatas com as primeiras décadas da história da sociologia no Brasil – ou melhor, com o que de tal período tenho depreendido estudando o assunto. Essa postura constitui certamente o principal estímulo intelectual que levei comigo da pesquisa “alemã” realizada em 2010.

Referências

- BAHRDT, Hans P. (1969), *Die moderne Großstadt*. 1. ed. Hamburg: Christian Wegner Verlag.
- BERKING, Helmuth; LÖW, Martina (org.). (2005), *Die Wirklichkeit der Städte*. 1. ed. Baden-Baden: Nomos.
- BERKING, Helmuth; LÖW, Martina (org.). (2008), *Die Eigenlogik der Städte*. 1. ed. Frankfurt a. M./New York: Campus.
- BOURDIEU, Pierre. (2013), “Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado”. Trad. A. C. A. Nasser. Rev. Técn. F. Frehse. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, pp. 123-144.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O Poder Simbólico*. Trad. F. Tomaz. Lisboa. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil.
- DANGSCHAT, Jens S. (1994), “Stadtsoziologie - empirische Anwendung soziologischer Theorie oder Hilfswissenschaft für Planung?”. In: MEYER, Sybille; SCHULZE, Eva (org.). *Ein Puzzle, das nie aufgeht*. 1. ed. Berlin: Sigma. pp. 227-242.
- DANGSCHAT, Jens S. (2005), “Thesen zur Stadt- und Regionalsoziologie”. *Nachrichtenblatt zur Stadt- und Regionalsoziologie*, n. 7, pp. 27-39.
- DRÖGE, Franz. (2000), “Ort und Raum”. *Working Paper* - Universität Bremen, n. 38.
- DURKHEIM, Émile. (1899), “Morphologie sociale [1897-1898]”. *L'Année Sociologique*, n. 2, pp. 520-532.
- DURKHEIM, Émile. (1902-1903), “[Resenha de] ‘Über raumliche projectionen sozialer Formen [sic]’, de G. Simmel”. *L'Année Sociologique*, n. 7, pp. 646-647.
- ECKARDT, Frank. (2004), *Soziologie der Stadt*. 1. ed. Bielefeld: Transcript.
- FARIAS, Ignacio; STEMMLER, Susanne. (2006), “Deconstructing ‘Metropolis’: Critical Reflections on a European Concept”. *CMS Working Paper Series*, n. 4, pp. 1-16.
- FERNANDES, Florestan. (1959), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FREHSE, Fraya; LEITE, Rogerio P. (2010), “Espaço urbano no Brasil”. In: MARTINS, Heloisa T. de S. (org.). *Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia*. São Paulo: Barcarolla/ANPOCS. pp. 203-251.
- FREHSE, Fraya. (2012), “A Recent Sociological Utopia of Urban Space in Brazil”. *Iberoamericana*, n. 45, pp. 103-117.

FREHSE, Fraya. (2014), “Debatten um die ‘Eigenlogik’ der Städte: Ein vergleichender Blick auf den aktuellen “Aufruhr” in der deutschen Stadtsoziologie”. *Neue Politische Literatur*, v. 59, n. 3, pp. 399-407.

FREY, Oliver; KOCH, Florian (org.). (2011a), *Die Zukunft der europäischen Stadt*. 1. ed. Wiesbaden: VS Verlag.

FREY, Oliver; KOCH, Florian. (2011b), “Einführung: Die Zukunft der europäischen Stadt”. In: FREY, Oliver; KOCH, Florian (org.). *Die Zukunft der europäischen Stadt*. Wiesbaden: VS Verlag. pp. 11-20.

FRIEDRICHS, Jürgen. (1977), *Stadtanalyse*. 1. ed. Opladen: Westdeutscher Verlag.

FRIEDRICHS, Jürgen. (1988), “Stadtsoziologie – wohin?”. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*. Separata 29, pp. 7-17.

FRIEDRICHS, Jürgen. (1995), *Stadtsoziologie*. 1. ed. Opladen: Leske + Budrich.

FRIEDRICHS, Jürgen. (2005), “Thesen zur Stadtsoziologie”. *Nachrichtenblatt zur Stadt- und Regionalsoziologie*, n. 7, pp. 9-16.

GEGNER, Martin. (2006), “A decadência da cidade européia: tendência social ou repetição de uma figura retórica?”. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 3, pp. 753-770.

GEHRING, Petra. (2008), “Was heißt Eigenlogik? Zu einem Paradigmenwechsel für die Stadtforschung”. In: BERKING, Helmuth; LÖW, Martina (org.). *Die Eigenlogik der Städte*. Frankfurt a. M.; New York: Campus. pp. 153-167.

GIDDENS, Anthony. (2003), *A Constituição da Sociedade*. 1. ed. Trad. Á. Cabral. São Paulo: Martins Fontes.

GORELIK, Adrián. (2005), “A produção da ‘cidade latino-americana’”. Trad. F. A. Peixoto. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, pp.111-133.

GRAFMEYER, Yves. (1994), *Sociologie urbaine*. 1. ed. Paris: Nathan.

HAMM, Bernd. (1980), “Thesen zur Soziologie der Stadt – ein Ausweg aus der Banalität”. *Leviathan*, n. 8, pp. 265-272.

HAMM, Bernd; ATTESLANDER, Peter (org.). (1974), *Materialien zur Siedlungssoziologie*. 1. ed. Köln: Kiepenheuer & Witsch.

HAMM, Bernd; NEUMANN, Ingo. (1996), *Siedlungs-, Umwelt- und Planungssoziologie*. 1. ed. Opladen: Leske + Budrich.

HANNEMANN, Christine; METTENBERGER, Tobias. (2010), “Die europäische und die amerikanische Stadt: Zur Funktion einer konzeptionell orientierten Dualität”. Berlin, mimeo.

HASSENPFUG, Dieter. (2000), *Die europäische Stadt*. 1. ed. Münster: LIT Verlag.

HÄUßERMANN, Hartmut. (1995), “Die Stadt und die Stadtsoziologie. Urbane Lebensweise und die Integration des Fremden”. *Berliner Journal für Soziologie*, n. 1, pp. 89-98.

HÄUßERMANN, Hartmut. (1999), “Sozialräumliche Struktur und der Prozeß der Ausgrenzung: Quartierseffekte”. *Nachrichtenblatt zur Stadt- und Regionalsoziologie*, v. 14, n. 1, pp. 7-18.

HÄUßERMANN, Hartmut. (2001), “Die europäische Stadt”. *Leviathan*, v. 29, n. 4, pp. 237-255.

HÄUßERMANN, Hartmut; KEMPER, Jan. (2005), “Die soziologische Theoretisierung der Stadt und die ‘New Urban Sociology’“. In: BERKING, Helmuth; LÖW, Martina (org.). *Die Wirklichkeit der Städte*. Baden-Baden: Nomos. pp. 25-53.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter. (1978), “Krise der Stadt. Thesen zur Soziologie der Stadt”. *Leviathan*, n. 6, pp. 484-500.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter. (1987), *Neue Urbanität*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter (org.). (1993), *Festivalisierung der Stadtpolitik*. 1. ed. Opladen: Westdeutscher Verlag.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter. (1994), “Gemeinde- und Stadtsoziologie”. In: KERBER, Harald; SCHMIEDER, Arnold (org.). *Spezielle Soziologien*. Hamburg: Rowohlt. pp. 363-387.

HÄUßERMANN, Hartmut; SIEBEL, Walter. (2004), *Stadtsoziologie*. 1. ed. Frankfurt a. M.; New York: Campus.

HERLYN, Ulfert. (1969), “Notizen zur stadtsoziologischen Literatur der 60er Jahre”. In: BAHRDT, Hans P. *Die moderne Großstadt*. Hamburg: Christian Wegner Verlag. pp. 153-172.

HERLYN, Ulfert. (1980), “Notizen zur stadtsoziologischen Literatur der 70er Jahre”. *Archiv für Kommunalwissenschaften*, n. 19, pp. 93-112.

HERLYN, Ulfert. (1993), “Stadt- und Regionalsoziologie”. In: KORTE, Hermann; SCHÄFERS, Bernhard (org.). *Einführung in die speziellen Soziologien*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 245-263.

IPSEN, Detlev. (1997), *Raumbilder*. 1. ed. Pfaffenweiler: Centaurus-Verlag-Gesellschaft.

IPSEN, Detlev. (2000), “Von der Stadt- und Regionalsoziologie zu einer Soziologie des Raumes?”. *Soziologische Revue*, Separata 5, pp. 279-290.

KAELBLE, Hartmut. (2001), “Die Besonderheiten der europäischen Stadt im 20. Jahrhundert”. *Leviathan*, 29.01.2001, pp. 256-274.

KEMPER, Jan; VOGELPOHL, Anne (org.). (2011), *Lokalistische Stadtforschung, kulturalisierte Städte*. 1. ed. Münster: Westfälisches Dampfboot.

KOCKA, Jürgen. (1999), “Wider die Idealisierung der historischen Stadt“. In: MÖNNINGER, Michael (org.). *Stadtgesellschaft*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 97-100.

KÖNIG, René. (1958), *Grundformen der Gesellschaft*. 1. ed. Hamburg: Rowohlt.

KORTE, Hermann. (1986), *Stadtsoziologie*. 1. ed. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

KORTE, Hermann; BAUER, Eckart; RIEGE, Marlo; KORFMACHER, Jochen; GUDE, Sigmar; BRAKE, Klaus; GERLACH, Ulla. (1974), *Soziologie der Stadt*. 1. ed. München: Juventa Verlag.

KÖSTER, Werner. (2002), *Die Rede über den “Raum”*. 1. ed. Heidelberg: Synchron.

KRÄMER-BADONI, Thomas. (1991), “Die Stadt als sozialwissenschaftlicher Gegenstand“. In: HÄUßERMANN, Harmut (org.). *Stadt und Raum*. 1. ed. Pfaffenweiler: Centaurus-Verlag-Gesellschaft.

KRÄMER-BADONI, Thomas. (1999), “Die Stadtsoziologie Ende der 90er Jahre“. *Soziologische Revue*, n. 22, pp. 413-422.

KRÄMER-BADONI, Thomas. (2003), “Die Gesellschaft und ihr Raum – kleines verwundertes Nachwort zu einem großen Thema“. In: KRÄMER-BADONI, Thomas; KUHM, Klaus (org.). *Die Gesellschaft und ihr Raum*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 275-286.

KRÄMER-BADONI, Thomas. (2004), “Die europäische Stadt und die alteuropäische Soziologie“. In: SIEBEL, Walter (org.). *Die europäische Stadt*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 433-444.

LANZ, Stephan. (2002), “Mythos europäische Stadt – Fallstricke aktueller Rettungsversuche“. In: BUKOW, Wolf-Dietrich; YLDIZ, Erol (org.). *Der Umgang mit der Stadtgesellschaft*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 63-77.

LÄPPLE, Dieter. (1991), “Essay über den Raum. Für ein gesellschaftswissenschaftliches Raumkonzept“. In: HÄUßERMANN, Hartmut; IPSEN, Detlev; KRÄMER-BADONI, Thomas (org.). *Stadt und Raum*. Pfaffenweiler: Centaurus. pp. 157-207.

LE GALÈS, Patrick. (2002), *European Cities*. 1. ed. Oxford; New York: Oxford University Press.

LEFEBVRE, Henri. (2000), *La production de l'espace*. 1. ed. Paris: Anthropos.

LENGER, Friedrich; TENFELDE, Klaus (org.). (2006), *Die europäische Stadt im 20. Jahrhundert*. 1. ed. Köln; Weimar; Wien: Böhlau.

LÖW, Martina. (2001), *Raumsoziologie*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

LÖW, Martina. (2009), *Soziologie der Städte*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

- MANDERSCHIED, Katharina. (2007), "Urbanität im 21. Jahrhundert – Verfall oder Chance einer Lebensform? Eine soziologische Kontextualisierung". In: BAUM, Detlef (org.). *Die Stadt in der Sozialen Arbeit*. Basel: VS. pp. 52-70.
- NACHRICHTENBLATT zur Stadt- und Regionalsoziologie. (2005), Berlin: Deutsche Gesellschaft für Soziologie.
- NADER, Laura. (1994), "Comparative Consciousness". In: BOROFKY, Robert (org.). *Assessing Cultural Anthropology*. New York: McGraw-Hill. pp. 84-96.
- OSWALD, Hans. (1966), *Die überschätzte Stadt*. 1. ed. Olten: Werner Verlag.
- PFEIL, Elisabeth. (1950), *Großstadtforschung*. 1. ed. Berlin-Horn: Dorn.
- PRIGGE, Walter. (1996), *Urbanität und Intellektualität im 20. Jahrhundert*. 1. ed. Frankfurt a. M.; New York: Campus.
- RIBBECK, Eckhardt. (2005), *Die Welt wird Stadt*. 1. ed. Berlin: Jovis Berlin.
- RIEGE, Marlo; SCHUBERT, Herbert (org.). (2002), *Sozialraumanalyse*. 1. ed. Wiesbaden: VS Verlag.
- SCHÄFERS, Bernhard. (1989), "Stadt- und Regionalsoziologie: Ausgewählte neuere Ansätze". In: HESSE, Joachim H. (org.). *Kommunalwissenschaften in der Bundesrepublik Deutschland*. Baden-Baden: Nomos Verl.-Ges. pp. 387-407.
- SCHÄFERS, Bernhard. (2006), *Stadtsoziologie*. 1. ed. Wiesbaden: VS-Verlag.
- SCHMALS, Karl M. (1983), "Soziologie der Stadt". In: SCHMALS, Karl M. (org.). *Stadt und Gesellschaft*. München: Edition Academic Verlags-GmbH. pp. 111- 113.
- SCHROER, Markus. (2006), *Räume, Orte, Grenzen*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.
- SCHUBERT, Dirk. (2001), "Mythos 'Europäische Stadt'. Zur erforderlichen Kontextualisierung eines umstrittenen begriffs". *Die Alte Stadt*, n. 4, pp. 270-290.
- SIEBEL, Walter. (1987), "Vorwort zur deutschen Ausgabe". In: SAUNDERS, Peter. *Soziologie der Stadt*. Trad. S. Acker. Frankfurt a.M.; New York: Campus. pp. 9-13.
- SIEBEL, Walter. (1994), *Was macht die Stadt urban?* 1. ed. Oldenburg: BIS.
- SIEBEL, Walter. (1999), "Ist Urbanität eine Utopie?". *Geographische Zeitschrift*, v. 87, n. 2, pp. 116-124.
- SIEBEL, Walter. (2000), "Urbanität". In: HÄUßERMANN, Hartmut (org.). *Großstadt*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 264-277.
- SIEBEL, Walter. (2002), "Wesen und Zukunft der europäischen Stadt". In:

SELLE, Klaus (org.). *Was ist los mit den Öffentlichen Räumen?* Aachen; Dortmund: Dortmunder Vertrieb für Bau- und Planungsliteratur. pp. 106-116.

SIEBEL, Walter. (org.) (2004), *Die europäische Stadt*. 1. ed. Frankfurt: Suhrkamp.

SIMMEL, Georg. (1995a), “Über räumliche Projektionen sozialer Formen [1903]”. In: SIMMEL, Georg. *Aufsätze und Abhandlungen 1901-1908* (vol. 1). Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 201-220.

SIMMEL, Georg. (1995b), “Soziologie des Raumes [1903]”. In: SIMMEL, Georg. *Aufsätze und Abhandlungen 1901-1908* (vol. 1). Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 132-183.

SIMMEL, Georg. (1995c), “Der Raum und die räumliche Ordnung der Gesellschaft [1908]”. In: SIMMEL, Georg. *Soziologie*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp. pp. 678-790.

SOEFFNER, Hans-Georg (org.). (2011), *Transnationale Vergesellschaftungen* (vol. 2). 1. ed. Wiesbaden: VS Verlag.

STICHWEH, Rudolf. (2003), “Raum und moderne Gesellschaft. Aspekte der sozialen Kontrolle des Raums”. In: KRÄMER-BADONI, Thomas; KUHM, Klaus (orgs.). *Die Gesellschaft und ihr Raum*. Opladen: Leske + Budrich. pp. 93-102.

STURM, Gabriele. (2000), *Wege zum Raum*. 1. ed. Opladen: Leske + Budrich.

WEFING, Heinrich. (1998), “Die neue Sehnsucht nach der Alten Stadt, oder Was ist Urbanität?”. *Neue Rundschau*, n. 2, pp. 82-98.

WENTZ, Martin (org.). (2000), *Die kompakte Stadt*. 1. ed. Frankfurt a. M.; New York: Campus.

WÜST, Thomas. (2004), *Urbanität*. 1. ed. Wiesbaden: VS Verlag.

ZIMMERMANN, Clemens. (1995), *Die Zeit der Metropolen*. 1. ed. Frankfurt a. M.: Fischer Taschenbuch Verlag.

Evidências de uma divisa racial de riquezas no Brasil urbano

Jacques Wainer*

RESUMO

Este artigo mostra que há uma diferença na riqueza entre famílias brancas e famílias negras de mesma renda total e renda per capita. Usando dados da PNAD de 2015, mostramos que uma família branca tem maior probabilidade de ter bens como celular, computador, Internet em casa, congelador etc. do que uma família negra de mesma renda. Mostramos também que uma família branca tem maiores possibilidades de ter casa própria e carro, que, se a casa é própria, ela terá em média um maior número de cômodos do que uma família negra de mesma renda. O artigo levanta algumas possíveis explicações para esta divisa racial de riquezas.

Palavras-chave: desigualdade; raças; patrimônio; riqueza

ABSTRACT

EVIDENCES OF A RACIAL WEALTH GAP IN BRAZIL

This paper shows that there is a difference regarding wealth between a White and a black family of the same total and per capita income. Using data from the 2015 PNAD we show that a White family has a higher probability of owning goods such as mobilephone, computer, Internet access, freezer, and soon than a black family with the same income. We also show that a White family has higher probability of owning the house or a car, and that IF they own the house, it Will have on average more rooms that of that a black family with the same income. The paper raises some explanations for this wealth gap.

Keywords: inequality, races; wealth, PNAD

* Doutor em Computação pelo Department of Computer Science – Pennsylvania State University; Professor Titular do Instituto de Computação, UNICAMP.

Introdução

Em 2015, 62% das famílias brancas tinham computador em casa, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD), enquanto apenas 37% das famílias negras tinham este bem. Isto não é muito surpreendente dado que a mediana da renda mensal de uma família branca em 2015 era de R\$2876,00, enquanto a mediana para uma família negra era de R\$1588,00. A diferença de renda entre famílias negras e brancas (ou entre pessoas negras e brancas) é conhecida como a desigualdade de rendas (SILVA, 1985; HENRIQUES, 2001; BAILEY et al., 2013). Assim, é de se esperar que famílias negras, que na média têm menos renda do que famílias brancas, tenham menos bens, em particular computador em casa. Mas este artigo mostrará que, mesmo quando levamos em conta a renda da família (ou a renda per capita), ainda há uma diferença estatisticamente significativa entre a posse de bens de famílias brancas e negras. Ou seja, uma família negra terá menos probabilidade de ter computador em casa do que uma família branca de mesma renda (ou renda per capita). Isto é verdade para bens como carro, posse da casa onde moram, número de cômodos da casa etc.

Há um grande conjunto de artigos que discutem desigualdade entre raças no Brasil, por exemplo, a desigualdade de rendas (SILVA, 1985; HENRIQUES, 2001; BAILEY et al., 2013), a desigualdade quanto a saúde (SANTOS, 2011; BARATA et al., 2007; CHOR; LIMA, 2005; OLIVEIRA, 2002) ou a desigualdade quanto a resultados educacionais (HENRIQUES, 2001; RIBEIRO, 2011).

Pinheiro et al (2009) resume dados recentes sobre as diferenças socioeconômicas entre raças no Brasil, baseado na série histórica dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993 a 2006. No que se refere à educação, por exemplo, segundo Pinheiro et al (2009), a proporção entre os alunos que deveriam estar matriculados no ensino fundamental e os que efetivamente estavam matriculados (isto é, a taxa de escolarização líquida) era de 95,7% para a população branca, e 94,2% para os negros, em 2006. Para o ensino médio, a taxa é de 58,4% e de 37,4%, respectivamente.

A diferença entre as taxas de escolarização é um resultado “esperado” dada a diferença entre a média ou mediana da renda de brancos e negros. O resultado é “esperado” no sentido de que o leitor pode construir uma teoria que explica a diferença entre as taxas de escolarização baseando-se na diferença de renda, por exemplo, uma vez que, em famílias mais pobres, há uma

pressão para o jovem abandonar a escola e ajudar no orçamento familiar, ou ainda ir morar sozinho. Logo, como famílias negras são em média mais pobres do que famílias brancas, é de se esperar que a taxa de escolarização de jovens de famílias negras seja mais baixa. Da mesma forma, resultados sobre a diferença em saúde, em desempenho escolar etc., entre brancos e negros no Brasil, embora penosos, são potencialmente “explicados” pela diferença de renda.

Mas a grande maioria dos artigos anteriormente mencionados para neste ponto quando se mostram as diferenças entre raças no Brasil. Este artigo vai além e mostra que a diferença persiste mesmo quando a diferença de renda é levada em consideração (ou *controlada*).

1. Estudos de desigualdade controlados por renda no Brasil

Há um número limitado de trabalhos sobre desigualdades raciais no Brasil que analisam as diferenças entre raças controlando-as pela renda ou alguma medida similar.

Hasenblag (1985), usando dados da PNAD de 1976, estuda as diferenças raciais em mobilidade intergeracional, controlando-as não por renda, mas por estrato ocupacional, de trabalhadores rurais não qualificados até profissionais de nível superior e grandes proprietários. O estudo mostra que homens negros nos estratos superiores têm muito menor probabilidade de mobilidade ascendente (ter uma ocupação em um nível superior ao seu pai) do que homens brancos. Hasenblag e Silva (1998) atualizam a pesquisa para os dados da PNAD 1996, que também continha um suplemento sobre mobilidade social. As dificuldades de homens negros de estratos ocupacionais mais altos se mantêm, mas os autores localizam na educação o componente central da desvantagem dos negros – negros de cada um dos estratos têm menos anos de escola que homens brancos de mesma origem. Ribeiro (2006) usa os mesmos dados da PNAD de 1996 para analisar o componente racial da mobilidade social do filho controlando-o pela classe social (e não estrato ocupacional) do pai e chega a conclusões similares de que o componente racial é uma barreira para a ascensão social entre classes sociais mais altas, mas não nas mais baixas.

Santos (2011) estuda as desigualdades de saúde controlando-as pela classe social e baseando-se em dados da PNAD de 2008, em particular no ques-

tionário suplementar de autoavaliação do estado de saúde. Quando são incluídas, além da classe social, a renda familiar, a educação e a região, há uma redução de 84% das diferenças raciais na condição de saúde observadas. Ou seja, embora estas variáveis expliquem muito das diferenças encontradas, há ainda um pequeno componente da diferença na saúde da população negra que não é explicado por aquelas variáveis. Uma pessoa branca tem em média uma melhor autoavaliação de saúde do que uma pessoa negra com a mesma renda, escolaridade e que mora na mesma região.

Wainer e Covic (2010) estudam as diferenças raciais de inclusão digital medidas pela presença de computadores e Internet nos domicílios, quando controladas pela renda familiar per capita. O trabalho mostra que há uma diferença para menos de 7 pontos percentuais na probabilidade de uma família negra ter computador em casa em relação a uma família branca de mesma renda familiar per capita. A diferença na probabilidade em ter Internet é de 5 pontos percentuais. O trabalho mostra também que a diferença estatisticamente significativa permanece quando outras variáveis relevantes como presença de criança na família e nível de educação do chefe de família são levadas em consideração. O trabalho usa dados da PNAD de 2000 a 2004 e analisa também as diferenças regionais deste hiato digital racial.

Ribeiro (2011) estuda a desigualdade nos resultados educacionais, incluindo a variável raça como uma das variáveis usadas na análise. O estudo mostra que há pequenas diferenças raciais na probabilidade de alunos completarem as quatro primeiras séries do ensino fundamental, e completarem o ensino secundário, quando outras variáveis são controladas, tais como sexo, residência em região urbana, ocupação do pai e da mãe, educação do pai e da mãe, mãe trabalha fora ou não, riqueza dos pais, estrutura familiar, número de irmãos e tipo de escola.

2. Desigualdade racial de riquezas nos EUA

Embora os contextos raciais no Brasil e nos EUA sejam diferentes (DANIEL, 2007; MARX, 1998), o que leva até a definições diferentes do conceito de raças (TELLES, 2004; TRAVASSOS; WILLIAMS, 2004), a pesquisa em desigualdades raciais nos EUA é relevante a este estudo por causa do conceito de divisa de riquezas (*wealth gap*) (OLIVER; SHAPIRO, 1997).

Uma área de estudos recentes de desigualdade racial nos EUA centra-se no conceito de patrimônio líquido das famílias. Patrimônio líquido (*net worth*) é a soma dos bens da família, em particular o valor dos imóveis, o valor de carros, a soma dos depósitos e investimentos, menos as dívidas da família (hipoteca, empréstimos etc.). Por exemplo, um estudo recente da diferença de riquezas entre raças nos EUA (KOCHHAR; FRY; TAYLOR, 2011) revela, em 2009, que a mediana do patrimônio líquido de famílias brancas é de US\$113.149,00, enquanto que para famílias negras é de US\$5.677,00 (e US\$6.325,00 para famílias hispânicas). Note-se que esta diferença é para a população como um todo e não é controlada por renda. Então, assim como no caso da taxa de escolaridade discutido acima, como famílias negras são em média mais pobres do que famílias brancas é de se esperar que a riqueza de famílias negras seja menor que a de famílias brancas. O que torna o fenômeno da divisa de riquezas “surpreendente” (em oposição a “esperado”) é que a mediana da renda anual de uma família branca, em 2009, era de US\$51.861,00, enquanto que a de uma família negra era de US\$32.584,00 (US CENSUS BUREAU, 2012 – Tabela 690). Ou seja, a diferença de riqueza é quase 20 vezes em favor de famílias brancas, enquanto que é de apenas 1,6 vezes para a renda! A divisa de riqueza nos EUA tem sido explicada por diferentes teorias (OLIVER; SHAPIRO, 1997; BARSKY et al., 2002; KEISTER, 2000; CHOUDHURY, 2001; KABA, 2011; WOLDOFF, 2008).

3. Métodos e dados

Usamos dados da PNAD de 2015. Consideramos que uma família é negra se seus membros se declaram “pretos” ou “pardos”, segundo as categorias raciais do IBGE, e uma família é branca se seus membros se declaram como “brancos.” Note-se que uma família pode ser negra se um membro se declarar como “pardo” e outro “preto”. Nesta pesquisa, portanto, trabalhamos apenas com famílias homogeneamente brancas ou negras. Famílias multirraciais e famílias homogeneamente amarelas e indígenas foram eliminadas da análise.

Esta pesquisa segue a linha de trabalhar com apenas dois grupos raciais, negros e brancos, em que negros são a combinação de pretos e pardos, o que tem sido a metodologia mais comum nas pesquisas raciais brasileiras. Mas estamos cientes das críticas a esta metodologia, principalmente as articuladas por Muniz (2010) e Lessa (2007). O sumário que Muniz (2010, p. 281) faz

das pesquisas quantitativas: “A perversidade da abordagem estatística formal é relegar a raça a uma simplicidade dicotômica isenta de complexidades e significados. Brancos de um lado, pretos e pardos de outro, indígenas e amarelos ignorados” descreve de forma quase caricata a metodologia usada neste trabalho.

Nesta pesquisa, consideramos apenas os domicílios que continham uma só família. Desta forma, os bens que nos questionários da PNAD são atribuídos a domicílios, como geladeira, fogão, computadores etc., podem ser atribuídos às famílias analisadas.

Nesta pesquisa, consideramos os seguintes bens: celular, computador, congelador, fogão de 2 ou mais bocas, geladeira, lavadora, televisão colorida e rádio, e se a família possui carro e/ou motocicleta. Também consideramos se a família era dona do imóvel onde mora, o número de cômodos na casa e o valor da prestação do imóvel.

A distribuição dos valores da renda e renda per capita segue aproximadamente uma distribuição lognormal, ou seja, o logaritmo da renda e o da renda per capita seguem uma distribuição normal. Desta forma, para as análises estatísticas, utilizamos o logaritmo da renda e o da renda per capita. Para que possamos aplicar o logaritmo, eliminamos da análise as famílias que declaram ter renda zero.

Finalmente, removemos da análise os domicílios rurais (região censitária 4 ou maior nos dados da PNAD), pois é razoável que famílias vivendo em domicílios rurais tenham menos bens, principalmente bens que precisam de eletricidade. Assim esta pesquisa refere-se apenas a famílias urbanas.

3.1 Variáveis de interesse

Nesta pesquisa, estamos interessados em variáveis que indicam a riqueza de uma família. Neste sentido, usaremos as seguintes variáveis:

- posse de carro – variável (V2032 da PNAD de 2015) que indica se a família tem ou não pelo menos um carro;
- posse de motocicleta (V2032);
- imóvel próprio – se a família possui o imóvel onde mora (esteja ele pago ou não) (V0207 com valores 1 e 2);
- número de cômodos do imóvel, se próprio (V0205). Esta variável indica o tamanho e, portanto, indiretamente o valor do imóvel próprio;

- prestação do imóvel – se próprio e ainda pagando (V0209). Esta variável indiretamente indica o valor do imóvel.
- tecnologias – uma variável que conta a quantidade dos seguintes bens:
 - computador (V0231);
 - telefone celular (V0220);
 - geladeira (V0228);
 - fogão de 2 ou mais bocas (V0221);
 - congelador separado da geladeira (V0229);
 - máquina de lavar roupa (V0230);
 - TV colorida (V0226);
 - rádio (V0225);

Cada variável na lista acima assume valores 0, se não existe o item, ou 1 se existe pelo menos um item no domicílio. A variável tecnologias assume valores de 0 a 8.

Para verificar se há mudanças na divisa de riqueza desses bens recentemente, analisamos de forma similar à PNAD de 2005, que reflete a situação 10 anos antes. A maioria das variáveis usadas na análise da PNAD de 2015 está também disponível na PNAD de 2005, com a exceção da posse de carro e motocicleta. A escolha das variáveis de tecnologia também foi influenciada pela disponibilidade de dados em 2005. Por exemplo, em 2015, a PNAD colhe informações sobre acesso à Internet via banda larga e via celular, posse de televisores de tela plana, mas, em 2005, não há perguntas sobre TV de tela plana e há apenas uma pergunta genérica sobre acesso à Internet de casa (o que não consideramos como equivalente às várias perguntas sobre Internet em 2015). A seleção dos registros e o processamento dos dados de 2005 seguem as mesmas regras definidas acima para os dados de 2015.

3.2 Modelo estatístico

O modelo estatístico usado nesta pesquisa segue de forma geral o esquema de uma regressão linear generalizada:

$$y = g^{-1}(a_1 + a_2 * \log(\text{ren}) + D * \text{raca}) \quad (1)$$

onde:

- y é variável de interesse.
- $a_1 + a_2 * \log(\text{ren}) + D * \text{raca}$ é o preditor linear, isto é, uma combinação linear das variáveis independentes ou variáveis explicativas. a_1 , a_2 e D são os coeficientes da combinação linear, e as duas variáveis independentes são:
 - ren : renda ou renda per capita da família. Usaremos as duas medidas indicadoras de renda.
 - raca : raça da família, 0 se branca, 1 se negra, segundo a regra descrita acima.
- g^{-1} é uma transformação do preditor linear para a variável de interesse. Esta transformação é usualmente chamada de função de média (*mean function*), e a sua inversa, a transformação g , é chamada de função de ligação (*link function*). Diferentes funções de transformação geram diferentes regressões. De interesse neste trabalho, são as regressões linear, logística e de Poisson, onde a função g é a função identidade, a função logística (ou logit) e a função logaritmo, respectivamente.

O coeficiente a_2 indica como a variável dependente de interesse (na verdade, a função de ligação aplicada à variável de interesse) varia de acordo com a renda (ou renda per capita) da família. Se a_2 é positivo, então uma maior renda implica num maior valor para a variável dependente. a_2 positivo deve ser o esperado para a grande maioria das variáveis de interesse: quanto maior a renda, mais provável é que a família tenha um carro, que more numa casa com mais cômodos etc.

O coeficiente D (de *divisa*) é o de maior interesse neste artigo e indica o quanto o fato de a família ser negra modifica o valor da variável de interesse para uma família de mesma renda. Se o coeficiente D é negativo, então há uma diminuição do valor da variável de interesse pelo fato de a família ser negra (já que raca é 1 para uma família negra). Um valor de D negativo que seja (estatisticamente) significativamente diferente de 0 (zero) indica que o efeito da raça é estatisticamente significativo e que há uma divisa racial esta-

tisticamente significativa para a variável de interesse y , que não pode ser explicada pela diferença de renda (ou renda per capita) das famílias negras. Neste trabalho, reportaremos apenas o valor do coeficiente D e suas estatísticas.

Para as variáveis de interesse que são binárias, por exemplo, se a família possui carro, moto ou se a casa é própria, usaremos a regressão logística. Para variáveis que indicam um número inteiro, como o número de cômodos na casa e a variável tecnologia, usaremos a regressão de Poisson. E, finalmente, para a variável da prestação da casa, usaremos a regressão linear. Mas a variável prestação, como as variáveis de renda e renda per capita, tem uma distribuição aproximadamente lognormal, assim, faremos a regressão linear no logaritmo da prestação.

Para verificar como a divisa na variável de interesse evolui com o tempo, usaremos dados da PNAD de 2015 e 2005, na seguinte formulação estatística:

$$y = g^{-1}(b_1 + b_2 * \log(\text{ren}) + b_3 * \text{ano2015} + b_4 * \text{ano2015} * \log(\text{ren}) + T * \text{ano2015} * \text{raca}) \quad (2)$$

ou seja, uma regressão que envolve uma nova variável (ano2015) e os termos de interação entre as variáveis independentes anteriores e a nova variável. A variável ano2015 é 1 para os dados de 2015 e 0 para os dados de 2005. Se o coeficiente T (de *tempo*) na equação acima é negativo e D também é negativo, então a divisa da variável de interesse y está crescendo com o tempo (há uma soma de dois valores negativo em 2015 e apenas um deles em 2005). Se T é positivo e D negativo, então a divisa está decrescendo com o tempo.

Os cálculos estatísticos e de regressão levam em consideração que a PNAD tem uma amostragem complexa (ALBIERI; BIANCHINI, 2015) e foram feitos usando o pacote survey (LUMLEY, 2004) do programa R. O programa de análise dos dados está disponível em <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.6478529>.

4. Resultados

Tabela 1 lista o número total de domicílios da PNAD 2015, o número de domicílios multifamiliares, o número de famílias com renda faltante ou zero, e o número de domicílios na zona rural removidos da análise. A tabela também lista o número final de famílias brancas e negras usado nesta análise.

Tabela 1. Quantidade total de domicílios na PNAD 2015; número de domicílios multi-familiares, número de domicílios com renda faltante, número de domicílios com renda zero e número de domicílios na zona rural removidos desta análise; e número restante de famílias brancas e negras.

	Dados Removidos				Dados usados nesta análise	
Total	Multi-familiares	Renda faltante	Renda zero	Zona rural	Brancas	Negras
117939	99	2313	685	16243	35294	46813

Fonte: PNAD 2015

Tabela 2. Valor do coeficiente *D* na equação 1, que indica o tamanho da divisa racial para a variável de interesse. Regressão indica o tipo de regressão efetuada. Renda per capita indica o valor de *D* e o erro padrão deste valor quando renda per capita é usada como indicador de renda. Renda total indica o valor de *D* e o erro padrão quando renda total é usada como indicador de renda. “***” indica que o coeficiente é significativo com 99% (p.valor < 0.01).

Variável de interesse	Regressão	Renda per capita	Renda total
tecnologias	Poisson	-0.11*** (0.002)	-0.09*** (0.002)
carro	logística	-0.94*** (0.015)	-0.90*** (0.015)
moto	logística	0.26*** (0.024)	0.42*** (0.024)
casa própria	logística	-0.18*** (0.019)	-0.11*** (0.019)
número de cômodos	Poisson	-0.08*** (0.003)	-0.06*** (0.002)
prestação	linear	-0.27*** (0.031)	-0.21*** (0.031)

Fonte: Dados PNAD 2015 elaborados pelo autor.

Notas: “***” indica p-valor<0.01.

Tabela 2 indica a divisa racial para as variáveis de interesse. Todas as variáveis que não a posse de motocicleta são negativas e significativamente diferentes de zero. Isto significa que para todas as variáveis (que não posse de motocicleta) há uma divisa racial onde famílias negras têm menos bens do que uma família branca de mesma renda (renda total ou renda per capita). Ou seja, uma família negra tem menos tecnologia em casa, tem menor probabilidade de ter um carro, tem menor probabilidade de morar numa casa própria, tem menos cômodos na casa e paga uma prestação menor se a casa onde mora é própria, do que uma família branca de mesma renda total ou de mesma renda per capita.

Embora não estejamos medindo diretamente o patrimônio das famílias negras em valores monetários, nossas variáveis são indicativas do patrimônio das famílias, e, por todas as medidas menos posse de motos, há fortes evidências de uma divisa racial de riquezas.

A regressão da variável posse de motocicleta usando a renda per capita é curiosa, porque o coeficiente para a renda per capita (a_2 na equação 1) é negativo. Ou seja, posse de moto decresce com o aumento da renda per capita, e não apresenta diferença para as raças. Mas, usando renda total como medida de renda, ambos coeficientes são positivos e significativos, ou seja, há um aumento de probabilidade com o aumento da renda total, e famílias negras têm uma maior probabilidade de ter motocicleta.

Tabela 3 - Valor da divisa racial para as variáveis de interesse, para famílias brancas e negras com o valor mediano de renda per capita (R\$ 858,00 por pessoa) e com o valor mediano de renda total (R\$ 2026,00). Carro, moto e casa própria indicam a probabilidade da família ter esse bem. Prestação esta em salários mínimos.

Variável	Renda per capita de R\$ 858,00 por pessoa		Renda total de R\$ 2026,00	
	Famílias brancas	Famílias negras	Famílias brancas	Famílias negras
tecnologias	5,58	4,97	5,47	5,00
carro	0,56	0,33	0,54	0,32
moto	0,15	0,19	0,14	0,19
casa própria	0,76	0,72	0,75	0,73
número de cômodos	6,15	5,70	6,02	5,68
prestação	0,43	0,33	0,37	0,30

Fonte: Dados PNAD 2015 elaborados pelo autor.

Até agora usamos apenas o sinal do coeficiente D para analisar o resultado. A magnitude do coeficiente é mais difícil de interpretar, pois ela depende da renda. Tabela 3 mostra as diferenças nas variáveis de interesse para uma família com a renda per capita de R\$ 858,00 por pessoa, que é a mediana da renda per capita para a amostra analisada neste trabalho, e para uma família com renda total de R\$ 2026,00 (a mediana da renda total da amostra). A tabela mostra que, enquanto uma família branca com a renda per capita mediana tem (em média) quase 7 tecnologias em casa, uma família negra com a mesma renda per capita tem um pouco mais que 6. Uma família branca naquelas condições tem a probabilidade de 56% de ter um carro próprio, enquanto uma família negra nas mesmas condições tem 33% de probabilidade, e assim por diante. De modo geral, a diferença na posse de carro próprio parece ser a mais severa.

Tabela 4 - Valor do coeficiente T na equação 2, que indica a tendência da divisa racial na variável de interesse. Renda per capita indica o valor de T e o erro padrão deste valor quando renda per capita é usada como indicador de renda. Renda total indica o valor de T e o erro padrão quando renda total é usada como indicador de renda "****" indica a significância do coeficiente é de pelo menos 99% (p-valor < 0.01).

Variável	Renda per capita	Renda total
tecnologias	+0,03*** (0.000)	+0.02*** (0.000)
casa própria	+0,03*** (0,000)	+0,02*** (0,000)
número de cômodos	-0,08*** (0,000)	-0,05*** (0,000)
prestação	-0,14*** (0,045)	-0,13*** (0,045)

Fonte: Dados PNAD 2015 e 2005 elaborados pelo autor.

Notas: "****" indica p-valor<0.01, " " indica p-valor <1.

Resta a questão se a divisa de riqueza para as variáveis tecnologia, casa própria, número de cômodos e prestação estão aumentando ou não com o tempo. Para tanto, faremos a regressão conjunta dos dados de 2005 e 2015, como descrito na equação 2, e olharemos o coeficiente T. Tabela 4 reporta estes resultados.

Pelos valores da tabela, não é claro se, de forma geral, a divisa está aumentando ou diminuindo. Ela está diminuindo para tecnologias e para a probabilidade de ter casa própria, mas aumentando para as variáveis que indicam o tamanho da casa própria (número de cômodos e valor da prestação). Todos os resultados são significativos, mas isso é de se esperar dado que, com os dados de duas PNADs numa só regressão, qualquer diferença será significativa.

5. Discussão

Nossos resultados mostram que há fortes evidências de uma divisa de riquezas entre famílias brancas e negras de mesma renda (renda per capita e renda total) no Brasil. Os resultados são, ao mesmo tempo, mais fortes e mais fracos do que os resultados similares nos EUA, e até onde sabemos é a primeira vez que tal divisa é mostrada para o Brasil. Os resultados são mais fracos, porque estamos estudando variáveis que são indicativas do patrimônio das famílias, mas não estamos medindo o valor monetário deste patrimônio; são mais fortes, pois nossa análise é controlada pela renda, enquanto resultados americanos são agregados para toda a população.

Resta tentar explicar esta desigualdade. Por que uma família negra teria menos patrimônio do que uma família branca de mesma renda total ou mesma renda per capita?

Primeiro, é preciso afirmar que esta pesquisa não tem condições de responder a esta pergunta, só podemos levantar algumas possibilidades, que devem ser exploradas por outros pesquisadores.

Assim, a primeira explicação possível, e a mais provável na nossa opinião, é a transferência intergeracional, tanto positiva quanto negativa. Na transferência intergeracional positiva, a família recebe da geração anterior - seus pais - bens, heranças, ajudas que contribuem na acumulação do patrimônio. Na transferência negativa, a família atual contribui para a manutenção de seus pais, aumentando as despesas e diminuindo o potencial para a acumulação do patrimônio. Uma geração atrás, as diferenças de renda e patrimônio provavelmente eram ainda maiores que as atuais, e, portanto, é provável que a geração anterior de uma família branca é/tenha sido mais rica do que a geração anterior de uma família negra. Assim, é mais provável que famílias brancas tenham recebido mais doações de seus pais, o que contribuiu para a construção do patrimônio. A diferença nas transferências de parentes é a explicação que Oliver e Shapiro (1997) e Shapiro e Kenty-Drane (2005) dão para a divisa de riquezas americana. De uma forma dual, pais mais pobres podem dificultar a acumulação de patrimônio por famílias negras, pois em alguns casos estas famílias precisam sustentar os pais, somando esta despesa na sua despesa mensal.

Outras hipóteses usadas para explicar a divisa de riquezas nos EUA parecem ser menos convincentes para explicar o fenômeno no Brasil. Por exemplo, Keister (2000), Choudhury (2001) e Weller (2009) argumentam que a divisa americana tem um componente importante devido ao acesso diferenciado de famílias negras a serviços financeiros, seja acesso a crédito ou a investimentos com maiores retornos. Não nos parece (mas não temos dados para provar ou refutar essa afirmação) que acesso diferenciado a serviços financeiros seja um fenômeno saliente no Brasil.

Uma outra possível explicação para o fenômeno é que ele não existe. Como dito acima, esta pesquisa avalia variáveis indicativas do patrimônio, mas não o patrimônio diretamente. Um componente do patrimônio que não medimos é a poupança familiar. Se famílias negras têm menos segurança, por exemplo, quanto à permanência num emprego, ou moram em regiões

onde a posse de um carro é desvantajosa ou arriscada, onde a posse de tecnologia em casa é arriscada etc., as famílias podem optar por ter mais poupança e menos “coisas”. Assim, uma família negra pode converter uma maior parte da sua renda em poupança e menos nas coisas que medimos (casa, carro, tecnologias). Para demonstrar esta hipótese, seria necessário um estudo sobre diferenças raciais de poupança e investimentos.

Quanto à evolução da divisa de riquezas, há uma potencial explicação para os resultados mostrados na Tabela 4: com o barateamento de bens de tecnologia, é razoável que a divisa de riquezas diminua com o tempo, já que uma proporção menor da renda precisa ser usada para a compra destes equipamentos. O maior acesso à casa própria de famílias negras em 2015 seria o resultado de ações governamentais de casas populares (que, nesta hipótese, estariam beneficiando levemente famílias negras), mas essas casas populares são menores (e, portanto, há um aumento da divisa no número de cômodos) e mais baratas ou subsidiadas (e, portanto, há um aumento na divisa relativa à prestação da casa própria). Não temos como determinar se essa hipótese é verdadeira. Consideramos que a conclusão mais prudente é apenas que há evidências contraditórias em relação à evolução da divisa de riquezas (pelo menos nos 10 anos analisados).

5. Considerações finais

Este trabalho mostrou, pela primeira vez para o Brasil, que há indícios de uma divisa de patrimônio entre famílias brancas e negras quando controlamos pela renda total e renda per capita da família. Neste trabalho, não analisamos o valor monetário do patrimônio das famílias, mas algumas variáveis que indicam este patrimônio, como a presença de bens em casa, a posse da casa, de carro e de motocicleta, o número de cômodos e a prestação da casa. A não ser pela variável posse de motocicleta, todas as variáveis mostram uma desvantagem para famílias negras. Não há evidências fortes de que a desigualdade de patrimônio se modificou nos últimos 10 anos.

Parece-nos que a explicação mais provável para essa divisa é a transferência intergeracional de bens, tanto positiva como negativa. Na transferência positiva, a geração anterior das famílias transfere bens, heranças, etc. para a família, o que contribui na acumulação de patrimônio. Na transferência negativa, a família atual ajuda na manutenção da geração anterior, diminuindo

a renda disponível para a construção do patrimônio. Dado que é provável (mas não demonstramos isso) que as diferenças de renda e de patrimônio sejam mais acentuadas para a geração anterior, isto explicaria que famílias negras provavelmente têm uma maior transferência negativa com a geração anterior, enquanto famílias brancas têm provavelmente uma maior transferência positiva. Esta hipótese demonstra concretamente como desigualdades no passado se transferem para o presente.

Agradecimentos: O autor gostaria de agradecer a Christina Sue (Universidade do Colorado) e Salvador Rivas (Universidade de Luxemburgo) por discussões que levaram a escrita deste artigo. O artigo também se beneficiou dos comentários do revisor anônimo. Erros e omissões são de responsabilidade única do autor.

Referências

- ALBIERI, Sonia; BIANCHINI, Zélia M. (2015), “Principais aspectos de amostragem das pesquisas domiciliares do IBGE - Revisão 2015”. Rio de Janeiro: IBGE. Texto para Discussão n. 55.
- BAILEY, Stanley R. et al. (2013), “Measures of ‘Race’ and the analysis of racial inequality in Brazil”. *Social Sci. Res.*, v. 42, n. 1, pp.106-119.
- BARATA, Rita B. et al. (2007), “Desigualdades de saúde segundo cor em pessoas de 15 a 64 anos de idade no Brasil, 1998” *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, p. 305-313.
- BARSKY, Robert et al. (2002), “Accounting for the black-white wealth gap A Nonparametric Approach”. *Journal of the American Statistical Association*, ASA, v. 97, n. 459, p. 663-673.
- CHOR, Dora; LIMA, Claudia R. de A. (2005), “Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 5, pp. 1586-1594.
- CHOUDHURY, Sharmila. (2001), “Racial and ethnic differences in wealth and asset choices”. *Social Security Bulletin*, v. 64, p. 1.
- DANIEL, Reginald. (2007), *Race and Multiraciality in Brazil and the United States: Converging Paths?* University Park, PA: PennState University Press.
- HASENBALG, Carlos. (1985), “Race and Socioeconomic Inequalities in Brazil”. In: FONTAINE, Pierre M. (ed.). *Race, Class and Power in Brazil*. Los Angeles: CAAS Publications University of California, cap 3.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson V. (1998), “Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional no Brasil”. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1998, Caxambu.

HERNIQUES, Ricardo. (2001), “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão n. 807.

KABA, Amadu. (2011), “Explaining the causes of the black-white wealth gap in the United States”. *Sociology Mind*, v. 1, n. 3, pp. 138–143.

KEISTER, Lisa A. (2000), “Race and wealth inequality: The impact of racial differences in asset ownership on the distribution of household wealth”. *Social Science Research*, v. 29, n. 4, pp. 477–502.

KOCHHAR, Rakesh.; FRY, Richard.; TAYLOR, Paul. (2011), *Wealth Gaps Rise to Record Highs Between Whites, Blacks and Hispanics*. Washington: Pew Research Center. Disponível em: http://pewsocialtrends.org/files/2011/07/SDT-Wealth-Report_7-26-11_FINAL.pdf. Acesso em: maio de 2012.

LESSA, Carlos. (2007), “O Brasil não é bicolor”. In: FRY, Peter et al. (ed.). *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LUMLEY, Thomas. (2004), “Analysis of complex survey samples”. *Journal of Statistical Software*, v. 9, n. 1, pp. 1-19.

MARX, Anthony W. (1998), *Making Race and Nation: A Comparison of South Africa, the United States, and Brazil*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.

MUNIZ, Jerônimo O. (2010), “Sobre o uso da variável raça-cor em estudos quantitativos”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, pp. 277–291.

OLIVEIRA, Fátima. (2002), *Saúde da população negra: Brasil Ano 2001*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: http://www.opas.org.br/coletiva/UploadArq/Saude_Pop_Negra.pdf. Acesso em: Maio 2012.

OLIVER, Melvin; SHAPIRO, Thomas. (1997), *Black wealth, white wealth: A new perspective on racial inequality*. New York, NY: Routledge.

PINHEIRO, Luana et al. (2009), *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 3 ed. Brasília: IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro_RetratoDesigual.pdf. Acesso em: Maio de 2012.

RIBEIRO, Carlos A. C. (2006), “Classe, raça e mobilidade social no Brasil”. *Dados*, v. 49, p. 833–873.

RIBEIRO, Carlos A. C. (2011), “Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil”. *Dados*, v. 54, p. 41–87.

SANTOS, José A. F. (2011), “Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil”. *Dados*, v. 54, p. 5–40.

SHAPIRO, Thomas; KENTY-DRANE, Jessica. (2005), “The racial wealth gap”. In: CONRAD, Cecilia et al. (ed.). *African-Americans in the US economy*. Lanham, MD: Rowman& Littlefield Pub Inc. pp. 175–181

SILVA, Nelson D. V. (1985), “Updating the cost of not being white in Brazil”. In: FONTAINE, Pierre (ed.). *Race, Class, and Power in Brazil*. Los Angeles: Center for Afro-American Studies. pp. 42–55.

TELLES, Edward E. (2004), *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

TRAVASSOS, Claudia; WILLIAMS, David R. (2004), “O conceito e mensuração de raça em relação à saúde pública no Brasil e nos Estados Unidos”. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 20, n. 3, pp. 660–678.

US CENSUS BUREAU. (2012), Statistical abstract of the United States. Disponível em: <<http://www.census.gov/prod/2011pubs/12statab/income.pdf>>. Acesso em: Agosto 2013.

WAINER, Jacques; COVIC, André. (2010), “Ethnic digital exclusion in Brazil: National and regional data from 2001 to 2004”. *Information Technologies and International Development*, v. 6, n. 1, pp. 34–47.

WELLER, Christian. (2009), “Credit access, the costs of credit and credit market discrimination”. *The Review of Black Political Economy*, v. 36, n. 1, pp. 7–28.

WOLDOFF, Rachael A. (2008), “Wealth, human capital and family across racial/ethnic groups: Integrating models of wealth and locational attainment”. *Urban Studies*, v. 45, n. 3, pp. 527–551.

Contágio social em tribunais do júri

Marcela Zamboni*

Jairo Rocha de Faria**

RESUMO

Este trabalho foi realizado nos dois Tribunais do Júri de João Pessoa, entre os anos de 2015 e 2017. A partir da realização de entrevistas semiestruturadas com os juízes leigos, apresentamos uma reflexão acerca do funcionamento desses tribunais e do poder estabelecido entre os envolvidos na produção da sentença. Em seguida, utilizamos um modelo de contágio, amplamente utilizado na Sociologia Matemática e ajustado com os achados da pesquisa, a fim de explorar as dinâmicas do contágio social entre os jurados. Tanto a pesquisa qualitativa quanto os resultados da aplicação do modelo permitem concluir que os vícios de permanência do corpo de jurados, traduzidos na distinção entre juízes leigos neófitos e profissionais, podem comprometer significativamente a isenção do julgamento, em flagrante conflito com os princípios norteadores do tribunal do júri.

Palavras-chave: tribunal do júri; juízes leigos; contágio social.

* Professora e pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB, e coordenadora do GRAV (Grupo de Relações Afetivas e Violência). Endereço: Cidade Universitária, s/n - Castelo Branco III, João Pessoa - PB, 58051-900.

** Professor do Departamento de Computação Científica e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Matemática e Computacional da UFPB.

ABSTRACT**SOCIAL CONTAGION IN THE JURY COURTS**

This work was carried out in the two Jury Courts of Joao Pessoa between the years 2015 and 2017. From semi-structured interviews with the lay judges, we present a reflection about the functioning of these courts and the power established among those involved in the production of the sentence. Next, we used a mathematical model of contagion, widely used in mathematical sociology and adjusted with the findings of the research, in order to explore the dynamics of social contagion among jurors. Both the qualitative research and the results of the application of the model allow us to conclude that the vices of permanence of the body of jurors, translated in the distinction between professional lay and neophyte ones can significantly compromise the exemption of the trial, in flagrant conflict with the guiding principles of the court of the jury.

Keywords: jury court; lay judges; social contagion.

Introdução

O homem que disse - eu prefiro ter sorte do que ser bom - viu profundamente a vida. As pessoas têm medo de enfrentar como grande parte dela é dependente da sorte. É assustador pensar que ela está fora de seu controle. Há momentos em um jogo quando a bola atinge o topo da rede, e, por uma fração de segundos, ela pode avançar ou retroceder. Com um pouco de sorte, ela vai para a frente e você ganha. Ou talvez não, e você perde (livre tradução do monólogo de Wood Allen, do filme *Match point*).

É certo que os princípios que fundamentam a existência dos tribunais no Brasil têm como alicerce o bem julgar. Por outro lado, pode-se afirmar que parte das decisões proferidas no *setting* de produção da pesquisa, que vem sendo realizada nos dois tribunais do júri da cidade de João Pessoa desde 2011, contam com uma dose significativa de sorte, não só pela natureza incerta da produção da sentença, mas também porque os vícios lá encontrados podem beneficiar ou não os réus, a depender das perspectivas morais dos julgadores. Tal como no monólogo supracitado, a vida dos réus parece estar em grande medida marcada por elementos imponderáveis de sorte ou azar.

Uma pequena amostra da assertiva acima será apresentada neste artigo com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os juízes leigos

dos dois tribunais do júri da cidade de João Pessoa (dados de 2015 a 2017), além de algumas observações do campo de pesquisa. Através da exploração de um modelo da Sociologia Matemática, pretendemos problematizar a propagação do contágio social entre os jurados.

De fato, um dos achados deste trabalho foi a constatação de que, no fórum criminal de João Pessoa, a rotatividade no alistamento do tribunal do júri estava sendo descumprida, permitindo que uma parte dos jurados fosse reconduzida para os anos seguintes. Outro achado importante da pesquisa foi que, embora a regra de incomunicabilidade seja observada durante as sessões de julgamento, ela parece obsoleta diante das novas possibilidades de comunicação da sociedade em rede (CASTELLS, 1999), principalmente através de aplicativos de mensagens instantâneas para *smartphones*, o que pode interferir na convicção pessoal do jurado.

Este contraste entre o regramento do ritual e os “atos do mundo diário” (DAMATTA, 1983 apud SCHRITZMEYER, 2012, p. 137) inspirou, dentre outras demandas, às seguintes questões: de que forma a falta de rotatividade na lista de jurados pode criar empreendedores morais (BECKER, 2008)? Como a rede de comunicação do conselho de sentença pode amplificar a influência dos empreendedores morais e contaminar a isenção do tribunal do júri?

Segundo Becker (2008), os empreendedores morais podem ser divididos em reformadores cruzados, ou criadores de regras, e impositores morais. No primeiro caso, a ação do grupo é considerada sagrada, sendo qualquer meio válido para extirpar aquilo que é tomado como o mal. Haveria, portanto, uma clara preocupação com o conteúdo das regras. Já os impositores estariam interessados, em princípio, com a manutenção da regra, já que dela dependeria a sua posição profissional ou modo de vida.

Considerando o caráter variável do julgamento e a liberdade de interpretação dos operadores jurídicos nos tribunais do júri, pode-se atribuir a tais profissionais tanto o lugar de reformadores cruzados quanto de impositores morais. Aos juízes leigos, restaria apenas a segunda opção, já que lhes cabe a decisão do julgamento, mesmo diante das influências e dificuldades de interpretação. Deve-se enfatizar a preocupação de parte deles com o reconhecimento do papel desempenhado tanto pelos seus pares quanto pelos operadores jurídicos e ainda com as possibilidades hermenêuticas que são incorporadas na produção da sentença.

Através de um modelo da Sociologia Matemática (COLEMAN, 1964), realizamos simulações para melhor compreender como os vícios observados podem propagar valores morais no tribunal do júri. Mais especificamente, adotamos de modo heurístico (WILSON, 1999, p. 573) um modelo epidemiológico que tem sido utilizado em diversas áreas da sociologia, como na difusão de rumores (DALEY; GANI, 2005), na propagação de violência (PATTEN; ARBOLEDA-FLOREZ, 2004), abuso de drogas e tráfico, suicídio, associação de gangues, violência afetivo-conjugal, agressão sexual, *bullying* (SAMPSON et al., 1997), dentre outras.

A tese que se defende, portanto, é que alguns fenômenos sociais são transmitidos de um indivíduo para outro por um contágio social, o que na sociologia de Tarde (2000) foi denominado de contágio imitativo, e que esta transmissão se dá de modo análogo a um contágio epidêmico.

Devemos ressaltar que a postura adotada em nossa análise sociológica, amparada também por um modelo matemático, corrobora com a apresentada por Wilson (1999), que afirma:

(...) podemos e devemos fazer uso de modelos matemáticos para descobrir relações em nossos dados e esclarecer nossas ideias a respeito de como uma coisa se liga a outra num caso particular. Mas não podemos ver na matemática o idioma próprio para a formulação de conceitos e proposições fundamentais que ensejem uma ciência natural de sociedade (p. 575).

Neste sentido, o modelo de contágio pode ser utilizado como instrumento adequado na concepção de princípios e postulados acerca do tribunal do júri. Mais especificamente, utilizamos o modelo para investigar como a inobservância das normas jurídicas pode afetar a propagação de valores.

Este trabalho está organizado em quatro seções. A primeira trata da discussão teórico-metodológica que norteou a pesquisa. Em seguida, introduzimos os conceitos de juízes leigos neófitos e profissionais que evidenciam os já mencionados vícios. O distanciamento entre os mundos social e jurídico é discutido na terceira seção. O modelo matemático para a análise do contágio social nos tribunais do júri é explorado na quarta seção. Finalmente, apresentamos nossas considerações finais.

1. Discussão teórico-metodológica

A motivação inicial do projeto de pesquisa que resultou neste trabalho foi a realização de um levantamento acerca da percepção dos operadores jurídicos em casos de homicídio afetivo-conjugal, que teve início em 2011 nos mesmos tribunais do júri deste artigo. A partir da dissonância entre as normas legais e as práticas procedimentais observadas no *setting* de julgamento, nos propomos a investigar o funcionamento dos tribunais do júri e como estas divergências poderiam influenciar nas suas decisões. Neste sentido, os momentos que antecederam os julgamentos e os bastidores desses rituais de interação observados desde o início da pesquisa foram fundamentais à problematização apresentada aqui e corroboraram com os resultados das entrevistas que serão apresentados.

Lima (1999) afirmaria que houve uma incorporação voluntária ou involuntária da pesquisa. A fachada silenciosa e contida dos juízes leigos durante quase todo o ritual dos julgamentos e observada ao longo da pesquisa só pode ser mais bem compreendida dentro de um contexto de análise de rituais do júri mais amplo. Os achados da pesquisa relativos ao ritual de interação e à análise situacional podem ser encontrados em publicações anteriores (ZAMBONI; OLIVEIRA, 2015; 2016).

Como principal instrumento de análise, apresentaremos os resultados das cinquenta entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com juízes leigos, concedidas tanto nos tribunais do júri quanto em outros locais de preferência dos pesquisados (local de trabalho ou residência). Constatamos que, longe dos olhares e dos ouvidos da mencionada instituição jurídica, os temas abordados foram tratados com mais descontração.

A partir da pesquisa de campo que pavimentou este trabalho, a necessidade de investigar o cumprimento das regras que dão sustentação ao estatuto do tribunal do júri tornou-se imperativa. Em especial, buscamos identificar as falhas do bem julgar, a exemplo do tempo de atuação do juiz leigo, do tipo de relação estabelecida entre os juízes leigos e desses com os operadores jurídicos.

Uma questão crucial para a exploração dos primeiros resultados de nossa pesquisa foi como estas falhas favorecem o surgimento de impositores morais e contribuem para a disseminação de valores – neste trabalho, denominados de contágio social –, interferindo nas decisões do conselho de sentença.

A fim de analisar, sob a ótica da Sociologia Matemática, os achados das entrevistas relacionados aos vícios encontrados no tribunal do júri, dois modelos bastante evidenciados na literatura se apresentaram, inicialmente, como alternativas viáveis para este estudo: o primeiro, através da análise de redes sociais, e o segundo, através de modelos epidemiológicos.

Embora o primeiro modelo venha desempenhando nos últimos anos um papel de relevância na Sociologia Matemática, a construção da rede social de um tribunal de justiça não é viável pela falta de registros disponíveis, ao contrário de outras redes sociais como a rede de coautoria de artigos científicos e a rede de atores de filmes, que desempenham importante papel na análise e modelagem de redes sociais (BARABÁSI, 2002). Além do mais, tais relações de amizade não são desejáveis entre aqueles que compõem o tribunal do júri.

Por outro lado, Coleman (1964, p. 46) afirma que, embora alguns modelos tenham sido desenvolvidos para o estudo da propagação de doenças contagiosas, eles podem ser aplicáveis aos fenômenos socialmente contagiosos. O autor ainda previu que seria apenas uma questão de tempo até que fenômenos sociais, como o crescimento de manias e modas, propagação de notícias, aumento e queda de demagogos, entre outras situações, estivessem sujeitos à análise através desses modelos de difusão, que representam um tipo de teoria sintética nas ciências sociais.

Wilson (1999), por sua vez, ilustra a tese heurística através do uso de um modelo de “difusão de mensagens boca a boca”, onde conclui:

Sem dúvida, essa historieta foi contada como advertência contra certo tipo de ingenuidade na elaboração de experiências (...). O ponto mais importante a ser notado é que, estabelecidas as regras (...), o modelo forneceu uma descrição empiricamente adequada que podia ser útil para diversas finalidades. Além de aplicações práticas, como estimar a quantidade de tempo necessária para se espalhar um determinado boato, o modelo podia ser usado para entender um pouco as implicações das regras que presidiam às regularidades por ele representadas (p. 574).

Por conseguinte, neste trabalho, adotamos o já amplamente estudado modelo de Kermack-McKendrick (KERMACK; MCKENDRICK, 1927) para sustentar nossa análise sociológica sobre a propagação de vícios nos tribunais do júri.

Antes, no entanto, devemos lembrar quem são os atores que compõem o cenário analisado e quais são as regras do jogo.

2. Juízes leigos: dos neófitos aos profissionais

No rito processual, em momento anterior ao envio do processo penal ao tribunal do júri, o promotor de justiça denuncia a autor do crime, com base no inquérito policial que é encaminhado ao Ministério Público. A denúncia é então analisada pelo juiz de direito, que cita e interroga o acusado, além de ouvir as testemunhas de acusação e de defesa. Ao final desta fase, o promotor público e o advogado de defesa encaminham as suas alegações finais para que o juiz possa proferir a pronúncia, impronúncia, desclassificação ou absolvição¹ do réu. Em caso de pronúncia, encaminha-se o processo criminal ao Tribunal do Júri, órgão de justiça responsável pelos julgamentos de todos os crimes dolosos contra a vida, na sua forma tentada ou consumada: o homicídio, o infanticídio, o aborto e ainda a instigação, o induzimento ou o auxílio ao suicídio.

O colegiado de cada tribunal do júri é formado por um juiz-presidente, magistrado do poder judiciário; por sete juízes leigos ou representantes da sociedade civil; pelo promotor público e pela defensoria pública ou advogado particular. Depois da disputa que se estabelece entre as teses de defesa e de acusação, cabe ao conselho de sentença (formado pelos juízes leigos), condenar ou absolver o réu. Na primeira hipótese, o juiz togado² define a dosimetria da pena.

Os jurados são também conhecidos como juízes leigos, júri, júri popular, tribunal do povo, colegiado popular ou tribunal popular (LOREA, 2003, p. 07). Esses representantes diretos da sociedade civil são escolhidos segundo o critério de idoneidade. No entanto, há uma controvérsia no meio jurídico que divide as posições entre aqueles que pretendem ampliar a participação dos juízes leigos dentre os representantes de diversos setores da sociedade

1 A pronúncia do juiz significa o reconhecimento de indícios de autoria e provas materiais do crime doloso contra a vida. Neste caso, o processo segue as regras definidas pelo Tribunal do Júri. A impronúncia ocorre quando o juiz duvida da existência do crime ou da participação do réu, sendo considerada um tipo de sentença. Já a absolvição sumária pode ocorrer em dois casos: quando há comprovação da inexistência do fato ou quando o crime não é tomado como infração penal, a exemplo da legítima defesa. Assim como a impronúncia, a absolvição sumária é um tipo de sentença onde se avalia o mérito da ação.

2 Bacharel em Direito e servidor público do Estado.

e os que defendem o aspecto intelectual como critério de seleção (LOREA, 2003, p. 35).

Nos casos de crimes dolosos contra a vida, não os é outorgado conhecimento técnico-científico na área jurídica. Mais do que isso, pretende-se dar lugar aos mais diversos representantes da sociedade civil, capazes de julgar em que medida a ação delituosa fere as regras sociais e morais ou pode receber a benesse do perdão. Deve-se destacar, portanto, a particularidade e liberdade de tomada de decisão deste corpo de jurados.

Cabe lembrar que, diferentemente dos demais tribunais de justiça, o júri tem o poder de absolver um réu culpado, ou seja, o seu veredito é soberano. Como destaca Nucci (2014),

o tribunal, ao dar provimento ao apelo, embora não possa invadir o mérito e apenas determine a realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri (atuando outro conselho de sentença), está, na essência, revendo a decisão e valorando, sob seu ponto de vista, a prova existente. Tal medida é incabível e inconstitucional. (pp. 461-462).

A importância da existência do júri foi enfatizada no trabalho de Sestini (1979), através do relato de um advogado de defesa:

O júri existe no Brasil e em outros países, para fazer aquilo que o juiz togado não tem condições de fazer pela expressão fria da lei. Os jurados não julgam crimes, mas criminosos, o que os diferencia dos juízes togados e do julgador profissional. (p. 131).

Na medida em que nos afastamos da “expressão fria da lei” mencionada acima, criamos um espaço onde o exercício de se colocar no lugar do outro se faz necessário, permitindo inclusive que a empatia e o perdão deem espaço à condenação até mesmo de réus confessos, eximindo-os de qualquer sanção legal. Mas, como será explicitado no texto, a importância do júri destacada na citação acima deu lugar a um sentido diverso, criado a partir da distinção entre juízes leigos neófitos e profissionais. A ideia de que os sentimentos expressos de forma espontânea costumam ser tomados como mais elegantes, segundo o padrão formal do intercâmbio ritualístico e em oposição aqueles elaborados de forma consciente (GOFFMAN, 2011, p. 30), é diametralmente oposta à dos juízes leigos profissionais.

A necessidade de um quadro mais amplo do *modus operandi* dos tribunais do júri, independente dos tipos de crime³ e dos atores envolvidos, tem sido apontada também em outras pesquisas (SESTINI, 1979; CORRÊA, 1983; ADORNO, 1994; JUNQUEIRA, 1996; IZUMINO, 1998; LIMA, 1999; SADEK, 2001; MISSE; VARGAS, 2007; RATTON; CIRENO, 2007; RIBEIRO, 2009; DEBERT et al., 2008 etc.). Devem-se considerar as regras de funcionamento explícitas e/ou ocultas em cada tribunal e que as possíveis variações entre as normas procedimentais e o dia a dia do júri dependem em grande medida daqueles que detêm o poder de decisão.

Um dos problemas do descumprimento das regras legais nos tribunais do júri refere-se ao princípio de rotatividade e tempo de atuação dos juízes leigos. Segundo o Código de Processo Penal (CPP) em seu artigo 426, § 4º, o jurado que tiver participado do “Conselho de Sentença nos 12 (doze) meses que antecederem à publicação da lista geral fica dela excluído” (BRASIL, 1941).

Neste trabalho, consideramos que o princípio de igualdade no âmbito da justiça não pressupõe uma divisão aritmética de tudo entre todos, devendo-se considerar a magnitude relativa entre aqueles que realizam a distribuição, a partir de um princípio de equivalência. A manutenção da ordem ancora-se em uma ilusão, considerando a distância estabelecida entre as reivindicações ideais dos atores, a realidade oculta dos interesses e a necessidade de coação (BOLTANSKI, 2000, pp. 32-39).

Podemos utilizar aqui a imagem de uma estrutura piramidal da justiça brasileira, marcada pela separação e hierarquia que revela a sua forma desigual, apesar de complementar, tal como aquela apresentada por Lima (1999):

(...) Quem está no topo, no vértice, é o único que tudo vê, cuja perspectiva é a verdadeira, pois os demais elementos têm apenas visões parciais do conjunto, tanto mais distorcidas quanto mais próximos à base se encontrem. (p. 25).

Em pesquisa realizada nos mesmos tribunais do júri, Zamboni e Oliveira (2015, p. 47) questionaram o amplo apoio a tais instituições por parte dos operadores jurídicos, que destacaram a possibilidade de condenação dos acusados, mesmo diante de provas irrefutavelmente frágeis. Os alvos pre-

3 Deve-se enfatizar que não se trata de afirmar a inexistência das especificidades nos crimes que são julgados nos tribunais do júri.

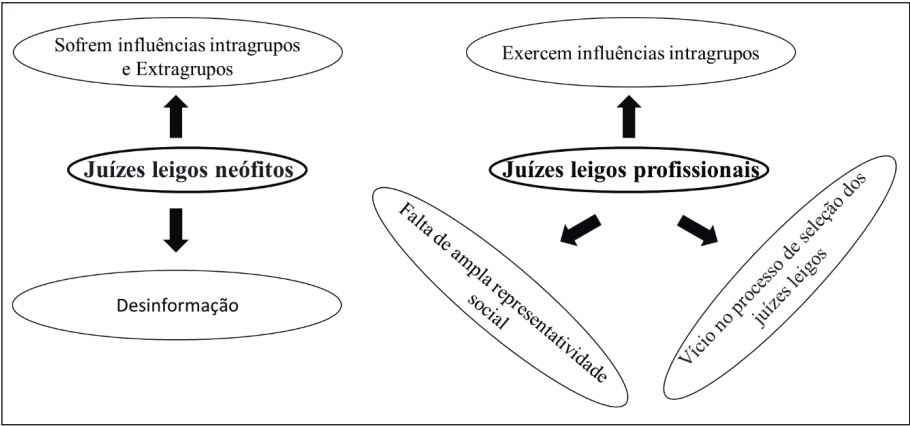
ferenciais de tais condenações já foram objeto de diversos estudos no Brasil (FAUSTO, 1984; ADORNO, 1994; LIMA, 1999; MISSE, 2010, etc.), havendo um claro recorte de classe, cor, estilo de vida etc.

Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são ‘marginais’, ‘violentos’, ‘bandidos’. (MISSE, 2010, p. 18).

Apesar de constataremos sinais de movimentação na lista anual de jurados a partir de 2016, em contrapartida às informações coletadas em 2015⁴, a figura dos “jurados vitalícios” ainda se faz presente nos dois tribunais do júri de João Pessoa. Dentre os casos registrados, podemos citar alguns emblemáticos: a. vinte anos de júri, com seis anos de afastamento; b. oito anos, com dois anos de intervalo; c. dezessete anos ininterruptos. Nossos achados corroboram com estudos que têm demonstrado uma tendência à longevidade⁵ do corpo de jurados e ao descumprimento dos critérios de rotatividade ou substituição da lista desses, entre um ano e outro (LOREA, 2003; BATITUCI; CRUZ, 2006; FACHINETTO, 2012).

A fim de evidenciar o tempo de atuação dos juízes leigos, dividiremos esse grupo em duas categorias: neófitos e profissionais (Figura 01).

Figura 1 - Juízes leigos neófitos e Juízes leigos profissionais.



4 Não sabemos se tal mudança está relacionada com a pesquisa, já que essa pode ser tomada também como uma forma de controle das práticas jurídicas.

5 A fiscalização de tal lista é atribuição do Ministério Público (LOREA, 2003, p.43).

Um dos problemas decorrentes da violação ao CPP em relação ao tempo de permanência dos jurados refere-se às relações de proximidade e familiaridade observadas durante a pesquisa não só entre o grupo dos juízes leigos, mas também desses com os operadores jurídicos. Nesta lógica de funcionamento, os jurados profissionais e os operadores jurídicos lançam mão da máscara (em termos goffmanianos) de “cicerones” dos jurados neófitos ou “aprendizes”, apresentando a eles o mundo jurídico e influenciando os seus olhares.

Se a preocupação com o princípio de rotatividade, a fim de evitar a permanência dos jurados profissionais, é importante, deve-se também destacar aqui a falta de informação e preparo de alguns recém-chegados. Mesmo já tendo atuado como jurada, uma das entrevistadas desconhecia a possibilidade de fazer perguntas ou solicitar esclarecimentos durante o julgamento, a fim de dirimir dúvidas acerca do caso:

Entrevistadora: “Podemos observar em pesquisa anterior realizada no fórum que em geral, os juízes leigos não costumam fazer perguntas durante o julgamento. Por que?”

Entrevistada: “Acho que é porque não é permitido, né?”

Entrevistadora: “Não. É permitido”.

Entrevistada: “E é?”

Entrevistadora: “É permitido, a senhora sabia?”

Entrevistada: “Não” (Entrevista 03).

Não se pode desconsiderar também que a falta de rodízio caracteriza uma violação ao princípio mais geral da existência do corpo de jurados, que é a efetiva participação da sociedade, através de seus diversos representantes. Além disso, a familiaridade entre os envolvidos é danosa porque a seleção dos atores que julgam pode ser constituída de informações prévias sobre os julgadores.

Tanto o contato entre as partes envolvidas no julgamento quanto as teses jurídicas apresentadas podem ser tomados como aspectos relevantes para o bem julgar. Por outro lado, particularmente quando há certa repetição dos representantes da defesa e da acusação, podem haver preferências ou recusas⁶ por ambas às partes. Além da perda de naturalidade, haveria também a quebra da

6 Pode haver até três recusas para cada parte (defesa ou acusação), sem qualquer justificativa para tais substituições.

imparcialidade plena do jurado, como representante da sociedade que julga um caso inédito (NUCCI, 2014, p. 174). Neste sentido, deve-se analisar a agência do agente e a agência da estrutura como dispositivos que podem ser acionados segundo as gramáticas situacionais apropriadas e necessárias (WERNECK, 2013, p. 707). Em determinadas situações, pode-se chegar a acordos justificáveis e universalizáveis capazes de sustentar a denúncia como simples relação de forças tomadas como relações de justiça (BOLTANSKI, 2000, p. 69), a exemplo da preferência de jurados homens, por parte dos defensores públicos, e do gênero oposto, por parte da promotoria, quando se julga um caso de feminicídio⁷.

“O julgamento não pode ocorrer por falta de quórum” foi o que declarou uma das entrevistadas quando do encontro com nove juízes leigos fora dos tribunais do júri, referindo-se ao Art. 463 do CPP que menciona a necessidade da presença de pelo menos quinze jurados, para que o processo de julgamento possa ser iniciado. A situação pode ser tomada como

(...) um *setting* ao mesmo tempo de acontecimento, da experiência, da própria vida social em sua fenomenologia, e da moral, do aparato de verificação pelos actantes da efetividade – em termos do bem – do que acontece. (WERNECK, 2013, p.712).

Uma das definições acerca da diferença entre a sociologia da moral⁸ e a sociologia moral é a de que, no primeiro caso, poder-se-ia considerar a moralidade como variável dependente e, no segundo, como variável independente (VANDENBERGHE, 2015, p.67). Tal distinção não parece apropriada quando se reflexiona a relação de interdependência entre a moral dos responsáveis pelo julgamento e o mundo social. Assim, não se pode considerar, por exemplo, que o tempo de permanência e o perfil dos juízes leigos devam ser tomados como variáveis dependentes que explicariam, de forma irrestrita, as falhas do “bem julgar”. Por outro lado, deve-se refletir acerca da relação que se impõe entre os descumprimentos legais e a produção da sentença.

7 Segundo os operadores jurídicos entrevistados nos mesmos tribunais do júri (ZAMBONI; OLIVEIRA, 2016), as mulheres costumam ser mais sensíveis aos casos de feminicídio, julgando os homens com mais severidade.

8 Tal como no trabalho de Pharo (2015, p. 199), há de se distinguir neste artigo os termos “ética” e “moral”, sendo o primeiro mais adequado para se referir as condutas da vida prática e o segundo, um conjunto de regras ou doutrina social. Quando se trata da sociologia moral, deve-se expandir o termo moral, a partir da definição entre o que é bom ou mau, proibido ou aceito etc.

3. Do saber leigo ao técnico

Estudos na área das Ciências Sociais jurídicas (SESTINI, 1979; CORRÊA, 1983; ADORNO, 1994; SADEK, 2001; SCHRITZMEYER, 2007; BLAY, 2008; FACHINETTO, 2012; ZAMBONI; OLIVEIRA, 2016; entre outros), têm reiterado o uso excessivo da linguagem técnica e investimento performático, por parte dos operadores jurídicos, a fim de convencer os jurados de suas teses. O resultado de tal atuação costuma variar entre o encantamento, o aborrecimento, a impotência ou o constrangimento daqueles que não compreendem os códigos do ritual de julgamento, mesmo quando já ocupam o banco decisorio e não se eximem de proferir sentença. Tais sentimentos foram também observados em nossa pesquisa. Sobre o processo de admiração dos juízes leigos, um deles mencionou a postura do juiz:

De confiança porque ele falava que o jurado era em primeiro lugar. Ele chegava, dava bom dia, ia, dava boa noite. (...) muito simpático ele. E a gente, quando olhava para ele, fazia: nossa, ele vai ser chato. Na verdade, ele não era chato. Ele era, ele era, eu achei uma coisa muito interessante, amistoso. (...) teve uma vez que um réu estava lá e não tinha tomado café. O juiz pediu para um oficial comprar um lanche e dar para ele comer e o juiz que pagou. Achei muito interessante. (Entrevista 6).

Durante os rituais dos julgamentos observados, o frequente silêncio dos juízes leigos não parecia apenas indicar que os casos em pauta eram apresentados sem que restassem dúvidas e desejo de indagações. Além da preocupação desses atores com a exposição de sua própria imagem, em casos amplamente divulgados pela imprensa, e do receio de alguma retaliação por parte dos réus ou de familiares, ficou claro que há um desconforto entre o corpo de jurados relativo à atuação dos operadores jurídicos. A possível repreensão do juiz e o temor em ser constantemente citado pela defesa e/ou acusação, após pedido de esclarecimento das teses apresentadas, foram também destacados como possíveis causas do emudecimento, ultrapassando, em grande medida, as diferenças intelectivas e profissionais que existiam entre eles. Segundo o relato de uma das juízas leigas entrevistadas:

(...) a maioria são pessoas leigas que não têm muito conhecimento, a gente procura se ater ao que a defesa e ao que a acusação falam duran-

te o julgamento. Ao que mais ou menos a gente entende, vamos dizer assim, superficialmente. Aí não há, o juiz sempre pergunta: alguma dúvida? Algum questionamento? Geralmente é algum receio de fazer alguma pergunta inadequada, essa é a verdade. (Entrevista 08).

Apesar do relato acima, os juízes leigos destacaram a importância da experiência de vida como contraponto ao conhecimento técnico. Entre um e outro, a primeira deveria prevalecer. Tal resposta corrobora com a própria razão de ser do conselho de sentença. Se o conhecimento técnico fosse determinante, os juízes leigos não teriam assento decisório nos tribunais do júri. Por outro lado, a utilização de termos técnicos foi mencionada como um obstáculo à compreensão mais ampla dos casos julgados e a consequente manipulação do corpo jurídico, resultando, em alguns casos, na produção de sentença não pretendida por parte dos jurados. Mesmo diante das falhas elencadas, os jurados declararam que são a favor da continuidade dos tribunais do júri, porque com tal participação popular seria possível garantir certa justiça social.

Para Schritzmeyer (2007, pp. 111-112), os argumentos contrários ou favoráveis à existência do tribunal do júri são diversos. Aos favoráveis, por exemplo, costuma-se alegar que o esforço despendido pelos operadores jurídicos em utilizar linguagem acessível aos juízes leigos resultaria em maior publicidade e “administração da justiça”. Por outro lado, destaca-se a necessidade de rigor técnico, considerando a natureza complexa dos crimes.

Segundo os juízes leigos, o vocabulário utilizado por alguns operadores jurídicos marca o distanciamento entre o mundo social e o jurídico. A linguagem excessivamente técnica parece ofuscar a objetividade dos casos, podendo confundir e enganar o corpo de jurados. As razões que levam os operadores jurídicos a elaborarem questões de difícil compreensão ou apresentarem o caso utilizando-se de linguagem rebuscada, considerando o nível educacional médio do cidadão brasileiro, não se restringem às insensibilidades dos agentes. A tentativa de influenciar o corpo de jurados foi percebida por alguns entrevistados. Segundo o relato de um deles:

Assim, num país que o povo sabe o que é um sim, o que é um não, sabe o que é uma pergunta, que você pode inverter a pergunta ao contrário. O brasileiro se você inverter a pergunta, ele erra. Se você perguntar de um jeito ele sabe, mas se você trocar as palavras ele vai responder errado. Por isso que eu digo, eu acho temerário. (Entrevista 01).

A relação estabelecida entre os operadores jurídicos e os juízes leigos, apesar de amistosa, parece também ser marcada por interesses de sedução, convencimento ou intimidação. Segundo o relato dos juízes leigos, esta seria uma outra estratégia:

Assim, é boa, mas eu acho que ela não é verdadeira. É educada, cortês. Existe todo o elogio, a pompa e a circunstância, porque eles estão buscando o convencimento dos jurados. Você observa que a técnica deles, tanto da acusação quanto da defesa, é: fez o sorteio e eles anotam o nome dos jurados - Já presenciei isso algumas vezes - e quando eles vão fazer as explanações eles nomeiam com quem estão falando. Eu não sei se meio para intimidar, ou se para fazer com que aquele jurado se sinta importante no processo, porque também é uma alegação constante de que tudo ali vai acontecer em função do julgamento do Conselho de Sentença, absolver ou condenar o réu é uma decisão que vai ser apenas lida pelo juiz, mas que vai ser determinada pelo Conselho. Então assim, a reiteração constante dessa responsabilidade que o júri tem é feita tanto de um lado, quanto do outro. Aí quando eu digo assim: “ela é cortês, é educada, mas eu não sei se é verdadeira” é porque eles estão nesse intuito do convencimento, entendeu? E eles vão lançar mão de todos os artifícios que eles tiverem: do chegar perto, falar olhando no olho, do chamar pelo nome, chamar para o processo, para participar, entender o que se passa. (Entrevista 10).

...eu percebo assim na parte bem mais da defesa, eles procuram antes do julgamento conversar, criar uma empatia com a gente. Eu percebo que o Ministério Público não tem essa preocupação, o juiz não tem, não é que eles não nos tratem bem, pelo contrário. Mas eu percebo que a defesa⁹ se preocupa sim, vai se mostrar bem disponível e para mim é óbvio: eles querem criar empatia. Eu chego lá e digo: ‘oh, chegar lá, a defensoria vai dizer isso contigo’, e é óbvio que eles querem seu voto, é só isso. (Entrevista 01).

Para outros, a relação amistosa não era apenas movida pelo interesse ou estratégia profissional. Em alguns casos, o vínculo estabelecido entre os juízes leigos e os operadores jurídicos era também de amizade:

9 Em pesquisa realizada nos mesmos tribunais do júri (ZAMBONI; OLIVEIRA, 2016), os defensores públicos se queixaram do contato prévio entre os promotores públicos e os juízes leigos, destacando certa desvantagem entre defesa e acusação.

Entrevistada: “A gente teve uma relação muito boa. Principalmente porque estávamos lá durante um mês, todo dia. E geralmente tinha, são, se não me engano, só foram dois promotores. E defensores públicos, se não me engano, três. Então queira ou não queira, a gente conversava antes das sessões. Não sobre os casos, mas conversava sobre algum fato. Então tinha uma comunicação bastante dinâmica entre a gente.”

Entrevistadora: “Chegava a ser uma relação afetuada? Ou não? Mais profissional mesmo?”

Entrevistada: “Sim, algumas amizades. Quando a gente terminou, a gente foi fazer um rodízio com o pessoal, chamamos alguns promotores.”

Entrevistadora: “E eles foram?”

Entrevistada: “Foram. Então teve a relação profissional, quando começava o julgamento, era totalmente profissional. Mas fora o julgamento, normal” (Entrevista 10).

Olha, vou tirar pela minha experiência, eu não tive muito esse contato, não. Mas a equipe que estava comigo já tinha já conhecimento, já conhecia, já vinha de outras, outras sessões antigas, então já tinha bastante afinidade, amizade, né? Então, assim, da minha parte, como eu disse a você, eu me senti um peixe fora d’água. (Entrevista 04).

Sestini (1979, p. 163) afirmou que, ao final dos julgamentos, os operadores jurídicos costumavam ser conhecedores dos votos de cada jurado. Os resultados de nossa pesquisa apontam para a mesma direção.

Não foi só a estreita proximidade entre os juízes leigos e os operadores jurídicos que nos fez refletir acerca das regras do tribunal do júri. No decorrer das entrevistas, nos deparamos com a existência de um grupo de *WhatsApp* (aplicativo para a troca de mensagens via *smartphones*) formado apenas por juízes leigos. A sintonia de posição relativa às questões trazidas pelo roteiro de entrevista não nos deixou dúvidas do interesse do grupo nos casos que são julgados nos tribunais do júri, além da intimidade presente naquele espaço virtual.

Com a realização da entrevista com mais de um membro do grupo do *WhatsApp*, algumas semelhanças nas respostas foram observadas, tal como a repetição da sentença: “*é um fato que está sendo julgado ali*”, frequentemente-

te utilizada pelos operadores jurídicos. Quando indagados acerca do recorte de classe nos julgamentos, mais de um entrevistado lembrou o caso de duas meninas que foram brutalmente assassinadas sem que houvesse nenhum tipo de repercussão midiática, já que elas pertenciam às camadas sociais menos favorecidas.

O envolvimento entre os juízes leigos e deles com os operadores jurídicos surpreende. As opiniões relativas à regra da incomunicabilidade são divididas, variando entre os que acreditam nela, tendo em conta o desnível de conhecimento que há entre um jurado e outro, e a importância da tomada de decisão conjunta, como forma de produzir um julgamento mais justo.

Interessante ressaltar que os entrevistados destacaram que, na interação entre os sete jurados selecionados e os operadores jurídicos, nos intervalos dos julgamentos, não se falava do processo julgado, mas de assuntos diversos, e que existia uma efetiva fiscalização, a fim de evitar que o caso fosse mencionado, tal como se pode observar no relato:

Você vai para o lanche, você vai fazer o lanche e vai fazer a refeição, está certo, está lá, tem o representante da justiça lá para você não comunicar. Você vai para o WC, está certo, só entra de um em um. (Entrevista 09).

Ao que tudo indica, a expressa determinação referente à incomunicabilidade dos jurados¹⁰ vem sendo cumprida. Apesar disso, a comunicação e proximidade anteriores aos julgamentos não foram mencionadas, como se a fiscalização que ocorre no dia do julgamento fosse suficiente para conter os vínculos e as influências observadas¹¹.

A maioria dos jurados entrevistados concordou com a necessidade da regra da incomunicabilidade entre eles, a fim de evitar que o julgamento fosse modificado, principalmente em decorrência da experiência dos mais antigos.

Se você pega alguém inteligente que está lá, que consegue a confiança, ele pode manipular o júri da forma que ele queira. Eu acho perigoso pelo nosso nível cultural e intelectual. (Entrevista 01).

10 Para mais detalhes, consultar o §1º do artigo 466 do CPP.

11 A incomunicabilidade dos jurados é tema bastante controverso. Os que são contrários ao voto individual de cada jurado alegam que tal procedimento fere os princípios da democracia (Consultar NUCCI, 2014).

A produção da sentença pode ser comprometida pela preocupação dos juízes leigos em atender às expectativas do corpo técnico ou pelas ingerências dos jurados profissionais sobre os neófitos. Como a influência dos operadores jurídicos sobre os juízes leigos pode ocorrer mesmo que o critério de rotatividade seja respeitado e não há mecanismos legais que evitem certos tipos de influência desse grupo, optamos por analisar aqui apenas o contágio entre os juízes leigos, já que esse ocorre em flagrante descumprimento legal e tende a interferir no resultado do julgamento. Tal análise será realizada na próxima seção, à luz da Sociologia Matemática.

4 Contágio de valores entre os juízes leigos

Para auxiliar na compreensão do contágio social no tribunal do júri, adotamos o clássico modelo de Kermack-McKendrick e consideramos o corpo de jurados formado por três categorias mutuamente excludentes: o empreendedor moral (jurado profissional), o suscetível (neófitos influenciáveis) e o refratário (neófitos resistentes às influências). O modelo matemático é representado pelo seguinte conjunto de equações:

$$\begin{aligned}x_{n+1} &= (1 - p)^{y_n} x_n, \\y_{n+1} &= (1 - e^{-ay_n})^{y_n} x_n + by_n, \\z_{n+1} &= z_n + (1 - b)y_n,\end{aligned}$$

Onde p é a probabilidade de influência, $a = -\log(1 - p)$, b é a proporção de permanência dos influenciados e x_n , y_n e z_n representam os números de jurados suscetíveis, empreendedores morais e refratários no estágio de tempo n , respectivamente.

Inicialmente, o conjunto de empreendedores morais é formado apenas pelos jurados profissionais. Os demais membros do conselho de sentença são classificados como refratários ou suscetíveis. Embora a população de refratários permaneça constante ao longo dos doze meses de validade do alistamento, a cada sorteio existe uma probabilidade de os empreendedores morais influenciarem parte dos jurados suscetíveis, o que os transformaria em novos impositores morais.

Nas simulações, consideramos um conjunto de setecentos alistados, sendo sorteados sete jurados por julgamento semanal, como preconiza o CPP

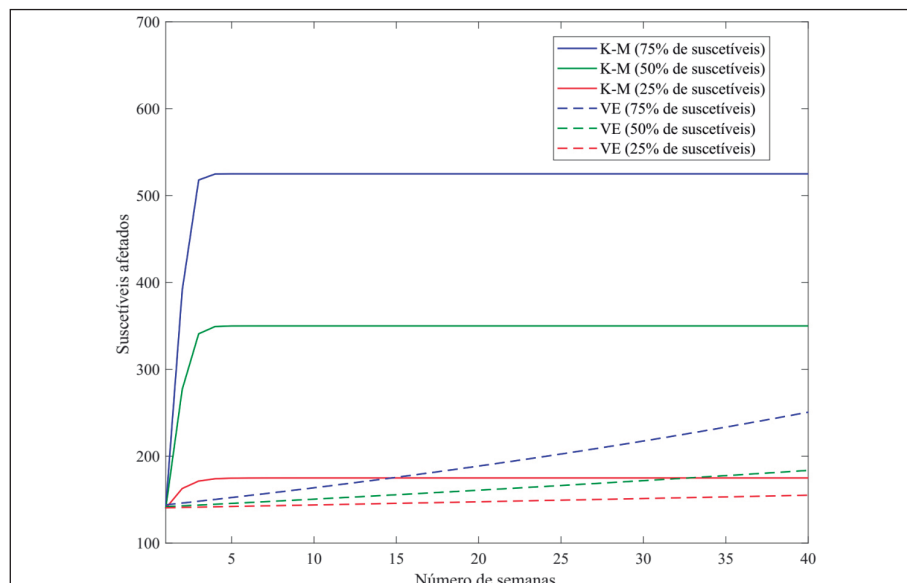
para uma cidade do porte de João Pessoa, onde realizamos nosso estudo de campo. Também consideramos a proporção de 20% de juízes leigos profissionais, em consonância com os dados coletados na pesquisa de campo.

Analisamos dois casos extremos:

- a) quando a interação entre os empreendedores morais e jurados suscetíveis se dá apenas no grupo de sete jurados sorteados para participar de um mesmo tribunal do júri semanal. Neste caso, a população de empreendedores morais cresce de acordo com o valor esperado (VE) de contaminação por sessão semanal;
- b) a exemplo do que acontece com a propagação de doenças infectocontagiosas, após um juiz neófito ser sorteado, ele passa a interagir com o restante da população corroborando com os achados da pesquisa que identificou a existência de uma rede virtual de comunicação de juízes leigos.

Finalmente, por conta da difícil estatística sobre as proporções de jurados refratários e suscetíveis, realizamos simulações considerando taxas de 25%, 50% e 75% de suscetíveis dentre os neófitos, como representado na Figura 02.

Figura 2 - Simulações computando-se os Valores Esperados (VE) do caso "a" e utilizando o modelo de Kermack-McKendrick (K-M) – caso "b", considerando-se as proporções de suscetíveis como 25%, 50% e 75% dentre os jurados neófitos.



Os resultados da simulação demonstram que, além da inobservância da regra da rotatividade na lista de jurados, a existência de uma rede de comunicação entre os juízes leigos desempenha um papel significativo no contágio social no tribunal do júri. Assim, levando-se em conta a transcendência do tempo e do espaço na comunicação da nova sociedade em rede, torna-se imperioso obstar o surgimento de empreendedores morais.

Com efeito, observando-se o caso b, em que a probabilidade de interação entre os juízes leigos profissionais e neófitos é baixa (utilizamos $p = 0.75\%$), após cerca de cinco semanas, existe uma alta probabilidade de que todos os suscetíveis tenham sido influenciados.

Observamos ainda, através do caso a, que a simples existência de empreendedores morais ganha importância à medida que se aumenta a proporção de jurados suscetíveis. Destacamos que, após cerca de 35 semanas, o valor esperado da população de impositores morais aumenta de 20% para cerca de 33% quando consideramos 75% dos juízes neófitos suscetíveis.

Nos dois casos destacados, a isenção do tribunal do júri fica profusamente afetada.

Considerações finais

Investigar as formas de inclusão, o tempo de atuação, o interesse dos juízes leigos nos tribunais do júri, bem como os intervalos de não participação nesses tribunais, a fim de avaliar não só o cumprimento da legislação, mas também a experiência, a proximidade e a influência social/legal dos mesmos, foi o caminho encontrado para compreender como aquele espaço interacional pode ser marcado por influências que modelam tanto os vocabulários morais utilizados quanto o próprio sentido do “fazer justiça”, que parece oscilar entre a escolha não esclarecida, ou mesmo cega, e aquela que sustenta certa razão jurídica e técnica.

A defesa do tribunal do júri por parte dos operadores jurídicos que reiteram a “participação democrática do povo” é a mesma que se satisfaz com julgamentos marcados pela fragilidade das provas (ZAMBONI; OLIVEIRA, 2015), reproduzindo a sujeição criminal de certos “tipos sociais” (MISSE, 2010).

A propagação de vícios ou imitações (TARDE, 2000), encontrada tanto nas entrevistas quanto no modelo da sociologia matemática, demonstrou que a inobservância da rotatividade no alistamento pode comprometer sobremanei-

ra a isenção do julgamento. Mata-se sem anunciar o que há de mais caro na ideia de justiça do tribunal do júri, qual seja, a possibilidade de qualquer cidadão efetivamente julgar, segundo os princípios de sua própria consciência.

Finalmente, esperamos que este trabalho possa ser tomado como uma pequena provocação e convite à reflexão da produção da sentença nos tribunais do júri e que a vida dos que se encontram no banco dos réus não dependa apenas de elementos imponderáveis de sorte ou azar, como observado na introdução deste trabalho.

Agradecimentos: Agradecemos aos revisores pela cuidadosa leitura e valiosos comentários, críticas e sugestões, que permitiram avançar no desafio de repensar o funcionamento dos tribunais do júri, combinando métodos qualitativos, já bastante difundidos nas Ciências Sociais, com um modelo da Sociologia Matemática, pouco utilizado no Brasil. Também agradecemos ao GRAV (Grupo de Relações Afetivas e Violência), em especial à Helma Janielle Souza de Oliveira (doutoranda do PPGS/UFPB) e às ex-bolsistas PIBIC, Emylli Tavares do Nascimento e Laura Nunes Patrício, pela dedicação à pesquisa. Finalmente, agradecemos ao MCTI/CNPQ/MEC/CAPES, pelo auxílio financeiro através do Projeto *Noções de justiça nos casos de homicídio afetivo-conjugal: o que dizem os juízes leigos?* (2014-2017).

Referências

- ADORNO, Sérgio. (1994), “Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri”. *Revista USP*, Dossiê Judiciário, n. 21, pp. 132-151.
- BARABÁSI, Albert-Laszlo. (2002), *Linked: The New Science of Networks*. 1. ed. Nova York: Basic Books.
- BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da. (2006), “Fluxo do crime de homicídio no Sistema de Justiça Criminal de Minas Gerais”. In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2006, Caxambu (Minas Gerais). *Anais...* pp. 15-27.
- BECKER, Howard S. (2008), *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- BLAY, Eva Alternman. (2008), *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. 1. ed. São Paulo: Ed. 34.

BOLTANSKI, Luc. (2000), *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu.

BRASIL. Código de Processo Penal (1941), Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 05/03/2016, às 15:05:00.

CASTELLS, Manuel. (1999), *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3. 1. ed. São Paulo: Paz e terra.

COLEMAN, James Samuel. (1964), *An introduction to mathematical sociology*. 1. ed. London: The Free Press of Glencoe Collie-Macmillan Limited.

CORRÊA, Mariza. (1983), *Morte em família*. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal.

DALEY, Daryl; GANI, Joseph. (2005), *Epidemic Modelling: An Introduction*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press.

DEBERT, Guita Grin; LIMA, Renato Sérgio de; FERREIRA, Maria Patrícia Corrêa. (2008), “O Tribunal do Júri e as relações de afeto e solidariedade”. In: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (org.). *Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/UNICAMP. pp. 111-142.

FACHINETTO, Rochele Fellini. (2012), *Quando eles as matam e quando elas matam os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

FAUSTO, Boris. (2001), *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 1 ed. São Paulo: EDUSP.

GOFFMAN, Erving. (2011), *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes.

IZUMINO, Wania Pasinato. (1998), *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. 1. ed. São Paulo: Annablume.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. (1996), “Acesso à Justiça: Um olhar retrospectivo”. *Revista Estudos Históricos*, n. 18, pp. 389-402.

KERMACK, William Ogilvy; McKENDRICK, Anderson Gray. (1927), “A Contribution to the Mathematical Theory of Epidemics”. *Proceedings of the Royal Society of London*. Section A. Mathematics, n. 115, pp. 700-721.

LIMA, Roberto Kant de. (1999), “Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público”. *Revista Brasileira de Sociologia e Política*, n. 13, pp. 23-38.

LOREA, Roberto Arriada. (2003), *Os jurados “leigos”*: uma antropologia do tribunal do júri. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre.

MISSE, Michel; VARGAS, Joana Domingues. (2007), “O fluxo do processo de incriminação no Rio de Janeiro na década de 50 e no período 1998-2002”. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA: DESIGUALDADE, DIFERENÇA E RECONHECIMENTO, 2007, Recife. *Anais...* pp. 1-17.

MISSE, Michel. (2010), “Crime, sujeito e sujeição criminal: *aspectos* de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’”. *Lua Nova*, n. 79, pp. 15-38.

NUCCI, Guilherme de Souza. (2014), *Tribunal do Júri*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense.

PATTEN, Scott; ARBOLEDA-FLOREZ, Julio. (2004), “Epidemic theory and group violence”. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, n. 39, pp. 853-856.

PHARO, Patrick. (2015), “Sociologia moral das dependências motivadas: o caso da dependência amorosa”. *Sociologias*, ano 17, n. 39, pp. 198-223.

RATTON, José Luiz; CIRENO, Flavio. (2007), Violência endêmica: relatório de pesquisa: homicídios na cidade do Recife: dinâmica e fluxo no sistema de justiça criminal. *Revista do Ministério Público de Pernambuco - Procuradoria Geral de Justiça*, vol. 1, n.1.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. (2009), *Administração da Justiça Criminal na cidade do Rio de Janeiro*: Uma análise dos casos de homicídio. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) – Rio de Janeiro.

SADEK, Maria Tereza. (2001), *Acesso à Justiça*. 1. ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.

SAMPSON, Robert; RAUDENBUSH, Stephen; EARLS, Felton. (1997), *Neighborhoods and violent crime*: a multilevel study of collective efficacy. *Science*, v. 277, Issue 5328, pp. 918-924.

SESTINI, Maria Alice Travaglia. (1979), *O tribunal do júri*: uma forma de distribuição da justiça. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – Campinas.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. (2007), “Afetos em jogo nos tribunais do júri”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, pp. 70-79.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. (2012), *Jogo, ritual e teatro*: um estudo antropológico dos Tribunais do Júri. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

TARDE, Gabriel. (2000), *As leis da imitação*. 2. ed. Porto: Rés Editora.

VANDENBERGHE, Frédéric. (2015), “A Sociologia como uma Filosofia Prática e Moral (e vice-versa)”. *Sociologias*, ano 17, n. 39, pp. 60-109.

WERNECK, Alexandre. (2013), “Sociologia da moral como sociologia da agência”, *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, pp. 704-719.

WILSON, Thomas P. (1999), “Sociologia e método matemático”. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (org.). *Teoria Social Hoje*. 1. ed. São Paulo:UNESP.

ZAMBONI, Marcela; OLIVEIRA, Helma J. S. de. (2015), “Dos que fazem justiça: a percepção dos operadores jurídicos em casos de homicídio afetivo-conjugal”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 14, n. 42, pp. 43-53.

ZAMBONI, Marcela; OLIVEIRA, Helma J. S. de. (2016), *Homicídio afetivo-conjugal sob a lente dos operadores jurídicos*. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.

Glosa sociológica sobre o filme *A Revolução de Maio**

Mauro Luiz Rovai**

RESUMO

A proposta deste texto é analisar o filme *A Revolução de Maio* (Portugal, 1937, direção de António Lopes Ribeiro), pontuando aproximações e afastamentos com relação ao filme italiano *Camicia nera* (Itália, 1933, direção de Giovacchino Forzano), obra que teria servido de inspiração ao filme português. O objetivo é discutir como estão construídas as imagens de Portugal pacificado, feliz, próspero e seguro sob o Estado Novo, por meio da análise de alguns aspectos formais presentes na composição do filme.

Palavras-chave: Sociologia do Cinema; Análise fílmica; *A Revolução de maio* (1937).

ABSTRACT

A SOCIOLOGICAL COMMENTARY ON THE FILM «THE MAY REVOLUTION»

The proposal of this text is to analyze the film *The May Revolution* (Portugal, 1937, directed by António Lopes Ribeiro), pointing out approximations and separations with the Italian film *Black Shirt* (Italy, 1933, directed by Giovacchino Forzano), which inspired the Portuguese film. The objective is to discuss how the images of a pacified happy prosperous and safe Portugal were constructed under the Estado Novo, through the analysis of some formal aspects present in the composition of the film.

Keywords: Sociology of Cinema; FilmAnalysis; *The May Revolution* (1937).

* Este texto resulta das discussões ocorridas nos Encontros da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Socine), realizados em 2010 e 2011, no âmbito do seminário temático “Cinemas em Português – aproximações, relações”.

** Doutor em Sociologia – USP – 2001, Professor de Sociologia da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – EFLCH - UNIFESP (Departamento de Ciências Sociais).

Introdução e metodologia

A proposta deste texto é analisar o filme *A Revolução de Maio* (Portugal, 1937, direção de António Lopes Ribeiro), pontuando aproximações e afastamentos com relação à produção italiana *Camicia nera* (Itália, 1933, direção de Giovacchino Forzano), obra que teria inspirado o filme português. A presença de *Camicia nera* servirá apenas para auxiliar a atingir nosso objetivo precípua, qual seja, explorar como está construída, em *A Revolução de Maio*, a ideia de harmonia e completude em Portugal sob o Estado Novo. Em vista disso, os dois principais cuidados metodológicos a serem tomados são: ir ao filme, isto é, trabalhar com os elementos nele presentes depois de efetivamente visioná-lo, para, em seguida, empreender análises que tenham como ponto de partida a própria produção. Tais cuidados nos ajudam a não tomar os filmes apenas pelo que deles foi dito e, simultaneamente, afasta-nos da tentação de encontrar no filme o que era Portugal à época, como se o que víssemos na tela já não fosse uma encenação ou, se preferirmos, “diversas transposições da realidade” (SORLIN, 1985, p. 220).

Não se trata, contudo, de uma análise exaustiva de *A Revolução de Maio*, exercício que excederia os limites deste texto, mas, sim, de apontamentos analíticos sobre alguns aspectos formais do filme que colaboraram para a construção das imagens de Portugal pacificado, feliz, próspero e seguro sob o Estado Novo. Isso será feito levando em conta a maneira como Lisboa aparece na trama, o modo como as personagens são construídas, algumas das referências mobilizadas pelo diretor (que podem nos remeter a Griffith ou a Eisenstein) e a influência de *Camicia nera*.

A Revolução de Maio (e, talvez, menos ainda, *Camicia nera*) não é um filme muito conhecido entre nós¹. Ambos são também menos conhecidos que as obras de Eisenstein e Vertov, associadas à revolução Russa, e a de Leni

1 Segundo Alberto Pena Rodríguez, o filme estreia em 06 de junho de 1937, “impulsionado por uma campanha publicitária estendida a toda a imprensa diária portuguesa, que continuou posteriormente graças aos dispêndios econômicos do SPN [Secretariado de Propaganda Nacional]” (2009, p. 301). Ainda segundo o autor, o filme foi exibido em Bruxelas em novembro do mesmo ano, numa “ofensiva propagandística” cujo objetivo “era mitigar os efeitos da propaganda anti-salazarista dos movimentos democráticos europeus e, em particular, dos exilados portugueses” (Ibidem, p. 302). O SPN continuou a divulgar o filme pelo mundo, sobretudo na Espanha “rebelde”, onde “alcançou grande êxito de público” (loc. cit. – ver também PENA, 2008, p. 187). No Brasil, diz José de Matos-Cruz, o filme foi reexibido com o título *Redenção* em 1947 - “nova versão com cortes, incidindo nos aspectos mais datados ou propagandísticos” (MATOS-CRUZ, 1999, p. 55).

Riefenstahl, ao movimento nazista, entre outros. Se ouvimos falar deles, são como peças de propaganda - e não é nosso intuito defender que não o sejam. O que pretendemos é explorar algumas das “zonas de ruptura” (SORLIN, 1985, p. 62), entre os vários elementos de composição do filme (como enquadramentos, ângulos de tomada, sons, diálogos, os vários recursos textuais etc.), de modo a identificar como a ideia de completude e harmonia está construída em consonância com um estado policial, ideia que um revolucionário de esquerda está disposto a abraçar, como vemos na produção de 1937.

Em breve comentário a respeito do problema que envolvia as periodizações, Sorlin mencionava o cinema no fascismo. Para o autor, no século XX, sobretudo no período dos anos de 1930, fossem “totalitários ou liberais”, os estados se interessaram pelo cinema e viram nele um elemento político importante, investindo na realização de obras de propaganda. Isso não significa, contudo, que os filmes da era fascista - e a referência principal do autor, nesse ponto da sua discussão, é a Itália sob Mussolini - fizessem com que as produções do período também o fossem. “Evidentemente, nos filmes italianos ou alemães dos anos 1938 – 1942 encontram-se alusões, frases, tipos humanos que dão a impressão de que o poder emitiu ordens precisas, mas um estudo atento mostrará que a tomada, a montagem e a construção não evoluíram” (SORLIN, 1985, pp. 212-213).

Em filmes como *A Revolução de Maio*, por exemplo, além da clara encomenda do poder e mais do que alusões, temos a liderança política presente na tela – como também encontramos em *Camicia nera* e *O triunfo da vontade* – para ficarmos em apenas um dos espectros ideológicos. No entanto, tais presenças são construídas de maneiras diferentes, mobilizando padrões expressivos diversos. Em outros termos, mesmo com “ordens precisas” do poder a respeito dos temas de sua conveniência (na forma de texto escrito), estas passam por várias transposições quando construídas e organizadas no tempo e no movimento de determinada produção.

Em vista disso, nossa discussão não passará pelos filmes como produtos de propaganda encomendados pelo poder. Antes, nosso interesse é estudar como em um desses produtos, *A Revolução de Maio*, está construída uma “encenação do universo social”, dando particular atenção ao modo como ali aparece organizada “esta encenação” (SORLIN, 1985, p. 241). Se, como diz o autor, “pela maneira que escolhem, colocam em imagens e associam objetos, personagens, sistemas relacionais, ou dito de outra forma, por sua constru-

ção, um filme ou uma série de filmes definem uma maneira de conceber e de fazer inteligíveis as relações sociais” (SORLIN, 1985, p. 245), nosso intuito é ir ao filme e, a partir dele, para usar uma expressão de Pierre Sorlin, fazê-lo falar (1985, p. 62).

1. Da escolha dos filmes e de suas respectivas análises

O filme escolhido para ser analisado foi *A Revolução de Maio*. Como forma de estabelecer consonâncias e dissonâncias no interior da análise, no lugar dos filmes e dos cineastas mais conhecidos, optamos por trazer à luz a produção italiana de 1933, *Camicia nera*. O objetivo principal é identificar a maneira como estão construídas as imagens de Portugal pacificado e feliz sob a tutela de Salazar. Isso será feito em duas etapas. A primeira levará em conta os recursos expressivos mobilizados na construção de sequências selecionadas do filme, envolvendo alguns personagens e lugares que destacaremos da trama. A segunda se desenvolverá contrapondo a análise do filme de Ribeiro a alguns apontamentos, muito breves, do filme de Forzano.

Ainda que o filme de Ribeiro pudesse ser discutido sem que precisássemos lançar mão de um filme italiano como contraponto, a escolha por analisar *A Revolução de Maio* tendo como pano de fundo *Camicia nera* pareceu-nos incontornável em virtude da presença da obra de Forzano na de Ribeiro, assumida e declarada pelos realizadores deste último². Além disso, certos elementos presentes em *Camicia nera* podem ser rapidamente identificados também na produção portuguesa, seja pelo aspecto de efeméride que envolve a produção de ambos (o filme italiano está associado à comemoração dos dez anos da marcha sobre Roma de Mussolini - *Il decennale della marcia su Roma* -, o outro, aos dez anos da Revolução de Maio de 1926 em Portugal), seja pelo uso da imagem do líder político na trama (Mussolini aparece no encerramento de *Camicia nera*, Salazar, no de *A Revolução de Maio*), seja pelo caráter didático

2 António Ferro, diretor à época do SPN, reconhecia, em 1935, que se planejava começar a filmar em Portugal “uma obra dinâmica, com fins semelhantes” ao *Camicia nera*, e juntava: “É bom notar que falei em fins semelhantes, pois não só a nossa política é diferente da italiana, como o nosso filme também será diferente (...)” (FERRO, apud TORGAL, 2007, p. 40). Como destaca Luís Reis Torgal, “produzido com todos os apoios oficiais, durante a Guerra Civil de Espanha e em tempo de manifestações anticomunistas, a finalidade propagandística de *A Revolução de Maio* é evidente, em todos os seus aspectos” (Ibidem, p. 40). Vale também apontar que o argumento do filme é de Jorge Afonso e Baltazar Fernandes, na verdade, António Ferro e António Lopes Ribeiro (Ibidem, p. 41).

e documental de algumas sequências normalmente associadas a cinejornais (discursos, inaugurações, homens trabalhando etc.), inseridas na trama do filme, pretendendo com isso mostrar, com números, dados e gráficos, a decolagem tecnológica da Itália sob Mussolini (mesmo recurso usado em *A Revolução de Maio* para provar os avanços de Portugal com Salazar).

Desse modo, ainda que o foco seja o filme *A Revolução de Maio*, a passagem por *Camicia nera* é não apenas uma exigência, pois os elementos que Forzano utilizou para construir uma Itália em pleno movimento rumo ao progresso serão, a seu modo, mobilizados também no filme português, mas uma oportunidade de identificar como, nas particularidades de *A Revolução de Maio*, ocorre a celebração, na tela, de uma nação apresentada como unida, harmônica e feliz sob um Estado policial³.

2. A Revolução de Maio

Tomemos a sinopse de José de Matos-Cruz, presente no livro *O cais do olhar*:

César Valente, perigoso agitador, regressa do exílio para desencadear a insurreição de 28 de Maio, no décimo ano da Revolução Nacional. A polícia limita-se a vigiar, deixando-o agir livremente, até descobrir todos os pormenores da conspiração e os seus cúmplices. O conhecimento duma linda rapariga, Maria Clara, e a constatação das transformações sociais e económicas operadas no país durante a sua ausência, suscitam enfim, em César Valente, o milagre da evidência... (MATOS-CRUZ, 1999, p. 55)

O filme conta a história de Manuel, codinome Cesar, que volta a Portugal após os eventos de 1926. Paulatinamente, ele reconhece as mudanças (para melhor) ocorridas no país nos últimos dez anos, as quais constata ao estudar os números oficiais no Instituto Nacional de Estatística (INE). Ao final do filme, além de desistir da missão, declarar seu amor a Maria e assumir posição pró-regime, ele voltará a ser Manuel.

Podemos identificar três aberturas em *A Revolução de Maio*. A primeira (e que propriamente abre o filme) traz algumas sequências de guerra ou escara-

3 O filme se passa em Portugal sob o Estado Novo (1933 – 1941). A polícia, à época, criada em 1933, quando Salazar já era Presidente do Conselho de Ministros (1932 – 1968), é a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado).

muças, em que dois grupamentos trocam tiros – de um lado, o que parece ser composto pelas forças do exército regular do Estado, e, de outro, misturados e armados, civis e militares. Tais sequências de conflito armado, provavelmente provenientes de cinejornais da época (assim nos parece), logo são abandonadas, sendo retomadas ao final do filme, numa matriz eisensteiniana de montagem de planos, quando as lembranças da violência de dez anos atrás (1936 - 1926) tomam de assalto, na forma de *flashback*, o pensamento de César Valente. Isso ocorre momentos antes da transformação vivida pela personagem, quando o barulho de fogos de artifício que comemoram a revolução remete-a aos disparos das metralhadoras ocorridos há uma década, em 1926. Os fogos de artifício, pois, fazem as vezes da *madeleine* proustiana, precipitando a decisiva mudança ideológica do filme: César Valente passa de “revolucionário” a “patriota”, retomando o seu nome verdadeiro: Manuel. Voltaremos a esta sequência mais abaixo, para destacar a menção ao *O encouraçado Potenkin*.

No bloco dessa primeira abertura, pode-se imaginar a vitória de um dos lados em virtude da chegada da cavalaria, que estava fora do campo e irrompe do canto baixo do enquadramento, em plano aberto, e da qual haverá uma tomada “cinematográfica” por excelência: a câmera no chão filma os cavalos, imponentes graças à tomada, que sobre ela avançam. Segue-se um plano em que uma metralhadora é apontada para a direção da câmera, a expressão “A revolução” aparece escrita na parte de cima da tela e, pouco depois, há a sobreposição de galhos de uma árvore em flor contra o céu claro, então, na parte de baixo, completando o título do filme aparece escrita a expressão “de maio”.

A forma pela qual o título do filme é apresentado, com a mudança de plano e uma separação temporal entre “A Revolução” e o “de maio”, aponta desde o início para uma quebra entre essas duas partes: “a revolução” é a violência da metralha, que, apontada diretamente contra a câmera e, por consequência, aos espectadores, remete aos enfrentamentos no interior da sociedade (da qual fazem parte os produtores do filme, sua equipe de realizadores e os próprios espectadores) e ao marco histórico ocorrido há dez anos; o “de maio”, por seu turno, sugere uma espécie de sensação de paz e harmonia, expresso no plano que mostra as flores contra um céu claro.

A segunda abertura tem início com esse plano em câmera baixa dos galhos da árvore em flor contra o céu. Surgem os primeiros créditos (planos em que aparecem, um a um, os membros do elenco, com letreiros indican-

do os seus respectivos papéis) e uma primeira aproximação da cidade de Lisboa feita por câmeras provavelmente acopladas a veículos marítimos. A imagem produzida pelo movimento agenciado pela acoplagem câmera-veículo atravessa o bloco em que todos os créditos serão apresentados, invadindo a terceira abertura, que tem início após um longo aviso, de tela inteira, a informar, em resumo, que “as imagens documentárias (...) são autênticas reportagens cinematográficas, filmadas sem qualquer artifício de encenação”, e foram cedidas pelo Secretariado da Propaganda Nacional e pelo Ministério da Agricultura.

Neste terceiro bloco da abertura, dá-se o início efetivo do filme, em que o recurso do “era uma vez” (o letreiro diz “certa manhã de Lisboa, 1936”) é seguido da apresentação da cidade por meio de várias sequências em que os monumentos, os jardins e as construções serão mostrados em sua grandiosidade, imponência e placidez. A câmera dessa terceira abertura se afastou da zona portuária, barulhenta, cheia de energia e de veículos, inclusive aviões, que cruzam incessantes o céu sobre os navios, para mostrar outra Lisboa, a de dentro, monumental e bucólica, acompanhada por uma valsa que leva o mesmo nome da cidade.

É no porto, no entanto, que a trama efetivamente começa, pois é por mar que chega a Portugal César Valente, ou Manuel Fernandes, também chamado pelo policial que o espera, o comandante Moreira, nas várias vezes que lhe fizer referência, de “perigoso agitador”, “profissional da desordem”, “nosso homem” e “patife”. Tal evento dá início a uma perseguição em que a montagem de planos paralelos entre o barco chegando ao porto e as ações desempenhadas pelos policiais (o comandante Moreira, mais velho, é secundado por outro, mais jovem) para achar um binóculo, localizar o agitador, pegar um carro e surpreender o revolucionário (antes que este aporte) insere ritmo ágil a uma trama que parece a de um filme policial. Tais planos intercalados, associados à música, facilmente nos remete ao salvamento no último minuto de Griffith, determinando uma aceleração que contamina tanto os elementos do plano (carro, barco e pessoas correndo) quanto a justaposição desses, apagando o tom musical laudatório dos blocos anteriores da abertura.

Fixemos esses dois momentos do filme: o da montagem de planos que elabora as lembranças de César (e que recupera os planos da primeira abertura) e o da perseguição inicial. O primeiro, porque António Lopes Ribeiro mostra, em uma brevíssima sequência, que seria capaz, se o quisesse, de

construir um filme português com planos que aprendemos associar a Eisenstein. De fato, é a única passagem em que há sangue, dor, sofrimento, desespero e, particularmente, dois vigorosos primeiros planos no sentido que Eisenstein lhe dava (Grande plano), e não de grande na tela, que era o modo como este caracterizava a sua diferença com relação a Griffith⁴ (ver EISENSTEIN, 1990, p. 200-202). O segundo, pela agilidade que o filme ganha desde o momento em que o chefe de polícia Moreira reclama da falta de um binóculo (9"30) até o encontro de César / Manuel com Maria (aos 14"05), em meio a uma pequena multidão que acompanha o discurso pró-Salazar durante a entrega de um novo navio ao porto. Destacamos essas sequências por se tratar de duas referências fortes no campo do cinema, em que o diretor parece mostrar que domina, cita, mas não depende delas.

Em *A Revolução de Maio*, assim nos parece, a montagem paralela no âmbito da perseguição do início do filme consegue imprimir agilidade à trama, colocando em ação recursos expressivos para melhor contar uma história. O mesmo se passa com a referência a Eisenstein, quando, como a mostrar que seria capaz de fazer um Potenkin português, insere, na parte final do filme, nas lembranças que assaltam o revolucionário César, uma montagem que faz citação direta ao *O encouraçado Potenkin*, com direito, inclusive, ao som do grito que culmina no primeiro plano muito aproximado do rosto de uma mulher desesperada (o foco da câmera avança em direção ao objeto de destaque). A presença de uma montagem que nos remete a Griffith ou a Eisenstein nas duas pontas da trama não faz do filme um compromisso com um ou com outro – embora seja sabida a admiração de Lopes Ribeiro por Eisenstein⁵. Como é possível observar em *A Revolução de Maio*, tais protocolos servem para contar de maneira límpida (unilateral, sem desvios ou questionamentos) a guinada de uma personagem que, comunista, volta a Portugal, tal qual o filho pródigo da parábola, redescobrimo o país e a si mesmo, abandonan-

4 Nas palavras de Eisenstein: “Dizemos: um objeto ou rosto é fotografado em ‘grande plano’, ou seja, *grande* na tela. Os norte-americanos dizem: *near* ou *close-up*. Estamos falando do lado *qualitativo* do fenômeno, vinculado a seu significado (...). Entre os norte-americanos, o termo está ligado à visão. Entre nós – ao *valor do que é visto*” (1990, p. 200).

5 Segundo Yves Leonard, António Lopes Ribeiro visitou os estúdios de Moscou e manifestou admiração por Eisenstein (2008, p. 83). Como aponta Torgal, “Antonio Lopes Ribeiro foi, sem dúvida, o cineasta mais sensível a esta campanha de propaganda através do cinema e o mais bem preparado tecnicamente, devido ao facto de ter contactado com o cinema soviético e os seus grandes realizadores” (1996, p. 298 – ver também foto em que aparece ao lado de Dziga Vertov, em Moscou, 1929).

do os ideais revolucionários que, no filme, estão associados ao sofrimento e à produção de cizânias no interior da nação, em favor de um patriotismo ideal, protegido pelo céu claro de maio e sob os cuidados de Maria, a moça pela qual se apaixona. Tal experiência de mudança (voltaremos a esse ponto no final) lança mão de citações a Griffith e a Eisenstein, mas tais peripécias não são as únicas decisivas para que o revolucionário volte a ser um patriota. Também o são a comemoração do 1º de Maio no interior, a paixão por Maria e, como veremos, a inestimável ajuda dos gráficos e números do Instituto Nacional de Estatística.

2.1 Um filme policial, que é comédia romântica musical

A Revolução de Maio terá disfarces, tocaias, senhas, códigos, cifras, engenhos criminosos e um eixo que gira em torno das ideias de estabilidade e de revolução. Somada a presença da polícia (não fardada) com a daqueles construídos como “bandidos”, há elementos suficientes para um filme policial. Graças ao jogo de mocinho e bandido, a calma Lisboa passa a correr riscos e cabe ao diligente policial encetar uma perseguição em que o elemento chave não é mais a corrida, mas a inteligência.

Vale a pena olhar de perto o modo como a figura das personagens foi composta. A do chefe Moreira é sóbria, com gestos contidos e de idade madura. Secundado por um jovem ajudante, impetuoso, Moreira é severo e prudente, como apontam o seu sobretudo abotoado, o cachecol arrumado e o chapéu ajeitado. Está sempre limpo. Ridículo nunca, embora ridicularize e repreenda os outros. Além disso, é esperto, seguro, sagaz, intuitivo e diligente. Tanto é capaz da corrida física quanto de táticas mentais para perseguir e prender os “bandidos” (no caso, os inimigos da nação, como são vistos os opositores do regime): como usar disfarces e se esgueirar pelas paredes para ouvir inconfidências. Há um tom paternal no modo como a personagem do chefe Moreira é construída, característica reforçada pela presença do outro policial mais jovem ao seu lado (sempre disposto a aprender), pelos comentários e admoestações que faz, e por não realizar a prisão, quando a oportunidade aparece, do revolucionário, como se este só precisasse de mais algum tempo para retomar o “bom” caminho.

Tais qualidades físicas e mentais do chefe de polícia, por outro lado, são fundamentais para construir a figura repulsiva dos revolucionários, que apa-

recem reunidos em ambientes escuros e sujos, são incontinentes, desleixados, inseguros, sorrateiros e, sobretudo, se parecem com adultos que agem como crianças, diferentemente do Moreira, sóbrio e sábio por excelência. Por outro lado, a caracterização dos policiais e dos revolucionários é crucial para promover a identificação de Moreira com a personagem César, que é inteligente, cordato, contido, fala outra língua (o russo), usa bem as palavras, prefere as obras às palavras e é, inclusive, capaz de se apaixonar. Talentoso, César é um pré-Moreira, como se a figura do policial espelhasse as qualidades do outro, qualidades que seriam o corolário de todo bom português, condição que o revolucionário comunista atingirá antes do final do filme. Em um filme repleto de homens sem esposas (as personagens femininas de destaque são Maria e a mãe), em que não se vê vedetes e prostitutas nem nos bares ou nos portos, César é o único que negocia com o sexo oposto – ainda que todas as figuras femininas tragam a marca da inocência (Maria e a mãe, já viúva, as moças festeiras no interior, as enfermeiras que cuidam das crianças recém-nascidas). Além de todas essas qualidades, César ainda canta. Dançar... não dança. Isso quem o faz é a personagem Barata, figura cômica responsável por um número musical, sozinho em seu quarto – um dos pontos altos do filme.

De outro lado, há o senhor Barata. Se há elementos em *A Revolução de Maio* para caracterizar o esquema típico de filmes policiais, também há os de comédia, e isso graças às habilidades físicas da personagem Barata, funcionário público, magro e desajeitado, inconveniente na fala e na vestimenta. Fartamente ridicularizado durante o filme (pela mulher que ama, Maria, por César, pelo policial), os movimentos do seu corpo (seja quando anda, quando dança, quando está deitado na cama ou esperando alguém na rua ou na mesa de um café) é puro desencaxe sensório-motor e, portanto, o oposto do par formado por Moreira e César. Desses desencaxe e desencontro presentes no senhor Barata, temos a deixa para possíveis risos. Os movimentos do seu corpo destoam também do fundo imponente e excessivamente claro da cidade de Lisboa, que parece ter sido feita para os passos seguros de Césares e Moreiras, a proteger crianças, marias e enfermeiras. Cabe a Barata, contudo, protagonizar duas sequências muito particulares: na primeira, que se passa em um café, vemo-lo semeando a intriga contra o regime e os programas do governo; a segunda, durante a transmissão radiofônica de um *dancing* carioca, quando dança sozinho em seu quarto. A personagem do senhor Barata,

assim, parece construída sobre o signo da fragilidade, seja pelo movimento desajustado do seu corpo, seja por ter a sua figura desenhada entre a tagarelice e a intriga, a inocência e a insensatez. Se, por um lado, tais traços o aproximam da criança ou do mundo infantil, no sentido de que não é uma personagem que se deve levar a sério, por outro, ele também parece representar aquele homem ao qual não se reservou nenhum tipo de protagonismo na vida, incapaz de causar qualquer preocupação à polícia ou ter a simpatia de César (ainda que Barata seja apresentado como simpatizante dos que são contra o regime). Em suma, não sendo uma criança, mas também não sendo um adulto como Moreira, seu ajudante, César e Maria, e cuja inocência o afasta dos outros revolucionários, o senhor Barata oscila, como oscilante são seus passos, seus trejeitos, seu modo de se vestir.

Por fim, Maria Clara. Filha única, órfã de pai policial (que morreu nos enfrentamentos de 1926, dos quais César tomou parte), enfermeira e, tudo a indicar, futura esposa e mãe. Ela é descrita como inteligente (a inteligência prática para se adequar ao *status quo*), bonita, mas, principalmente, simples. A música que canta ao arrumar o seu quarto na primeira manhã em que César dorme na casa da família (ali ele alugou um quarto como hóspede) prenuncia a candura que envolve o seu papel e a relação que mantém com o revolucionário, relação pontuada por momentos singelos e que tem como pano de fundo uma Lisboa clara, arrumada e limpa sob o sol. Enfermeira (na Maternidade Alfredo da Costa, como nota Torgal, 1996, pp. 311-312), ela cuida. Impoluta e angelical, seus sorrisos estão longe da coqueteria e, mesmo quando está no mundo da rua, parece protegida e segura, como Lisboa e toda a nação depois de 1926. Não há também nenhuma figura feminina que se contraponha a Maria. Nem mesmo encontramos mulheres atuando ao lado dos revolucionários. Em *A Revolução de Maio*, a figura feminina é construída por meio dos papéis dentro de certa ordem bem conhecida, o de filha, trabalhadora e mãe, isto é, no interior da família, e desempenhando papéis associados ao cuidado (no caso do filme, o cuidado às crianças). Considerando o modo como Maria e as outras personagens femininas são apresentadas, é como se o novo momento político em que o país vive, além de ter recuperado as construções, investido na arquitetura, saneado as contas públicas, gerado empregos e construído escolas, entre outras benfeitorias, tivesse também apagado do espaço público todas as mulheres que, diferentes de Maria, pudessem mobilizar signos e artifícios de outra ordem. Na tela, no

filme que celebra o “Tudo pela nação”, temos as trabalhadoras que cuidam da terra, das crianças e da casa.

3. Excurso pelo filme *Camicia nera*

Conforme apontado na introdução deste trabalho, a presença de *Camicia nera* em *A Revolução de Maio* é reconhecida pelos próprios realizadores portugueses. Além disso, certos elementos presentes na obra de Forzano podem ser identificados facilmente na produção portuguesa, seja pelo aspecto de efeméride envolvido (um está associado à comemoração dos dez anos da marcha sobre Roma de Mussolini, o outro, aos dez anos da Revolução de Maio de 1926 em Portugal), seja pelo uso da imagem do líder (Mussolini aparece em *Camicia nera*; Salazar, no encerramento de *A Revolução de Maio*), seja pelo caráter didático proporcionado pelas “reportagens cinematográficas” (que, inseridas na trama do filme, pretendem mostrar, com números e gráficos, a decolagem tecnológica da Itália sob Mussolini, mesmo recurso usado em *A Revolução de Maio* para provar os avanços de Portugal sob Salazar).

Nas palavras de Gian Piero Brunetta, para *Il decennale della marcia su Roma* foi realizado um concurso “para o melhor tema cinematográfico”, vencido por Gioacchino Forzano, que, além do sucesso como dramaturgo de obras fascistas, teve também a colaboração direta do próprio Mussolini, que, segundo o autor, escreveu o discurso de inauguração de Litoria especialmente para o filme (BRUNETTA, 2001, pp. 131-132). Segundo o autor:

Camicia nera é uma obra que, além da mediocridade do nível técnico, representa um esforço muito significativo de conjugação *epicizzante* entre uma história rural exemplar e a história nacional que cobre quase um quarto de século, desde as vésperas da Primeira Guerra mundial até o presente [no caso, 1933]. (BRUNETTA, 2009, p. 119 – colchetes nossos).

Conforme informações contidas na sua abertura, trabalham no filme “cidadãos da *Maremma* e homens nascidos do povo de cada região da Itália”. Três blocos dividem o filme. Nos dois primeiros, faz-se o contraponto entre a dimensão individual e cotidiana, de um lado, e a social, política e nacional de outro. No terceiro, apresenta-se a pétrea autoridade do fascismo e a aglutinação em torno da figura de Mussolini.

Camicia nera trata da Itália e de seus problemas, da sua história e do seu destino, do seu povo e do seu líder. Diferentemente do filme português, não estamos no maio eterno, mas no meio da ferida aberta no mapa da Europa, que se bate em batalhas e faz referência à Grande Guerra (1914 – 1918). O nome Mussolini é citado várias vezes e, desde o início, associado a uma criança, no caso, ao filho do ferreiro (*fabbro*, personagem que, ferida na guerra e após passar um tempo se recuperando em um hospital austríaco por ter perdido a memória, recupera suas lembranças ao ouvir música italiana e assistir a um cinejornal).

Antes do final do filme, temos os discursos de Mussolini para a comemoração dos dez anos da marcha sobre Roma. Seguem-se imagens aéreas de espaços públicos (em Turim, Monza, Brescia, Ancona, Forlì e Roma) completamente tomados pela população, reunidas em apoio a Mussolini - o que se ouve em uníssono é a expressão *Duce* repetida seguidas vezes. Um *camicia nera* (o *fabbro*) hasteia a bandeira na torre da cidade que acaba de se erguer sobre o que antes era pântano. A imagem de Mussolini discursando em Litoria é, então, acompanhada de várias tomadas de rostos, primeiros planos de pessoas presentes na multidão, perfazendo um jogo de campo e contracampo entre Mussolini e os seus seguidores, compenetrados e sérios, diante do líder cheio de trejeitos. Essa espécie de tomada em campo e contracampo, utilizando planos do rosto do líder e o dos rostos de alguns dos presentes no comício de Litoria (fossem eles pessoas mais velhas ou crianças), pode insinuar um diálogo entre o chefe e os seus seguidores, aspecto bastante presente, por exemplo, em *O triunfo da vontade* (1934 - 1935), de Leni Riefenstahl. Tal aspecto, contudo, está ausente no filme português, como se no discurso de Salazar, em *A Revolução de Maio*, as palavras que usa, as frases que constrói e o tom que a elas imprime já fossem, em si, uma efeméride. Não discursos, mas ensinamentos. Não há uma tentativa de associar o líder (e sua posição de destaque, o lugar destacado de onde fala para os seus seguidores) e aqueles que, misturados na massa, o escutam - como com Hitler, no filme de Riefenstahl, ou com Mussolini, no de Forzano. Notemos que não é a figura de Salazar que importa, propriamente, mas o conteúdo da sua fala. Consequentemente, a não presença de tomadas que simulavam um diálogo entre líder e seguidores parece deixar segundo plano, no filme português, a unidade expressa na tríade “líder, povo, nação”, como acontece em *O triunfo da vontade* e *Camicia nera*. No entanto, a ênfase em *A Revolução de Maio* no

lema “Tudo pela nação. Nada contra a nação”, ainda que não dê tal destaque ao homem, a um homem (notemos que existia à época outra figura política de destaque, a do General Carmona, cuja foto, vale sublinhar, vemos ao lado da de Salazar no gabinete do chefe Moreira), é a voz característica de Salazar que dá contornos à desejada completude harmoniosa promovida pela nação.

Todavia, o que chama atenção na aproximação entre os dois filmes é o uso da estatística para provar como o país mudou nos últimos dez anos. Ainda que as duas obras tenham núcleo de ficção (uma trama está inserida completamente na história do avanço do fascismo na Itália, a outra apontando para a nação como entidade, o Portugal eterno) e tragam para o plano, como observamos, a figura de seus respectivos líderes, o aspecto comum determinante é o uso dos dados e tabelas como motores da ação, pois são eles que mostram/provam seja o avanço industrial, que é físico e de enfrentamento com a natureza, como em *Camicia nera*, seja o movimento “mental”, que leva o revolucionário César a se descobrir “patriota”, depois de convencido, pelos números, do avanço do país. Trata-se de uma espécie de prestação de contas que os dois regimes realizam ao fim de dez anos. E a fazem por meio da estatística, quando quadros, tabelas e porcentagens não apenas aparecem na tela, mas ganham ritmo, entram no movimento do filme e ajudam a contar a história.

Camicia nera faz o balanço dos últimos dez anos (1922 a 1932), além de projeções de crescimento futuro. A diferença é a montagem que se acelera paulatinamente e a música saliente e nervosa, o que pode nos fazer lembrar Vertov⁶, diferente do ritmo mais calmo de *A Revolução de Maio*, que acompanha César nas suas minuciosas pesquisas no Instituto Nacional de Estatística. Aliás, no filme italiano não há destaque para o instituto de estatística, nem há um personagem a ser convencido pelos números, mas uma louvação às conquistas após o sofrimento da nação com a Grande Guerra. A imagem de números sobrepostos a sequências filmadas de grandes empreendimentos em construção, em movimento, em marcha, difere da experiência vivida por César / Manuel (no filme de Lopes Ribeiro, as sequências que envolvem

6 As obras de Vertov e Eisenstein, mas não apenas dos dois diretores, eram referências incontornáveis à época. Como aponta Brunetta, “ao final da primeira parte de *Camicia nera* estão mesclados módulos visuais e de montagem tomados de Vertov e Léger, Dulac e L’Herbier” (BRUNETTA, 2007, p. 218). Na mesma página, o autor cita Ezra Pound, para reforçar que a ideia à época era superar Pudovkin, Eisenstein e Ruttmann (há mais informações sobre Forzano nas páginas 170-171).

construções e homens trabalhando são apenas as do Porto de Leixões, em Matosinhos), que pacientemente anota dados e sobre eles medita. No filme italiano, as pessoas presenciam e se espantam ante o milagre da engenharia de Mussolini. Ao fim e ao cabo, é como se a Itália estivesse a se levantar, curada, depois de retomar a sua história assim como o ferreiro, no hospital, recobrada a memória. O motivo condutor do filme – alicerçado na forte ligação entre a criança, filha do ferreiro, inocente e corajosa, e a figura de um Mussolini (também ele filho de ferreiro), que nunca está com ela no mesmo quadro ou plano (mas sempre em uma citação do extracampo) - torna *Camicia nera* um filme atravessado por afetos, diferentemente de *A Revolução de Maio*, uma trama policial, às vezes comédia romântica, às vezes musical. Nas palavras de Pasquale Iaccio, em *Storia e Cinema, Camicia nera* “... antecede o mito de Mussolini ao período da Primeira Guerra de modo a unir, de modo a fazer desta o elo entre *Risorgimento* e fascismo” (IACCIO, 1998, pp. 32-33). Repleto de slogans e palavras de ordem, o filme, diz, “renuncia quase totalmente à dramatização (...)”, apresentando-se mais como uma “longa sucessão de imagens, de cantos, de frases de Mussolini (...)” (IACCIO, 1998, pp. 38-39)⁷.

A frase pronunciada por Mussolini e aplaudida pela população – “É essa a guerra que nós preferimos” – reforçada pelas imagens de tratores e homens trabalhando, como se fosse uma artilharia avançando sobre o inimigo, dimensiona a retomada pela Itália do seu destino histórico. Erguendo uma nova Roma sobre o que era pântano, está em ação a civilização tecnológica, marcada pela audácia de um homem (o seu líder) e levada a cabo pelos jovens da nação. O inimigo a ser vencido é a terra infértil, a fome, as doenças, o atraso, a natureza. Nas palavras de Brunetta, “O palude e a necessidade do saneamento são *tòpoi* recorrente na produção propagandística daqueles anos (...), que se combinam dialeticamente com visões de natureza, de novas gerações em atividade, da eficiência produtiva e do desenvolvimento industrial” (BRUNETTA, 2009, p. 79).

A placidez em *A Revolução de Maio* contrasta com um *Camicia nera*, em que o passado recente italiano é encenado como sofrimento, fragilidade de

7 Outra autora, Marcia Landy, estabelece um corte entre filmes como *Camicia nera*, que deve ser contado entre aqueles filmes que mostravam diretamente a face do fascismo, e aqueles produzidos na Itália no período entre 1931 e 1943, de « alta qualidade industrial ». Ela retoma discussão de Adriano Aprà e Patrizia Pistagnesi sobre o tema, e cuja ideia era a de que já havia no cinema comercial italiano da época a “(...) subordinação da mensagem ao entretenimento” (para todas essas informações, ver LANDY, 1986, pp. 5-6).

lideranças, humilhação e egoísmo que corroem o país. Mussolini é o lume, a clareza e a disciplina, personagem que derrotou a dor e o sofrimento do povo italiano e que, como vedete, reivindica seu lugar no filme e na história. Nem mesmo as sequências na maternidade e o cuidado com as crianças, que estão nos dois filmes, são as mesmas. No italiano, trata-se de curar a raça, em *A Revolução de Maio*, a brandura e o carinho das mãos das enfermeiras, afáveis como as de Maria. Tal brandura do filme português não combinaria com o milagre erguido pela engenharia fascista do *Decennale*. As fortes imagens de *Camicia nera* ficam evidenciadas nas cenas de multidão, na das bandeiras, na das batalhas sobrepostas ao mapa da Europa e da Itália, e no uso recorrente da imagem da criança. O par engenharia e progresso também está presente em *A Revolução de Maio*, mas o avanço fundamental, no filme, dá-se, por sua vez, em outro tipo de movimento, em que acompanhamos César, paulatinamente, voltar a ser Manuel.

A inserção de um bloco com a presença mais concentrada de Salazar no final do filme, com as “imagens documentárias” oficiais entre as sequências que compõem o seu encerramento, serve, pois, como fecho ao movimento vivido por César / Manuel. Nesse bloco, a primeira aparição da imagem de Salazar é em uma foto de jornal com o qual César embalara a bandeira comunista. Esta foto, tomada em primeiro plano, ganha animação e então vemos surgir o plano de Salazar, acompanhado de Carmona, em que são “aclamados com delírio na cidade de Braga”. São aproximadamente seis minutos (entre o 120 e o 126) mostrando o passeio de carro de ambos com várias tomadas das ruas repletas de pessoas. Seguem-se três minutos de um discurso de Salazar, antes que o filme retorne a Cesar, agora Manuel, fazendo juras de amor e de patriotismo a Maria Clara. Após novas sequências de cinejornal, com destaque particular à imagem de Salazar, assistimos à decolagem de um hidroavião e, na sequência, uma série de veículos náuticos iluminados, posicionados no porto de Lisboa sob a noite. Ao fundo, um discurso. Trata-se da voz, sem imagem, de Salazar.

Considerações finais

Paul Virilio via o cinema, para além do seu uso na propaganda, como arma de guerra, “parente pobre da sociedade militar-industrial” (VIRILIO, 1993, p. 48), associado à guerra como espetáculo, decorrente, entre outros aspectos,

da acoplagem entre câmeras, metralhadoras e avião (VIRILIO, 1993, pp. 82-91 – ver fotos, principalmente, p. 85). Um dos vencedores desse novo momento artístico, que passa pela “seleção diante do aparelho”, como alertara Benjamin (1980, p. 17; 1996, p. 183) em seu texto sobre a obra de arte na era de suas técnicas de reprodução, seriam as lideranças políticas, ou, ainda, na leitura de Virilio, políticos que atuariam como grandes dramaturgos, “ditadores taumaturgos que já não governavam, *mas comportavam-se como diretores*” (1993, p. 126 – itálicos do autor), cineastas, tal qual o “Hitler cineasta” que Deleuze explorara no final do *Imagem-tempo* (1985, pp. 342-366 – principalmente, p. 344), quando recupera e distingue Kracauer e Benjamin.

Mussolini, como aponta Jean Gili, não gostou do resultado, e, de modo geral, não apreciava esse tipo de filme. Nas palavras de Vittorio Mussolini, por exemplo, embora fosse realizado por um de seus amigos, o “*duce*” não apreciou *Camicia nera*, pois “... parecia que era algo forçado, pouco crível”⁸ (GILI, 1990, p. 216). No caso português, pelas informações de Yves Léonard, o filme que mais parece ter agradado ao governo foi *Feitiço do império*, de 1940, também de Ribeiro (LÉONARD, 2008), e não *A Revolução de Maio*, em que Salazar e a sua voz aparecem com certo destaque. Importa pouco, do ponto de vista deste texto, que Mussolini ou Salazar tenham ou não apreciado o resultado na tela. Importa, por outro lado, a mudança operada ao longo da trama e que leva “César” de volta a “Manuel”.

Sobre a experiência de mudança vivida pela personagem, Luís Reis Torgal explora em seus textos a ideia de “conversão” (TORGAL, 1996; 2007). E, sem dúvida, a noção de conversão serve bem à análise da personagem do revolucionário que afinal se converte em patriota. Ainda seguindo com o autor, dentro da concepção do Estado Novo, a propaganda deveria cumprir o papel de “consolidar a fé dos crentes e converter os descrentes” (TORGAL, 1997, p. 285) e, de modo geral, “a ‘conversão’ foi um dos estados de espírito mais presentes na moral e na cultura do Estado Novo” (TORGAL, 1997, p. 288), como, por exemplo, o prêmio dado ao padre Vasco Reis (e que deixou *A Mensagem*, de Fernando Pessoa, em segundo lugar), “que mostrava a conversão de um ‘Bolchevista’ por ação de Santo Antonio” (TORGAL, 1997, p. 288).

8 Além da entrevista de Vittorio Mussolini, ver também as de Eitel Monaco e Ivo Perilli (GILI, 1990).

Todavia, de modo a nuançar a noção de conversão, é interessante notar ao menos dois aspectos que aproximam o retorno da personagem a Portugal à parábola do Filho Pródigo (Lucas 15: 11 – 32). O primeiro é a ideia de viagem de volta para o país de origem (César estava no estrangeiro e retorna a Portugal); o segundo é a presença do pai misericordioso que ancora a narrativa da parábola, o que, no filme, sugere que César apenas está desviado do bom caminho, diferente dos outros revolucionários que se escondem na tipografia, acerca dos quais não conhecemos o destino, ainda que o imaginemos – afinal, trata-se de um regime que suprimira a liberdade de reunião e reorganizara a censura⁹. Na trama, quem dá voz ao papel paterno é o chefe Moreira, que, tendo a prisão de César nas mãos e diante da insistência do seu jovem ajudante, reluta em efetuar-lá, certo de que é uma questão de tempo para que aquele bom filho a casa torne. A fala de César Valente, mais ao final do filme, depois que volta a ser Manuel Fernandes, é tão clara, tão encaixada no movimento do filme, quanto assustadora: “Se me prenderem, não fazem mais do que o seu dever; eles é que têm razão”.

Notemos que o retorno a Portugal do revolucionário e o encontro amoroso com Maria, a enfermeira, são mostrados em planos nos quais Lisboa aparece segura, ensolarada e repleta de jardins e monumentos, como se fosse um chamado à inocência e à infância perdida. Trata-se, pois, de uma história simples, com personagens clichês (mesmo o “milagre da evidência” só traz à tona o que César sempre foi: Manuel, patriota e filho da nação), vivendo em um país de conflitos finalmente apaziguados, em que aqueles que cuidam da segurança são pacientes e estão prontos a perdoar. E, ainda que o filme traga imagens de arquivo que registram o avanço tecnológico, econômico e social do país, além de inserir discursos feitos por Salazar (assim como no de Forzano, que trazia Mussolini), a trama de *A Revolução de Maio* não deixa de apontar para uma fantasia de completude em que a ausência de enfrentamentos revela forte matiz regressivo.

9 Segundo Irene Pimentel, a PVDE é “polícia secreta com atividade instrutória e poderes administrativos e penais quase sem regulação legal” (PIMENTEL, 2011, p. 140), com funções de vigilância e repressão, além das “atribuições prisionais, relativas à emigração clandestina bem como à vigilância de fronteiras e de estrangeiros”, que ocorre a partir de junho de 1934 (PIMENTEL, 2011, p. 139). No filme, entretanto, se o caráter de vigilância da polícia parece destacado, o que reforça o tom paternal do chefe Moreira, o repressivo não o é em nenhum momento. A respeito da história da polícia secreta em Portugal, suas vítimas e suas práticas, sobretudo após maio de 1926, cito, entre outros, o trabalho de reportagem de Jacinto Godinho, *A Pide antes da Pide*, em particular o episódio 7, que aborda não apenas o período do filme, como toma algumas sequências deste para discutir aspectos da atuação da polícia à época.

O problema, pois, não é apenas a propaganda, contra o qual somos capazes de aprender a identificar e resistir. O problema é a geração contínua de clichês, inclusive os clichês por meio dos quais fazemos a crítica da propaganda. *A Revolução de Maio* fez mais do que expressar as ideologias reacionárias do Estado Novo. Mais importante, produziu conjuntos de informações bem ajustadas, simples, inteligíveis, de tal modo que qualquer César, diante delas, saísse convencido, envolvido, aquecido, protegido. Nesse sentido, as situações encenadas em *A Revolução de Maio* não apenas fazem do filme uma peça ideológica, em que um bom português percebe o seu erro e, em tempo, adere ao estado das coisas vigente em seu país. Antes, apontam para uma produção que explora, com zelo, as conquistas técnicas e estéticas no interior do cinema, de modo a construir uma imagem de Portugal em que estatísticas, gráficos, levantamento de dados ajudam a justificar o estado policial expresso no lema “Tudo pela nação. Nada contra a nação”. Sai o desejo de mudança, entra o de adequação. Sai o pensamento que nos interpela e aponta para o desajuste e para novos ajustes possíveis, entra a informação, que nos reconforta. E ponto.

Em *A Revolução de Maio*, é como se o mundo sem conflitos e enfrentamentos não estivesse apenas no discurso ou nas palavras de ordem afeitas ao Estado Novo, mas na maneira como, no filme, ele é colocado em relação com os hábitos de César (a um passo de se tornar Manuel). Não há nada de secreto na trama do filme, nem mesmo a polícia ou as fichas que esta possui de cada cidadão. Tudo está às claras e sob o sol na Lisboa iluminada em um final de inverno cálido que antecede o sol da primavera de maio. *A Revolução de Maio* mostra o “Manuel” que se apodera de “César”, o factual que torna indistinto o acontecimento, o hábito que tomou conta do pensamento.

Referências

- BENJAMIN, Walter. (1996), A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense. pp. 165-196.
- BENJAMIN, Walter. (1980), A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: ARANTES, Paulo Eduardo (consultor.). *Os Pensadores*. Trad. José Lino Grünnwald. São Paulo: Abril Cultural. pp. 3-28.
- BRUNETTA, Gian Piero. (2009), *Il cinema italiano di regime*: da “La canzone dell’amore” a “Osseessione”: 1929 – 1945. 1. ed. Roma-Bari: Editori Laterza.

BRUNETTA, Gian Piero. (2001), *Storia del cinema italiano. Il cinema del regime : 1929 – 1945*. Roma: Editori Riuniti.

BRUNETTA, Gian Piero. (2007), *Cent'anni de cinema italiano*, vol. 1. Dalle origini alla Seconda Guerra Mondiale. 7. ed. Roma-Bari: Editori Laterza.

DELEUZE, Gilles. (1985), Conclusions. In: DELEUZE, Gilles. *L'Image-temps*. Cinéma 2. Paris: Les Éditions de minuit. pp. 342-366.

EISENSTEIN, Sergei. (1990), “Dickens, Griffith e nós”. In: EISENSTEIN, Sergei. *A forma do filme*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. pp. 173-216.

GILL, Jean. (1990), *Le cinema italien a l'ombre des faisceaux (1922 - 1945)*. 1. ed. Perpignan: Institut Jean Vigo.

IACCIO, Pasquale. (1998), *Cinema e Storia*. Percorsi, immagini, testimonianze. 1. ed. Napoli: Liguori Editore.

LANDY, Marcia. (1986), *Fascism in film: The Italian Commercial Cinema, 1931-1943*. 1. ed. Princeton; New Jersey: Princeton University Press.

LÉONARD, Yves. (2008), Portugal 1928 - 1974. Sous l'oeil de Salazar. In: MULLER, Raphaël; WIEDER, Thomas. *Cinéma et régimes autoritaires au XXe Siècle*. Écrans sous influence. Paris: PUF (Éditions Rue D'Ulm). pp. 81-98.

MATOS-CRUZ, José. (1999), *O cais do olhar*. 1. ed. Lisboa: Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto. (2009), El icono cinematográfico del Estado Novo Salazarista: *A Revolução de Maio* (1937). *Revista Historia y Comunicación social*, v. 14, pp. 295-312. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/HICS0909110295A/18864>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

PENA RODRÍGUEZ, Alberto. (2008), La creación de la imagen del franquismo em el Portugal salazarista. In: TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa. *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp. 183-198.

PIMENTEL, Irene. (2011), A Polícia Política do Estado novo português – PIDE/DGS. História, justiça e memória. *Acervo*, v. 24, n. 1, pp. 139-156.

SORLIN, Pierre. (1985), *Sociología del cine*. 1. ed. México: Fondo de Cultura Económica.

TORGAL, Luís Reis. (2007), “A Revolução de Maio”. In: FERREIRA, Carolin (org.). *O cinema português através dos seus filmes*. Porto: Campo das Letras. pp. 39-45.

TORGAL, Luís Reis. (1996), Cinema e propaganda no Estado Novo: a “conversão dos descrentes”. *Revista História das Ideias*, v. 18. Coimbra: Imprensa

da Universidade de Coimbra. pp. 277-337. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/41932>. Acesso em: 24 de dezembro de 2017.

VIRILIO, Paul. (1993), *Guerra e Cinema*. 1. ed. . São Paulo: Scritta.

Filmes trabalhados

A Revolução de Maio. António Lopes Ribeiro. Portugal, 1937, P&B, 134 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bfwfEYBTxnU>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

Camicia nera. Giovacchino Forzano. Itália, 1933. P&B, 100 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-aCzRpbYjQ>. Acesso em: 24 de janeiro de 2018.

Filmes ou audiovisuais citados

O Encouraçado Potenkin. Sergei M. Eisenstein. Ex-União Soviética, 1925, P&B, 75 minutos.

Feitiço do Império. António Lopes Ribeiro. Portugal, 1940, P&B, 146 minutos.

O Triunfo da vontade. Leni Riefenstahl. Alemanha, 1935, P&B, 100 minutos.

A Pide antes da Pide. Dir. Jacinto Godinho. Produção Eduardo Ricou e Frederico Wiborg (RTP), Lisboa, 2007 (vários episódios).

Diretrizes para submissão de artigos

Normas para submissão de artigos à Revista Brasileira de Sociologia

A Revista Brasileira de Sociologia – RBS publica artigos em Ciências Sociais, preferencialmente em Sociologia. Os textos devem refletir a produção acadêmica e científica acerca da realidade brasileira e mundial contemporâneas. As matérias veiculadas na Revista deverão incluir artigos de natureza acadêmica e didática, registrando eventuais reedição de textos clássicos, literatura comentada sobre assuntos variados, textos de metodologia e reflexão sobre conceitos ou autores, hoje imprescindíveis ao profissional do ensino médio e superior.

A Revista é quadrimestral e aceita proposta de Dossiês, mediante Editais Públicos.

Artigos com temáticas diversificadas na área da RBS podem ser submetidos a qualquer data e em caráter de fluxo contínuo, através do e-mail rbsfluxo@gmail.com, obedecendo as regras de submissão em vigor.

Considerando a desejada manutenção do alto padrão de qualidade e especialidade do periódico, todos os artigos a serem publicados são avaliados pelo sistema de pares (avaliação às cegas).

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à RBS.

Condições para submissão

Os artigos submetidos devem ser inéditos e devem assim permanecer durante a avaliação.

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Os artigos não devem ultrapassar 50 mil caracteres com espaço, incluindo a bibliografia. O artigo deve ter resumo de 900 caracteres com espaço e 3 (três) palavras-chaves. Deve acompanhar, em arquivo separado, Nome completo do(s) autores(s), titulação, vínculo institucional, endereço.

Propostas de Dossiês devem ser enviadas com a apresentação da temática, sua relevância e abrangência para o campo dos estudos sociológicos. A proposta deve vir acompanhada dos dados dos proponentes: nome completo do(s) autores(s), titulação, vínculo institucional, endereço.

Os artigos submetidos devem conter resumo, título do artigo, e palavras-chaves em português e inglês. Caso tenham figuras (imagens e/ou gráficos), estas devem ser enviadas separadamente, numeradas na sequência em que aparecem e com indicação clara ao longo do texto dos locais em que devem ser incluídas. As figuras devem preferencialmente ser em formato TIFF (sem compressão) e resolução de 300dpi no tamanho final pretendido para a impressão. Largura máxima: 12 cm; altura máxima: 16 cm (ou 1417x1890 *pixels*).

As remissões bibliográficas no corpo do texto ou referências após citações a autores, devem seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (MILLS, 1960) ou (BENJAMIM, 1987, p. 205). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (SIMMEL, 1965a), (SIMMEL, 1965b) etc.

A RBS apoia os esforços relativos à visibilidade das mulheres na produção acadêmica. Assim, as referências bibliográficas ao final do artigo devem conter o prenome das autoras e dos autores, não apenas suas iniciais, como se segue:

Referências bibliográficas:

Livros:

LI, Peilin; SCALON, Celi; GORSHOKOV, Mikhail K.; SHARMA, Kumar (2013), *Handbook on Social Stratification in the BRIC Countries: Change and Perspective*. 1. ed. Cingapura/ Londres/New Jersey: World Scientific.

Artigos:

TOLBERT, Pamela S. (1986), “Organizations and inequality: Sources of earnings differences between male and female faculty”. *American Sociological Review* n. 59, pp. 227–235.

Coletâneas:

INGRAM, Helen; SCHNEIDER, Anne I.; DELEON, Peter. (2007), “Social construction and policy design”. In: SABATIER, Paul A. (org.). *Theories of the policy process*. Cambridge, MA: Westview Press.

Teses Acadêmicas:

FORTUNA, Carlos. (1988), *Threading Through: Cotton Production, Colonial Mozambique and Semiperipheral Portugal in the World-Economy*. Tese de Doutorado. State University of New York – Binghamton.